



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão – SFA-MA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO
MARANHÃO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

São Luís/MA, março/2014



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão – SFA-MA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO
MARANHÃO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, alterada pela DN TCU nº 129/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria nº 133/2013).

São Luís/MA, março/2014



SUMÁRIO

	LISTA DE QUADROS.....	5
	LISTA DE TABELAS.....	8
	LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	11
1	IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO.....	17
1.1	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	17
1.2	Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	17
1.3	Organograma Funcional.....	19
1.4	Macroprocessos Finalísticos.....	22
1.5	Macroprocessos de Apoio.....	36
1.6	Principais Parceiros.....	38
	INTRODUÇÃO.....	42
2	PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	47
2.1	PLANEJAMENTO DA UNIDADE.....	47
2.2	PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS	52
2.2.1	Ações.....	52
2.2.1.1	Ações/Subtítulos - OFSS.....	52
2.2.1.1.1	Divisão de Defesa Agropecuária.....	53
2.2.1.1.1.1	Programa 2028- Defesa Agropecuária.....	53
2.2.1.1.2	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário.....	116
2.2.1.1.2.1	Programa 2014- Agricultura Sustentável, Abastecimento e Comercialização.....	116
2.2.1.1.2.2	Programa 2028- Defesa Agropecuária.....	128
2.2.1.1.2.3	Programa 2015- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	131
2.2.1.1.3	Serviço de Apoio Administrativo.....	134
2.2.1.1.3.1	Programa 2105- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	134
2.3	INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO.....	142
2.3.1	Resultados dos Indicadores de Eficiência e Eficácia por Plano Orçamentário.....	142
2.3.1.1	Divisão de Defesa Agropecuária.....	144
2.3.1.1.1	Programa 2028- Defesa Agropecuária.....	144
2.3.1.2	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário.....	169
2.3.1.2.1	Programa 2014- Agricultura Sustentável, Abastecimento e Comercialização.....	169
2.3.1.2.2	Programa 2028- Defesa Agropecuária.....	173
2.3.1.2.3	Programa 2105- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	174
2.3.1.3	Serviço de Apoio Administrativo.....	174
2.3.1.3.1	Programa 2105- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	174
3	ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	176
3.1	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	176
3.2	AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	176
3.3.	SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	176
3.4	CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	177
4	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	178
4.1	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	179
4.1.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	179
4.1.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	179
4.1.3	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	180
4.1.4	Análise Crítica.....	180
4.2	SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	185
4.2.1	Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....	185
4.2.2	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	186



4.2.3	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	187
4.2.4	Análise Crítica.....	188
5	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	190
5.1	ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	191
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	191
5.1.1.1	Lotação.....	191
5.1.1.2	Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada.....	192
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho.....	193
5.1.2.1	Estrutura de Cargos e de Funções.....	193
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	193
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	194
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	195
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	196
5.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	196
5.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	196
5.1.5	Cadastramento no Sisac.....	197
5.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC.....	197
5.1.5.2	Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU.....	197
5.1.5.3	Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC.....	198
5.1.6	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	198
5.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	199
5.2.1	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	199
5.2.2	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	200
5.2.3	Análise Crítica dos itens 5.2.2 e 5.2.3.....	201
5.2.4	Composição do Quadro de Estagiários.....	201
6.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	202
6.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	202
6.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	203
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	203
6.2.2	Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	204
7	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	206
7.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	206
7.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	206
8	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS... 207	207
8.1	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI.....	208
8.1.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	208
8.2	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	209
8.2.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93.....	209
8.2.2	Situação do Cumprimento das Obrigações.....	209
8.3	ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV.....	210
9	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	211
10	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	214
10.1	MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	214
10.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	215
10.2.1	Declaração Plena.....	215
11	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	216
11.1	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	216
12	RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	217
	ANEXO A - Organograma funcional da SFA-MA.....	221



ANEXO B - Plano Orçamentário vinculado à Ação 8593- Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - Plano Orçamentário 0001- Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.....	222
ANEXO C - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	224
ANEXO D - Relação da frota disponível da SFA-MA e custos associados à manutenção da mesma no exercício.	227
ANEXO E - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	229
ANEXO F - Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG.....	231
ANEXO G - Declaração de inserção e atualização de dados no Siconv.....	232
ANEXO H - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	233



LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual.....	17
Quadro 2	Subitens do item 2 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA.....	47
Quadro 3	Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 20ZW- Promoção da Defesa Agropecuária.....	53
Quadro 4	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária - Plano Orçamentário 000F- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.....	54
Quadro 5	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária - Plano Orçamentário 0005- Erradicação da Mosca da Carambola.....	63
Quadro 6	Número de armadilhas tipo Jackson iscadas com metil eugenol e malationa instaladas por município para a monitoração da mosca da carambola, <i>Bractrocera carambolae</i> (Diptera: Tephritidae), no Estado do Maranhão. 2013.....	65
Quadro 7	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária - Plano Orçamentário 0006- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.....	72
Quadro 8	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZW- Promoção da Defesa Agropecuária - Plano Orçamentário 0009- Erradicação da Febre Aftosa.....	76
Quadro 9	Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias.....	81
Quadro 10	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 000A- Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.....	82
Quadro 11	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 000B- Fiscalização de Sementes e Mudanças.....	84
Quadro 12	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 000C- Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.....	87
Quadro 13	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 000D- Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.....	89
Quadro 14	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 000E- Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.....	93
Quadro 15	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 000G- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.....	96
Quadro 16	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 000H- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.....	100
Quadro 17	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 000J- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.....	103
Quadro 18	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 000K- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos.....	107
Quadro 19	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 0006- Fiscalização de Material Genético.....	110
Quadro 20	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 0008- Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.....	112
Quadro 21	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 0009- Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.....	113
Quadro 22	Ação/Subtítulos - OFSS – Ação 20ZV- Fomento ao Setor Agropecuário.....	116
Quadro 23	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZV- Fomento ao Setor Agropecuário - Plano Orçamentário 000A- Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.....	117
Quadro 24	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZV- Fomento ao Setor Agropecuário - Plano Orçamentário 000E- Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário.....	118
Quadro 25	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZV- Fomento ao Setor Agropecuário - Plano Orçamentário 000F- Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneres.....	119
Quadro 26	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZV- Fomento ao Setor Agropecuário - Plano Orçamentário 0004- Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção.....	121
Quadro 27	Ação/Subtítulos - OFSS – Ação 8593- Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC.....	122
Quadro 28	Ação/Subtítulos - OFSS – Ação 8606- Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica.....	125
Quadro 29	Plano Orçamentário vinculado à Ação 8606- Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Plano Orçamentário 0003- Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.....	126
Quadro 30	Ação/Subtítulos - OFSS – Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias.....	128



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão – SFA-MA

Quadro 31	Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 0001- Fiscalização de Serviços Agrícolas.....	129
Quadro 32	Ação/Subtítulos - OFSS – Ação 2000- Administração da Unidade.....	131
Quadro 33	Plano Orçamentário vinculado à Ação 2000- Administração da Unidade - Plano Orçamentário 000H- Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.....	132
Quadro 34	Ação/Subtítulos - OFSS – Ação 2000- Administração da Unidade.....	132
Quadro 35	Plano Orçamentário vinculado à Ação 2000- Administração da Unidade - Plano Orçamentário 000A- Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.....	135
Quadro 36	Plano Orçamentário vinculado à Ação 2000- Administração da Unidade - Plano Orçamentário 000C- Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria-Executiva.....	139
Quadro 37	Plano Orçamentário vinculado à Ação 2000- Administração da Unidade - Plano Orçamentário 0006- Desenvolvimento de Pessoas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	140
Quadro 38	Plano Orçamentário vinculado à Ação 2000- Administração da Unidade - Plano Orçamentário 0007- Coordenação do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	142
Quadro 39	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais no exercício.....	145
Quadro 40	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Erradicação da Mosca da Carambola no exercício.....	147
Quadro 41	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais no exercício.....	149
Quadro 42	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Erradicação da Febre Aftosa no exercício.....	150
Quadro 43	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no exercício.....	152
Quadro 44	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Sementes e Mudanças no exercício.....	154
Quadro 45	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados no exercício.....	155
Quadro 46	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais no exercício.....	157
Quadro 47	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no exercício.....	159
Quadro 48	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal no exercício.....	160
Quadro 49	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos no exercício.....	162
Quadro 50	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos no exercício.....	164
Quadro 51	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Material Genético Animal no exercício.....	165
Quadro 52	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal no exercício.....	167
Quadro 53	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário no exercício.....	168
Quadro 54	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneros no exercício.....	169
Quadro 55	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica no exercício.....	172
Quadro 56	Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Serviços Agrícolas no exercício.....	173
Quadro 57	Subitem do item 3 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não foi aplicado à natureza jurídica da SFA-MA.....	176
Quadro 58	Quadro 58- Subitem do item 4 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA.....	178
Quadro 59	Quadro 59- Subitem do item 4 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não apresentou ocorrência durante o exercício na SFA-MA.....	178
Quadro 60	Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	179
Quadro 61	Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	179
Quadro 62	Visão geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	180
Quadro 63	Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo (série	



histórica).....	185
Quadro 64 Despesa com cartão de crédito corporativo por UJ e por portador.....	186
Quadro 65 Prestações de contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	187
Quadro 66 Subitens do item 5 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA.....	190
Quadro 67 Subitens do item 5 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não apresentaram ocorrência durante o exercício na SFA-MA.....	190
Quadro 68 Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	191
Quadro 69 Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	192
Quadro 70 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	193
Quadro 71 Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....	193
Quadro 72 Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	194
Quadro 73 Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	195
Quadro 74 Composição do quadro de servidores inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	196
Quadro 75 Instituidores de pensão – Situação apurada em 31/12.....	196
Quadro 76 Atos sujeitos ao registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	197
Quadro 77 Atos sujeitos à comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	197
Quadro 78 Regularidade do cadastro dos atos no SISAC.....	198
Quadro 79 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	199
Quadro 80 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	200
Quadro 81 Composição do quadro de estagiários.....	201
Quadro 82 Subitens do item 6 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA.....	202
Quadro 83 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	203
Quadro 84 Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ.....	204
Quadro 85 Consumo de papel, energia elétrica e água.....	206
Quadro 86 Subitem do item 9 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não foi aplicado à natureza jurídica da SFA-MA.....	207
Quadro 87 Subitens do item 9 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não apresentaram ocorrências durante o exercício na SFA-MA.....	207
Quadro 88 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	208
Quadro 89 Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	209
Quadro 90 Relação de demandas encaminhadas pelo Órgão Central à SFA-MA via Sistema de Informação ao Cidadão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	212
Quadro 91 Relação de demandas encaminhadas pelo Órgão Central à SFA-MA via Sistema de Ouvidoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	212



LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Relação do número de supervisões programadas e realizadas por Programa Nacional de Sanidade Animal coordenados pelo Departamento de Saúde Animal (DSA/SDA/MAPA) no Estado do Maranhão. 2013.....	55
Tabela 2	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais no exercício.....	56
Tabela 3	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Erradicação da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais para o cumprimento da meta física no exercício.....	56
Tabela 4	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Erradicação da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais em eventos no exercício.....	58
Tabela 5	Quantidade de coletas realizadas por microrregião onde se encontram instaladas armadilhas tipo Jackson iscadas com metil eugenol e malationa instaladas para a captura da mosca da carambola, <i>Bractrocera carambolae</i> (Diptera: Tephritidae), no Estado do Maranhão. 2013.....	67
Tabela 6	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano Orçamentário Erradicação da Mosca da Carambola no exercício.....	68
Tabela 7	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais para o cumprimento da meta física no exercício.....	70
Tabela 8	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais no exercício.....	73
Tabela 9	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais para o cumprimento da meta física no exercício.....	74
Tabela 10	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Erradicação da Febre Aftosa no exercício.....	79
Tabela 11	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Erradicação da Febre Aftosa para o cumprimento da meta física no exercício.....	80
Tabela 12	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no Plano Orçamentário Erradicação da Febre Aftosa em eventos no exercício.....	80
Tabela 13	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no exercício.....	83
Tabela 14	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário para o cumprimento da meta física no exercício.....	83
Tabela 15	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fiscalização de Sementes e Mudanças no exercício.....	85
Tabela 16	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização de Sementes e Mudanças para o cumprimento da meta física no exercício.....	85
Tabela 17	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização de Sementes e Mudanças em eventos no exercício.....	86
Tabela 18	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fiscalização de Agrotóxicos e Afins no exercício.....	88
Tabela 19	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização de Agrotóxicos e Afins em eventos no exercício.....	89
Tabela 20	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados no exercício.....	90
Tabela 21	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados para o cumprimento da meta física no exercício.....	91
Tabela 22	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados em eventos no exercício.....	92
Tabela 23	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais no exercício.....	94
Tabela 24	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados para o cumprimento da meta física no exercício.....	95
Tabela 25	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais em eventos no exercício.....	95
Tabela 26	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no exercício.....	98
Tabela 27	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal para o cumprimento da meta física no exercício.....	98
Tabela 28	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal em eventos no exercício.....	99



Tabela 29	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal para o cumprimento da meta física no exercício.....	101
Tabela 30	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos no exercício.....	105
Tabela 31	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos para o cumprimento da meta física no exercício.	106
Tabela 32	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos no exercício.....	108
Tabela 33	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos para o cumprimento da meta física no exercício.....	108
Tabela 34	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos em eventos no exercício.....	109
Tabela 35	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fiscalização de Material Genético no exercício.....	111
Tabela 36	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal no exercício.....	113
Tabela 37	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário no exercício.....	114
Tabela 38	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário para o cumprimento da meta física no exercício.....	114
Tabela 39	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário em eventos no exercício.....	115
Tabela 40	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários no exercício.....	118
Tabela 41	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneros no exercício.....	120
Tabela 42	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono no exercício.....	123
Tabela 43	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono em eventos no exercício.....	124
Tabela 44	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica no exercício.....	127
Tabela 45	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fiscalização de Serviços Agrícolas no exercício.....	130
Tabela 46	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização de Serviços Agrícolas para o cumprimento da meta física no exercício.....	130
Tabela 47	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização de Serviços Agrícolas em eventos no exercício.....	130
Tabela 48	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo no exercício.....	133
Tabela 49	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo em eventos no exercício.	133
Tabela 50	Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas no exercício.....	136
Tabela 51	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas para a manutenção da SFA-MA no exercício.....	137
Tabela 52	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas em eventos no exercício.....	138
Tabela 53	Relação de pagamentos de auxílio-funeral de servidores inativos da SFA-MA a seus beneficiários no exercício de 2013.....	139
Tabela 54	Descrição da previsão e execução da meta financeira do Plano Orçamentário Desenvolvimento de Pessoas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no exercício.....	141
Tabela 55	Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Desenvolvimento de Pessoas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em eventos no exercício.....	141
Tabela 56	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais no período 2009-2013.....	145
Tabela 57	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Erradicação da Mosca da Carambola no período 2009-2013.....	148



Tabela 58 Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais no período 2009-2013.....	149
Tabela 59 Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Erradicação da Febre Aftosa no período 2009-2013.....	151
Tabela 60 Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no período 2008-2013.....	152
Tabela 61 Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Sementes e Mudanças no período 2009-2013.....	154
Tabela 62 Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados no período 2009-2013.....	156
Tabela 63 Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais no período 2009-2013.....	157
Tabela 64 Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no período 2009-2013.....	159
Tabela 65 Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal no período 2009-2013.....	161
Tabela 66 Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos no período 2009-2013.....	163
Tabela 67 Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos no período 2009-2013.....	164
Tabela 68 Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Material Genético Animal no período 2008-2013.....	166
Tabela 69 Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal no período 2008-2013.....	167
Tabela 70 Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário no período 2008-2013.....	168
Tabela 71 Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneres no período 2009-2013.....	171
Tabela 72 Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica no período 2009-2013.....	172
Tabela 73 Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Serviços Agrícolas no período 2009-2013.....	174



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Adepará- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
AGE13- Coordenação do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
AGE/MAPA- Assessoria de Gestão Estratégica
AGED-MA- Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão
AGERP-MA- Agência Estadual de Extensão Rural e Pesquisa do Maranhão
AGU- Advocacia-Geral da União
AP- Número de auditorias programadas
ApoioABC13- Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
APProdutor- Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
AR- Número de auditorias realizadas
Avima- Associação dos Avicultores do Maranhão
CAE- Coordenador Estadual de Ação
CAIXA/GIDUR- Gerências de Desenvolvimento Urbano
CAIXA/REDUR- Gerências de Representações de Desenvolvimento Urbano
Capacita13- Desenvolvimento de Pessoas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Cesama- Comitê Estadual de Sanidade Avícola
CCONT/SPOA/SE/MAPA- Coordenação de Contabilidade
CEF- Caixa Econômica Federal
Certorgan1- Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
CFIC/DFIA/SDA/MAPA- Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos
CFP- Número contratos fiscalizados programados
CFR- Número de contratos fiscalizados realizados
CGAA/DFIA/SDA/MAPA- Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins
CGAP/SPOA/SE/MAPA- Coordenação-Geral de Administração de Pessoas
CGAS/SE/MAPA- Coordenação-Geral de Apoio às Superintendências
CGDP/SE/MAPA- Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas
CGLOG/DIEL/SDC/MAPA- Coordenação-Geral de Infraestrutura Rural e Logística da Produção
CGPAD/SE/MAPA- Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares
CGPI/DIEL/SDC/MAPA- Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais
CGPP/DSV/SDA/MAPA- Coordenação-Geral de Proteção de Plantas
CGQV/DIPOV/SDA/MAPA- Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal
CGSG/SPOA/SE/MAPA- Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais
CGTI/SPOA/SE/MAPA- Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU- Controladoria-Geral da União
CGU-PAD- Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CGVIGIAGRO/SDA/MAPA- Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária
CIG/DEPTA/SDC/MAPA- Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários
CIS-E- Certificado de Inspeção Sanitária modelo “E”
CJU/MA/CGU/AGU- Consultoria Jurídica da União no Estado do Maranhão
CMSP/DEPROS/SDC/MAPA- Coordenação de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos
CNAE- Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA- Coordenação de Agroecologia
Conab- Companhia Nacional de Abastecimento
CONDEPHAAT- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CNPJ- Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas



CPF- Cadastro de Pessoa Física
CPGF- Cartão de Crédito Corporativo
CPOrg-MA- Comissão da Produção Orgânica no Estado do Maranhão
CRMV-MA- Conselho Regional de Medicina Veterinária do Maranhão
CSM-MA- Comissão de Sementes e Mudanças do Maranhão
CSM/DFIA/SDA/MAPA- Coordenação de Sementes e Mudanças
CTNBio- Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CTP- Custo total programado
CTR- Custo total realizado
CUP- Custo unitário programado
CUR- Custo unitário realizado
DBR- Declaração de Bens e Renda
DDA/SFA-MA- Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
DEPTA/SDC/MAPA- Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária
DFIA/SDA/MAPA- Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DFIP/SDA/MAPA- Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
DIEL/SDC/MAPA- Departamento de Infraestrutura, Logística e Parcerias Institucionais
DIPOA/SDA/MAPA- Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DIPOV/SDA/MAPA- Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DN- Decisão Normativa
DOU- Diário Oficial da União
DPDAG/SFA-MA- Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão.
DSA/SDA/MAPA- Departamento de Saúde Animal
DSV/SDA/MAPA- Departamento de Sanidade Vegetal
EFA- Índice de eficácia
EFI- Índice de eficiência
Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Enfisa- Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos
Erradmosc13- Erradicação da Mosca da Carambola
Febreafto13- Erradicação da Febre Aftosa
FFA- Fiscal Federal Agropecuário
Fisagrot13- Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
Fiscagric13- Fiscalização de Serviços Agrícolas
Fiscalsem13- Fiscalização de Sementes e Mudanças
Fiscgene13- Fiscalização de Material Genético
Fiscinan13- Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal
Fiscon13- Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneres
Fiscorgen13- Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
Fisfecoi13- Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
Fisprovet13- Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
FP- Nº de Estabelecimentos Fiscalizados Programados
FR- Nº de Estabelecimentos Fiscalizados Realizados
Fundeppec- Fundo de Desenvolvimento Pecuário do Maranhão
GEASE- Grupo Especial de Atendimento a Suspeita de Enfermidade Emergencial
GIDUR/SL- Gerência de Desenvolvimento Urbano e Rural da Caixa Econômica Federal em São Luís



GM- Geneticamente modificado
GTA- Guia de Trânsito Animal
ha- hectare
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN- Instrução Normativa
Indigraf- Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários
Infra-log- Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção
Inmetro- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
InpAnimal13- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
IPVegetal13- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
Km²- Quilômetro quadrado
LANAGRO/MAPA- Laboratório Nacional Agropecuário
LANAGRO-GO/MAPA- Laboratório Nacional Agropecuário em Goiás
LANAGRO-MG/MAPA- Laboratório Nacional Agropecuário em Minas Gerais
LANAGRO-PA/MAPA- Laboratório Nacional Agropecuário no Pará
LANAGRO-PE/MAPA- Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco
LANAGRO-SP/MAPA- Laboratório Nacional Agropecuário em São Paulo
LASO/LANAGRO-PE/MAPA- Laboratório Oficial de Análise Sementes do Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco
LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA- Lei Orçamentária Anual
ManutSFAs13- Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas
MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MP- Número de monitorações programadas
MPOG- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MR- Número de monitorações realizadas
NACA/DSV/SDAMAPA- Núcleo de Acompanhamento, Controle e Avaliação
NBC T- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NP- Número de unidades programadas da meta física
NR- Número de unidades realizadas da meta física
OCI- Órgão de Controle Interno
OCS- Organização de Controle Social
OFSS- Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OGM- Organismo Geneticamente Modificado
OIE- Organização Mundial de Saúde Animal
OPAC- Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
OpeAssist13- Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria-Executiva
OperaSDC13- Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Padclassi13- Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
PAEC- Plano Anual de Capacitação Continuada
PC- Prestação de contas
PCEAnimal13- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
PCEVegetal- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
PI- Plano Interno
Plano ABC- Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura
PO- Plano Orçamentário
PNCEBT- Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal
PNCFS- Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja



PNCRC- Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
PNCRH- Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias
PNEEB- Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina
PNEFA- Programa Nacional de Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa
PNEMC- Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola
PNQV- Programa Nacional de Controle da Qualidade Vegetal
PNSA- Programa Nacional de Sanidade Avícola
PNSE- Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos
PNSS- Programa Nacional de Sanidade Suídea
POA- Plano Operativo Anual
PP- Número de partidas fiscalizadas programadas
PPA- Plano Plurianual
PR- Número de partidas fiscalizadas realizadas
PROCON- Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor
Programa ABC- Planejamento do Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
RA- Relatório de Auditoria
Renasem- Registro Nacional de Sementes e Mudanças
RIP- Registro Imobiliário Patrimonial
RP- Relação percentual
SAD/SFA-MA- Serviço de Apoio Administrativo da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SAG/SAD/SFA-MA- Seção de Atividades Gerais da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
Sagrma- Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Maranhão
SAOD/SFA-MA- Seção de Apoio Operacional e Divulgação da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SCC/SAG/SAD/SFA-MA- Setor de Compras e Contratos da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SCDP- Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SCVA- Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA
SDA/MAPA- Secretaria de Defesa Agropecuária
SDC/MAPA- Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SE/MAPA- Secretaria Executiva
Sebrae- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFAG/DDA/SFA-MA- Serviço de Fiscalização Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SEOF/SAD/SFA-MA- Seção de Execução Orçamentária e Financeira da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SePA/SFA-MA- Seção de Planejamento e Acompanhamento da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SeSAG/DPDAG/SFA-MA- Seção de Suporte Agropecuário da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SF- Suprimento de Fundos
SFA-AP- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amapá
SFA-MA- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SFA-PA- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
SFA-PI- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí
SGI- Sistema de Gestão Integrada



SGP/SAD/SFA-MA- Seção de Gestão de Pessoas da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão

SIAD- Sistema de Autorização de Deslocamento

Siafi- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Siape- Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASG- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIC/MAPA- Sistema de Informação ao Cidadão

SICAF- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores

Sicar- Sistema Integrado de Controle de Arrecadação

Siconv- Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIF- Serviço de Inspeção Federal

SIFISA/DDA/SFA-AC- Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Acre.

Siged- Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos

SIGEF- Sistema de Gestão da Fiscalização Módulo de Controle da Produção de Sementes e Mudanças

SIGSIF- Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal

Sior- Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras

SIORG- Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPE- Sistema Integrado de Registro de Produto e Estabelecimento

SIPE Web- Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos

Siplan- Sistema Integrado de Planejamento

SISA/DDA/SFA-MA- Serviço de Inspeção e Saúde Animal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão

SISAC- Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões

Siscomex- Sistema Integrado de Comércio Exterior

SISV/DDA/SFA-MA- Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão

SMAP/SAG/SAD/SFA-MA- Setor de Manutenção Predial da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão

SMP/SAG/SAD/SFA-MA- Setor de Material e Patrimônio da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão

SPIUnet- Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPOA/SE/MAPA- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

SPR/SAG/SAD/SFA-MA- Setor de Protocolo da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão

SPROT/DCA/MAPA- Serviço de Protocolo e Expedição

SPU-MA- Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Maranhão

STR/SAG/SAD/SFA-MA- Setor de Transporte da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão

SUASA- Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

t- tonelada

TCU- Tribunal de Contas da União

UCP- Número de Unidades Controladas Programadas

UCR- Número de Unidades Controladas Realizadas

UEMA- Universidade Estadual do Maranhão

UG- Unidade de Gestão

UJ- Unidade Jurisdicionada

UO- Unidade Orçamentária

un- unidade

USP- Número de unidades supervisionadas programadas



USR- Número de unidades supervisionadas realizadas

UVAGRO/ITM/DDA-MA- Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto do Itaqui e da Ponta da Madeira.

UVL- Unidade Veterinária Local

VA- Variação absoluta

VR- Variação relativa

Vigiagro- Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional

Vigiagro13- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos

Vigifito13- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Vol- volume.



1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1- Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual.

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão			
Denominação Abreviada: SFA/MAPA-MA			
Código SIORG: 002792		Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130069
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.396.895/0017-92
Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura; Federal, Estadual, Municipal			Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de contato:		(98) 3131-3412	(98) 3131-3419
Endereço Eletrônico: gab-ma@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Praça da República, 147 – Diamante – 65.025-500 – São Luís/MA			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pelo Decreto Imperial nº 1.067, de 28/07/1860, publicado na Coleção de Leis do Brasil - 1860, Página 15 Vol. I, Parte I, e reorganizada pela Lei Delegada nº 09, de 11/10/1962, publicada no DOU de 12/10/1962 e republicada no DOU de 03/01/1963, e pelas Leis nº 8.490, de 19/11/1992, publicada no DOU de 19/11/1992, e nº 10.683, de 28/05/2003, publicada no DOU de 29/05/2003.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
A Estrutura Regimento e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foram aprovados pelo Decreto Federal nº 7.127, de 04/03/2010, publicado no DOU de 05/03/2010, e o Regimento Interno foi aprovado pela Portaria Ministerial MAPA nº 428, de 09/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Todos os manuais e publicações relacionados às atividades da SFA-MA são elaborados, deliberados e divulgados pelos órgãos centrais (Secretarias, Departamentos e Coordenações-Gerais) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código Siafi	Nome		
130069	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código Siafi	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código Siafi da Unidade Gestora		Código Siafi da Gestão	
130069		00001	

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão (SFA-MA) é uma unidade da administração direta descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), instituída através do Decreto Imperial nº 1.067, de 28 de julho de 1860, publicado na página 15, Vol. 1, Parte I da Coleção de Leis do Brasil - 1860, e



regulamentada organicamente pela Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU em 14/06/2010. Suas competências institucionais também estão contidas na mesma Portaria, e suas atividades estão respaldadas em leis, decretos, portarias, instruções normativas etc. vigentes.

O MAPA busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o MAPA visa a garantia da segurança alimentar da população brasileira, a geração de renda e emprego, a redução das desigualdades e a inclusão social. Executa também outras atividades relacionadas à promoção da infraestrutura rural, ao controle da mecanização e aviação agrícola e modernização dos sistemas de produção de sementes, ao desenvolvimento da produção de alimentos orgânicos e do sistema de produção integrada e certificada, além da promoção da exportação de excedentes, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Titular da pasta, consoante orientações técnicas dos órgãos setoriais do Ministério, como definida no artigo 1º da Portaria nº 428, de 09/06/2010, compete executar atividades e ações de defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias; fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura; assistência técnica e extensão rural; infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool; administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais; planejamento estratégico e planejamento operacional; programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e aperfeiçoamento da gestão da Superintendência.

A SFA-MA executa, concomitantemente, e quando requisitadas, atividades relacionadas à promoção da exportação, à promoção da infraestrutura rural, ao controle da aviação agrícola, à modernização dos sistemas de produção de sementes, ao desenvolvimento da produção de alimentos orgânicos e do sistema de produção integrada e certificada.

É importante destacar que a sociedade e o cidadão, de uma forma direta ou indireta, são atingidos pelo efeito preventivo da atuação da SFA-MA e seu consequente impacto multiplicador em todos os grupos de clientes. Todas as atividades das áreas-fim da SFA-MA estão voltadas para a garantia da qualidade dos serviços e produtos oferecidos pelos produtores e empresas do Estado do Maranhão fiscalizadas pela SFA-MA e que se destinam ao cidadão e à sociedade em geral.

A SFA-MA no cumprimento do Regimento Interno através da Portaria nº 428/2010, no exercício de suas competências e atribuições legais e regimentais na Área Administrativa e Área Técnica, na perspectiva das realizações perante o cumprimento de suas ações, não somente atendendo às demandas de sua própria instituição em busca de novos objetivos, tem apoiado o setor agrícola, pecuário e industrial com políticas e serviços para a produção de alimentos e produtos agroenergéticos através de fiscalizações e supervisões na tentativa de realizar a Visão de Futuro e cumprir a Missão do MAPA em “Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”.

A SFA-MA cumpre um importante papel no âmbito do agronegócio maranhense, executando um rigoroso trabalho para assegurar a qualidade e a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal.

De acordo com as diretrizes e programas estratégicos contidas no Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal para o período 2012-2015 (Lei Federal nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012), o qual apresenta a finalidade de contribuir com o Governo Federal na continuidade do Projeto Nacional de Desenvolvimento, que visa a redução das desigualdades regionais com geração de empregos e distribuição de renda; a superação da pobreza extrema e redução das desigualdades sociais; a aplicação da ciência tecnológica e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento



econômico brasileiro; o fortalecimento da democracia e o estímulo para a participação da sociedade, ampliando a transparência da ação pública; e o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão do Estado, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o presente documento contextualiza as responsabilidades institucionais. a estratégia de atuação, as informações técnico-administrativas de natureza quantitativa e qualitativa com a devida apresentação das metas físicas e orçamentárias programadas e executadas e a estrutura de custos da Unidade, com o que se faz refletir todo o conjunto do trabalho efetivamente realizado pela SFA-MA.

O portfólio de programas temáticos e programas orçamentários que o Ministério está executando no período de 2012 a 2015 está traduzido e desdobrado em um conjunto de objetivos, metas e iniciativas, cuja definição contou com a participação do corpo técnico do Ministério, de parceiros institucionais e da representação dos segmentos do agronegócio que respondem pela produção agropecuária.

Ressalta-se que todas as ações e atividades executadas pela SFA-MA estão integradas num contexto de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

A SFA-MA assume papel de fundamental importância nesse contexto na medida em que é responsável direta pela coordenação, supervisão e execução dessas atividades no Estado do Maranhão, as quais estão consubstanciadas no presente Relatório de Gestão 2013.

Ainda compete às Superintendências a execução de atividades específicas demandadas pela Secretaria Executiva (SE/MAPA) relacionadas às inerentes competências de ouvidoria e de corregedoria.

Entre as atribuições concedidas a essa Superintendência, vale destacar o arranjo funcional dado ao sistema de defesa vegetal e animal após a edição do Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006, que instituiu o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Esse documento legal transferiu a execução de atividades de sanidade agropecuária, até então de exclusiva responsabilidade da instância central e superior, o MAPA, para outras instâncias inferiores, como a intermediária, composta pelos estados e Distrito Federal, e a local, a qual reúne os municípios ou regiões, já que o Órgão Federal passou a responder pelas atividades de natureza política, estratégica, normativa, reguladora, coordenadora, supervisora, auditora, fiscalizadora e inspetora, menos as de ordem operacional, salvo se determinadas por interesse nacional ou regional. O objetivo do SUASA é garantir a saúde dos animais e a sanidade dos vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços e a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos finais destinados ao consumo.

No subitem 2.2.1.1 serão descritos os resultados obtidos pela SFA-MA no exercício de 2013, com as metas alcançadas e as realizações empreendidas.

1.3. Organograma Funcional

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão desenvolve as suas atividades com amparo legal previsto na Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010. E para operar suas competências institucionais, a SFA-MA dispõe da seguinte estrutura regimental estabelecida pela mesma Portaria nº 428/2010 (ANEXO A).

1. Unidades de Assistência Direta

SePA/SFA-MA- Seção de Planejamento e Acompanhamento: promove o processo de gestão estratégica e operacional; elabora e consolida o plano operativo anual e da programação físico-orçamentária; orienta o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos componentes das



estratégias; orienta para avaliação e revisão de indicadores de desempenho e demais instrumentos de gestão; elabora relatórios, periódicos e anuais; apoia a realização dos levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos; acompanha auditorias técnico-fiscais; consolida dados e compõe o Relatório de Gestão da SFA-MA.

SAOD/SFA-MA- Seção de Apoio Operacional e Divulgação: promove o processo de gestão estratégica e atividades de comunicação visual; auxilia na divulgação de notícias e informações; mantém atualizado o cadastro de autoridades do setor público; providencia a publicação de portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos; coordena e executa as atividades inerentes à tecnologia da informática.

2. Unidades de Execução Finalística

DDA/SFA-MA- Divisão de Defesa Agropecuária: coordena, acompanha, orienta e avalia a execução das atividades de defesa sanitária vegetal e animal, fiscalização e inspeção de insumos agropecuários e de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal pelo SEFAG/DDA/SFA-MA, SISA/DDA/SFA-MA, SISV/DDA/SFA-MA e UVAGRO/ITM/DDA-MA).

SEFAG/DDA/SFA-MA- Serviço de Fiscalização Agropecuária: programa, promove, orienta, controla e audita a execução das atividades de fiscalização de insumos pecuários e de fiscalização de insumos agrícolas.

SISA/DDA/SFA-MA- Serviço de Inspeção e Saúde Animal: programa, promove, orienta, controla e audita a execução das atividades de inspeção de produtos de origem animal e de saúde animal.

SISV/DDA/SFA-MA- Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal: programa, promove, orienta, controla e audita a execução das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal e de sanidade vegetal.

DPDAG/SFA-MA- Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário: promove, orienta, acompanha e fiscaliza a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário executados pela SeSAG/DPDAG/SFA-MA.

SeSAG/DPDAG/SFA-MA- Seção de Suporte Agropecuário: promove, orienta, acompanha e fiscaliza a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário do estado.

3. Unidades Descentralizadas de Execução Finalística

UVAGRO/ITM/DDA-MA- Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto do Itaqui e da Ponta da Madeira: coordenada pela Divisão de Defesa Agropecuária, executa as atividades de fiscalização agropecuária: examina, em articulação com as autoridades aduaneiras, bagagens de passageiros com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos; aplica medidas de desinfecção e desinfestação em animais e vegetais; expede certificados sanitários e fitossanitários; propõe quarentena agropecuária.



4. Unidade de Apoio Operacional

SAD/SFA-MA- Serviço de Apoio Administrativo: coordena a execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA-MA consoante orientações dos órgãos setoriais; delega orientações às seções subordinadas: SEOF/SAD/SFA-MA, SGP/SAD/SFA-MA e SAG/SAD/SFA-MA.

SEOF/SAD/SFA-MA- Seção de Execução Orçamentária e Financeira: processa a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados; efetua pagamentos de suprimentos de fundos e demais despesas; executa inclusões, alterações e exclusões de informações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi); analisa e emite parecer sobre a execução financeira, processamento contábil e prestação de contas correspondentes aos contratos, convênios, ajustes, acordos e demais instrumentos de parcerias; verifica e registra a conformidade de gestão.

SGP/SAD/SFA-MA- Seção de Gestão de Pessoas: promove a aplicação da legislação de pessoal no que tange aos direitos e deveres dos servidores públicos e dos empregados; orienta a execução das atividades de registros funcionais, preparo de pagamento de pessoal, concessões de férias, licenças e aposentadorias, benefícios sociais e assistenciais e exames médicos periódicos; identifica as necessidades de desenvolvimento de competências; cadastra e mantém atualizados os dados e informações sobre agentes de desenvolvimento de pessoas; providencia a inscrição e analisa os processos de participação de servidores em cursos externos e em outros eventos similares; prove apoio técnico e operacional na execução do Plano Anual de Desenvolvimento de Pessoas; instrui processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais.

SAG/SAD/SFA-MA- Seção de Atividades Gerais: promove, acompanha e orienta a execução das atividades de transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, manutenção predial, almoxarifado, protocolo, limpeza, conservação e vigilância. Os seguintes setores estão sob sua gestão: SCC/SAG/SAD/SFA-MA, SMAP/SAG/SAD/SFA-MA, SMP/SAG/SAD/SFA-MA, STR/SAG/SAD/SFA-MA e SPR/SAG/SAD/SFA-MA.

SCC/SAG/SAD/SFA-MA- Setor de Compras e Contratos: realiza atividades de Unidade de Assessoria, Unidade de Gestão de Contratos e Unidade responsável pelo cadastramento de fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Como Unidade de Assessoria, o Setor presta informações e orientações às unidades da SFA-MA interessadas em adquirir um bem ou contratar um serviço através das diversas modalidades de licitação, dispensa de licitação ou inexigibilidade de licitação. Realiza consultas a legislação e revisões ou recomendações acerca de Projeto Básico ou Termo de Referência sob análise. Também informa o trâmite correto de processos licitatórios e quais são os documentos mínimos exigidos para iniciar a fase interna. Ainda como assessoria, auxilia o pregoeiro tanto na elaboração dos editais de tais processos licitatórios quanto na fase de habilitação dos licitantes, conforme a modalidade de licitação. Como Unidade Gestora de Contratos, o Setor elabora e acompanha a assinatura e a vigência dos contratos celebrados pela SFA-MA, informando aos interessados os prazos para solicitação de possíveis prorrogações, além de, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), gerar cronogramas de contratos, cadastros de extrato das compras e contratos celebrados para publicação no DOU e realizar medição das Notas Fiscais após terem sido atestadas pelo respectivo fiscal do contrato. E como a SFA-MA é unidade cadastradora SICAF, o Setor realiza o cadastro de fornecedores interessados em contratar com a União, informando toda a documentação pertinente para tal.



SMAP/SAG/SAD/SFA-MA- Setor de Manutenção Predial: acompanha e controla a execução de serviços prestados para manutenção, limpeza e vigilância de edifícios e outros bens imóveis; promove e orienta mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis; vistoria as condições de infraestrutura física dos bens imóveis e mantém atualizados os registros cadastrais, instalações elétricas e hidráulicas dos edifícios.

SMP/SAG/SAD/SFA-MA- Setor de Material e Patrimônio: controla a entrega e mantém a guarda de material adquirido; classifica, registra e controla bens de consumo, elaborando demonstrativo contábil; procede à redistribuição de bens de consumo; mantém a documentação relativa ao almoxarifado da SFA-MA organizada e atualizada; mantém sob sua guarda os materiais de consumo e permanente e promove sua conservação devida; coleta, processa e mantém os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; classifica, registra e cadastra os bens patrimoniais, elaborando demonstrativos contábeis, bem como controla a distribuição; procede a mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis; mantém organizada e atualizada a documentação relativa aos bens móveis e imóveis; executa os procedimentos de alienação de bens móveis; providencia a legalização e mantém atualizados os registros cadastrais dos bens imóveis.

SPR/SAG/SAD/SFA-MA- Setor de Protocolo: recebe, distribui e expede a documentação corrente; classifica, numera, registra e autua as documentações recebidas e expedidas com lançamento no Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (Sigid); sistematiza, recupera e presta informações relativas ao trâmite documental; e recebe e expede malotes.

STR/SAG/SAD/SFA-MA- Setor de Transporte: acompanha a utilização dos veículos; orienta os usuários dos veículos quanto aos aspectos da utilização e da direção defensiva dos veículos; promove recuperação, manutenção e revisão dos veículos; levanta e analisa custos de manutenção e conservação dos veículos, bem como do consumo de combustíveis; acompanha, em consonância com o fiscal de contrato, a execução do contrato de prestação de serviços relacionados aos veículos; detalha o Plano Anual de Aquisição de Veículos, bem como a proposta de alienações dos veículos inservíveis ou antieconômicos; e alimenta o Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA (SCVA).

1.4. Macroprocessos Finalísticos

I. Divisão de Defesa Agropecuária

A. Programa 2028- Defesa Agropecuária

A1. Ação 20ZW- Promoção da Defesa Agropecuária

Plano Orçamentário 000F- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Macroprocesso 1: Cadastramento de médicos veterinários privados e oficiais para emissão de Certificado de Inspeção Sanitária modelo “E” (CIS-E):

Trata-se de procedimento operacional padrão para o credenciamento de médicos veterinários para emissão de certificados de trânsito interestadual de subprodutos de origem animal.

Exigências para credenciamento:

- Solicitação de credenciamento pelo INTERESSADO dirigida ao SUPERINTENDENTE da SFA-MA;



- Preenchimento de ficha cadastral pelo INTERESSADO;
- Emissão de parecer pelo TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA responsável pela área de trânsito animal;
- TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA encaminha documentação à SGP/SAD/SFA-MA para emissão de portaria de habilitação;
- SUPERINTENDENTE assina portaria de habilitação e a encaminha à SGP/SAD/SFA-MA para publicação no Boletim Pessoal da SFA-MA;
- SISA/DDA/SFA-MA envia portaria de habilitação ao interessado.

Macroprocesso 2: Habilitação de médicos veterinários autônomos para emissão de Guias de Trânsito Animal (GTA) para aves:

- INTERESSADO entrega requerimento e documentação de habilitação dirigida ao SUPERINTENDENTE da SFA-MA em escritório de atendimento do Serviço de Defesa Sanitária Animal da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED-MA);
- A solicitação e parecer do médico veterinário do escritório de atendimento são encaminhadas à Unidade Central da AGED-MA;
- A Unidade Central da AGED-MA autua processo e o encaminha ao SUPERINTENDENTE da SFA-MA;
- SUPERINTENDENTE da SFA-MA autua processo e encaminha, via DDA/SFA-MA, ao SISA/DDA/SFA-MA para análise e emissão de parecer;
- SISA/DDA/SFA-MA encaminha, via DDA/SFA-MA, o processo à SGP/SAD/SFA-MA para emissão de portaria de habilitação;
- SUPERINTENDENTE assina portaria de habilitação e a encaminha à SGP/SAD/SFA-MA para publicação no Boletim Pessoal da SFA-MA;
- SISA/DDA/SFA-MA envia portaria de habilitação ao INTERESSADO e arquiva o processo.

Macroprocesso 3: Habilitação de médicos veterinários autônomos para execução das atividades do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT):

- O INTERESSADO entrega requerimento e documentação para habilitação dirigida ao SUPERINTENDENTE da SFA-MA no escritório de atendimento do Serviço de Defesa Sanitária Animal da AGED-MA;
- A solicitação e parecer do médico veterinário do escritório de atendimento são encaminhadas à Unidade Central da AGED-MA;
- A Unidade Central da AGED-MA autua processo e o encaminha ao SUPERINTENDENTE da SFA-MA;
- SUPERINTENDENTE da SFA-MA autua processo e encaminha, via DDA/SFA-MA, ao SISA/DDA/SFA-MA para análise e emissão de parecer;
- SISA/DDA/SFA-MA encaminha, via DDA/SFA-MA, o processo à SGP/SAD/SFA-MA para emissão de portaria de habilitação;
- SUPERINTENDENTE assina portaria de habilitação e a encaminha à SGP/SAD/SFA-MA para publicação no Boletim Pessoal da SFA-MA;
- SISA/DDA/SFA-MA envia portaria de habilitação ao INTERESSADO e arquiva processo.

Plano Orçamentário 0005- Erradicação da Mosca da Carambola

Macroprocesso 1: Monitoração da mosca da carambola nas microrregiões Aglomeração Urbana de São Luís, do Gurupi, de Imperatriz e do Pindaré:

- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA escolhe local onde será instalada a armadilha (apenas na primeira vez);



- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA instala armadilha em árvores que se configuram como hospedeiros primários do inseto;
- Armadilha é monitorada mensalmente pelo TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA, em que se efetua: avaliação visual do piso adesivo a fim de serem identificadas espécimes da praga capturadas, troca do piso adesivo e substituição da isca tóxica. Caso seja constatado desgaste excessivo da armadilha, efetua-se a sua substituição;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA preenche ficha de avaliação para arquivo.

Plano Orçamentário 0006- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Macroprocesso 1: Supervisões às Unidades Regionais da AGED-MA:

- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA faz contato com direção administrativa da Unidade Regional;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA contata técnicos responsáveis pelas atividades fins;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA realiza supervisão propriamente dita, em que são observadas as condições das instalações físicas; dos equipamentos e mobiliário; do uso dos veículos e sua disponibilidade; do suporte de internet; da comunicação geral (telefone, fax); do atendimento às ocorrências de pragas; além da legislação para consulta, se atualizada e adequada; da documentação pertinente às atividades; e adequação do quantitativo de técnicos;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA identifica as não conformidades;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA elabora relatório de viagem;
- SUPERINTENDENTE da SFA-MA notifica o órgão executor das ações para adequação das não conformidades.

Macroprocesso 2: Cadastramento de proposta/plano de trabalho de convênios no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv):

- Cadastro de Proposta/Plano de Trabalho de convênio no Siconv pelo CONVENENTE;
- Análise de Proposta/Plano de Trabalho pelo ANALISTA TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA (concedente);
- Análise de documentação do PROPONENTE e INTERVENIENTE pelo ANALISTA TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA;
- Caso necessária, solicitação de ajustes e alterações na Proposta/Plano de Trabalho ao CONVENENTE;
- Alteração, caso solicitado, da Proposta/Plano de Trabalho pelo CONVENENTE;
- Análise do Plano de Aplicação Detalhado pelo ANALISTA TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA;
- ANALISTA TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA emite Parecer Técnico da Proposta/Plano de Trabalho;
- GESTOR da SFA-MA aprova ou rejeita o Parecer Técnico;
 - caso seja aprovado, a Proposta/Plano de Trabalho segue para análise pelo Departamento de Sanidade Vegetal (DSV/SDA/MAPA) para análise final, aprovação, assinatura e publicação no DOU.



Plano Orçamentário 0009- Erradicação da Febre Aftosa¹

Macroprocesso 1: Cadastramento e análise de convênio no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv):

Um convênio, aqui descrito, são ajustes que disciplinam a transferência de recursos financeiros à Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão, apresentados num plano de trabalho e que visam à execução de atos, de manutenção e consolidação das ações do sistema de saúde animal em regime de mútua cooperação com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

- Cadastro de Proposta/Plano de Trabalho de convênio no Siconv pelo CONVENENTE;
- Análise de Proposta/Plano de Trabalho pelo ANALISTA TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA (concedente);
- Análise de documentação do PROPONENTE e INTERVENIENTE pelo ANALISTA TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA;
- Caso necessária, solicitação de ajustes e alterações na Proposta/Plano de Trabalho ao CONVENENTE;
- Alteração da Proposta/Plano de Trabalho pelo CONVENENTE;
- Análise do Plano de Aplicação Detalhado pelo ANALISTA TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA;
- ANALISTA TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA emite Parecer Técnico da Proposta/Plano de Trabalho;
- O GESTOR da SFA-MA aprova ou rejeita o Parecer Técnico;
 - caso seja aprovado, a Proposta/Plano de Trabalho segue para análise pelo Departamento de Saúde Animal (DSA/SDA/MAPA) para análise final, aprovação e publicação no DOU.

A2. Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias

Plano Orçamentário 000A- Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Macroprocesso 1: Inscrição de estabelecimento:

- EMPRESA solicita a inscrição por meio de requerimento ao SEFAG/DDA/SFA-MA acompanhado de documentação exigida;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- Caso esteja de acordo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização do processo;
- Após recebido o processo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA emite parecer, registra a EMPRESA no Sistema Integrado de Registro de Produto e Estabelecimento (SIPE) e encaminha o certificado de inscrição à EMPRESA.

Macroprocesso 2: Registro de produto:

- EMPRESA solicita o registro de produto por meio de requerimento ao SEFAG/DDA/SFA-MA acompanhado de documentação exigida;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- Caso esteja de acordo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização do processo;

¹ As ações para obtenção e, posteriormente, manutenção de área livre de febre aftosa com vacinação são executadas pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED-MA).



Após recebido o processo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA registra o produto no SIPE e encaminha o certificado de inscrição à EMPRESA.

Plano Orçamentário 000B- Fiscalização de Sementes e Mudanças

Macroprocesso 1: Inscrição/Credenciamento no Registro Nacional de Sementes e Mudanças – (Renasem):

- EMPRESA/PROFISSIONAL requer inscrição/credenciamento na página do Sistema Renasem localizada no portal do MAPA na Internet;
- EMPRESA/PROFISSIONAL encaminha requerimento ao SEFAG/DDA/SFA-MA acompanhado de documentação exigida;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- Caso esteja de acordo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização do processo;
- Após recebido o processo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA realiza vistoria no estabelecimento, conforme exigência legal;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA homologa a inscrição no Sistema Renasem, emite o Certificado de inscrição/credenciamento e o encaminha à EMPRESA/PROFISSIONAL.

Macroprocesso 2: Inscrição de campo de sementes:

- EMPRESA requer inscrição do campo de sementes via Sistema de Gestão da Fiscalização Módulo de Controle da Produção de Sementes e Mudanças (SIGEF), anexando a documentação exigida;
- EMPRESA encaminha requerimento ao SEFAG/DDA/SFA-MA acompanhado de documentação exigida;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- Caso esteja de acordo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização do processo;
- Após recebido o processo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA homologa a inscrição do campo de sementes;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA vistoria o campo de sementes em duas fases (floração e pré-colheita) para conferência das informações prestadas, como tamanho da área, localização e também para verificar aspectos técnicos e de qualidade.

Plano Orçamentário 000C- Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Macroprocesso 1: Credenciamento de estabelecimento para realização de pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins:

- EMPRESA solicita o credenciamento ao encaminhar requerimento ao SEFAG/DDA/SFA-MA acompanhado de documentação exigida;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- Caso esteja de acordo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização do processo;
- Após recebido o processo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA emite parecer, realiza vistoria das instalações e credencia a EMPRESA no SIPE;
- SUPERINTENDENTE da SFA-MA publica o credenciamento no Diário Oficial da União;
- SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha o certificado de inscrição à EMPRESA.



Plano Orçamentário 000D- Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

Macroprocesso 1: Fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas na Resolução Normativa Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) nº 04/2007:

- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA desloca-se aos municípios produtores de milho, baseado nos dados de levantamento da produção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dirige-se às áreas produtivas;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA solicita ao agricultor as Notas Fiscais de aquisição de sementes e a indicação das áreas onde foram plantadas as sementes de milho Geneticamente Modificado (GM);
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA e FISCALIZADO ou PREPOSTO dirigem-se à área indicada e verificam a existência de lavoura de milho convencional em propriedade circunvizinha;
- Não havendo qualquer lavoura de milho em propriedade circunvizinha à área com milho GM objeto da fiscalização, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA lavra o Termo de Fiscalização relatando que não foi verificada a presença de qualquer lavoura comercial de milho próxima à área com milho GM fiscalizada;
- Havendo lavoura de milho em propriedade circunvizinha próxima à área com milho GM objeto da fiscalização, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA verifica se essa lavoura é constituída de milho GM ou convencional. Para isso poderão ser verificadas as Notas Fiscais de aquisição de sementes do vizinho ou utilizados testes imunocromatográficos disponibilizados para a fiscalização;
- Estando a lavoura de milho próxima à área com milho GM objeto da fiscalização constituída também de milho GM, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA lavra o Termo de Fiscalização relatando que não foi verificada a presença de lavoura comercial de milho convencional próxima à área com milho GM fiscalizada;
- Estando a lavoura de milho próxima à área com milho GM objeto da fiscalização constituída de milho convencional, medem-se as distâncias entre as extremidades de uma e outra e observa-se a adoção ou não de bordadura com milho convencional, quando couber, levando-se em conta as regras estabelecidas na Resolução Normativa CTNBio nº 04/2007;
- Estando a lavoura circunvizinha de milho convencional a distâncias inferiores ao estabelecido na Resolução Normativa CTNBio nº 04/2007, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA relata no Termo de Fiscalização essa situação e o descumprimento da referida norma pelo FISCALIZADO;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA lavra o Auto de Infração quando da constatação da irregularidade; em seguida leem-se os documentos fiscais e são assinados pelo FISCALIZADO ou PREPOSTO, com o qual fica uma cópia dos mesmos.

Macroprocesso 2: Fiscalização do cumprimento da Portaria nº 21, de 13/01/2005:

- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA dirige-se aos municípios pertencentes à zona de exclusão para plantio de algodão GM, os quais estão listados na Portaria nº 21, de 13/01/2005;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA procura informações sobre o plantio de algodão no município, reunindo-se com técnicos da AGED-MA, das Secretarias Municipais de Agricultura, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, dos escritórios de assistência técnica, das agências de financiamento bancário e com agricultores da região;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA desloca-se à zona rural do município percorrendo estradas rurais para observar a presença ou ausência de plantios de algodão;
- Com base nas informações levantadas e com o observado no campo, não havendo qualquer lavoura de algodão no município, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA elabora o Relatório de Viagem descrevendo a situação encontrada.



- Havendo lavoura de algodão, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA verifica se essa lavoura é constituída de algodão GM ou convencional. Para isso poderão ser verificadas as Notas Fiscais de aquisição de sementes ou utilizados testes imunocromatográficos disponibilizados para a fiscalização;
- Sendo a lavoura de algodão convencional, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA lavra o Termo de Fiscalização relatando que não foi verificada a presença de lavoura comercial de algodão GM na área fiscalizada;
- Sendo a lavoura de algodão GM, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA relata no Termo de Fiscalização essa situação e o descumprimento da referida norma pelo FISCALIZADO;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA lavra o Auto de Infração quando da constatação da irregularidade; em seguida leem-se os documentos fiscais e são assinados pelo FISCALIZADO ou PREPOSTO, com o qual fica uma cópia dos mesmos.

Plano Orçamentário 000E- Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Macroprocesso 1: Fiscalização de estabelecimento com coleta de amostras:

- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA identifica-se perante a GERÊNCIA do ESTABELECIMENTO e solicita o acompanhamento para a realização dos trabalhos;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA seleciona os produtos a serem fiscalizados de acordo com a meta estabelecida ou a existência de produtos suspeitos;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA solicita as notas fiscais referentes aos produtos fiscalizados;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA preenche os Termos de Fiscalização e Auto de Coleta de Amostras;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA realiza a coleta de amostras utilizando equipamentos e materiais específicos;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA fornece cópia de todos os termos preenchidos ao ESTABELECIMENTO;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA deixa as vias das amostras do detentor do produto junto ao ESTABELECIMENTO;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA encaminha as amostras para classificação fiscal em laboratório específico.

Macroprocesso 2: Credenciamento de empresa para realizar classificação vegetal:

- EMPRESA preenche ficha cadastral específica e encaminha toda a documentação necessária ao SISV/DDA/SFA-MA;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA analisa a documentação e verifica se foram preenchidos todos os requisitos contidos na legislação específica;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA faz a verificação do Manual da Qualidade encaminhado pela EMPRESA e preenche a ficha de análise com a pontuação atribuída a cada item;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA realiza inspeção na EMPRESA, na qual verificam-se as condições ambientais, existência dos equipamentos necessários, aferição dos equipamentos, materiais necessários e recursos humanos;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA preenche o Termo de Inspeção para credenciamento;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA encaminha os autos à Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal (CGQV/DIPOV/SDA/MAPA) com parecer conclusivo para o credenciamento.



Plano Orçamentário 000G- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

Macroprocesso 1: Registro de estabelecimento:

- INTERESSADO solicita, por meio de ofício, inspeção prévia do terreno onde será construída agroindústria;
- TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA encaminha documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização do processo;
- TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA marca uma visita ao local indicado para a vistoria do terreno, que poderá ser aprovado ou não;
- Com a aprovação do terreno, o INTERESSADO encaminha ao SISA/DDA/SFA-MA documentação estabelecida em legislação vigente para análise e andamento do processo;
- Após análise e aprovação da documentação de acordo com o estabelecido em legislação, o INTERESSADO é notificado pelo SISA/DDA/SFA-MA da autorização para início da construção da agroindústria;
- Após a finalização da construção, TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA, *in loco*, procede ao laudo final das instalações e coleta amostra de água para análise da potabilidade;
- Tendo sido a agroindústria construída de acordo com o projeto aprovado e estando a água de abastecimento dentro dos padrões físico-químicos e microbiológicos, SISA/DDA/SFA-MA solicita ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA/SDA/MAPA) o registro de Serviço de Inspeção Federal (SIF);
- Com o registro no SIF, a agroindústria fica sob o regime de fiscalização do SISA/DDA/SFA-MA sujeita à inspeção periódica ou permanente de acordo com seu porte.

Macroprocesso 2: Registro de rótulos:

- A agroindústria insere no Sistema de Informações Gerenciais do Serviço de Inspeção Federal (SIGSIF) os rótulos a serem aprovados;
- TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA analisa de acordo com as normas e emite parecer conclusivo sobre o processo;
- Rótulo fica disponível ao CHEFE do SISA/DDA/SFA-MA para deferimento ou não baseado no parecer do TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA e legislação vigente;
- Apenas após o deferimento no Sistema, o rótulo impresso poderá ser utilizado pela agroindústria sob SIF em seus produtos.

Macroprocesso 3: Importação de produtos de origem animal – pescado

A condição inicial é que os produtos a serem importados devem proceder de países oficialmente reconhecidos pelo MAPA, através do DIPOA/SDA/MAPA, e que devem vir acompanhados de certificados sanitários e identificados por meio de rótulos previamente registrados ou aprovados pelo DIPOA/SDA/MAPA.

- IMPORTADOR solicita a Licença de importação ao SISA/DDA/SFA-MA em formulário específico, conforme instrução para autorização de embarque;
- após anuência do SISA/DDA/SFA-MA, iniciam-se os procedimentos de deferimento da Licença de Importação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) pelo Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro);
- TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA realiza a reinspeção dos produtos em estabelecimentos relacionados ou registrados junto ao DIPOA/SDA/MAPA;
- TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA faz colheita de amostras para análises laboratoriais;
- Caso sejam constatadas irregularidades ou os produtos sejam considerados impróprios para consumo, TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA não autoriza a internalização dos produtos para efeito de comercialização, podendo ser retornados ao país de origem ou inutilizados, conforme julgamento pelo DIPOA/SDA/MAPA;



- TÉCNICO do SISA/DDA/SFA-MA realiza análise sensorial e liberação dos produtos para comercialização.

Plano Orçamentário 000H- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Macroprocesso 1: Registro de estabelecimentos produtor, envasilhador, engarrafador, padronizador, importador e exportador de vinhos e bebidas em geral:

- Apresentação, por parte do INTERESSADO, de requerimento juntamente com os formulários fornecidos pelo MAPA e demais documentos exigidos para formalização de processo junto ao SISV/DDA/SFA-MA;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- Caso esteja de acordo, TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA encaminha documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização do processo;
- Designação, por parte do SISV/DDA/SFA-MA, de TÉCNICO para proceder vistoria oficial do estabelecimento;
- De posse da planta baixa e memorial descritivo do estabelecimento, é realizada a vistoria oficial e lavrado o Laudo de Vistoria:
 - caso o estabelecimento esteja apto ao registro, é feita, no SISV/DDA/SFA-MA, a emissão do Certificado de Registro de Estabelecimento;
 - caso o estabelecimento não esteja apto ao registro, são discriminadas no Laudo de Vistoria as exigências para adequação. Após cumpridas, é solicitada pelo INTERESSADO ao SISV/DDA/SFA-MA uma nova vistoria. Caso esteja apto, é emitido o Certificado de Registro.

Macroprocesso 2: Inspeção de estabelecimento produtor, envasilhador, engarrafador, padronizador, importador e exportador de vinhos e bebidas em geral:

- TÉCNICOS do SISV/DDA/SFA-MA, em dupla, sem aviso prévio e acompanhados por REPRESENTANTE da empresa, roteirizados pela Lista de Verificação de Conformidades e Não Conformidades, inspecionam todas as seções da indústria e preenchem o documento fiscal;
- Após serem percorridas todas as seções da indústria, os TÉCNICOS do SISV/DDA/SFA-MA solicitam a parte documental, e, quando for o caso, verificam o cumprimento de intimação deixada em fiscalização anterior;
- TÉCNICOS do SISV/DDA/SFA-MA lavram Termo de Inspeção, onde relatam toda a situação da indústria no momento da inspeção;
- TÉCNICOS do SISV/DDA/SFA-MA fazem a lavratura, de acordo com o caso, dos demais documentos necessários, tais como intimações, autos de infração, colheitas de amostras e termos de apreensão;
- Leem-se e assinam-se todos os termos lavrados pelos TÉCNICOS do SISV/DDA/SFA-MA e pelo REPRESENTANTE da indústria, sendo que este recebe uma cópia de cada termo lavrado.

Plano Orçamentário 000J- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Macroprocesso 1: Supervisões às barreiras zoofitosanitárias da AGED-MA:

- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA faz contato com direção administrativa da unidade (barreira zoofitosanitária);
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA contata técnicos responsáveis pelas atividades fins;



- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA realiza supervisão propriamente dita, em que são observadas as condições das instalações físicas; dos equipamentos e mobiliário; do uso dos veículos e sua disponibilidade; do suporte de internet e da comunicação geral (telefone, fax); do atendimento às ocorrências de pragas; além da legislação para consulta, se atualizada e adequada; da documentação pertinente às atividades; da adequação do quantitativo de técnicos; e da existência de treinamentos para os técnicos;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA identifica as não conformidades;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA elabora relatório de viagem;
- SUPERINTENDENTE da SFA-MA notifica o órgão executor das ações para adequação das não conformidades.

Macroprocesso 2: Cadastramento de proposta/plano de trabalho de convênios no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv):

- Cadastro de Proposta/Plano de Trabalho de convênio no Siconv pelo CONVENENTE;
- Análise de Proposta/Plano de Trabalho pelo ANALISTA TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA (concedente);
- Análise de documentação do PROPONENTE e INTERVENIENTE pelo ANALISTA TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA;
- Caso necessária, solicitação de ajustes e alterações na Proposta/Plano de Trabalho ao CONVENENTE;
- Alteração, caso solicitado, da Proposta/Plano de Trabalho pelo CONVENENTE;
- Análise do Plano de Aplicação Detalhado pelo ANALISTA TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA;
- ANALISTA TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA emite Parecer Técnico da Proposta/Plano de Trabalho;
- GESTOR da SFA-MA aprova ou rejeita o Parecer Técnico;
 - caso seja aprovado, a Proposta/Plano de Trabalho segue para análise pelo DSV/SDA/MAPA para análise final, aprovação e publicação no DOU.

Macroprocesso 3: Credenciamento de empresas prestadoras de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira:

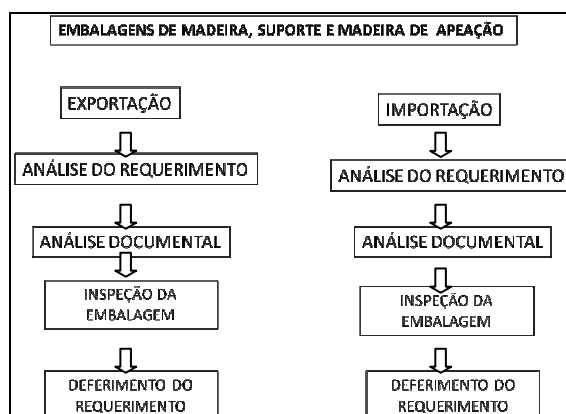
- INTERESSADO formaliza processo junto ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA solicitando o credenciamento através de requerimento acompanhado da documentação exigida;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA analisa a documentação;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA vistoria as instalações, em que são observadas as condições das instalações físicas, dos equipamentos de proteção individual e coletiva, dos equipamentos e instrumentos necessários à realização da modalidade de tratamento requerida e a disponibilidade e as condições de uso dos equipamentos relacionados aos tratamentos para os quais solicita credenciamento;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA preenche a lista de verificação e emite documento fiscal;
- TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA emite parecer conclusivo sobre a permissão de funcionamento e operação da empresa;
 - caso o parecer seja favorável, o SUPERINTENDENTE da SFA-MA autoriza a publicação de portaria de credenciamento no Diário Oficial da União e o chefe do SISV/DDA/SFA-MA emite o Certificado de Credenciamento;
 - caso o parecer seja desfavorável, o TÉCNICO do SISV/DDA/SFA-MA estabelece as exigências para adequação em documento oficial. Após cumpridas, o INTERESSADO solicita ao SISV/DDA/SFA-MA uma nova vistoria. Caso esteja apto, o SUPERINTENDENTE da SFA-MA autoriza a publicação de portaria de credenciamento no



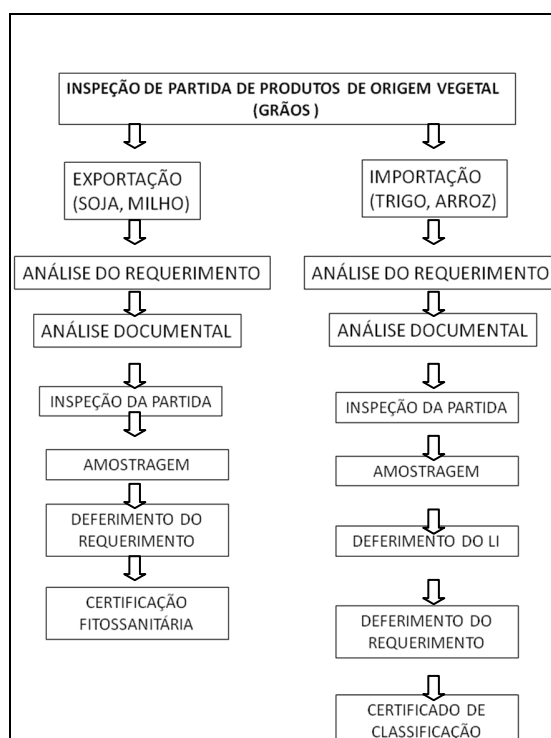
Diário Oficial da União e o chefe do SISV/DDA/SFA-MA emite o Certificado de Credenciamento.

Plano Orçamentário 000K - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos

Macroprocesso 1: Inspeção de embalagens de madeira:

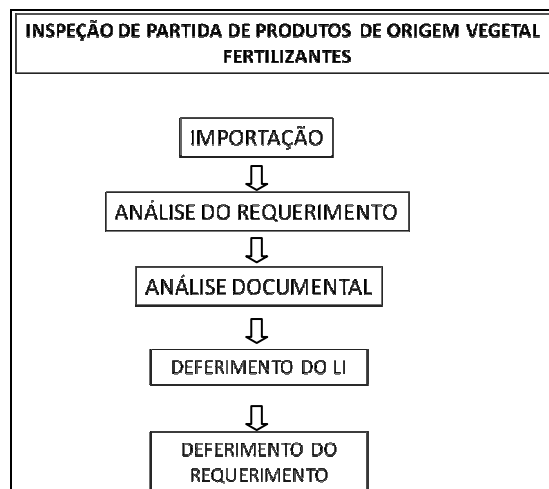


Macroprocesso 2: Inspeção de partidas de produtos de origem vegetal:





Macroprocesso 3: Inspeção de partidas de fertilizantes:



Obs: caso seja constatada alguma irregularidade nas fases de análise do requerimento, análise documental ou que tenha sido constatada a presença de pragas nas partidas inspecionadas, o Fiscal Federal Agropecuário emitirá um Termo de Ocorrência para comunicar a não conformidade ao responsável pela partida e indicar a(s) medida(s) a ser(em) tomada(s) para a solução do problema.

Plano Orçamentário 0006- Fiscalização de Material Genético Animal

Macroprocesso 1: Registro de estabelecimento produtor:

- EMPRESA requer registro preenchendo formulário padrão fornecido pelo SEFAG/DDA/SFA-MA;
- EMPRESA encaminha formulários ao SEFAG/DDA/SFA-MA acompanhados de documentação exigida;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA analisa a documentação;
- Caso esteja de acordo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização do processo;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA, após a tramitação do processo, analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA realiza vistoria *in loco* e emite parecer técnico;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA registra a empresa no SIPE;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA emite o comprovante de Registro e o encaminha à EMPRESA.

Plano Orçamentário 0008- Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

Macroprocesso 1: Registro de estabelecimento produtor:

- EMPRESA requer registro preenchendo formulário padrão fornecido pelo SEFAG/DDA/SFA-MA;
- EMPRESA encaminha formulários ao SEFAG/DDA/SFA-MA acompanhados de documentação exigida;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA analisa a documentação;
- Caso esteja de acordo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização do processo;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA, após a tramitação do processo, analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;



- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA realiza vistoria *in loco* e emite parecer técnico;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA registra a empresa no SIPE;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA emite o comprovante de Registro e o encaminha à EMPRESA.

Plano Orçamentário 0009- Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Macroprocesso 1: Registro de estabelecimento comercial (Licença Inicial):

- EMPRESA requer registro preenchendo formulário padrão fornecido pelo SEFAG/DDA/SFA-MA;
- EMPRESA encaminha formulários ao SEFAG/DDA/SFA-MA acompanhados de documentação exigida;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- Caso esteja de acordo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização do processo;
- Após a tramitação do processo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA registra a empresa no SIPE;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA emite a Licença Inicial e a Identificação de Responsabilidade Técnica e as encaminha à EMPRESA.

Macroprocesso 2: Renovação de Licença:

- EMPRESA requer renovação de Licença em formulário próprio;
- EMPRESA encaminha requerimento ao SEFAG/DDA/SFA-MA acompanhado de documentação exigida;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- Caso esteja de acordo, TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA atualiza as informações no SIPE;
- TÉCNICO do SEFAG/DDA/SFA-MA emite novas Licença de Funcionamento e Identificação de Responsabilidade Técnica e as encaminha à EMPRESA.

II. Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário

A. Programa 2014- Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

A1. Ação 20ZV- Fomento ao Setor Agropecuário

Plano Orçamentário 000F - Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneres

Macroprocesso 1: Cadastramento e proposta/plano de trabalho de contratos de repasse no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv):

- PARLAMENTAR (Deputado Federal/Senador) encaminha ofício com os dados da emenda parlamentar ao município ou à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Maranhão (Sagrma);
- PREFEITURA MUNICIPAL/SAGRIMA cadastra a proposta no Siconv e envia para análise para a SeSAG/DPDAG/SFA-MA;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA analisa a proposta;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA coloca em complementação ou aprova a proposta.



Macroprocesso 2: Fiscalização de contrato de repasse:

- Departamento de Infraestrutura, Logística e Parcerias Institucionais (DIEL/SDC/MAPA) encaminha memorando à SeSAG/DPDAG/SFA-MA com a relação de contratos de repasse a serem fiscalizados;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA realiza a fiscalização dos contratos de repasse *in loco*;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA encaminha os relatórios das fiscalizações ao DIEL/SDC/MAPA.

A2. Ação 8606- Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica

Plano Orçamentário 0003- Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

Macroprocesso 1: Cadastramento de Organização de Controle Social (OCS):

- ORGANIZAÇÃO SOCIAL/ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA solicita o cadastro da OCS na SeSAG/DPDAG/SFA-MA juntamente com a declaração oficial que comprove a condição de agricultor familiar de seus membros;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA analisa a solicitação e verifica a documentação apresentada;
- Caso esteja de acordo, SeSAG/DPDAG/SFA-MA encaminha a documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para formalização de processo;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA emite a “Declaração de Cadastro da OCS” e a “Declaração de Cadastro de Produtor Vinculado à OCS”.

Macroprocesso 2: Credenciamento do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC):

- EMPRESA/ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA solicita o credenciamento da OPAC na SeSAG/DPDAG/SFA-MA;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA encaminha o processo para a Coordenação de Agroecologia (COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA);
- COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA consulta a Comissão da Produção Orgânica no Estado do Maranhão (CPOrg-MA) para obtenção de parecer sobre a solicitação do OPAC;
- COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA realiza auditoria no OPAC;
- COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA delibera sobre a solicitação e emite a “Declaração de Credenciamento do OPAC”.

Macroprocesso 3: Credenciamento de certificadoras:

- EMPRESA solicita o credenciamento na SeSAG/DPDAG/SFA-MA e, em paralelo, solicita acreditação no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro);
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA encaminha o processo para a COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA;
- COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA consulta a CPOrg-MA para obtenção de parecer sobre a solicitação da Certificadora;
- COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA delibera sobre a solicitação e emite a “Declaração de Credenciamento da Certificadora”.



B. Programa 2028- Defesa Agropecuária

B1. Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias

Plano Orçamentário 0001- Fiscalização de Serviços Agrícolas

Macroprocesso 1: Registro de estabelecimento aerícola:

- EMPRESA/PROFISSIONAL encaminha requerimento de registro à SeSAG/DPDAG/SFA-MA juntamente com a documentação exigida pela legislação;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA analisa o requerimento e verifica a documentação apresentada;
- Caso esteja de acordo, SeSAG/DPDAG/SFA-MA encaminha a documentação ao SPR/SAG/SAD/SFA-MA para a formalização de processo;
- SeSAG/DPDAG/SFA-MA homologa e emite o registro da EMPRESA.

1.5. Macroprocessos de Apoio

I. Serviço de Apoio Administrativo

A. Programa 2105- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A1. Ação 2000- Administração da Unidade

Plano Orçamentário 000A - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

Seção de Apoio Operacional e Divulgação (SAOD/SFA-MA)

Macroprocesso 1: Comunicação interna:

- Levantamento de dados e informações que sejam de interesse dos servidores, da administração da SFA-MA e do MAPA;
- Consolidação de dados e informações, redação, editoração e revisão do informativo interno (Intercom Maranhão);
- Avaliação pelo SUPERINTENDENTE da SFA-MA, e, se necessárias, realização de correções;
- Aprovação do texto pelo SUPERINTENDENTE da SFA-MA;
- Publicação e divulgação do Intercom Maranhão por meio eletrônico (correio eletrônico).

Seção de Gestão de Pessoas (SGP/SAD/SFA-MA)

Macroprocesso 1: Elaboração de Portarias:

- SGP/SAD/SFA-MA recebe as demandas para elaboração de diversas portarias, quais sejam: a) localização de servidores (alteração de local de trabalho dentro da SFA-MA); b) nomeação de fiscais de contratos de prestação de serviços fornecidos à SFA-MA; c) concessão de aposentadorias; d) concessão de pensões; e) designação/dispensa de funções gratificadas; f) credenciamento/cancelamento para emissão de CIS-E; g) habilitação/cancelamento para execução das atividades do Programa Nacional do Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal; h) habilitação/cancelamento para emissão de Guias de Trânsito Animal; i) credenciamento/renovação de credenciamento de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários;
- SGP/SAD/SFA-MA elabora as portarias solicitadas;
- SGP/SAD/SFA-MA encaminha as portarias ao SUPERINTENDENTE da SFA-MA para assinatura;



- Após a assinatura, a SGP/SAD/SFA-MA publica as portarias no Boletim Local.

Setor de Compras e Contratos (SCC/SAG/SAD/SFA-MA)

Macroprocesso 1: Cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF):

- FORNECEDOR realiza um pré-cadastro no sítio Comprasnet;
- FORNECEDOR solicita ao SCC/SAG/SAD/SFA-MA cadastramento da Pessoa Jurídica no sistema SICAF;
- SCC/SAG/SAD/SFA-MA realiza validação das informações inseridas no pré-cadastro, corrigindo eventuais inconsistências;
- SCC/SAG/SAD/SFA-MA emite “DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DO FORNECEDOR”;
- SCC/SAG/SAD/SFA-MA atualiza Certidões com data de validade vencida, conforme demanda.

Macroprocesso 2: Aquisição ou contratação de bens e serviços:

- SOLICITANTE elabora Termo de Referência/Projeto Básico e anexa documentação pertinente;
- SCC/SAG/SAD/SFA-MA analisa os documentos e informa eventuais inconsistências;
- SOLICITANTE corrige eventuais inconsistências;
- SUPERINTENDENTE da SFA-MA analisa documentação;
- SOLICITANTE corrige eventuais inconsistências ou arquiva documentos, conforme análise do SUPERINTENDENTE da SFA-MA;
- SPR/SAG/SAD/SFA-MA formaliza processo, caso haja aprovação do SUPERINTENDENTE da SFA-MA;
- SCC/SAG/SAD/SFA-MA compila as informações e anexa documentação complementar;
- Consultoria Jurídica da União no Estado do Maranhão (CJU/MA/CGU/AGU) analisa e emite parecer;
- SUPERINTENDENTE da SFA-MA toma conhecimento e analisa parecer jurídico;
- SCC/SAG/SAD/SFA-MA, conforme despacho do SUPERINTENDENTE da SFA-MA, anexa documentação pertinente, conforme modalidade de licitação, ou arquiva processo;
- SUPERINTENDENTE da SFA-MA autoriza a despesa ou homologa pregão, conforme modalidade de licitação;
- SCC/SAG/SAD/SFA-MA providencia publicação da compra ou publicação e assinatura do contrato, após autorização do SUPERINTENDENTE da SFA-MA.

Setor de Material e Patrimônio (SMP/SAG/SAD/SFA-MA)

Macroprocesso 1: Processo de Registro Patrimonial (Tombamento Patrimonial):

- SMP/SAG/SAD/SFA-MA recebe, confere e atesta nota fiscal/fatura do bem adquirido;
- SMP/SAG/SAD/SFA-MA registra o bem junto ao Sistema Link Data;
- Quando o bem é adquirido pelo Órgão Central, o SMP/SAG/SAD/SFA-MA recebe o Termo de Baixa Patrimonial e a plaqueta com o Registro Patrimonial do MAPA, a qual é fixada no bem, juntamente com a plaqueta de Registro Patrimonial da SFA-MA;
- Quando o bem é adquirido pela SFA-MA, fixa-se somente a plaqueta de Registro Patrimonial da SFA-MA;
- SMP/SAG/SAD/SFA-MA emite o Termo de Guia e transfere o bem adquirido para a Seção/Serviço/Setor/Unidade requisitante.



Setor de Transporte (STR/SAG/SAD/SFA-MA)

Macroprocesso 1: Solicitação de saída de veículos:

- SERVIDOR credenciado em sua Divisão/Seção/Serviço/Unidade requisita, através do SCVA, a saída de veículo;
- Chefia imediata credenciada averigua os dados e o objetivo da natureza do serviço e a autoriza ou não;
- STR/SAG/SAD/SFA-MA consulta o SCVA e viabiliza a saída com as informações referentes ao veículo a ser utilizado, ao motorista, à data e ao trajeto;
- Após a viabilização, STR/SAG/SAD/SFA-MA emite e imprime a Requisição de Uso de Veículo para saída;
- Após a conclusão da natureza do serviço efetuada pelo requisitante, entrega-se ao STR/SAG/SAD/SFA-MA a Requisição de Uso de Veículo com as informações fornecidas pelo motorista para inclusão junto ao SCVA;
- STR/SAG/SAD/SFA-MA inclui as informações fornecidas e finaliza a solicitação no SCVA.

1.6. Principais Parceiros

Cabe-nos registrar a parceria profícua firmada com a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED-MA), que é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, constituída nos termos da Lei nº 7.734, de 19 de abril de 2002, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 18.596, de 25 de abril de 2002.

A Agência desenvolve suas ações por meio de seus 18 Escritórios Regionais sediados nos municípios de Rosário, Itapecuru, Chapadinha, Codó, Caxias, Timon, Presidente Dutra, Santa Inês, Zé Doca, Viana, Pinheiro, Bacabal, Pedreiras, Barra do Corda, Imperatriz, Açailândia, Balsas e São João dos Patos, bem como na Sede, em São Luís, atendendo aos 217 municípios maranhenses.

Como a sua missão é exercer a defesa sanitária animal e vegetal, assegurando a oferta de produtos de qualidade e contribuir para a preservação da saúde pública e do meio ambiente melhorando a qualidade de vida da população, esse Órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal contribui com a consecução do plano estratégico da SFA-MA na manutenção e a reestruturação da defesa agropecuária, com o intuito de manter áreas livres de pragas e doenças no Estado do Maranhão, com destaque à monitoração da ocorrência da mosca da carambola e do trabalho de erradicação da febre aftosa, além da aplicação de medidas de contingenciamento da Influenza Aviária, no controle e erradicação da brucelose, da ferrugem asiática da soja, da sigatoka negra e do cancro cítrico, na coleta de morcegos hematófagos e no combate a focos de raiva, cujas ocorrências podem causar um dano desmedido ao agronegócio estadual, com impactos diretos na geração de emprego e renda, inclusão social e superávit da balança comercial.

Técnicos da AGED-MA também colaboram com as atividades de fiscalização de organismos geneticamente modificados ao indicarem as regiões produtoras de culturas que apresentam cultivares que apresentam em sua constituição genética eventos transgênicos, tanto indicando as unidades produtoras como auxiliando na indicação dos trajetos até as localidades escolhidas para as fiscalizações.

A AGED-MA passou também a ser responsável pelas coletas de amostras de alimentos destinados a ruminantes em estabelecimentos de criação a fim de se verificar a inocuidade dos produtos quando consumidos como também a fim de assegurar que esses produtos foram produzidos de acordo com o regulamento técnico de identidade e qualidade de cada produto. Os laboratórios oficiais responsáveis pelas análises dessas amostras são o LANAGRO-PA/MAPA e também o LANAGRO-PE/MAPA (Recife/PE)



A Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) apresenta-se como parceira da SFA-MA nos momentos em que seus docentes se prestam à análise de material de origem vegetal, como folhas, ramos, raízes, para emissão de diagnósticos fitossanitários sem custos e também quando, solicitados como colaboradores eventuais, integram missões para levantamentos fitossanitários e supervisões, como é o caso para avaliação da Área Livre de Sigatoka Negra. Na área animal, a UEMA presta valiosos serviços no oferecimento de cursos para treinamento de médicos veterinários habilitados e com ensino de se habilitarem no Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal e nos diagnósticos de raiva em herbívoros detectados no Estado.

Outra parceria importante é proporcionada pela AGU, que através da Consultoria Jurídica da União no Estado do Maranhão (CJU/MA/CGU/AGU), presta assessoria jurídica nos processos administrativos, manifestando-se através de pareceres sobre a legalidade dos autos.

Os Laboratórios Nacionais Agropecuários (LANAGRO/MAPA) apoiam a SFA-MA na provisão de análises e diagnósticos em apoio às ações de defesa, vigilância e fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade animal e vegetal e dos produtos e insumos agropecuários. Os LANAGRO/MAPA também colaboram com a SFA-MA no desenvolvimento de atividades de rotina voltadas a análises laboratoriais de fiscalização, monitoramento e análises periciais. Grande parte das análises realizadas demandas pela SFA-MA aos LANAGRO's são resultantes das ações diretas desenvolvidas. Apenas as demandas do SISA/DDA/SFA-MA são descentralizadas à AGED-MA

As diferentes unidades dos LANAGRO/MAPA, dentro do seu escopo de análises, subsidiam as ações fiscais da SFA-MA conforme as suas capacidades técnicas e especializações.

O LANAGRO-SP/MAPA (Campinas/SP) analisa amostras para diagnóstico diferencial de doenças das aves, tais como, newcastle e influenza aviária; bem como faz encaminhamento de meio de conservação de amostra ao SISA/DDA/SFA-MA.

O LANAGRO-MG/MAPA (Pedro Leopoldo/MG) auxilia o SISA/DDA/SFA-MA no diagnóstico diferencial de doenças vesiculares, tais como febre aftosa, língua azul e estomatite vesicular, além de realizar exames de contraprova de anemia infecciosa equina. Já o SISV/DDA/SFA-MA demanda a esse Laboratório análises de polpa de frutas e cervejas e o SEFAG/DDA/SFA-MA encaminha amostras de produtos de uso animal, como rações, por exemplo, para análise de sua constituição, sobretudo para averiguação se nas rações destinadas a ruminantes não há qualquer composto oriundo de proteína animal.

Ao LANAGRO-PA/MAPA são enviadas amostras com fins fiscais coletadas de fertilizantes, inoculantes e corretivos para apuração de níveis de garantia de macro e micronutrientes e de propriedades físicas das fórmulas elaboradas, a fim de se auferir a não conformidades e fraudes.

O SISV/DDA/SFA-MA solicita apoio à continuação de suas atuações fiscais ao LANAGRO-GO/MAPA (Goiânia/GO) para a análise de bebidas destiladas e de determinação da identidade e qualidade dos produtos de origem vegetal. O LANAGRO-GO/MAPA também emite laudos de diagnóstico fitossanitário de amostras coletadas pela AGED-MA e encaminhadas pelo SISV/DD/SFA-MA para determinação de ocorrência de doenças e pragas de importância quarentenária, como a sigatoka negra, clorose variegada dos citros, cancro cítrico e mosca negra dos citros. Ainda o LANAGRO-GO/MAPA realiza análises de amostras coletadas em fiscalização para a verificação qualitativa e quantitativa de vegetais GM.

Em relação à sanidade equídea, os exames de contraprova de mormo, que são encaminhados pelo SISA/DDA/SFA-MA, são realizados pelo LANAGRO-PE/MAPA, e os exames de contraprova de anemia infecciosa equina são realizados pelo LANAGRO-PA/MAPA.

Também para o SISA/DDA/SFA-MA, o LANAGRO-PE/MAPA realiza as análises de amostras do sistema nervoso central de bovinos para detecção da encefalopatia espongiiforme bovina, vulgarmente conhecida como doença da vaca louca; de detecção de *Listeria*



monocytogenes, agente infeccioso responsável pela doença de origem alimentar denominada listeriose, em produtos lácteos, como queijo; e análises demandadas em amostras em ações relativas ao Programa Nacional da Qualidade do Leite, em que são realizadas ações visando a conscientização junto aos produtores para melhorar as condições higiênico-sanitárias dos sistemas de produção.

O LANAGRO-MG/MAPA efetua para o SISA/DDA/SFA-MA, dentro do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC), que é um programa federal de inspeção e fiscalização das cadeias produtivas de alimentos, análises a fim de verificar a presença e dos níveis de resíduos de substâncias químicas potencialmente nocivas à saúde do consumidor, tais como, resíduos de produtos de uso veterinário, de agrotóxicos ou afins, e de contaminantes químicos (aflatoxinas, metais pesados, contaminantes inorgânicos, dioxinas, dentre outros), e que tem como objetivos principais monitorar a efetividade dos controles implementados pelos sistemas de produção e a respectiva qualidade e segurança dos produtos de origem animal e vegetal disponibilizados ao comércio e ao consumo.

O SEFAG/DDA/SFA-MA utiliza os serviços prestados pelo LANAGRO-PE/MAPA ao enviar amostras de sementes de espécies leguminosas e forrageiras para análise da qualidade coletadas em fiscalizações de estabelecimentos produtores, beneficiadores e comerciais de usuários de sementes e de campos de produção.

A SFA-MA tem na Comissão de Sementes e Mudas do Maranhão (CSM-MA) um grupo consultivo ao MAPA para deliberar as demandas do setor e atuar no aperfeiçoamento do setor sementeiro brasileiro e na melhoria da qualidade da semente e da muda ofertada aos agricultores, com aumento de produtividade agrícola, além de assessorar o Ministério na atualização da legislação de sementes e mudas.

O Laboratório de Referência Enológica de Caxias do Sul, que mantém convênio com o MAPA, analisa amostras de vinhos e derivados da uva e do vinho que são frutos de ações de fiscalização da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal executada pelo SISV/DDA/SFA-MA.

As Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento também são parceiras da SFA-MA. Destacam-se a SFA-PA e a SFA-PI, que através dos respectivos laboratórios de Classificação Vegetal prestam apoio técnico para fins de análise fiscal nas etapas de aferição de identidade e qualidade dos produtos de origem vegetal coletados.

E devem ser considerados como parceiros institucionais os médicos veterinários privados aptos a atuarem em diversos segmentos na área de saúde animal, por integrarem uma força de trabalho que tem um papel de sentinelas do serviço de defesa animal por serem parte integrante da vigilância de várias enfermidades e também por atestarem para trânsito a inocuidade de subprodutos de origem animal. No Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose estão habilitados 97 profissionais para vacinação contra a brucelose; há 106 médicos veterinários cadastrados pela SFA-MA para colheita e remessa de material para diagnóstico de Mormo; são cinco médicos veterinários habilitados para emissão de GTA para avícolas; e 25 profissionais cadastrados para emissão de Certificado de Inspeção Sanitária modelo “E”.

O Comitê de Sanidade Avícola, presidido pela AGED-MA, tem como objetivo geral de propor medidas e ações direcionadas à proteção e aprimoramento das práticas de defesa do sanitário animal de aves assegurando que todas as medidas sejam tomadas, descentralizando ao nível estadual, cuja função é a de discutir, propor ou executar ações legais. Compõem esse grupo além da AGED-MA, a SFA-MA, a UEMA, a Agência Estadual de Extensão Rural e Pesquisa do Maranhão (AGERP-MA), Associação dos Avicultores do Maranhão (Avima) e o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Maranhão (CRMV-MA).

A UVAGRO/ITM/DDA-MA tem como principal parceira a Empresa Maranhense de Administração Portuária, por ceder instalações físicas, mobiliário de escritório e arcar com as



despesas de custeio da Unidade de Vigilância Agropecuária instalada no Porto do Itaqui/Ponta de Madeira.

Para o SISV/DDA/SFA-MA e para a UVAGRO/ITM/DDA-MA, outros parceiros externos são as empresas credenciadas para a classificação de produtos vegetais importados, as quais são em número de duas e que prestam tal serviço com embasamento no Decreto Federal nº 6.268, de 22/11/2007.

A SeSAG/DPDAG/SFA-MA, para o desenvolvimento dos trabalhos com o abacaxi variedade Turiaçu no Plano Orçamentário Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários, teve o apoio da UEMA, da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) Cocais e da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Turiaçu para a realização de uma reunião com os produtores locais em 2012. Em 2013 os trabalhos foram paralisados por falta de recursos por parte da SDC/MAPA..

No Plano Orçamentário (PO) Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica tem-se como parceiros a Secretaria Municipal de Agricultura de Imperatriz e a agência em Imperatriz do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Os trabalhos estiveram paralisados em 2013 para criação de Organizações de Controle Social no município de Imperatriz/MA.

Com relação ao Grupo Gestor Estadual do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), relacionado ao Plano Orçamentário Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, a SFA-MA não é o seu coordenador, no qual é a Sagrima. Entretanto, ainda nesse Grupo, que podem ser consideradas como entidades parceiras da SFA-MA, incluem-se: Secretarias Estaduais de Desenvolvimento e de Meio Ambiente, Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão, Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão, Universidade Estadual do Maranhão, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Maranhão, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. O Grupo Gestor tem a missão de estabelecer ações e políticas voltadas à redução e emissão de gases causadores de efeito estufa no setor agropecuário maranhense.



INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão foi elaborado conjuntamente pelas divisões de Defesa Agropecuária e de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário, pelas Seções subordinadas ao Serviço de Apoio Administrativo e pela Seção de Planejamento e Acompanhamento da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O conteúdo do documento está de acordo com as determinações estabelecidas pelo TCU através da Decisão Normativa nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa nº 129/2013, e atende às exigências contidas na Parte A do Anexo II, conforme está relacionado no item “b” do Quadro A1. Na elaboração do texto foi observada a sequência recomendada nas disposições contidas na Portaria TCU nº 175/2013, embora apenas tenham sido relatados os itens que foram aplicados à SFA-MA.

De forma sucinta e objetiva, serão apresentadas as principais realizações e atividades executadas e os avanços qualitativos e quantitativos obtidos no exercício de 2013 na gestão da SFA-MA através de informações reunidas de modo a atender as orientações dos órgãos de fiscalização e controle. Nesse contexto, objetiva-se que as ações realizadas, as quais foram baseadas na realidade estadual, e inseridas neste documento, revelem as prioridades e metas assumidas.

Relatar as práticas de gestão na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão no exercício de 2013 também é o objetivo deste Relatório de Gestão, de forma a propiciar a visão mais completa possível dessa gestão aos órgãos de controle e à sociedade em geral. Indicadores de gestão dos resultados alcançados também são apresentados.

Nesse Relatório de Gestão serão apresentados os principais avanços da SFA-MA que resultaram na oferta de serviços para os diferentes setores envolvidos no agronegócio maranhense por meio dos macroprocessos finalísticos e constitui-se no instrumento informativo que contém os resultados das atividades programadas em três programas temáticos do PPA 2012-2015. Nesses programas temáticos foram executadas três ações e 18 planos orçamentários em que foram descentralizadas metas físicas no Sistema de Gestão Integrada (SGI) à SFA-MA, três ações orçamentárias em que foram executadas metas que não foram descentralizadas no SGI, outras três nas quais houve apenas a descentralização de recursos sem vinculação a uma meta física e seis em que não houve descentralização nem de recursos nem meta física. Com relação aos programas de gestão, manutenção e serviços, a SFA-MA executou o referente ao MAPA por meio de duas ações orçamentárias em que houve meta financeira.

Em síntese, as informações constantes deste Relatório mostrarão o desempenho e o alcance dos objetivos propostos nos planos de trabalho planejados.

Em sua estrutura, esse Relatório, após terem sido contempladas, inicialmente, informações identificadoras da instituição, finalidade e suas competências institucionais, macroprocessos finalísticos e de apoio e ainda os principais parceiros, em linhas gerais, analisará o cumprimento do planejamento da SFA-MA e a execução da programação física, orçamentária e financeira, além dos resultados alcançados, da gestão financeira, orçamentária e ambiental, dos bens móveis e imóveis, dos controles internos e das recomendações dos controles internos e externos.

Este Relatório de Gestão incluiu os itens constantes, nos que fizeram jus, do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, com exceção do item 7- Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento, cujo qual não foi aplicável à natureza jurídica da SFA-MA.

Isso se deveu pela SFA-MA se configurar como unidade descentralizada do MAPA, e por isso não é de competência da SFA-MA realizar um planejamento próprio para área de Tecnologia da Informação. Todas as aquisições de hardwares e softwares, bem como as definições de rede e perfis de usuários são determinadas pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação



(CGTI/SPOA/SE/MAPA), cabendo à SFA-MA o papel de replicar internamente as determinações emanadas pela CGTI/SPOA/SE/MAPA.

A SFA-MA encontra-se interligada ao sistema de informação da rede MAPA, dando suporte aos principais processos de negócios da instituição, não necessitando de contratações de sistemas particulares.

As aquisições de equipamentos de informática, como impressoras, *scanners*, leitoras de códigos de barra, computadores, entre outros, são de exclusiva competência da CGTI/SPOA/SE/MAPA, bem como a aquisição de programas, softwares e sistemas para a SFA-MA.

As atividades realizadas resumem-se no suporte ao usuário em hardware e software por um técnico pertencente à firma terceirizada contratada pela CGTI/SPOA/SE/MAPA e cujo pagamento é realizado diretamente pela própria Coordenação. Também há um estagiário com carga horária de 20 horas semanais nesse setor na SFA-MA. Portanto, compete à CGTI/SPOA/SE/MAPA a responsabilidade pela elaboração e execução de toda política de gestão de informação e de aquisição de material de informática.

Em 2013, a gestão da SFA-MA foi marcada pela austeridade no controle dos processos internos em todas as suas áreas, com o seu gestor mantendo atenção constante e aguda no desenvolvimento das atividades de apoio à área técnica. Todas as recomendações do Órgão de Controle Interno emanadas nos trabalhos desenvolvidos no ano de 2012 foram incorporadas à prática da SFA-MA, havendo, com isso, o controle desejado e coadunado com a filosofia de trabalho impingida pela gestão da SFA-MA tanto na área técnica como na área administrativa.

No setor agropecuário maranhense, poucas *commodities* merecem destaque no cenário nacional. Seus principais atores são a cadeia produtiva da soja, com constantes crescimentos na área plantada e na safra colhida, e o rebanho bovino, o maior da Região Nordeste. Ainda merecem destaque o plantio de florestas exóticas com eucalipto e o avanço do cultivo da cana-de-açúcar. Como se vê, no geral, o setor agropecuário maranhense não é tão expressivo, e, muitas vezes, devido à ausência de políticas públicas, falta de planejamento a longo prazo, insipiente organização do setor produtivo, sistemas produtivos frágeis e desarticulação entre os diversos elos que compõem e atuam no setor, o foco do trabalho realizado SFA-MA situou-se nesse contexto do desenvolvimento agropecuário e na visão ampla e prospectiva do agronegócio, gerando inúmeras realizações ao longo de 2013.

As metas alcançadas, ao longo desse Relatório de Gestão, serão detalhadas e acompanhadas da descrição dos benefícios obtidos e dos problemas atravessados, discriminando as decisões tomadas a fim de superá-las.

Como já descrito anteriormente, o escopo dessa Instituição, que incluem as atividades desenvolvidas pela área fim, como a fiscalização, supervisão, auditoria e desenvolvimento, merecem maior destaque por interferirem diretamente nos serviços prestados aos seus clientes e à sociedade em geral, mas houve realizações oriundas do meio administrativo também, as quais juntas compuseram os pontos positivos obtidos em 2013.

Entre os destaques da área finalística, poder-se-ão ser citados a manutenção do nível de fiscalizações em estabelecimentos registrados tanto na área agrícola como veterinária, bem como as supervisões visando a manutenção ou controle de pragas agrícolas e doenças dos animais, ultrapassando-se, em alguns Planos Orçamentários, a meta descentralizada pela Coordenação responsável pela mesma. O ano de 2013 foi marcado também por avanços para que o Estado do Maranhão seja, finalmente, reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) em 2014 como área livre da febre aftosa com vacinação, o que, decerto, gerará divisas não apenas à cadeia pecuária, mas a todo o Estado. Em relação à ocorrência de pragas, o Estado do Maranhão permanece como livre da praga.

A Administração da SFA-MA conseguiu realizar melhorias, apesar de tímidas, e que foram bem aquém das reais necessidades para um prédio que completou 300 em 2013 e que é



tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), no telhado, o qual continua com muitas goteiras, e que permanecerão a causar prejuízos ao se ter equipamentos de informática e documentos diversos atingidos. A reforma no mirante do prédio principal foi parcialmente finalizada, necessitando ainda de instalação da rede de internet.

Entretanto, em 2013 foram concluídas a reforma do gabinete do superintendente e do estacionamento interno e foram adquiridos condicionadores de ar que foram instalados nas partes reformadas.

Os Agentes Administrativos pertencentes ao Serviço de Apoio Administrativo da SFA-MA participaram de cursos e treinamentos previstos no Plano Anual de Capacitação Continuada (PAEC) organizado pela Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas (CGDP/SE/MAPA). Os eventos dos quais participaram foram a X Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas, do Curso do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi Gerencial, do Curso de Formação de Multiplicadores para Nova Versão do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) e Sistema de Autorização de Deslocamento - SIAD e do Treinamento Nacional do Novo CPR e Encontro Nacional Sobre Encerramento de Exercício.

Desde janeiro de 2013, como maneira de aperfeiçoar as ferramentas gerenciais, passou-se a utilizar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), que tem como objetivo viabilizar a administração das solicitações e pagamentos de diárias e passagens, possibilitando que as requisições sejam feitas por meio de terminais eletrônicos, diminuindo o tempo de emissão e melhorando as condições de atendimento e consulta dos usuários, além de possibilitar, ainda, o compartilhamento de uma base de dados única, administrada pelo Gestor Central do Ministério do Planejamento e pelos Gestores Setoriais de cada Ministério, o que permite um maior controle físico e financeiro das diárias e passagens emitidas no âmbito da Administração Pública Federal. Também em 2013 passou-se a utilizar o novo Sistema de Gestão Integrada (SGI), onde metas físicas e dotação orçamentária estarão integradas, o qual substituiu o antigo Sistema Integrado de Planejamento (Siplan). Todos esses sistemas, associados aos demais já implantados há mais tempo, propiciam ao gestor maior flexibilidade nas decisões e monitoração das ações.

Porém, como é comum no exercício do serviço público, dificuldades foram encontradas para a realização dos objetivos traçados no planejamento de cada Serviço, Seção, Setor, Unidade e/ou Divisão desta Superintendência. Torna-se relevante relatar os principais empecilhos enfrentados pelas unidades administrativas ao longo do ano de 2013, as quais exigiram o estabelecimento de estratégias de mitigação dos problemas, mesmo que, em alguns casos, essas não estivessem ao seu alcance, e a solução de grande parte dos mesmos, com o propósito de avançar cada vez mais em nossa Missão Institucional.

Entre os principais entraves para a realização dos objetivos traçados para o exercício na área finalística, destacaram-se os entraves enfrentados com o volume e a periodicidade de liberação de recursos direcionados para alguns Programas Orçamentários, o que repercutiu diretamente no desempenho das metas físicas. Com isso, as ações desempenhadas pela SFA-MA tiveram a descentralização de recursos descontinuada, o que interferiu negativamente no desempenho operacional das mesmas.

Outra dificuldade enfrentada foi a publicação do Decreto Federal nº 7.689, de 02 de março de 2012, assim como aconteceu no exercício de 2011, que limitou em 40 diárias o número máximo por servidor por exercício. Esse limite imposto, associado ao baixo número de servidores por programa orçamentário, faz com que esse limite regulamentar fosse alcançado, em alguns casos, antes do término do primeiro semestre. Para que houvesse ampliação do número de diárias, era necessária solicitação de autorização à Secretaria-Executiva fundamentada em nota técnica aprovada pela Secretaria finalística do programa orçamentário, justificando-as. O que foi muito comum é que os pedidos de ampliação do limite de diárias foram analisadas e autorizadas muito tardiamente para a realização de certos trabalhos, como realização de vistorias de terreno, o que



acarretou diversas reclamações dos interessados à SFA-MA, e que, em algumas situações, fez com que o período adequado para realização da atividade fosse perdida, como as inspeções de campos de sementes que precisam ser feitas em períodos específicos. Ademais, além da demora, muitos servidores realizaram viagens sem terem recebido os valores correspondentes das diárias merecidas, em virtude da demora das autorizações pela SE/MAPA, o que fez com que as diárias pudessem ser pagas meses após a realização das viagens. Outro problema foi a demora na descentralização dos recursos previstos nos Planos Operativos Anuais (POA's), o que também inviabilizou diversas atividades. Todos esses problemas descritos ou impediram as viagens ou provocaram desistências por parte dos servidores para a realização as viagens técnicas, o que refletiu nos índices de cumprimento das metas.

A situação enfrentada no exercício de 2012 em que os Fiscais Federais Agropecuários (FFA's) apenas puderam iniciar suas atividades desenvolvidas fora da microrregião Aglomeração Urbana de São Luís apenas no mês de março enquanto aguardava-se a regulamentação do Decreto Federal nº 7.689/2012 não ocorreu, mas enfrentaram a demora na descentralização dos recursos.

Como estratégias para que pudessem ser superadas as dificuldades supracitadas, foram racionalizados alguns deslocamentos em que puderam ser executadas atividades de duas ações orçamentárias e também a prevalência de ações de fiscalização em estabelecimentos localizados na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís.

O Serviço de Apoio Administrativo, no exercício de 2013, sofreu bastante com os cortes definidos pelo Decreto Federal nº 7.995, de 02 de maio de 2013, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2013, e com o limite previsto foi de R\$ 700.000,00, sendo que as despesas com manutenção e atendimento dos custos dos serviços administrativos diminuíram, porém as despesas continuaram crescentes, como, por exemplo, os contratos de vigilância e limpeza que tiveram repactuações.

Esses cortes impediram a continuidade das melhorias das áreas físicas da SFA-MA, sem desconsiderar que a escassez financeira também reduziu a programação de cursos e reuniões, que sempre possibilitam o aperfeiçoamento e conhecimento técnico.

Diante dessa situação, o SAD/SFA-MA manteve a estratégia de redução dos gastos e continuidade das ações iniciadas no final do exercício de 2011, durante todo o exercício de 2013, de maneira a se adaptar a contenção de recursos.

Outro aspecto negativo é a carência crônica de servidores enfrentada tanto no corpo técnico como administrativo. No caso das atividades fim, há casos, e não raros, em que os Fiscais Federais Agropecuários precisam executar as atividades em mais de uma ação. Na área administrativa, a falta de funcionários, que se agrava nos períodos de férias, faz com que as tramitações e atividades fiquem morosas.

Há necessidade iminente que haja reposição do corpo funcional da SFA-MA, o qual já se encontra bastante envelhecido e diminuto, agravado pelas iminentes aposentadorias, sendo que aproximadamente 45% quadro já é beneficiária do abono de permanência, o que demonstra que a situação agravar-se-á futuramente com o envelhecimento notório do corpo de servidores.

O que preocupa ainda mais a gestão da SFA-MA é que o concurso público que será realizado em 2014 para provimento de 796 cargos de nível fundamental, médio, técnico e superior, não prevê vagas para Fiscal Federal Agropecuário e apenas duas para Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal. Portanto, vislumbra-se para a curto prazo um agravamento iminente da situação do corpo funcional.

A escassez de recursos humanos não se limita apenas à sede da SFA-MA, mas também aos Serviços de Inspeção Federal, nas quais há obrigatoriedade de inspeção permanente. As duas vagas para Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal preveem a localização em dois Serviços de Inspeção Federal localizados no interior do Estado.



A Divisão de Política e Desenvolvimento Agropecuário sofreu, uma vez mais, com o repasse de poucos recursos, comprometendo a execução das metas físicas das ações sob sua responsabilidade e ao comparecimento a reuniões de trabalho.

Não devem deixar de ser mencionada como problema a estrutura deficiente do órgão estadual de defesa sanitária animal e vegetal, com falta de recursos humanos e capacitação dos servidores na maioria das unidades, o que, indiretamente, leva a resultados insatisfatórios, como relatórios técnicos encaminhados ao SISA/DDA/SFA-MA e ao SISV/DDA/SFA-MA corriqueiramente com atrasos e incompletos.

Na área administrativa, a burocracia na tramitação dos processos de licitação também configurou-se num forte obstáculo para a realização tanto das atividades finalísticas como da área-meio da SFA-MA, agravada pela carência numérica de servidores administrativos, fato que tem levado à aquisição de materiais e serviços com atrasos.

Ainda com relação à aquisição de materiais, as licitações por pregão eletrônico são responsáveis pelo comprometimento da qualidade de alguns itens, em função de suas características.

Os cortes orçamentários e a recomendação da CJU/MA/CGU/AGU, em conformidade com o artigo 3º da Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 268, de 31 de julho de 2013, que suspendeu as novas contratações para reformas de bens imóveis, impediram que a SFA-MA concluísse em 2013 diversas melhorias físicas e estruturais que proporcionariam tanto aos seus servidores como a seus clientes condições mais dignas. Os recursos recebidos só foram suficientes para a manutenção e pequenos reparos. A SFA-MA tem a perspectiva de prosseguimento deste processo, assim que for legalmente possível, e tentar buscar recursos junto ao MAPA para esta finalidade.

Por fim, apesar de contingenciamentos financeiros, a Administração da SFA-MA conseguiu cumprir e honrar com seus contratos, realizando alguns dos projetos almejados para melhorar o ambiente de trabalho dos seus servidores.

No mais, o gestor segue as determinações que são definidas pela Secretaria Executiva e se empenhará para o cumprimento das metas definidas no POA.

Finalmente, com este relatório, a SFA-MA pretende prestar contas à sociedade dos resultados obtidos através dos recursos financeiros alocados no exercício de 2013 e espera estar contribuindo para a geração de informações necessárias aos debates sobre a promoção da melhoria da qualidade da ação pública.



2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Os subitens abaixo relacionados do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA (Quadro 2):

Quadro 2- Subitens do item 2 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA.

Subitem	Título	Justificativa
2.2.1	Programa Temático	A SFA-MA não abrange secretaria-executiva de órgão responsável por objetivos no âmbito do PPA, sendo as informações pertinentes de competência da Secretaria-Executiva do MAPA.
2.2.2	Objetivo	
2.2.3.1	Ações – OFSS	Porque a SFA-MA não teve a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados a qualquer ação que tenha executado, mas apenas a um ou mais subtítulos dessas ações.
2.2.3.3	Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS	Porque a SFA-MA não executou, em 2013, e a título de restos a pagar não processados, ações não mais previstas na LOA 2013.
2.2.3.4	Ações - Orçamento de Investimento - OI	Porque a SFA-MA não é uma empresa em que o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Fonte: SFA-MA.

Com relação ao preenchimento do Quadro A.2.2.3.2 do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, alterada pela DN TCU nº 129/2013, o campo “Unidade Orçamentária” foi preenchido com os dados da Unidade Central, não sendo o mesmo relativo à SFA-MA, que como explicado anteriormente, não é uma UJ responsável por qualquer programa ou ação, e que apenas contribui com a execução de uma cota da meta física nacional, em conformidade com planejamento anual descentralizado pela Unidade Central.

Os campos “Dotação Inicial” e “Dotação Final” não foram preenchidos pelo fato de que a SFA-MA não é uma unidade que recebe recursos originariamente da Lei Orçamentária Anual.

2.1. Planejamento da Unidade

Sendo uma unidade descentralizada do MAPA, a SFA-MA é responsável pela aplicação, acompanhamento e fiscalização dos programas e ações do PPA 2012-2015 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado do Maranhão. A SFA-MA também é fortemente orientada pela condição de administração direta no atendimento de requisitos da lei e sob o aspecto conceitual de formulação de estratégias, suas atividades de planejamento se alinham a diretrizes ou estratégias corporativas, representadas prioritariamente pelas diretrizes estabelecidas pelo MAPA.

Uma vez definidas as linhas mestras de atuação do MAPA, por meio do PPA, em que são definidos os programas a desenvolver, a SFA-MA, por definição regimental, atua como braço executivo das políticas públicas definidas pelas instâncias superiores.

E, nesse sentido, vem também se empenhando na implementação do plano estratégico do MAPA e no aperfeiçoamento de seus processos, no intuito de se projetar em um patamar mais elevado na implementação de políticas e de prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio. Sua atuação estratégica está alinhada com o desenvolvimento



sustentável e o aumento da competitividade do agronegócio, sempre com foco na satisfação da sociedade.

Os objetivos estratégicos e operacionais da SFA-MA, órgão da administração direta do MAPA, são definidos pela estrutura administrativa central, tendo como referência o Planejamento Estratégico da instituição e o PPA 2012-2015. Dessa forma, cabe à SFA-MA realizar o seu planejamento de metas de acordo com a sua capacidade operacional, material e humana, com a dotação orçamentária estabelecida pelas Coordenações-Gerais para o planejamento das referidas metas.

Em síntese, os objetivos estratégicos da SFA-MA estão relacionados à promoção do agronegócio; fortalecimento da gestão estratégica, infraestrutura e processos de trabalho; valorização e motivação dos servidores, fortalecendo do trabalho em equipe; preservação da qualidade dos alimentos e dos insumos agropecuários; aprimoramento do processo de padronização e classificação vegetal; vigilância do trânsito internacional e interestadual de vegetais, animais e seus produtos; prevenção e controle de pragas dos vegetais e doenças dos animais; controle de resíduos e contaminantes em produtos vegetais e animais; aprimoramento dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica; uso e manejo sustentável dos recursos naturais em agroecossistemas; desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas; desenvolvimento da agricultura orgânica; e processos de indicação geográfica de produtos agropecuários.

Estes objetivos estratégicos estão associados aos seguintes Programas executados pela SFA-MA: a- Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização, com as Ações Fomento ao Setor Agropecuário, Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC e Apoio ao Desenvolvimento e Controle de Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico, b- Defesa Agropecuária, com as Ações Fiscalização de Atividades Agropecuárias e Promoção da Defesa Agropecuária; e c- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a Ação Administração da Unidade. Os seus Planos Orçamentários serão discriminados no subitem 2.2.1.1.

A SFA-MA ainda está inserida dentro da Gestão Estratégica do MAPA, a qual é planejada, gerenciada e monitorada pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE/MAPA), que concilia as políticas públicas com as demandas do agronegócio para melhorar a competitividade do setor.

Seu papel é oferecer condições para que o Brasil alcance e consolide a posição de líder mundial do agronegócio, atendendo, paralelamente, às necessidades e exigências do mercado interno e a segurança alimentar da população brasileira.

Para alcançar esses objetivos são elaborados estudos e levantamentos que consideram a dinâmica e as perspectivas de crescimento do agronegócio no mercado internacional. São definidas, a partir daí, as metas a serem alcançadas dentro de um período determinado de tempo. As projeções atuais refletem as tendências de produção, consumo e comércio exterior para produtos agropecuários em um horizonte de 11 anos (2008-2009 a 2018-2019).

Entre as metas estabelecidas para 2015 está a busca da excelência administrativa, garantindo maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio e o fortalecimento e harmonização do setor, coordenando e promovendo a igualdade entre os atores envolvidos.

A SFA-MA contribui com a AGE/MAPA com o fornecimento de resultados locais para que os mesmos sejam consolidados a fim de que sejam mensurados os indicadores de desempenho relacionados aos objetivos estratégicos.

O planejamento anual das ações da SFA-MA está contido dentro do Sistema de Gestão Integrada, implantando no final de 2012 pelo MAPA, no qual os Coordenadores Nacionais de Ação, responsáveis na Sede pelas coordenações-gerais dos Planos Orçamentários, indicam o montante de recursos financeiros que estarão disponíveis para os Coordenadores Estaduais de Ação (CAE) realizarem a programação prevista. Nesse sistema, os CAE's fazem a programação mensal das mais



diversas necessidades para realização da meta física e para manutenção interna em cima dos recursos destinados àquela unidade.

As metas físicas são apresentadas pelos CAE's às coordenações-gerais por meio do POA. O POA é uma planilha eletrônica com formato específico de cada Coordenação-Geral, que contém os dados previstos de execução da meta física mensais previstos bem como os dados de orçamento previsto lançados no SGI. As coordenações-gerais argumentam que a versão do POA em planilha eletrônica é uma forma de controle interno de despesas e descentralizações.

Quando da liberação de recursos, a parte orçamentária é inserida no Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras (Sior), o qual possui uma interface com o SGI, ambos em conformidade com o Plano Plurianual.

Portanto, a SFA-MA realiza o seu planejamento estratégico muito em função das demandas e dos recursos financeiros definidos pelas coordenações-gerais, o que engessa, sobremaneira, a sua autonomia, já que nem sempre a realidade demandada por uma determinada coordenação-geral coaduna com as especificações encontradas no Estado do Maranhão.

Como a SFA-MA não tem dotação orçamentária específica, isso exige do gestor uma postura pró-ativa, com utilização das programações orçamentárias como ferramentas de antecipação e de resposta rápida às mudanças dos cenários. Neste aspecto busca tirar maior proveito das oportunidades de melhoria, atendendo às novas demandas do órgão central e às necessidades dos usuários, otimizando o uso de recursos de forma a maximizar os resultados.

As metas estabelecidas para o exercício de 2013 guardaram consonância com os objetivos estratégicos institucionais bem como com as atribuições legais da Unidade, especialmente no que tange à garantia da segurança alimentar visando assegurar a identidade, qualidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal e animal.

Os objetivos estratégicos estão norteados pelo fato do Maranhão ser um Estado com forte viés agropecuário, com um nível de organização que carece de maior desenvolvimento e capacidade empresarial, o que faz com que as exigências das cadeias produtivas sejam ainda maiores pela necessidade de estruturação. O setor agropecuário maranhense exige grande qualificação dos técnicos da SFA-MA em função dos diferentes cenários que são confrontados pelo baixo nível tecnológico empregado.

Sendo a Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão uma unidade descentralizada do MAPA, ela é fortemente orientada pela condição de atendimento direto aos requisitos dos diplomas legais. Sob o aspecto conceitual de formulação de estratégias, suas atividades de planejamento se alinham a diretrizes ou estratégias corporativas, que são representadas prioritariamente pelas instruções estabelecidas pelo MAPA.

A natureza das atividades da SFA-MA é vinculada ao atendimento das necessidades da sociedade, no que diz respeito à garantia da oferta e da qualidade de produtos e serviços agropecuários e à segurança alimentar dos consumidores. A SFA-MA busca atender essas necessidades pautando-se nos fundamentos constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade e transparência.

Os clientes da SFA-MA são identificados a partir das competências institucionais relacionadas às atividades de defesa agropecuária e de desenvolvimento agropecuário, com jurisdição no âmbito do Estado do Maranhão.

A efetividade das ações tem como suporte a Missão do MAPA (Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira) e todo o aparato legal que modula a ação dos vários Serviços técnicos. Como prestadora de serviço, o nível de atividade é variável no decorrer do ano, dependendo da demanda dos usuários, da sazonalidade da safra agrícola e do movimento do mercado interno. O trabalho de auditoria e de fiscalização obedece uma periodicidade própria, a critério dos responsáveis dos Planos Orçamentários e também de denúncias de usuários e/ou de consumidores.



Até a implantação do SGI, alguns Planos Orçamentários desenvolvidos pelos diversos Serviços técnicos da SFA-MA eram programados diretamente por alguns departamentos do Ministério, mas a maioria era definida na própria Superintendência, porém, limitada ao orçamento anual definido por cada Secretaria, seus Departamentos e Coordenações do MAPA. A partir da entrada em operação do SGI, as descentralizações orçamentárias passaram a ser feitas a todos os Planos Orçamentários, já sendo definidas pelas Coordenações-Gerais aos CAE's.

A quase totalidade dos Planos Orçamentários foi executada diretamente pelos diferentes Serviços e as que não foram, acabaram sendo por meio de delegação de competências, nos termos do Decreto que instituiu o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

À SFA-MA compete executar as ações corporativas, e muitas vezes o que é previsto no SGI acaba não sendo realizado da maneira proposta, uma vez que a descentralização de recursos depende do órgão central que estabelece as diretrizes, o que leva a reprogramações orçamentárias pelos serviços técnicos. Cada Serviço gerencia os seus Planos Orçamentários correspondentes, que são programados para atender aos indicadores do Programa ao qual pertencem.

De forma resumida, as ações relevantes de competência regimental da SFA-MA e que foram efetivamente realizadas tiveram o seguinte foco: na prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais; na qualidade dos alimentos e bebidas, por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando oferta de alimentos seguros; no aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários e agrícolas; na padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal; na vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos; a vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos; na fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados; na inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal; na aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica; e no fomento a indicação geográfica de produtos agropecuários.

A programação das atividades, a avaliação das metas e a uniformização dos procedimentos são estabelecidas e comunicadas através de reuniões internas da equipe técnica de cada Serviço com as divisões técnicas.

Para o desempenho no exercício de 2013, a publicação do Decreto Federal nº 7.689, de 02 de março de 2012, alterado pelo Decreto Federal nº 8.056, de 25 de julho de 2013, o qual estabeleceu, no âmbito do Poder Executivo federal, limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, foi extremamente prejudicial ao cumprimento das metas programadas no SGI, haja vista que ficou limitada a 40 diárias o número permitido por servidor. Como o corpo técnico da SFA-MA é muito reduzido, como foi citado anteriormente, alguns técnicos estão acumulando atividades de outros planos orçamentários, e a limitação de pagamento de 40 diárias por servidor acabou fazendo com que as atividades elencadas nos POA's fossem prejudicadas, pois após o alcance do limite era necessária a solicitação de autorização à SE/MAPA com concordância anterior da Secretaria finalística de nota técnica elaborada pela SFA-MA solicitando de que o limite fosse estendido. Mesmo obtendo-se a autorização, esses procedimentos impactaram negativamente nas taxas de execução, pois a autorização para ampliação do número de diárias não era acompanhado da liberação de recursos financeiros por parte da Secretaria finalística.

Nessa situação, em alguns casos foi possível conjugar atividades distintas de um mesmo Plano Orçamentário ou até mesmo de diferentes Planos em uma mesma viagem, quando as atividades previstas deveriam ser realizadas num mesmo município, ou, ao menos, numa mesma região. Um exemplo dessa situação foi a realização de viagens concomitantes dos Planos Orçamentários 000J- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos com as viagens do Plano Orçamentário 0006- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais, os quais pertencem ao mesmo Serviço e ao mesmo Programa de Defesa



Agropecuária. Isso implica dizer que se lançou mão dessa alternativa a fim de se otimizar o serviço, pois foram realizadas atividades que seriam executadas em duas viagens.

O contingenciamento de recursos financeiros e/ou atrasos na liberação das verbas disponíveis também agravaram o andamento dos POA's. É recorrente que haja uma maior celeridade e, principalmente, regularidade na descentralização dos recursos a fim de que as atividades previstas para as ações orçamentárias não sejam atrasadas.

O principal problema enfrentado pelo Serviço de Apoio Administrativo foi o limite orçamentário baixo, como ocorreu em 2012, de apenas R\$ 700.000,00, que foi definido pelo Decreto Federal nº 7.995, de 02 de maio de 2013, que limitou a realização de obras necessárias no prédio da SFA-MA, pois os custos com contratos cresceu com as repactuação previstas pelas convenções coletivas de trabalho.

Na área administrativa também perduram os problemas relacionados à falta de capital humano em quantidade e qualidade para atendimento de todas às atribuições institucionais, cuja solução independe da vontade da gestão da Superintendência, cujas decisões são tomadas em nível superior.

Uma estratégia de atuação a fim de garantir as perfeitas funcionalidades dos serviços administrativos da SFA-MA foi o acompanhamento da execução dos contratos de terceirização de mão-de-obra para serviços de apoio administrativos, como os contratos de manutenção, vigilância, limpeza e conservação. Para isso, buscou-se capacitar servidores para acompanhar e gerenciar os processos contratuais, tornando mais eficiente a aplicação dos recursos.

Tal estratégia para garantir a continuidade e execução dos serviços e ações sem que a Superintendência sofresse fortes impactos causados pelo corte orçamentário consistiu em:

- a- Efetuar levantamento da necessidade de aquisição de materiais de consumo e permanentes;
- b- Identificar e relacionar os serviços que ocorrem como mais frequência na SFA-MA para elaboração de projeto básico ou termo de referencia;
- c- Realizar planejamento e programas de conscientização para evitar desperdícios de energia elétrica, água e material de consumo;
- d- Efetuar o planejamento, execução e acompanhamento das licitações de compras de materiais de consumo e permanente, visando evitar excesso ou falta desses bens.

Em 2013 o grupo de Fiscalização de Contratos criado em 2012 para gerenciar e acompanhar os contratos vigentes, garantindo maior controle e qualidade na execução dos serviços prestados na SFA-MA, foi mantido, e os resultados têm se mostrado muito bons com o maior controle da execução de contratos com fornecedores de material e serviços, provocando um aumento da qualidade oferecida à SFA-MA e a melhor gestão dos recursos financeiros.

O grande desafio a ser enfrentado pela SFA-MA, a médio e curto prazos, diz respeito à superação dos gargalos que serão gerados pela iminente aposentadoria de uma parte significativa do seu quadro de pessoal, especialmente na função de Fiscal Federal Agropecuário. Não menos significativa, está sendo a aposentadoria dos servidores de nível médio que executam atividades nas áreas meio e fim.

Mesmo assim, com as limitações expostas acima e obedientes ao PPA e às metas descentralizadas pelo MAPA, buscou-se programar as atividades finalísticas atendendo as demandas mais importantes e prioritárias do agronegócio e da sociedade, focados no fortalecimento e reconhecimento do protagonismo que o MAPA exerce nos resultados positivos do setor.



2.2. Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

2.2.1. Ações

2.2.1.1. Ações/Subtítulos - OFSS

A seguir serão apresentados os quadros referentes às ações/subtítulos em que a SFA-MA executou atividades de forma consolidada por Programa, conforme o subitem 2.2.3.2 da parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013.

Entretanto as ações serão comentadas a partir dos planos orçamentários vinculadas às mesmas a fim de que o desempenho obtido nas execuções físicas e financeiras nesses planos orçamentários seja discutido individualmente para que sejam realçados os resultados alcançados em cada atividade desempenhada pela SFA-MA, o que não ocorreria se empreendesse-se uma discussão geral para toda a ação. Dessa forma, conseguir-se-á aprofundar-se nos pontos positivos e negativos pormenorizadamente na ação.

Essa opção permitirá uma análise da execução dessas ações de maneira mais aprofundada dos resultados obtidos e adéqua-se da melhor forma ao acompanhamento da gestão das ações e dos planos orçamentários que foram executados pela SFA-MA.

Em nenhuma das ações, e, por conseguinte, plano orçamentário, houve execução de meta física com a liquidação dos restos a pagar processados e não processados inscritos em 2012 diretamente pela SFA-MA no exercício de 2013. Isso ocorreu porque as metas não dependiam para serem executadas em função da liquidação dos valores inscritos em restos a pagar. Esses valores foram referentes a pagamentos de serviços executados em 2012 para manutenção do prédio da SFA-MA, pagamento de passagens aéreas utilizadas para participação de servidores em eventos e treinamentos e para pagamento de material de consumo adquirido.

Entretanto, houve a execução de metas físicas com pagamento de restos a pagar processados em 2013 com o repasse de recursos referentes ao Convênio nº 71.221 à Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão em 15/01, com os quais o órgão estadual de defesa agropecuária pôde realizar suas ações em defesa sanitária vegetal. R\$ 1.883.130,35. Esse repasse significou 88,50% de todos os recursos inscritos em restos a pagar processados e não processados e 89,38% dos restos a pagar processados e não processados pagos.



2.2.1.1.1. Divisão de Defesa Agropecuária

2.2.1.1.1.1. Programa 2028- Defesa Agropecuária

A. Ação 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária

Quadro 3- Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 20ZW- Promoção da Defesa Agropecuária.

Identificação da Ação							
Código	20ZW					Tipo: Atividade	
Descrição	Promoção da sanidade na agropecuária, com a finalidade de manter e ampliar a situação das zonas livres de pragas e doenças, fortalecendo a prevenção e o controle das mesmas. Funcionamento dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), ampliação e qualificação da oferta de serviços laboratoriais para atendimento da demanda na área da defesa agropecuária. Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal, de forma a promover a qualidade de alimentos e bebidas. Coordenação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), e estruturação do Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária.						
Iniciativa	04BQ- Promoção da Defesa Agropecuária						
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.					Código: 0366	
Programa	Defesa Agropecuária					Código: 2028	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	22101- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	-	-	67.313,40	67.313,40	62.644,50	4.668,97	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0001/Nacional	Área controlada		ha	33.198.329	-	33.198.329	
	Área livre		Km ²	331.983	-	331.983	
	Propriedade atendida ¹		un	-	-	27.172	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001/Nacional	1.808.610,35	1.808.610,35	0,00	Área controlada	ha	33.198.329	
	0,00	0,00	0,00	Área livre	Km ²	-	
	0,00	0,00	0,00	Propriedade atendida	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi; Siconv.

¹ Não foi possível programar a meta, pois a mesma é executada pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão.



Análise Situacional

A1. Plano Orçamentário 000F- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Quadro 4- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária - Plano Orçamentário 000F- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	000F- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais					
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoonosológicas para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e de estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, de zonas ou de propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e de controle local; consolidação de sistema de informação zoonosológica; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Combate às Doenças					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	45.478,88	45.478,88	2.168,97	0,00	43.309,91
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Propriedade atendida	un	---	27.172	51.999,50	45.478,88
2	Supervisões realizadas ²	un	18	22		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Propriedade atendida	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ Não foi possível definir uma meta, pois a mesma é executada pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão.

² A meta 2 é institucional.

O Estado do Maranhão está subdividido geograficamente em cinco mesorregiões, onde estão distribuídos 217 municípios. Nesses, o número de bovinos está na ordem de 7.300.000 cabeças; destas cerca de 77.931 são búfalos, o que demonstra a variação de ecossistemas que envolvem cerca de 99.875 propriedades rurais. Sabe-se que todo o sistema de defesa animal deve estar organizado de forma a atender os criadores aos níveis municipal e estadual.

O desenvolvimento da bovinocultura, vindo pela ótica da defesa sanitária animal, busca a oferta de produtos de qualidade em conformidade com a saúde e bem-estar animal, com o meio ambiente sustentável e com a qualidade da vida humana.

As ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais são divididas em vários programas nacionais, os quais serão descritos sucintamente. Desses vários programas nacionais da área de sanidade animal, resumidamente serão abordadas as atividades do Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias (PNCRH), do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose dos Animais (PNCEBT), do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE) e do Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA).

Nesse plano orçamentário também o SISA/DDA/SFA-MA aferiu nos postos fixos ou volantes de fiscalização zoonosológica no Estado o número de fiscalizações realizadas pela AGED-MA através dos relatórios mensais das atividades da Coordenação de Trânsito e Aglomerações, bem como realizou a supervisão aos postos fixos, em que os barreiristas e o chefe



imediatos são questionados. Na mesma ocasião averiguam-se os relatórios de animais em trânsito interestadual, a estrutura física, materiais e equipamentos, sistema de plantão e segurança das barreiras.

A meta física cadastrada no SGI para esse PO (código Siafi: PCEAnimal13) é propriedade atendida, que corresponde às vigilâncias passivas do sistema de atenção veterinária oficial, que, em sua maioria, dizem respeito aos atendimentos em vigilância das encefalopatias de ruminantes no Estado. Entretanto, essa ação é descentralizada, sendo a AGED-MA o órgão executor responsável pela ação a campo.

Não foi possível calcular a taxa alcançada do produto cadastrado no SGI, pois a meta é prevista pela AGED-MA. Em 2013, foram 27.172 propriedades rurais atendidas pelos técnicos da AGED-MA.

Os atendimentos às propriedades estão relacionados à raiva em herbívoros, que é uma importante zoonose, principalmente ao homem do campo, que sempre carece de informações, e tem como finalidade a preservação da saúde. Nesses casos, o Serviço Veterinário Local da AGED-MA faz a colheita de encéfalos de animais suspeitas de raiva e os encaminha ao laboratório da UEMA, onde é realizada a análise sem custo. Nessas situações, realiza-se, geralmente, um trabalho de entrevistas com pecuaristas, há a promoção da vigilância ativa, faz-se captura de morcegos hematófagos, executa-se o cadastramento e faz-se monitoração dos abrigos de morcegos e realiza-se vacinação de herbívoros numa área compreendida dentro de 12 km do foco inicial.

No intuito de se avaliar a meta do SGI, o SISA/DDA/SFA-MA utilizou a meta física institucional número de supervisões às unidades da AGED-MA, para que fosse possível ter a medição do cumprimento da meta física do SGI. Dessa maneira, os índices de desempenho foram calculados considerando-se a meta física institucional.

Essa meta física institucional, que tem como objetivo supervisionar as atividades em propriedades rurais e nos escritórios da AGED-MA, apresentou uma taxa de 122,22%. Como essa ação é composta por várias subações, como já citado anteriormente, o número de supervisões foi dividido entre elas em função das necessidades e da importância de cada uma (Tabela 1).

Tabela 1- Relação do número de supervisões programadas e realizadas por Programa Nacional de Sanidade Animal coordenados pelo Departamento de Saúde Animal (DSA/SDA/MAPA) no Estado do Maranhão. 2013.

Programa Nacional	Supervisões	
	Programadas	Executadas
PNCEBT	7	7
PNCRH	0	1
PNSE	5	5
PNSA	6	9
TOTAL	18	22

Fonte: SFA-MA.

Não faltaram recursos financeiros para garantir a execução de medidas que visem promover a prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais dos programas nacionais executados no Estado, pois a ótima taxa de 94,55% dos recursos programados no SGI foram descentralizados (Tabela 2). Um total de R\$ 45.478,88 foi utilizado para acompanhamentos de todos os programas atendidos no Estado pelo SISA/DDA/SFA-MA.



Tabela 2- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	25.564,50	21.998,15	21.110,15	82,58
3390-30	Material de Consumo	10.500,00	4.737,00	4.683,30	44,60
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	5.000,00	17.400,00	14.852,83	297,06
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	0,00	838,40	838,40	---
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.935,00	3.285,00	3.085,00	28,21
3390-92	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	909,20	909,20	---
TOTAL		51.999,50	49.167,75	45.478,88	87,46%

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Com uma taxa de desempenho de 92,50%, foram gastos R\$ 45.478,88 do montante de R\$ 49.167,75 que foram disponibilizados. Essa taxa não foi maior em função da sobra de recursos no elemento de despesas Passagens e Despesas com Locomoção, o que é normal, haja vista a variação nos preços das passagens aéreas, o que acaba fazendo com que o DSA/SDA/MAPA disponibilize sempre mais recursos por segurança. Cabe destaque a utilização de 82,58% dos recursos descentralizados no elemento de despesas Diárias – Pessoal Civil.

Foram utilizados R\$ 397,39 para pagamento de diárias para um Fiscal Federal Agropecuário participar de uma reunião sobre ampliação da Zona Livre de Febre Aftosa, que foi realizada em Brasília/DF, nos dias 12 e 13/08/2013. As passagens aéreas no valor de R\$ 1.683,60 foram custeadas pelo PO Erradicação da Febre Aftosa.

Para as supervisões, foram realizados R\$ 23.868,71 de um total descentralizado de R\$ 23.416,89. A taxa de execução, de 51,34%, não foi melhor porque foram descentralizados apenas 30,04% dos recursos previstos no elemento de despesas Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (Tabela 3).

Tabela 3- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Erradicação da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais para o cumprimento da meta física no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	21.954,30	15.394,89	16.100,41	73,34
3390-30	Material de Consumo	10.500,00	4.737,00	4.683,30	44,60
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.935,00	3.285,00	3.085,00	28,21
TOTAL		43.389,30	23.416,89	23.868,71	55,01

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Em restos a pagar processados, ficaram para serem pagos em 2014 R\$ 2.168,97 inscritos para pagamentos de passagens aéreas.

Os eventos em que participaram os Fiscais Federais Agropecuários do SISA/DDA/SFA-MA foram bastante diversos, indo desde a participação como palestrante no curso organizado pela Universidade Estadual do Maranhão em formação de médicos veterinários habilitados no Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose, de reuniões preparatórias para o futuro projeto de ampliação da zona livre de peste suína clássica, até a participação de dois FFA's na Conferência Mundial sobre Educação Veterinária e no III Encontro Nacional de Defesa Sanitária



Animal, realizados em Foz do Iguazu/PR (Tabela 4). Para a participação em todos esses eventos, foram necessários R\$ 5.009,74 em diárias, R\$ 838,40 em diárias para um Fiscal Estadual Agropecuário da AGED-MA participar na reunião do Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS) e R\$ 14.852,83 em passagens e despesas com locomoção. Apesar do somatório do custo com passagens e locomoção ter sido de R\$ 13.761,64, foram pagos R\$ 14.852,83 em função de multas por remarcação de passagens previstos em contrato dados pela agência de viagens contratada pela SFA-MA para emissão de passagens aéreas. Despesas com viagens para participação de técnicos em seis eventos somaram R\$ 20.700,97.

Atividades Desenvolvidas nos Programas Nacionais de Sanidade Animal

É de suma relevância a observação da saúde dos animais nas supervisões aos escritórios da AGED-MA referentes aos vários programas de interesse nacional, para que possa ser viável a avaliação das ações do serviço de defesa animal e relacioná-lo ao crescimento da pecuária no Estado.

Optou-se pelas descrições das fiscalizações dos programas do PNCEBT, PNCRH, PNSA e PNSE, para as descrições de cálculos, como segue:

1- Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT

A análise da meta física institucional correspondente ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal baseou-se especificamente no desempenho de médicos veterinários privados e nas ações do órgão executor de defesa da saúde animal na implementação do programa junto aos produtores rurais. Daí veio a necessidade da realização do trabalho de monitoração nos locais de realização de exames, por amostragem, nas propriedades trabalhadas, nos estabelecimentos de revenda de vacinas contra a brucelose e a tuberculose e junto às Unidades Veterinárias da AGED-MA.

O Estado Maranhão possuía, segundo dados oficiais da AGED-MA de 2013, 280.452 fêmeas bovinas em idade vacinal (entre 3 e 8 meses). A faixa etária preconizada para a vacinação contra brucelose é de todas as fêmeas de 0 a 8 meses, ao qual estima-se que esta faixa represente 50% de todas as fêmeas de 0 a 12 meses de idade. No ano de 2013 foram vacinadas 214.381 fêmeas, o que representaria 76,44% da meta estimada, fazendo com que houvesse um acréscimo de cerca de 3,1 pontos percentuais na cobertura vacinal contra brucelose em relação ao ano anterior, que fora de 73,43 da meta, ao terem sido vacinadas 219.540 fêmeas.

Dos 49.549 animais testados para o diagnóstico da brucelose em 2013, 324 animais foram reagentes, perfazendo um total de 0,65%, percentual, esse, inferior ao 1,76% de animais reagentes do ano de 2012 e de 2,00% de 2011. Tal padrão decrescente na ocorrência de animais positivos coaduna-se com o aumento do percentual de vacinação e conseqüentemente com a importante etapa de redução progressiva do número de focos das doenças com relação ao PNCEBT.

Quanto ao controle da tuberculose, dos 39.142 animais testados no Estado para o diagnóstico da tuberculose em 2013, apenas 01 animal foi diagnosticado como reagente positivo, o que representou uma taxa de 0,0025% dessa população, contrastando com a realidade detectada no ano anterior, em que, dos 36.612 animais testados, 67, foram positivos, o que fez uma taxa de 0,18% dessa população, a qual havia sido superior a de 2010, que havia sido de 0,11%.

Para a realização das atividades referentes ao PNCEBT, no Maranhão, há 97 médicos veterinários privados habilitados, 286 cadastrados para a vacinação contra a brucelose e 409 auxiliares de médicos veterinários.

O programa ainda carece de maior divulgação da obrigatoriedade da vacinação contra brucelose e da falta de ações continuadas em educação sanitária. Há uma necessidade da realização do trabalho de monitoramento nos locais de realização de exames, por amostragem, nas



propriedades trabalhadas, nos estabelecimentos de revenda de vacinas e junto as Unidades Veterinárias da Agencia Estadual.

Tabela 4- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Erradicação da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais em eventos no exercício.

Evento	3390-14 Diárias – Pessoal Civil		3390-33 Passagens e Despesas com Locomoção		3390-36 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
	Previsto ¹ (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
a) Participação de dois Fiscais Federais Agropecuários em reunião sobre as diretrizes de ampliação da Zona Livre de Febre Aftosa – Brasília/DF - 25 e 26/03/2013.	-	860,33	-	4.413,40	-	0,00
b) Participação de um Fiscal Federal Agropecuário no Encontro sobre Ampliação da Zona Livre de Peste Suína Clássica – Brasília/SP - 06 a 08/05/2013.	-	604,64	-	1.850,60	-	0,00
c) Participação de um Fiscal Federal Agropecuário e de um Fiscal Estadual Agropecuário da AGED-MA na reunião com representantes do Programa Nacional de Sanidade Suídea – PNSS, de acordo com o Memorando Circular nº 86/2013-DSA – Recife/PE – 05 a 08/08/2013.	-	770,58	-	1.654,08	-	838,40
d) Participação de um Fiscal Federal Agropecuário em reunião sobre ampliação da Zona Livre de Febre Aftosa – Brasília/DF - 12 e 13/08/2013.	-	397,39	-	2	-	0,00
e) Ministrando palestra no XII Curso PNCEBT: Treinamento em Métodos Diagnóstico, Controle da Brucelose e Tuberculose e Noções Básicas de Encefalopatia Espongiforme Bovina e participar do III Encontro Maranhense Veterinários Habilitados e Cadastrados no PNCEBT - Imperatriz/MA - 04 a 08/11/2013.	-	806,73	-	366,52	-	0,00
f) Participação de dois Fiscais Federais Agropecuários na Conferência Mundial sobre Educação Veterinária e no III Encontro Nacional de Defesa Sanitária Animal - ENDESA – Foz do Iguaçu/PR – 02 a 06/12/2013.	-	1.967,46	-	5.477,04	-	0,00
Sub-Total (R\$)	3.610,30	5.009,74	5.000,00	13.761,64	-	838,40
TOTAL PREVISTO (R\$)	8.610,30					
TOTAL REALIZADO (R\$)	19.609,78					

Fonte: SCDP; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ Não haviam sido previstos recursos com diárias e passagens e despesas com locomoção especificamente por evento, tendo sido realizada apenas uma estimativa para o exercício.

² As despesas com passagens e despesas com locomoção no valor de R\$ 1.683,60 foram executadas com recursos do Plano Orçamentário Erradicação da Febre Aftosa.



A meta física institucional correspondente à sub-ação do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal foi cumprida em 100,00%, pois foram realizadas as sete supervisões previstas, sendo que foram supervisionadas as atividades de cinco Unidades Veterinárias Locais da AGED-MA nos municípios de Boa Vista do Gurupi, Maranhãozinho, Zé Doca, Timon e Grajaú, de um Escritório de Atendimento a Comunidade do município de Jenipapo dos Vieira e de uma instituição de ensino, no caso a Universidade Estadual do Maranhão, campus de Imperatriz, durante a realização do XIII Curso de Treinamento de Métodos de Diagnóstico e Controle da brucelose e Tuberculose e Noções de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis - PNCEBT/EET), capacitação de médicos veterinários em controle e diagnóstico da brucelose e tuberculose visando habilitação junto ao MAPA.

Supervisionou-se ações do órgão executor em seis casas de revendas de vacinas contra brucelose, tendo sido duas em Santa Inês, duas em Imperatriz, uma em Grajaú, uma em Barra do Corda e em uma unidade de distribuição de insumos para diagnóstico da brucelose e tuberculose na Unidade Regional da AGED-MA em Imperatriz.

Foram realizadas seis supervisões junto a médicos veterinários habilitados ao PNCEBT: um médico em cada um dos seguintes municípios: Estreito, Grajaú, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca.

O responsável pelo PNCEBT participou da Força Tarefa da Copa das Confederações no Aeroporto Internacional de Salvador - Dep. Luis Eduardo Magalhães no período de 17 a 28/06/2013 e da atividade de realização de prova de maleína em dois equídeos nos municípios de Santa Rita e Presidente Dutra entre os dias 04 e 06/09.

Para o desenvolvimento das atividades do PNCEBT foram utilizados os seguintes recursos: Diárias - Pessoal Civil: R\$ 5.593,45; Material de Consumo relacionados aos abastecimentos de veículos: R\$ 1.409,76; e Passagens e Despesas com Locomoção: R\$ 366,52.

2. Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias - PNCRH

O Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias, executado pela AGED-MA, monitora e controla diversas encefalites no Estado, como a raiva dos herbívoros e o *scrapie* nos ovinos, e executa a prevenção das Encefalopatias Espongiformes Bovinas, sendo que essas últimas apenas como vigilância, já que a mês,a não ocorre no Brasil.

Em 2013 houve a captura de 254 morcegos hematófagos *Desmodus rotundus* em 145 capturas, com uma média de 1,75 morcego por captura. Também ocorreu a vacinação de 2.505.278 de bovinos em 22.421 propriedades, com uma média de 111,74 animais por estabelecimento, e foram constatados cinco focos de raiva em herbívoros.

Uma atividade realizada por um FFA do SISA/DDA/SFA-MA foi o envio de um resumo científico à 24ª Reunião Internacional de Raiva nas Américas (RITA), que aconteceu em Toronto/CAN, entre 27 e 31 de outubro de 2013, intitulado “Capture and treatment of colony *Desmodus rotundus* strategies and action of defense service” (Captura e tratamento de colônia de *Desmodus rotundus* e as estratégias de ação do serviço de defesa), produto de uma parceria da SFA-MA com a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Tocantins (Adapec) e Universidade Federal do Tocantins.

Nas datas de 15 a 19 de abril de 2013, realizou-se uma supervisão do Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros com o objetivo de avaliar a atenção do Serviço Veterinário Oficial nos municípios de Vitória do Mearim, pertencente à Unidade Regional de Viana, e aos municípios de Matinha, Pinheiro e Guimarães, pertencentes à Unidade Regional de Pinheiro. Nessa supervisão utilizaram-se recursos diretamente da Coordenação Nacional do PNEFA.



Houve uma capacitação no PNCRH e do Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina (PNEEB) entre os dias 19 e 23 de novembro de 2013 em Barra do Corda/MA, cujo objetivo foi treinar as equipes do Serviço de Atenção Veterinária das Regionais da AGED-MA de Barra do Corda e Presidente Dutra. O treinamento foi custeado pela própria AGED-MA com a contribuição do Fundo de Desenvolvimento Pecuário do Maranhão (Fundeppec).

Para realização da única supervisão nesse subprograma, foram gastos um total de R\$ 385,62, tendo sido R\$ 303,22 em Diárias – Pessoal Civil e R\$ 82,40 em Material de Consumo.

3. Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSA

Esta subação é desenvolvida em parceria com a AGED-MA, especialmente no que se refere ao registro e fiscalização dos estabelecimentos avícolas comerciais, conforme determina a Instrução Normativa nº 56, de 04/12/2007, a Instrução Normativa nº 59, de 02/12/2009, e recentemente a Instrução Normativa nº 36/2012, de 06/12/2012.

A adesão do Estado do Maranhão ao Plano Nacional de Prevenção à Influenza Aviária e de Controle e Prevenção à Doença de Newcastle foi feita por meio da Portaria nº 15-AGED-MA, de 19/02/2008.

Em 2013, as ações executadas pela SFA-MA foram voltadas para participação em reuniões do Comitê Estadual de Sanidade Avícola (Cesama), realização de supervisões das ações do programa desenvolvidas pela AGED-MA tanto na Unidade Central quanto nas Unidades Veterinárias Locais (UVL), visitas a estabelecimentos avícolas de corte visando verificar a adequação para efeito de registro no órgão estadual, vistoria em incubatório para registro junto a SFA-MA, acompanhamento de coleta de amostras em sítios de aves migratórias e supervisão de médicos veterinários habilitados para emissão de GTA para trânsito de aves.

Durante o exercício foram realizadas 100% das reuniões do comitê e das supervisões programadas.

Foram realizadas quatro reuniões do Cesama, uma vistoria em incubatório para emissão de laudo de vistoria visando registro e quatro médicos veterinários foram supervisionados visando verificar se os procedimentos estão de acordo com as Instruções Normativas vigentes. Foram realizadas pela AGED-MA coletas em duas propriedades próximas a sítios de aves migratórias com envio de 72 amostras para o LANAGRO-SP/MAPA (Campinas/SP).

Quanto às supervisões das unidades da AGED-MA, foram realizadas uma na Unidade Central e nove nas Unidades Veterinárias Locais e Escritórios de Atendimento a Comunidade. Essas supervisões tiveram por objetivo verificar as ações desenvolvidas no PNSA pelo órgão estadual de defesa, assim como orientar os técnicos quanto ao registro dos estabelecimentos avícolas comerciais e sobre a aplicação da Instrução Normativa nº 10, de 11 de abril de 2013, e Norma Interna DSA nº 04, de 07 de outubro de 2013.

As UVL's supervisionadas foram as dos municípios de Porto Franco, Santa Inês, Timon, Caxias, São José de Ribamar, São João dos Patos, Bacabal, Vargem Grande e Itapecuru Mirim.

Foram inspecionados em conjunto com a AGED-MA estabelecimentos avícolas de corte nos municípios de Caxias, Porto Franco, Itapecuru Mirim e Vargem Grande visando fazer laudo de vistoria para registro.

Como resultados desses trabalhos, ressaltam-se que houve um avanço no PNSA no que se refere a registro de estabelecimentos avícolas de corte, visto que o Estado conta hoje com oito estabelecimentos avícolas de corte devidamente registrados no órgão estadual de defesa, 26 estabelecimentos avícolas de corte em processo de registro e um estabelecimento de reprodução em processo de registro junto a SFA-MA.



Para a realização das ações supracitadas foram investidos com Diárias – Pessoal Civil R\$ 3.200,92 e com Material de Consumo R\$ 1.582,98.

4- Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE)

A subação PNSE tem como finalidade prevenir, controlar e/ou erradicar as principais enfermidades dos equídeos, caprinos, ovinos e abelhas.

Foram feitas inspeções clínicas de equinos reagentes ao exame de mormo pela técnica de fixação de complemento e inoculação de maleína, por demanda da AGED-MA, em Anajatuba e São Domingos do Maranhão no período de 08 a 10/05/2013, Vargem Grande entre 21 a 23/05/2013, e Itinga do Maranhão e Tutóia, no período de 16 a 19/09/2013.

Viajou-se aos municípios de Nova Olinda do Maranhão para realização de maleinização em equino oriundo do Estado do Ceará reagente a fixação de complemento e para Belém/PA para levar soros de animais que estão em propriedade em regime de saneamento de foco de anemia infecciosa equina ao LANAGRO-PA/MAPA no período 04 a 07/06/2013.

Para a realização das ações supracitadas, foram investidos R\$ 5.409,30 em Diárias – Pessoal Civil, R\$ 1.608,16 em Material de Consumo. Não foram utilizados recursos no elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

5- Programa Nacional de Sanidade dos Suínos (PNSS)

Com relação ao PNSS, o SISA/DDA/SFA-MA participou de duas reuniões promovidas pelo Departamento de Saúde Animal sobre o Projeto de Ampliação da Zona Livre de Peste Suína Clássica, onde estão incluídos representantes dos Estados do Pará e do Nordeste com exceção dos Estados da Bahia e Sergipe, para melhoria das atenções e/ou vigilância das doenças de suínos em Brasília/DF no período de 06 a 08 de maio de 2013 e em Recife/PE entre os dias 05 e 08 de agosto de 2013 (Vide Tabela 4).

Nessas duas reuniões foram gastos R\$ 1.375,22 em Diárias – Pessoal Civil, R\$ 3.504,68 em Passagens e Despesas com Locomoção e R\$ 838,40 em Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

Nesse plano orçamentário, as ações também são executadas mediante celebração de convênios. Da mesma forma, o SISA/DDA/SFA-MA tem o papel de fiscalizador da execução das atividades.

O Convênio nº 794.607/2013, celebrado em 18/12/2013 entre o MAPA e a AGED-MA com a interveniência do Governo do Estado do Maranhão, tem como objeto o apoio à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) Estado do Maranhão e o fortalecimento das ações de defesa agropecuária. Seu valor global é de R\$ 1.260.000,00, sendo R\$ 1.197.000,00 referentes ao repasse por parte do MAPA e sendo os R\$ 63.000,00 como parcela de contrapartida da Conveniente.

Relacionado a esse PO, há as metas “Reestruturação e implementação das Unidades de Defesa Agropecuária no Estado”, com valor global de R\$ 551.676,00, e “Manter e melhorar a estrutura e as ações de defesa sanitária animal”, com R\$ 648.323,00 à disposição para a execução. A primeira meta visa a reestruturação de 79 unidades de defesa agropecuária e a estruturação e manutenção de duas unidades volantes de fiscalização do trânsito agropecuário, a partir da aquisição de bens materiais de consumo e de equipamentos, tais como, computadores, datas shows, impressoras, câmeras digitais e veículos, o que proporcionará a modernização dos equipamentos e mobiliário. Na segunda meta, relacionadas ao PO, serão executadas as etapas que prevêm a



sustentação um inquérito epidemiológico de peste suína clássica e a vigilância de propriedades consideradas de maior risco sanitário para suínos; promoção da fiscalização de eventos pecuários (aglomerações de animais); a capacitação do Grupo Especial de Atendimento a Suspeita de Enfermidade Emergencial (GEASE); a promoção de eventos de educação continuada em saúde animal, de palestras relacionadas aos programas sanitários e de produção e distribuição de material educativo; capturas de morcegos hematófagos *Desmodus rotundus*, disseminadores da raiva. Também haverá custeio de diárias de níveis superior e médio e para colaborador eventual, além de passagens aéreas.

O repasse dos recursos ocorrerá apenas em 2014, haja vista a data de assinatura ter sido 18/12/2013. Os recursos estão inscritos em restos a pagar processados.

Em 2013 havia um outro Convênio em execução, apesar de não ter havido repasse de recursos em 2013. O Convênio nº 755.837/2011, que tinha como valor global R\$ 18.139.075,05 e o objetivo de fortalecer a sanidade animal, estruturando e mantendo o sistema unificado de atenção à saúde animal no Estado do Maranhão, para controlar, erradicar e prevenir a ocorrência de doenças dos animais, com vigência plurianual no período 2011 a 2015, foi rescindido em função do conteúdo do Ofício Circular nº 04/2013/SDA-MAPA, de 29/07/2013, da Secretaria de Defesa Agropecuária em que comunicou à SFA-MA de que não seria possível a manutenção dos convênios celebrados em 2011 devido à redução drástica de recursos destinados ao cumprimento dos instrumentos pactuados e que a SDA/MAPA decidiu pela rescisão dos mesmos, o que está em andamento para a sua ratificação. Em 2013, também referente a esse Convênio, analisou-se a prestação de contas parcial do convênio celebrado, no qual o MAPA havia repassado o valor de R\$ 5.992.809,15 à Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão.

Em 2013 foram supervisionadas as barreiras zoofitossanitárias da AGED-MA em Boa Vista do Gurupi e Estreito. Também foram supervisionadas as atividades de três médicos veterinários credenciados para emissão de Certificado de Inspeção Sanitária, modelo E (CIS-E), sendo um em Barra do Corda e dois em Imperatriz.

Segundo os dados obtidos junto à AGED-MA em 2013, nas barreiras fixas do Estado do Maranhão, foram inspecionados 63.894 veículos com 739.558 animais, assim distribuídos: bovinos: 693.407; suínos: 25.306; ovinos: 12.982; e caprinos: 7.863.

As equipes volantes em 241 operações inspecionaram 3.102 veículos com animais, sendo que esses estavam transportando 19.714 bovinos, 575 suínos, 98 ovinos e 264 caprinos, totalizando-se 20.651 animais.

Por fim, as limitações econômicas e sociais dos programas nacionais trabalhados estão em proporção ao progresso dos programas de erradicação de enfermidades no Estado. Dessa forma, necessita-se ainda, além da já realizada ampliação da zona livre de febre aftosa, deve-se, a média prazo, também criar programas que visem a criação de zonas livres também para as enfermidades de peste suína clássica e newcastle, a fim de que sejam aumentadas as ofertas de animais e produtos de qualidade.



A2. Plano Orçamentário 0005- Erradicação da Mosca da Carambola

Quadro 5- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária - Plano Orçamentário 0005- Erradicação da Mosca da Carambola.

Identificação da Ação						
Código	0005- Erradicação da Mosca da Carambola					
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso das demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Proteção de Plantas					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	10.799,50	10.799,50	0,00	0,00	10.799,50
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área controlada	ha	33.198.329	33.198.329	104.860,00	10.799,50
2	Número de monitorações – microrregião do Gurupi ¹	un	12	10		
3	Número de monitorações – microrregião Aglomeração Urbana de São Luís	un	12	10		
4	Número de monitorações – microrregião de Imperatriz	un	3	3		
5	Número de monitorações – microrregião do Pindaré	un	3	3		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
29.944,00	29.944,00	0,00	Área controlada	ha	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi; Siconv.

¹ As metas 2, 3, 4 e 5 são institucionais.

A mosca da carambola, *Bactrocera carambolae* (Diptera: Tephritidae), espécie de inseto pertencente ao grupo de moscas das frutas, é uma praga quarentenária presente, ou seja, praga restrita a uma região e mantida sob controle oficial, e que ocorre nos Estados do Amapá e Roraima. No Amapá, foi detectada em 1996 e, após ter se disseminado pelo Estado, atualmente está restrita a três focos, sendo considerado o de maior dificuldade à sua erradicação o localizado em Macapá; em Roraima foi detectada pela primeira vez em dezembro de 2010 num foco localizado no município de Normandia, e, hoje, assim como no Amapá, há três focos distribuídos pelo Estado.

Essa mosca das frutas, a qual apresenta como hospedeiros entre primários e secundários mais de 20 espécies, representa um grande risco à economia brasileira, pois os prejuízos causados por suas larvas podem inviabilizar o comércio internacional de frutas *in natura* do Brasil, pois acordos econômicos assinados com a Comunidade Europeia e individualmente com países, como os Estados Unidos e o Japão, destacam que a disseminação desse inseto para outros estados além dos atuais nos quais está presente, interromperia imediatamente o comércio de frutos com esse bloco econômico e/ou países.

O Estado do Maranhão é classificado pelo Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola (PNEMC) como de alto risco para a sua introdução devido ao modelo de trânsito de



vegetais e de pessoas das áreas em que há ocorrência da praga para esse Estado e também em função do deficiente serviço de vigilância fitossanitária em suas fronteiras. Além disso, deve-se destacar já a sua maior proximidade com as áreas produtoras de frutas frescas para exportação, como o Vale do São Francisco, localizado na divisa dos Estados da Bahia e Pernambuco.

O PNEMC, que é responsável pelas articulações necessárias de cunho político e técnico e também das medidas adotadas visando a erradicação da praga nas regiões onde a mesma se faz presente, além de manter todo o restante do território nacional isento da ocorrência dessa praga com a realização de monitorações de detecção, foi criado pela promulgação do Decreto Federal nº 2.226, de 19 de maio de 1997, e é mantido ativo desde então.

A meta física que está cadastrada no SGI para o Plano Orçamentário Erradicação da Mosca da Carambola (código Siafi: PI Erradmosc13) é área controlada, medida em ha, que no caso do Estado do Maranhão é de 33.198.329 ha, ou seja, a totalidade da área territorial do Estado.

O status operacional visando a manutenção do Estado Maranhão livre da praga não foi alterado em relação aos anos anteriores no ano de 2013, permanecendo como área livre de *Bactrocera carambolae*.

Para a determinação desse status lançam-se mão de monitorações com armadilhas modelo Jackson iscadas com o feromônio sexual feminino sintético metil eugenol associado ao inseticida organofosforado malationa para a detecção da mosca da carambola.

O PNEMC determina para os estados da Federação que são classificados como de elevado risco à introdução da mosca da carambola, como é o caso do Estado do Maranhão, a instalação de 50 armadilhas para a sua monitoração/detecção. Apesar de que nos anos anteriores a Coordenação Nacional do PNEMC, por motivos financeiros, não havia ter autorizado o Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal a instalar as demais 20 armadilhas, com as quais seria alcançada a meta de 50 unidades amostrais nos pontos de risco à sua introdução, no exercício de 2013 houve a autorização por parte da Coordenação para instalação das demais armadilhas em municípios nas microrregiões de Imperatriz e Pindaré, os quais foram escolhidos pelo SISV/DDA/SFA-MA e comunicados à Coordenação Nacional do PNEMC.

O trabalho de monitoração da praga no Estado do Maranhão foi aperfeiçoado com a instalação de 17 armadilhas também do modelo Jackson e iscadas com o feromônio sexual feminino sintético metil eugenol associado ao inseticida organofosforado malationa, que, somadas às 30 armadilhas instaladas no ano de 2007, passaram a somar 47 para a detecção e controle da mosca da carambola e monitoradas, desde então, ininterruptamente. Essas armadilhas foram mantidas e supervisionadas durante todo o transcorrer do exercício de 2013 (Quadro 6). As demais três armadilhas serão instaladas na microrregião do Gurupi, a fim de reforçar o trabalho de vigilância naquele ponto crítico de possível entrada da mosca da carambola no Estado do Maranhão.

Os 11 municípios, sendo dois localizados na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, onde estão instaladas sete armadilhas, e nove municípios da microrregião do Gurupi, onde estão localizadas 23 unidades amostrais desde 2007, foram monitorados em 2013. Com a instalação de novas 17 unidades de monitoração, foram incluídos outros seis na lista de municípios com armadilhas, os quais foram: microrregião de Imperatriz: Açailândia, Cidelândia, Imperatriz, Itinga do Maranhão e São Pedro da Água Branca; microrregião do Pindaré: Santa Inês. Esses municípios são considerados áreas de elevado risco à introdução e dispersão da praga no Maranhão devido às suas características econômicas e geográficas.

Os técnicos da AGED-MA da Unidade Regional de Imperatriz participaram da instalação das armadilhas no mesmo município; os técnicos da Unidade Regional de Açailândia acompanhou a instalação das armadilhas nos municípios de Açailândia, Cidelândia, Itinga do Maranhão e de São Pedro da Água Branca; e os técnicos da Unidade Regional de Santa Inês participaram da instalação das armadilhas do próprio município de Santa Inês.



Quadro 6- Número de armadilhas tipo Jackson iscadas com metil eugenol e malationa instaladas por município para a monitoração da mosca da carambola, *Bractrocera carambolae* (Diptera: Tephritidae), no Estado do Maranhão. 2013.

Mesorregião	Microrregião	Município	Nº de Armadilhas Instaladas	
Norte Maranhense	Aglomeração Urbana de São Luís	São Luís	6	
		São José de Ribamar	1	
Oeste Maranhense	Gurupi	Amapá do Maranhão	2	
		Boa Vista do Gurupi	4	
		Cândido Mendes	1	
		Carutapera	4	
		Godofredo Viana	1	
		Gov. Nunes Freire	3	
		Junco do Maranhão	3	
		Luís Domingues	2	
		Maracaçumé	3	
		Imperatriz	Açailândia	3
	Cidelândia		1	
	Imperatriz		5	
	Itinga do Maranhão		2	
	São Pedro da Água Branca		2	
	Pindaré	Santa Inês	4	
	TOTAL			47

Fonte: SFA-MA.

Como nos anos anteriores, as atividades de monitoração das armadilhas localizadas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís foram realizadas unicamente pelo SISV/DDA/SFA-MA, responsável pela coordenação estadual da ação de monitoração; porém, as monitorações das armadilhas instaladas nas microrregiões do Gurupi, Imperatriz e Pindaré foram executadas, de maneira combinada, pela AGED-MA, que contou com recursos do Convênio nº 771.221/2012, celebrado entre o MAPA e a AGED-MA, com a interveniência do Estado do Maranhão, no valor de R\$ 29.944,00, para a execução da meta “Monitoramento de 50 armadilhas instaladas nos pontos de entrada, áreas de produção, rotas de risco e pontos identificados no Plano de Contingência”. As monitorações das armadilhas instaladas na microrregião do Gurupi foram realizadas por técnicos da AGED-MA lotados na Sede. Já as armadilhas instaladas nas microrregiões de Imperatriz e Pindaré foram realizadas por fiscais estaduais agropecuários localizados nas Unidades Regionais de Imperatriz, Açailândia e Santa Inês, o que evitou o pagamento de diárias a esses servidores. Os recursos transferidos via Convênio haviam sido inscritos em restos a pagar processados em 2012.

Como explicado acima, houve a instalação de 17 unidades de monitoração adicionais no interior do Estado, e, para isso houve a realização de uma viagem pelo SISV/DDA/SFA-MA e pela AGED-MA. Ademais, o SISV/DDA/SFA-MA não realizou nenhuma viagem de supervisão ao Programa na microrregião do Gurupi, executando integralmente o trabalho na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís. Portanto, a única viagem com fins de monitoração foi realizada para instalação das armadilhas.

O serviço de monitoração consistiu, em cada coleta e para cada armadilha, numa análise preliminar, ainda em campo, do piso adesivo coletado a fim de encontrar algum espécime da mosca da carambola. A seguir, os pisos adesivos utilizados, devidamente identificados com o código da armadilha e a data de coleta, foram recolhidos para que se procedesse a uma avaliação mais minuciosa por parte do SISV/DDA/SFA-MA nas dependências do Laboratório de Entomologia da Universidade Estadual do Maranhão. As iscas tóxicas utilizadas também foram recolhidas para que fosse evitada a contaminação do ambiente com os resíduos químicos dos produtos empregados para a sua confecção.



Ainda durante a coleta, preencheu-se uma ficha de avaliação de cada ponto amostral contendo informações à cerca dos espécimes observados/capturados e da condição da armadilha.

Adicionalmente, também em cada coleta, avaliou-se a condição da planta hospedeira da mosca da carambola onde estava instalada a armadilha para se decidir se a armadilha seria mantida naquele local ou se seria necessária a escolha de uma outra para sua instalação, assim como também analisou-se o grau de conservação da armadilha, procedendo à substituição as que apresentavam avarias, sujidade excessiva ou quando alguma armadilha tivesse sido extraviada. No exercício em análise, não houve a substituição de nenhuma planta hospedeira para o acondicionamento das armadilhas.

Nas ocasiões em que ocorreram o extravio das armadilhas, consultava-se, quando possível, uma pessoa responsável pelo domicílio ou propriedade rural em que a armadilha estava instalada a fim de se conhecer as possíveis causas do desaparecimento da unidade amostral.

Quando a monitoração era realizada pela AGED-MA, além das atividades descritas anteriormente, todos os pisos adesivos, iscas tóxicas utilizadas e fichas de avaliação preenchidas foram entregues ao SISV/DDA/SFA-MA. Os pisos adesivos coletados pela AGED-MA foram avaliados pelo SISV/DDA/SFA-MA no Laboratório de Entomologia da UEMA para certificação de que nenhum espécime da mosca da carambola tivesse sido capturada. Já as fichas de avaliação preenchidas durante as monitorações realizadas pela AGED-MA estão armazenadas no arquivo do SISV/DDA/SFA-MA.

Conforme solicitadas, também realizaram-se contatos com os agricultores e moradores que cederam suas residências e propriedades rurais para a instalação das armadilhas, para os quais foram dadas informações técnicas sobre outros problemas fitossanitários para as culturas agrícolas de seus interesses.

Para avaliação se a meta física cadastrada no SGI estava sendo cumprida, lançou-me mão de quatro metas físicas institucionais, chamadas de número de monitorações para as microrregiões do Gurupi, da Aglomeração Urbana de São Luís, de Imperatriz e do Pindaré.

Essa meta física institucional foi criada para garantir maior autenticidade ao resultado encontrado na avaliação da meta física cadastrada no SGI. Lançou-se mão dessa meta física institucional, pois, hipoteticamente, se apenas uma monitoração tivesse sido realizada durante todo o ano de 2013 e nenhum espécime da mosca da carambola tivesse sido encontrado, poder-se-ia pensar que o Estado do Maranhão estaria livre da praga. Porém, sabe-se que uma única monitoração num ano gera um enorme risco ao controle da entrada do inseto no território maranhense e fornece uma pequena precisão da real situação, pois sabe-se que o potencial de dispersão e de reprodução desse inseto é muito grande. Por isso, a meta física institucional como meta de uma monitoração ao mês por microrregião foi uma precaução fundamental para que se ateste que a mosca da carambola não esteja, de fato, presente no Estado do Maranhão.

A necessidade de que a cada mês seja feita uma monitoração em todas as armadilhas deve-se ao fato da duração do poder de atração da isca tóxica, que é de aproximadamente 22 dias. Monitorações com intervalos muito superiores a essas cerca de três semanas faz com que a eficiência do trabalho seja duvidosa.

Com relação à meta física do SGI, a mesma foi executada em 100,00%, já que nenhum exemplar da mosca da carambola foi coletada nas unidades amostrais das quatro microrregiões amostradas, o que garante que o Estado do Maranhão está isento dessa praga agrícola.

A meta física institucional foi número de monitorações nas armadilhas localizadas nas microrregiões Aglomeração Urbana de São Luís, do Gurupi, de Imperatriz e do Pindaré. Como já mencionado, a meta era de que uma monitoração a cada microrregião fosse realizada mensalmente. Para as armadilhas instaladas nas microrregiões Aglomeração Urbana de São Luís e do Gurupi, que já estavam instaladas antes de 2013, estavam previstas doze monitorações. Para as instaladas nas outras duas microrregiões, foram previstas três monitorações em função da instalação dessas armadilhas no mês de setembro.



Em 2013 foram realizadas dez supervisões às armadilhas instaladas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, nove monitorações às unidades amostrais instaladas na microrregião do Gurupi, três às instaladas na microrregião de Imperatriz e mais três nas localizadas no Pindaré (Tabela 5). A AGED-MA realizou todas as monitorações nas microrregiões do Gurupi, Imperatriz e Pindaré. O SISV/DDA/SFA-MA realizou apenas as monitorações da Aglomeração Urbana de São Luís e instalou as armadilhas em Imperatriz e Pindaré.

Tabela 5- Quantidade de coletas realizadas por microrregião onde se encontram instaladas armadilhas tipo Jackson iscadas com metil eugenol e malationa instaladas para a captura da mosca da carambola, *Bractrocera carambolae* (Diptera: Tephritidae), no Estado do Maranhão. 2013.

Microrregião	Nº de Coletas Realizadas
Aglomeração Urbana de São Luís	10
Gurupi	9
Imperatriz	3
Pindaré	3

Fonte: SFA-MA.

A taxa realizada para as monitorações na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís foi de 83,33% e na do Gurupi esse índice foi de 75,00%, enquanto para as microrregiões de Imperatriz e do Pindaré a taxa foi de 100,00%. O não atingimento da execução plena da meta física institucional para a microrregião Aglomeração Urbana de São Luís ocorreu em função da impossibilidade do técnico do SISV/DDA/SFA-MA em realizar as monitorações de janeiro e março, em função do seu período de férias e por presidir a comissão de elaboração do Relatório de Gestão da SFA-MA, respectivamente. No caso da microrregião do Gurupi, a AGED-MA não pôde realizar as monitorações nos três primeiros meses em função de problemas operacionais internos, onde o sistema orçamentário do Estado fica fechado até o mês de março, o que impediu a AGED-MA de realizar suas atividades. A partir de abril, o Órgão Estadual de Defesa Vegetal realizou todas as monitorações previstas. Como supramencionado, para as microrregiões de Imperatriz e do Pindaré, a AGED-MA realizou as três monitorações previstas.

Para a realização do trabalho nas microrregiões do Gurupi, de Imperatriz e do Pindaré foram transferidos R\$ 29.944,00 à AGED-MA por meio do Convênio nº 771.221/2012. Para o SISV/DDA/SFA-MA havia a meta de realizar duas monitorações às armadilhas instaladas no Gurupi, nas quais, além das atividades inerentes a essa prática, também seriam realizadas com o intuito de serem feitas supervisões do trabalho executado pela AGED-MA, e realizar as doze monitorações nas armadilhas instaladas em São Luís e São José de Ribamar.

O Convênio nº 771.221/2012, de vigência plurianual, tem como objetivo o desenvolvimento de ações na defesa vegetal entre o MAPA e a AGED-MA com interveniência do Governo do Estado do Maranhão, foi assinado em 29/10/2012 e entrou em vigência em 01/11/2012. O plano de trabalho aprovado consta que a meta seria executada, para o ano de 2012, entre os dias 01/03 e 31/12. Entretanto, em função de problemas no repasse dos recursos já empenhados pelo DSV/SDA/MAPA, o que ainda não havia ocorrido até o dia 31/12/2012, a AGED-MA apresentou a proposta de Ajuste de Plano de Trabalho nº 01/2012, na qual propunha a alteração do período de execução da meta de 2012 do período original de março a dezembro para o período compreendido entre os dias 01/12/2012 e 30/06/2013. O Ajuste de Plano de Trabalho foi aprovado pelo SISV/DDA/SFA-MA no dia 13/11/2012. Mas aconteceu que o repasse, que foi inscrito em restos a pagar em 2012, apenas ocorreu no dia 15/01/2013, e foi necessário o Ajuste do Plano de Trabalho nº 09/2013, aprovado em 28/11/2013, o qual alterou a vigência da execução das metas para 30/06/2014.

Sobre a meta física institucional, considerou-se, para os cálculos dos indicadores de desempenho, o número de monitorações executadas na microrregião do Gurupi pelo



SISV/DDA/SFA-MA, porque para o seu cumprimento necessitam-se de recursos financeiros, como o pagamento de diárias – pessoal civil e de material de consumo para a aquisição de combustível, o que não ocorre para a execução das monitorações às unidades amostrais localizadas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, as quais não necessitam para a sua execução o custeio de diárias e de combustível.

A partir do momento em que a AGED-MA recebeu os recursos do Convênio nº 771.221/2012 para a realização das monitorações nas armadilhas localizadas no interior do Estado, o cronograma de monitorações para essas armadilhas indicando as supervisões nas quais cada órgão seria responsável, a fim de haver um planejamento físico e financeiro sobre as viagens, até então elaborado anualmente em conjunto com a AGED-MA, deixou de ser. Frisa-se que todas as coletas das armadilhas instaladas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís seriam realizadas apenas pelo SISV/DDA/SFA-MA, além da função de órgão supervisor do Programa no Estado.

Com relação aos recursos financeiros, não houve dispêndio direto para a execução da meta física do SGI, sendo que a mesma foi obtida indiretamente por meio das metas físicas institucionais.

Sobre as monitorações na microrregião do Gurupi, a taxa de execução foi de 0,00%, pois nenhuma das duas monitorações previstas em junho e novembro foi realizada. A taxa obtida foi menor que a de 2012, que havia ido de 50,00%.

Em relação à meta financeira, no total, foram utilizados 75,37% de um total descentralizado de R\$ 11.462,19. Entretanto, esses recursos representaram apenas 41,14% do total previsto para a realização do PO (Tabela 6).

Tabela 6- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano Orçamentário Erradicação da Mosca da Carambola no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3330-41	Contribuições	34.200,00	0,00	0,00	0,00
3390-14	Diárias – Civil	6.000,00	2.762,83	2.762,83	46,05
3390-30	Material de Consumo	3.700,00	1.699,36	1.036,67	28,02
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.960,00	7.000,00	7.000,00	63,87
4430-42	Auxílios	43.000,00	0,00	0,00	0,00
4490-52	Equipamentos e Material Permanente	7.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		104.860,00	11.462,19	10.799,50	10,30

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi; Siconv.

De todos os recursos previstos, não foram descentralizados e repassados à AGED-MA os que estavam prognosticados nos elementos de despesa Contribuições e Auxílios, os quais somariam R\$ 77.200,00 e que faziam parte da parcela referente ao exercício de 2013 do Convênio nº 771.221/2012. Isso ocorreu tanto por que a AGED-MA não havia concluído a execução do plano de trabalho referente a 2012, o que ocorrerá apenas em 30/06/2014, e também pela determinação da Secretaria-Executiva do MAPA explanada por meio do Ofício Circular nº 04/2013/SDA-MAPA, de 29/07/2013, de rescindir os convênios plurianuais firmados em 2011 e 2012.

O montante integral que estava antevisto para o elemento de despesas Equipamentos e Material Permanente, 32,13% do previsto para Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, 71,98% no elemento de despesas Material de Consumo e 53,95% em Diárias – Pessoal Civil não foram descentralizados por problemas financeiros da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA).



Dos recursos executados, os quais perfizeram o somatório de R\$ 10,799,50, mais de 64,82% foram referentes ao elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, pois esse montante foi utilizado para pagamento de serviços de manutenção dos três automóveis que foram utilizados para os trabalhos de monitoração das armadilhas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, para a viagem de instalação das armadilhas nas microrregiões de Imperatriz e do Pindaré e para o transporte de materiais para a operacionalização do plano emergencial de debelação e erradicação de focos da mosca da carambola no Estado do Maranhão. O técnico responsável pelo PNEMC no Estado do Maranhão participou dos cursos de Capacitação Técnica no Plano Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola dos dias 06 a 08/08 e de Formação de Agentes Multiplicadores em Educação Sanitária do Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola no Estado do Maranhão nos dias 09 e 10/08.

Para a instalação das armadilhas nas microrregiões de Imperatriz e do Pindaré, foram utilizados R\$ 1.423,46 para o pagamento de diárias e de R\$ 385,33 para o pagamento de combustível.

Para assegurar uma rápida resposta da SFA-MA no caso da ocorrência de algum foco da mosca da carambola, a Coordenação-Geral do PNEMC forneceu diversos materiais que são utilizados para debelações de focos, os quais a SFA-MA não os dispunha. Esses materiais estavam na SFA-PA e uma viagem foi realizada entre os dias 30/07 e 01/08 para transportá-los até a SFA-MA. Nessa viagem foram utilizados R\$ 450,64 em diárias e R\$ 420,02 em combustível.

O técnico do SISV/DDA/SFA-MA participou como ouvinte e palestrante do curso de Capacitação Técnica no Plano Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola, realizado entre os dias 06 e 08/08, no município de Santa Inês, e que contou com a presença da Coordenadora Nacional do Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola, além de técnicos que executam os trabalhos de monitoração e erradicação da SFA-AP e da SFA-PA. O técnico do SISV/DDA/SFA-MA proferiu a palestra de apresentação do Plano de Contingência da Mosca da Carambola no Estado do Maranhão, e na oportunidade a Coordenadora Nacional sugeriu modificações tanto no Plano como na execução do trabalho no Estado do Maranhão. Esse curso teve como público-alvo os 15 técnicos da AGED-MA, tanto os que já realizavam as monitorações nas armadilhas instaladas na microrregião do Gurupi como os técnicos que passariam a executar os trabalhos de monitoração nas microrregiões de Imperatriz e do Pindaré a partir de setembro.

Também em Santa Inês, e contíguo ao curso de Capacitação Técnica, a Coordenação Nacional do PNEMC realizou para os técnicos da AGED-MA e para demais interessados da comunidade local, nos dias 09 e 10/08, o curso de Formação de Agentes Multiplicadores em Educação Sanitária do Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola no Estado do Maranhão, que contou com a coordenação e participação como palestrante do núcleo de Educação Sanitária do PNEMC, composta por técnicos da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará) e SFA-AP, e da Coordenadora Nacional do PNEMC. Nesse curso houve a participação de 26 pessoas. Esse curso teve como objetivo a formação de consciência sanitária, o que gerará uma população mais comprometida, mais responsável e muito mais consciente, pois um curso de educação sanitária buscou promover mudanças cognitivas, afetivas e psicomotoras no público participantes: fiscais estaduais agropecuárias e técnicos agrícola da AGED-MA, técnicos da Agência Estadual de Extensão Rural e Pesquisa do Maranhão e de alunos e professores do ensino médio.

O técnico do SISV/DDA/SFA-MA recebeu a título de diárias a quantia de R\$ 888,73, referentes a cinco diárias e meia.

Considerou-se também como meta física, para efeito de cálculo, a instalação das 17 armadilhas nas microrregiões de Imperatriz e Pindaré. Para essa viagem foram executados R\$ 1.808,79 em diárias e combustíveis. Para completar a diferença dos R\$ 2.168,07 gastos para execução da meta física, foram utilizados R\$ 231,32 para aquisição de combustível para monitoração das armadilhas instaladas na Aglomeração Urbana de São Luís (Tabela 7).



Tabela 7- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais para o cumprimento da meta física no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	6.000,00	888,73	888,73	14,81
3390-30	Material de Consumo	2.650,00	1.279,34	616,65	48,20
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa	760,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		9.410,00	2.168,07	1.505,38	16,00%

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Ainda com relação aos custos com monitoração, dos previstos R\$ 9.140,00, que incluíam duas supervisões à microrregião do Gurupi, uma supervisão a Imperatriz e Pindaré e as dez monitorações às armadilhas de São Luís e São José de Ribamar, foram descentralizados R\$ 2.168,07, o que representou 25,78%. Da relação executado face ao previsto, a taxa obtida foi de 16,00%.

Sobre as monitorações na microrregião do Gurupi, as quais são relativas à ação Erradicação da Mosca da Carambola, observou-se que a taxa foi de 0,00%, pois não foi realizada nenhuma das duas supervisões previstas. Constatou-se uma piora contínua na taxa observada em relação aos exercício de 2011, que fora de 50,00%, e de 2012, que havia sido de 33,33%. Isso ocorreu porque as monitorações previstas para os meses de junho e novembro não foram realizadas. Considerando-se a execução realizada tanto pelo SISV/DDA/SFA-MA como pela AGED-MA, a taxa realizada foi de 75,00%, porque foram realizadas nove monitorações das doze previstas. A taxa apresentou melhora considerável, haja vista que a encontrada em 2012 havia sido de 55,56%

Em relação às monitorações na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, foram realizadas nove monitorações, sendo que foi prevista a realização de doze, o que significou uma taxa de execução de 75,00%. Houve uma piora no índice justificada, porque no exercício de 2012 haviam sido previstas a realização de nove monitorações apenas, o que fez com que mesmo tendo sido executadas oito monitorações, ou seja, uma a menos em relação a esse ano, a taxa de execução tenha sido quase 14 pontos percentuais maior.

Porém, alguns problemas impediram que fosse atingido tal objetivo, como os cortes orçamentários que atingiram o MAPA e que respingaram na execução das metas físicas. Isso forçou à realização apenas da viagem de instalação das armadilhas nas microrregiões de Imperatriz e Pindaré e das monitorações na Aglomeração Urbana de São Luís.

Quanto às coletas que ficaram sob responsabilidade da AGED-MA, além dos problemas enfrentados para o início da execução do Convênio nº 771.221, ela não pôde realizar as três primeiras coletas em função de particularidades do sistema orçamentário da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento do Maranhão. Entretanto, as demais nove monitorações foram realizadas na microrregião do Gurupi e as três previstas para Imperatriz e Pindaré.

Em função de fornecimento realizado pela Coordenação Nacional do PNEMC ocorrido em 2010, não houve a privação de materiais necessários, como pisos adesivos, armadilhas de PVC (cloreto de polivinila) e suportes para as armadilhas, à execução das monitorações. Desde 2009 não são enfrentados problemas com a escassez desses materiais. Com relação às iscas tóxicas, o estoque das iscas tóxicas já prontas findou-se em setembro, mas como o SISV/DDA/SFA-MA havia recebido material para utilização no caso de ações emergenciais para debelação de focos, como 100 L do feromônio sexual feminino sintético metil eugenol, 20 L de espinsade, 2 L de malationa, entre outros utensílios, o SISV/DDA/SFA-MA passou a elaborar as iscas tóxicas que são tanto utilizadas por ele como pela AGED-MA.



No exercício de 2013 a SFA-MA não recebeu material informativo produzido pela Coordenação Nacional do PNEMC.

Sobre os cursos de Capacitação Técnica no Plano Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola e de Formação de Agentes Multiplicadores em Educação Sanitária do Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola no Estado do Maranhão, há de se ressaltar o enorme esforço empreendido pela Coordenação Nacional do PNEMC, pois desde 2009, quando a Coordenação-Geral de Proteção de Plantas (CGPP/DSV/DSV/MAPA) incluiu o Estado do Maranhão no rol de unidades da Federação nos quais deverão ser executadas ações de educação sanitária, as várias tentativas de realizá-los haviam sido frustradas. Entretanto, os cursos foram viabilizados graças ao Convênio nº 771.221, que previa na meta “Capacitação Técnica” do Plano de Trabalho para o exercício de 2012 a etapa “Curso sobre a Mosca da Carambola” a subvenção para os técnicos da AGED-MA participarem de ambos os cursos, e os esforços da Coordenação Nacional do PNEMC para a viabilização da participação tanto da Coordenadora como dos técnicos da SFA-AP, SFA-PA e Adepará, Portanto, esse curso aconteceu graças à confluência de fatores e de esforços empregados por vários agentes e que teve um resultado muito satisfatório, que foi medido nos resultados do teste final respondido pelos participantes do curso de Formação de Agentes Multiplicadores em Educação Sanitária do PNEMC no Estado do Maranhão.

Também em função do Convênio nº 771.221, que também assegurou recursos para essa meta e previstas para instalação desde 2008 nas microrregiões de Imperatriz e do Pindaré, e sempre canceladas por falta de recursos financeiros, pôde-se instalar 17 das 20 armadilhas previstas para que seja alcançada a meta do PNEMC de que Unidades da Federação com classificação de alto risco à introdução da mosca da carambola devem ter instaladas 50 armadilhas em pontos de elevado grau de entrada do inseto.

O Plano de Contingência para a Mosca da Carambola no Estado do Maranhão, documento técnico elaborado pelo SISV/DDA/SFA-MA, que contou com a colaboração da AGED-MA, e que detalha todos os possíveis riscos, pontos de introdução e diretrizes para as medidas emergenciais que deverão ser tomadas em caso de detecção do inseto em território maranhense, foi discutido durante o Curso de Capacitação no Plano Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola a fim de que fossem dadas sugestões pela Coordenação Nacional do PNEMC para ajustes, o que foi feito. Como mencionado, serão realizados ajustes nesse documento em 2014 para novamente ser avaliado pela Coordenação Nacional do PNEMC.

A respeito de convênios para a realização de atividades pertinentes ao PNEMC no Estado do Maranhão, está previsto para 30/06/2014 o encerramento da vigência do Convênio nº 771.221, o qual contribuiu, sobremaneira, para o aperfeiçoamento da execução desse Programa no Estado, como, por exemplo, avanços na regularidade das coletas nas armadilhas instaladas no interior, a instalação de novas armadilhas e a capacitação dos técnicos envolvidos nas ações. Por isso, vislumbra-se uma certa preocupação quanto aos rumos do Programa com o encerramento do dito Convênio, haja vista que nem o SISV/DDA/SFA-MA reúne condições operacionais para executar o Programa por completo no Estado e nem a AGED-MA dispõe de recursos financeiros para tal.

Para 2014, deseja-se que o plano previsto no Sistema de Gestão Integrada seja cumprido à risca pelo Departamento de Sanidade Vegetal, que as descentralizações dos recursos financeiros programados sejam respeitadas para que a SFA-MA possa executar as supervisões previstas tanto no interior como na capital e adjacências, haja vista que o Programa no Estado do Maranhão foi expandido, assim como os suprimentos necessários às monitorações sejam fornecidos, pois com o aumento do número de armadilhas os recursos deverão findar-se em 2014. Também espera-se que a AGED-MA mantenha-se comprometida com a execução das atividades de monitoração da mosca da carambola, quer seja através do convênio que encerrar-se-á em junho de 2014 ou pelo espírito colaborativo.



A3. Plano Orçamentário 0006- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Quadro 7- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária - Plano Orçamentário 0006- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	0006- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais					
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Proteção de Plantas					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	3.865,83	3.865,83	0,00	0,00	3.865,83
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Área controlada	ha	69.463	58.106	174.918,47	3.865,83
2	Supervisão realizada ¹	un	6	3		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	1.778.666,35	1.778.666,35	Área controlada	ha	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ A meta 2 é institucional.

As pragas agrícolas são fatores limitantes para a produtividade e a qualidade dos produtos, além de causarem danos ambientais e à saúde humana, tendo como consequência aumento dos custos de produção com menores lucros ao produtor.

Devido à importância sobre o agronegócio, torna-se necessário a prevenção e o controle das referidas pragas no intuito de serem abrangidos os aspectos sociais, econômicos e de sustentabilidade ambiental, contribuindo, dessa forma, para a minimização dos efeitos maléficos ao setor agrícola. Para tanto, foi criado o plano orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais (código Siafi: PI PCEVegetal13) dentro do Programa Defesa Agropecuária.

As ações foram executadas pelo Órgão Estadual de Defesa Agropecuária no Maranhão, como determina o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), regulamentado pelo Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006, e supervisionadas pelo Serviço de Inspeção e Defesa Vegetal desta SFA-MA.

As atividades estiveram voltadas para as culturas da banana, citros e soja, por se tratarem de plantios de relevada importância econômica para o Estado do Maranhão e/ou por abrigarem pragas de importância econômica e/ou quarentenária segundo as Instruções Normativas nº 41, de 01 de julho de 2008, e nº 59, de 18 de dezembro de 2013.

A fim de se medir a estrutura da AGED-MA no desenvolvimento das ações de defesa sanitária vegetal, o SISV/DDA/SFA-MA criou a meta institucional supervisão realizada.

Para o ano de 2013, foram previstas a realização de seis supervisões. Entretanto, devido a contingenciamentos exercidos sofridos pela SDA/MAPA, o que infringiu diretamente na



descentralização de recursos pelo DSV/SDA/MAPA, foram realizadas três supervisões, as quais abrangeram 12 escritórios da AGED-MA, localizados nos municípios de Itinga do Maranhão, Timon, Barão de Grajaú, Imperatriz, Açailândia, São João dos Patos, Presidente Dutra, Caxias, Santa Inês, Rosário, Chapadinha e Itapecuru Mirim.

Nessas supervisões foram vistoriadas a estrutura física da unidade de fiscalização, os equipamentos e mobiliário, uso de veículos e sua disponibilidade, acesso a internet, comunicação (telefone e fax), os recursos humanos disponíveis em cada unidade bem como a sua qualificação, o cumprimento dos requisitos de fiscalização, a documentação que atestava o número de fiscalizações realizadas e o cumprimento das metas e etapas previstas no Convênio nº 771.221/2012.

Também foram realizadas fiscalizações de plantios de banana nos municípios de Açailândia, Imperatriz, Porto Franco, Itinga do Maranhão, Cidelândia e Estreito, onde foram coletadas amostras de folhas de bananeiras para análise em laboratório oficial quanto à presença da praga sigatoka negra. Os laudos emitidos pelo LANAGRO-GO/MAPA atestaram a presença de sigatoka negra nas amostras coletadas.

No SGI foram previstos recursos da ordem de R\$ 174.918,47, sendo que 77,40% (R\$ 135.392,47) desse montante estava reservado para transferência ao Convênio nº 771.221/2012 (Tabela 8). Entretanto, os recursos que seriam repassados ao dito Convênio não o foram em função de que a Conveniente ainda executava as metas físicas do Plano de Trabalho de 2012 durante o exercício de 2013. Do total previsto, apenas 2,21% foi descentralizado.

Tabela 8- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3330-41	Contribuições	37.706,79	0,00	0,00	0,00
3390-14	Diárias – Civil	15.126,00	3.199,15	3.199,15	21,15
3390-30	Material de Consumo	5.600,00	685,00	666,28	11,90
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	10.000,0	0,00	0,00	0,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	6.000,00	0,00	0,00	0,00
4430-42	Auxílios	97.685,68	0,00	0,00	0,00
4490-52	Equipamentos e Material Permanente	2.500,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		174.918,47	3.884,15	3.865,43	2,21%

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi; Siconv.

Com relação aos recursos descentralizados e utilizados no PI PCEVegetal13 para a realizações das supervisões, foram descentralizados R\$ 3.884,15 e liquidados R\$ 3.865,43 (Tabela 9). Do total de recursos previstos para as fiscalizações, apenas 16,42% foram descentralizados, o que inviabilizou totalmente a execução das ações.

A meta física executada foi de 83,65%, tendo sido protegidos 58.106 ha do total previsto de 69.463 ha, já desconsiderando as áreas cultivadas com as culturas citrícolas no Estado do Maranhão, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, representavam no ano de 2012 1.238 ha de terras cultivadas, e com bananeiras que no mesmo ano somavam cultivos em 10.119 ha, haja vista que no Estado do Maranhão há ocorrência das pragas quarentenárias cancro cítrico e da mosca negra dos citros nas culturas citrícolas e sigatoka negra na bananeira no Estado do Maranhão.

Referente à cultura da bananeira, o Estado do Maranhão deixou de ser reconhecido como Área Livre de Sigatoka Negra, conforme Instrução Normativa nº 27, de 01/11/2013, haja vista ter sido constatada ocorrência do fungo causador da patologia em municípios da microrregião



de Imperatriz, com o seu primeiro foco tendo sido constatado no município de Vila Nova dos Martírios, o que obrigou a revogação da Instrução Normativa nº 62, de 09/11/2006, da Secretaria de Defesa Agropecuária. Para a sua confirmação, foram realizadas, em 2013, em unidades de produção distribuídas por todo o Estado pela AGED-MA, 585 supervisões para detecção da ocorrência do patógeno causador da doença, seguindo as instruções contidas na Instrução Normativa nº 17, de 31/05/2005, também da SDA/MAPA.

Tabela 9- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais para o cumprimento da meta física no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	11.940,00	3.199,15	3.199,15	26,80
3390-30	Material de Consumo	5.600,00	685,00	666,28	11,90
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	6.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		23.540,00	3.884,15	3.865,43	16,42%

Fonte: SFA-MA; SGI; SIAFI.

Além das supervisões acima citadas, foram ainda realizados 1.127 levantamentos/cadastros oficiais de propriedades, 11.737 fiscalizações de cargas nas barreiras fitossanitárias fixas e 31 em cargas nas barreiras móveis, foram emitidos 53 Certificados Fitossanitários de Origem e 742 Permissões de Trânsito de Vegetais. Foram realizadas, ainda, 79 palestras sobre a Sigatoka Negra, assim como distribuídos 976 unidades de materiais informativos sobre essa doença das bananeiras.

No tocante à cultura dos citros, destacaram-se como pragas a mosca negra dos citros e o cancro cítrico, ambas as pragas quarentenárias presentes no Estado do Maranhão.

No caso da mosca negra dos citros, há um tratamento diferenciado dado pelo DSV/SDA/MAPA por haver o entendimento e a consideração de que a mosca negra encontra-se difundida por todo o território maranhense, comprovação esta efetivada através de levantamentos oficiais, e que para erradicá-la seria envolvido grande volume de recursos em uma cultura considerada sem importância econômica, marcada por pequenos pomares, e existente em todo o Estado. No entanto, a CGPP/DSV/SDA/MAPA criou um grupo de trabalho, com a participação de um técnico da SFA-MA, com objetivo de elaborar uma proposta de atualização da Instrução Normativa nº 23/2008, que trata de *Aleurocanthus woglumi*, bem como revisar a lista de hospedeiros da praga.

O primeiro encontro desse grupo de trabalho foi realizado nos dias 13 e 14/03/2012, em Brasília/DF, na qual foram realizadas deliberações a cerca da Instrução Normativa nº 23/2008 e onde foi elaborada uma metodologia para Levantamentos Fitossanitários de Detecção da Mosca Negra dos Citros, com o objetivo de serem definidos procedimentos padronizados de detecção e delimitação da praga em todo o Brasil.

Um segundo encontro fora marcado pela CGPP/DSV/SDA/MAPA para agosto. Entretanto, por contingenciamento financeiro empreendido pelo MPOG, a reunião foi desmarcada cerca de dez dias antes da sua realização. Nessa reunião seriam apresentadas as sugestões para redefinição, seguindo critérios que sejam pertinentes às condições brasileiras, da lista oficial de espécies hospedeiras da praga e os resultados dos levantamentos realizados com o objetivo de obter dados mais concisos sobre a distribuição dessa praga cítrica no Brasil.

Já em relação ao cancro cítrico, em 2013 foram realizados 589 levantamentos em municípios de todas as 18 regionais do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária. Lamentavelmente foi detectada a existência da praga fora do perímetro da microrregião Aglomeração Urbana de São Luis, ou seja, a praga encontra-se hoje em outras regiões do Estado. O Órgão Estadual de Defesa



Agropecuária foi instado pela SFA-MA a tomar todas as providências legais cabíveis para conter a disseminação da praga.

Vale ressaltar que tais atividades foram realizadas com os próprios recursos do próprio Órgão Estadual dificultando a execução da atividade de forma mais abrangente.

Em relação à soja, a doença ferrugem asiática da soja, doença causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi* Sydow, está presente nas plantações do Estado do Maranhão. Apesar de não ser uma praga quarentenária, merece atenção, tendo sido criado o para esse fim o Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (PNCFS), estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A principal medida continua sendo o artifício do “vazio sanitário”, medida de controle estabelecida pela Instrução Normativa nº 02, de 29/01/2007, a qual instituiu o Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja no Departamento de Sanidade Vegetal, junto à Coordenação-Geral de Proteção de Plantas. Essa medida tem como intuito interromper o ciclo da doença, e é conseguido com a ausência total de plantas vivas de soja no campo por um período de 60 dias entre os meses de agosto e outubro, prática essa fiscalizada pela AGED-MA e supervisionada pelo SISV/DDA/SFA-MA.

No exercício de 2013, a AGED-MA realizou 63 fiscalizações a fim de observar o respeito ao “vazio sanitário”. Tendo em vista as fiscalizações executadas nas áreas produtoras de soja nas regionais de Chapadinha e Balsas no período do “vazio sanitário”, pode-se afirmar que as mesmas contribuíram fortemente para a não proliferação do agente causador da ferrugem asiática da soja.

Com a publicação da Portaria nº 638, de 19 de agosto de 2011, a AGED-MA instituiu duas datas de “vazio sanitário” para o cultivo da soja, conforme as características regionais dos dois centros produtores de soja no Estado, que são as regiões de Balsas e de Chapadinha.

Foi firmado em 29/10/2012 o Convênio nº 771.221/2012 em Defesa Vegetal entre o MAPA e a AGED-MA com o objetivo de capitalizar financeiramente, estruturar e capacitar os técnicos do órgão estadual a fim de garantir o bom funcionamento do SUASA. As ações foram iniciadas no início de 2013. Através de Ajuste de Plano de Trabalho, o convênio foi prorrogado para conclusão em 30 de junho de 2014. O conveniente tem apresentado regularmente as prestações parciais e as metas, com suas respectivas etapas, estão sendo realizadas a contento.

Ao Convênio nº 771.221/2012 repassou-se o valor que estava inscrito em restos a pagar referentes ao exercício de 2012 de R\$ 1.883.130,35, sendo que desses, R\$ 1.778.666,35, disponibilizados na rubrica Auxílios (R\$ 1.550.920,00) e Contribuições (R\$ 227.746,35), foram relativos a ações desse Plano Orçamentário. A parcela de contrapartida da Conveniente foi de R\$ 99.380,00.

Com os recursos do convênio, o Órgão Estadual de Defesa Agropecuária já realizou campanhas de esclarecimento com produtores, através de palestras; reuniões com comerciantes e transportadores que abordaram a legislação de trânsito de vegetais, as pragas que ocorrem no Estado do Maranhão, sobre as que são potenciais de entrada e adequações necessárias para a viabilização do comércio de produtos vegetais que sofrem restrição de comercialização. Também houve a intensificação das ações de educação sanitária para a melhor prevenção, monitoração e controle dessas pragas, com palestras aos produtores, divulgação e distribuição de material informativo. Foram realizadas 79 capacitações voltadas para Sigatoka; 39 divulgações em televisão, duas em rádio e três em jornais.

As dificuldades enfrentadas pelo SISV/DDA/SFA-MA para a execução de suas tarefas, continuam as mesmas. Quais sejam: necessidade de uma frota de veículos em condições adequadas de uso em segurança, haja vista se dispor de duas caminhonetes marca Chevrolet modelo S-10 e de um automóvel marca Fiat modelo Palio, os quais exigem a execução de serviços de manutenção, praticamente tornando-se antieconômicos, além de falta de pessoal técnico e administrativo.



Diante dessa situação, teve-se que compatibilizar viagens de supervisão desse Plano Orçamentário com viagem do Plano Orçamentário 000J- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seu Produtos e Insumos, executando-se assim, numa viagem, atividades de dois Planos Orçamentários. Ressalta-se, igualmente, que essa conjugação foi realizada com Planos Orçamentários pertencentes ao mesmo Serviço e ao mesmo Programa de Defesa Agropecuária. Isso implica dizer que se lançou mão dessa alternativa a fim de se otimizar o serviço, pois foram realizadas atividades que seriam executadas em duas viagens.

Espera-se que com a execução total das metas do convênio entre o MAPA e a AGED-MA na área de defesa vegetal possa empreender um novo tempo na maneira de enfrentar esses desafios, para que aos serviços prestados sejam agregadas qualidade técnica e confiabilidade nos resultados alcançados. Indiretamente, há a expectativa que o Órgão Estadual contrate fiscais de defesa vegetal para que o sistema de defesa vegetal do Estado do Maranhão seja fortalecido.

A4. Plano Orçamentário 0009- Erradicação da Febre Aftosa

Quadro 8- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZW- Promoção da Defesa Agropecuária - Plano Orçamentário 0009- Erradicação da Febre Aftosa.

Identificação do Plano Orçamentário							
Código		0009- Erradicação da Febre Aftosa					
Descrição		Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e das estratégias zoossanitária; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soroepidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e de análise epidemiológica.					
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Combate às Doenças					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
-	-	7.169,26	7.169,26	2.500,00	0,00	4.669,26	
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Área livre	km ²	331.983	331.983	84.000,00	7.169,26	
2	Supervisões realizadas ¹	un	36	40			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Área livre		Km ²	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ A meta 2 é institucional.

A ocorrência da febre aftosa sem medidas de erradicação é de difícil controle, mesmo com todas as medidas que garantam o controle, pode devastar economicamente um país ou Estado pela disseminação da enfermidade, com perdas de peso animal ou com baixa produção de leite, e também restringe o acesso a mercados.

O motivo maior de preocupação é a movimentação de animais e produtos infectados antes mesmo de ser realmente detectada, pois pode ser facilmente confundida com outras enfermidades que apresentam patologias nas patas e boca.



Este Plano Orçamentário (código Siafi: PI Febreafto13) tem a finalidade imediata em fazer com que o Estado do Maranhão evolua da atual classificação do estado de área livre de febre aftosa com vacinação com reconhecimento nacional para reconhecimento internacional.

A evolução para área livre de febre aftosa com vacinação com reconhecimento nacional foi oficializada em setembro de 2013 com a assinatura da Instrução Normativa nº 36, de 05 de setembro de 2013, que diz no seu artigo 1º “reconhecer o Estado do Maranhão como parte da zona livre de febre aftosa com vacinação composta por este Estado e os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e parte centro-norte do Estado do Pará descrita em norma específica”. Para que o Estado do Maranhão bem como o bloco todo que participou do projeto de ampliação de área livre de febre aftosa passe à condição de área livre de febre aftosa com vacinação com reconhecimento internacional, a coordenação do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa, por determinação do Departamento de Saúde Animal, enviou documentação reivindicando o pleito à Organização Mundial de Saúde Animal e espera a conclusão da avaliação internacional e seu reconhecimento até maio de 2014.

A classificação de médio risco para febre aftosa obtida junto ao MAPA se mantinha desde dezembro de 2004.

Este projeto de reconhecimento envolveu parte do Estado do Pará e os Estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba. A proposta foi enviada pelo MAPA, num documento formal dos técnicos do Departamento de Saúde Animal, para avaliação dos especialistas da OIE em agosto de 2013.

Os procedimentos para padronização das ações de auditorias são direcionados pelo Departamento de Saúde Animal. Ao nível local (SISA/DDA/SFA-MA), as supervisões visam a verificação do nível de avanço do Serviço Veterinário Estadual, representado pela AGED-MA no Estado do Maranhão, seguindo os mesmos princípios da auditoria do DSA/MAPA correspondente à fase de prevenção e erradicação do Programa Nacional de Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa.

Os técnicos do Serviço de Inspeção e Saúde Animal, ao longo dos anos, têm orientado as demandas da AGED-MA com relação à aplicação das normas sanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e subprodutos e a realização de exposições, feiras, leilões e outras aglomerações de animais.

O SISA/DDA/SFA-MA também subsidia a AGED-MA na coleta, processamento e manutenção de dados do sistema de informações sanitárias, auxilia no serviço de vigilância de enfermidades e na monitoração de doenças vesiculares através de diagnósticos laboratoriais além de dar apoio técnico nas remessas de material para diagnóstico ao LANAGRO-MG/MAPA, colabora no controle de qualidade de vacinas e na capacitação de recursos humanos, bem como subsidia a Coordenação de Febre Aftosa da AGED-MA por meio de supervisões (auditorias) em conjunto com o Departamento de Saúde Animal, que medem a execução do plano de ação elaborado pelo próprio Departamento sobre a situação em que se encontram as correções e acertos discriminados.

Em relação às auditorias, que são realizadas anualmente, os procedimentos para padronização das ações de auditorias são direcionados pelo DSA/SDA/MAPA. Ao nível local, o SISA/DDA/SFA-MA executa as supervisões locais (auditorias locais) *in loco*, as quais visam verificar o nível de avanço do Serviço Veterinário Estadual, seguindo os mesmos princípios da auditoria do DSA/SDA/MAPA correspondentes à fase de prevenção e erradicação do Programa Nacional de Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA). O SISA/DDA/SFA-MA também faz avaliações dos planos de ações corretivas da AGED-MA, que são geradas após as auditorias do órgão central de Brasília.

Os pontos avaliados nas supervisões realizadas pelo SISA/DDA/SFA-MA avaliam pontos como: organização e estrutura do serviço de defesa estadual; recursos humanos; recursos materiais e financeiros; fundo de emergência; capacidade de intervenção do serviço veterinário; controle da sanidade, kits de atendimento às emergências, informações epidemiológicas e vigilância



ativa; bases regulamentares do programa; cadastros do sistema agroprodutivo; controle de trânsito e GTA's; controle de aglomerações; controle e fiscalização da vacinação; controle e fiscalização do comércio de vacinas; e auditorias internas.

Nas auditorias efetuadas, foram gerados relatórios, nos quais foram relatados os problemas e sugeridas correções. Um plano de ação corretiva foi sendo, ao longo de 2013, cumprido conforme cronograma de auditoria estabelecido pelo Departamento de Saúde Animal.

Como o projeto de ampliação da área livre de febre aftosa em 2013 já estava em fase final de execução, não foi realizada auditoria no Serviço Veterinário Oficial, sendo apenas o plano de ação acompanhado pelo SISA/DDA/SFA-MA com o objetivo de avaliar a adequação do serviço do Estado do Maranhão.

O PO Erradicação da Febre Aftosa é executada por meio de convênio entre o MAPA e a AGED-MA, que é o órgão estadual de defesa agropecuária responsável pela execução de atividades para a manutenção de área livre da enfermidade, condição obtida a partir de setembro de 2013. Nessa circunstância, cabe ao SISA/DDA/SFA-MA a supervisão das atividades realizadas pelo órgão de promoção da defesa no Estado.

Celebrou-se em 18/12/2013 o Convênio nº 794.607/2013 entre o MAPA e a AGED-MA com a interveniência do Governo do Estado do Maranhão que tem como objeto o apoio à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) Estado do Maranhão e o fortalecimento das ações de defesa agropecuária.

O valor global desse Convênio é de R\$ 1.260.000,00, sendo R\$ 1.197.000,00 referentes ao repasse por parte do MAPA e sendo os R\$63.000,00 como parcela de contrapartida da Conveniente.

Ainda em relação ao Convênio, consta no mesmo a meta “Manter e melhorar a estrutura e as ações de defesa sanitária animal” e há a etapa 2.8, a qual será executada em 2014, “Fiscalização de vacinação em propriedade de risco para febre aftosa”, que terá à disposição para sua execução q quantia de R\$ 157.300,00. A etapa 2.6 dessa mesma meta “Palestra relacionada a programas sanitários” terá parte dela relacionada ao trabalho de manutenção da área livre de febre aftosa. Como Convênio foi assinado apenas em 18/12/2013, o repasse dos recursos será realizado apenas em 2014.

Em relação ao Convênio nº 755.837/2011, que tinha o objetivo de fortalecer a sanidade animal, estruturando e mantendo o sistema unificado de atenção à saúde animal no Estado do Maranhão, para controlar, erradicar e prevenir a ocorrência de doenças dos animais, com vigência plurianual no período 2011 a 2015, avaliou-se a prestação de contas parcial do convênio celebrado, no qual o MAPA repassou o valor de R\$ 5.992.809,15 à Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão. No entanto, em Ofício Circular nº 04/2013/SDA-MAPA, de 29/07/2013, o Secretário de Defesa Agropecuária comunicou a SFA-MA de que não seria possível a manutenção dos convênios celebrados em 2011 devido à redução drástica de recursos destinados ao cumprimento dos instrumentos pactuados e que a SDA/MAPA decidiu pela rescisão dos mesmos, o que está em andamento para a sua ratificação.

O produto da meta física cadastrado no SGI é área livre, medida em km², com uma taxa de 331.983 km². O índice desse produto passou a ser em 2013, pela primeira vez, 100%, pois o Estado do Maranhão passou a ser reconhecido como área livre de febre aftosa com vacinação.

Como uma ferramenta capaz de auxiliar na mensuração do alcance da meta governamental, lança-se mão de uma meta física institucional, chamada de número de auditorias em escritórios da AGED-MA e em pontos de risco acompanhados do serviço, como lixões, áreas limítrofes interestaduais, propriedades próximas a laticínios e frigoríficos e curtumes, a fim de se apurar a capacidade de se conseguir atingir a meta de erradicação da enfermidade.

Desse modo, com o interesse em aferir os índices de eficiência e eficácia do SISA/DDA/SFA-MA, calcularam-se tais índices com base nos resultados obtidos na meta física institucional.



Na meta física institucional, o produto supervisão realizada estende-se às auditorias realizadas a fim de aferir o trabalho desenvolvido pelo Órgão Estadual nas barreiras zoossanitárias fixas, nas Unidades Regionais, nas Unidades Locais de Atenção Veterinária, e nos Escritórios de Atendimento à Comunidade da AGED-MA, que são as unidades localizadas no interior do Estado responsáveis pela execução do PO Erradicação da Febre Aftosa no Maranhão em todos os 217 municípios do Estado.

Desse modo, realizaram-se quatro supervisões nas Unidades Regionais, dez auditorias às Unidades Locais de Atenção Veterinária, duas supervisões aos Escritórios de Atendimentos à Comunidade e mais 24 supervisões em pontos de risco, assim distribuídas: sete supervisões em lixões; seis supervisões em lojas ou revendas veterinárias; cinco supervisões em propriedades; três supervisões em matadouros; três em salgadeiras, totalizando-se 40 auditorias realizadas, tendo-se tido a preocupação de distribuí-las pelo maior número de Unidades Regionais (4) de suas 18 existentes, que compõem a estrutura funcional do órgão executor estadual.

Com relação aos índices de vacinação contra a enfermidade, na campanha realizada em maio a taxa obtida foi de 96,16% do rebanho vacinado. Na segunda campanha de vacinação realizada em novembro, o índice foi ligeiramente inferior, tendo sido de 95,06%. Os resultados dos índices vacinais obtidos em 2013 foram inferiores às duas campanhas realizadas em 2012. Na primeira campanha, realizada em maio, o índice havia sido de 97,00%. Na segunda campanha de 2012, realizada em novembro, o índice havia caído para 96,38%. Observou-se que nos dois anos a segunda campanha tem um índice vacinal menor que a primeira realizada no ano. Entretanto, esses resultados obtidos vão de encontro com as pretensões de zona livre, em conformidade com a Portaria nº 50, de 19/05/1997, que aprova os critérios técnicos para a classificação dos níveis de risco para febre aftosa das Unidades da Federação.

Em 2013, foram emitidas 172.504 Guias de Transito Animal (GTA), onde circularam em trânsito intra e interestadual 2.515.309 bovídeos, que representam 34% do rebanho do Estado. O Estado possui em suas divisas 11 postos fixos, e 218 barreiras volantes foram realizadas para melhor monitorar o deslocamento de animais suscetíveis à febre aftosa.

A Coordenação-Geral de Combate às Doenças previu no SGI uma descentralização nesse PO de R\$ 84.000,00 para serem executados em 2013, tendo sido R\$ 71.000,00 para investimento e R\$ 13.000,00 para custeio, à SFA-MA (Tabela 10). Entretanto, nada foi liberado para a realização de investimentos, o que provocou uma baixa taxa de execução frente ao previsto.

Tabela 10- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Erradicação da Febre Aftosa no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	6.755,00	2.207,80	2.055,21	30,42
3390-30	Material de Consumo	3.558,00	0,00	0,00	0,00
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	2.087,00	4.500,00	4.500,00	215,62
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	600,00	0,00	0,00	0,00
3390-92	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	614,05	614,05	---
4490-52	Equipamentos e Material Permanente	71.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		84.000,00	7.321,85	7.169,26	8,53%

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Para as supervisões, apesar de terem sido previstos R\$ 9.999,00, nada foi descentralizado (Tabela 11). Por isso, todas as supervisões foram realizadas em viagens concomitantes às do Plano Orçamentário 000F - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos



Animais. Acrescenta-se que nesse exercício pode-se lançar mão dessa tática, porque fizeram-se ajustes nas localidades das supervisões a fim de que se fossem contemplados os dois Planos Orçamentários, mas que não é recomendável porque nem sempre as unidades supervisionadas foram as previstas inicialmente em função da análise de sua necessidade. No ano de 2012, foi relatado no Relatório de Gestão do exercício de que não haviam faltado recursos para execução das atividades.

Tabela 11- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Erradicação da Febre Aftosa para o cumprimento da meta física no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	5.841,00	0,00	0,00	0,00
3390-30	Material de Consumo	3.558,00	0,00	0,00	0,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	600,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		9.999,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Para participação em duas reuniões técnicas e numa auditoria do PNEFA em Manaus/AM foram gastos R\$ 7.958,35 (Tabela 12).

Tabela 12- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no Plano Orçamentário Erradicação da Febre Aftosa em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção		Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)		
a) Participação de um Fiscal Federal Agropecuário na reunião sobre zona livre de febre aftosa com vacinação, tendo como participantes representantes dos Estados do Nordeste, com exceção da BA e SE, e área norte do Estado do PA – Brasília/DF - 18 a 21/06/2014.	964,47	811,88	1.260,50	1.260,50	2.072,38	2.072,38
b) Participação de um Fiscal Federal Agropecuário em reunião sobre ampliação da Zona Livre de Febre Aftosa – Brasília/DF - 12 e 13/08/2013.	-	- ¹	1.683,60	1.683,60	1.683,60	1.683,60
c) Participação de um Fiscal Federal Agropecuário na auditoria técnica do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa no Estado do Amazonas – Manaus/AM - 16 a 21/12/2013.	1.243,33	1.243,33	2.959,04	2.959,04	4.202,37	4.202,37
TOTAL	2.207,80	2.055,21	5.903,14	5.903,14	8.110,94	7.958,35

Fonte: SCDP; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ As despesas com diárias no valor de R\$ 397,39 foram executadas com recursos do Plano Orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.



Além do pagamento das tarifas no valor de R\$ 4.500,00, foram inscritos em restos a pagar em 2014 mais R\$ 2.500,00 para pagamento de passagens. Isso se deveu a multas por remarcação de bilhetes.

B. Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias

Quadro 9- Ação/Subtítulos - OFSS - Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias.

Identificação da Ação							
Código	20ZX					Tipo: Atividade	
Descrição	Realização da fiscalização de insumos e serviços demandados na agropecuária: serviços agrícolas, serviços pecuários, material genético animal, insumos destinados à alimentação animal, produtos de uso veterinário, fertilizantes, corretivos, inoculantes, sementes e mudas, agrotóxicos e afins, bem como atividades com organismos geneticamente modificados. Combate à clandestinidade em produtos de origem animal. Realização da fiscalização dos produtos de origem agropecuária: Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais, desenvolvimento e monitoramento de sistemas de rastreabilidade agroalimentar, inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e vegetal, proteção e fiscalização de cultivares. Realização da vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais seus produtos e insumos, e do trânsito internacional de vegetais e animais, seus produtos e insumos, com a finalidade de garantir a qualidade e a inocuidade dos insumos utilizados na agropecuária e qualidade e sanidade dos alimentos decorrentes.						
Iniciativa	04D4- Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.			Código: 0366			
Programa	Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	22101- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	-	-	203.221,25	203.221,25	198.277,23	4.944,02	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0001/Nacional	Estabelecimento inspecionado		un	78	67	67	
	Fiscalização realizada		un	6.630	12.120	12.120	
	Partida inspecionada		un	1.386	1.340	1.340	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001/Nacional	1.000,00	0,00	1.000,00	Estabelecimento inspecionado	un	-	
	81.102,64	81.102,64	0,00	Fiscalização realizada	un	-	
	0,00	0,00	0,00	Partida inspecionada	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi; Siconv.



Análise Situacional

B1. Plano Orçamentário 000A- Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Quadro 10- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 000A- Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	000A- Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes					
Descrição	A fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.					
Unidade Responsável	Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	3.018,33	3.018,33	0,00	0,00	3.018,33
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	164	106	31.600,00	3.018,33
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Fiscalização realizada	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

O plano orçamentário Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (código Siafi: PI Fisfecoi13) controla a atividade de produção e comercialização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no Maranhão, contribuindo com a agricultura no controle da qualidade desses insumos agrícolas, que é expresso na produtividade agrícola.

O produto deste Plano Orçamentário é fiscalização realizada de estabelecimentos produtores de fertilizantes e corretivos e de seus produtos com coleta de amostras com fins fiscais, sendo a execução da ação realizada por um Fiscal Federal Agropecuário.

Em decorrência da sazonalidade da produção de fertilizantes e corretivos, torna-se inviável o aumento da execução da meta física, pois as empresas produtoras têm o pico de produção entre setembro e dezembro. Como a produção de fertilizantes não é estocável, o produto apenas é fiscalizado se o FFA estiver presente no momento da produção. Uma adequação seria diminuir a meta prevista, que para o exercício de 2013 foi de 168 fiscalizações, superior em 20,24% a do exercício de 2012 e 39,28% superior à meta estabelecida em 2011. Essas metas foram todas determinadas pela Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos (CFIC/DFIA/SDA/MAPA).

Considerando a meta financeira como um todo, o despendimento de recursos assim como os executados não chegaram a 10% do previsto pela Coordenação-Geral no planejamento do PO (Tabela 13).



Tabela 13- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	14.093,50	2.206,74	2.206,74	15,66
3390-30	Material de Consumo	4.906,50	766,59	766,59	15,62
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	8.000,00	0,00	0,00	0,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.000,00	45,00	45,00	1,50
4490-52	Equipamentos e Material Permanente	1.600,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL		31.600,00	3.018,33	3.018,33	9,55%

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Os recursos financeiros utilizados em 2013 para execução da meta física foram da ordem de 15,39% da previsão inicial, uma vez que foram descentralizados R\$ 3.018,33, e que desse montante foram empenhados e liquidados os mesmos R\$ 3.018,33 do total de R\$ 19.610,50 (Tabela 14). Como resultado, foram realizadas 106 fiscalizações ao custo de R\$ 28,47 para cada fiscalização realizada.

Tabela 14- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário para o cumprimento da meta física no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	11.704,00	2.206,74	2.206,74	18,85
3390-30	Material de Consumo	4.906,50	766,59	766,59	15,62
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		19.610,50	3.018,33	3.018,33	15,39%

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Os recursos para viagem, R\$ 2.389,50 em diárias e R\$ 8.000,00 em passagens e despesas com locomoção, não foram descentralizados porque o evento não foi realizado e o previsto para aquisição de equipamentos e material permanente não o foi por contingenciamento de recursos da SDA/MAPA.

A meta física executada foi da ordem de 64,63% em relação à programação, fato resultante do contingenciamento de recursos financeiros sofrido durante todo o ano, o que acabou dificultando o cumprimento da meta. Outro fator relevante é que apenas um FFA executa esse Plano Orçamentário no Estado, com o apoio de apenas um Agente de Atividades Agropecuárias e com o agravante de não haver no SEFAG/DDA/SFA-MA um agente administrativo para a realização de serviços burocráticos, o que demanda tempo do FFA. Além do mais, há o fato da Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos ter superdimensionado a meta. Isso porque a meta estabelecida para o exercício de 2011 havia sido de 102 fiscalizações e nesse ano foram programadas 168, o que é um salto significativo, para apenas um FFA executar esse Plano Orçamentário.

A fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes contou com o apoio do LANAGRO-PA/MAPA que contribuiu realizando as análises de fiscalização das amostras encaminhadas pelo SEFAG/DDA/SFA-MA.



B2. Plano Orçamentário 000B- Fiscalização de Sementes e Mudanças

Quadro 11- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias
- Plano Orçamentário 000B- Fiscalização de Sementes e Mudanças.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	000B- Fiscalização de Sementes e Mudanças					
Descrição	Registro de cultivares; inscrição de produtor, beneficiador, embalador, armazenador, comerciante de sementes e de mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e de responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENSEM; fiscalização da produção, da comercialização e da utilização de sementes e de mudas; elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e ao credenciamento; monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas do MAPA e nas unidades credenciadas; supervisão e realização de reuniões técnicas e de treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.					
Unidade Responsável	Coordenação de Sementes e Mudanças					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	30.860,37	30.860,37	1.000,00	0,00	29.860,37
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	180	107	40.583,25	30.860,37
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Fiscalização realizada	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

O plano orçamentário Fiscalização de Sementes e Mudanças (código Siafi: PI Fiscalsem13) controla a atividade de produção, comercialização e uso de sementes e mudas no Estado do Maranhão, contribuindo com a agricultura na qualidade desses insumos agrícolas.

O produto desta ação é fiscalização realizada, com enfoque na fiscalização de estabelecimentos produtores, beneficiadores e comerciais, de usuários de sementes e mudas, de campos de produção de sementes e também análise da qualidade das sementes com coleta de amostras fiscais.

As atividades dessa ação orçamentária foram desenvolvidas pelos Fiscais Federais Agropecuários lotados no SEFAG/DDA/SFA-MA de acordo com a programação do POA 2013. As ações do PI Fiscalsem13 compreenderam: fiscalização de produtores de sementes e de mudas, fiscalização de comerciantes de sementes, fiscalização de usuários de sementes e fiscalização da qualidade das sementes produzidas e comercializadas através de análises feitas em laboratórios oficiais do MAPA. Foram fiscalizados tanto os processos quanto os produtos.

Os recursos financeiros utilizados em 2013 foram da ordem de 28,05% em relação à previsão, uma vez que foram liquidados R\$ 30.860,37 dos R\$ 110.000,00 previstos no SGI (Tabela 15). Os recursos descentralizados somaram R\$ 40.583,25, o que significou um índice de execução em relação aos descentralizados de 76,04%. Os recursos executados no elemento de despesas Indenizações e Restituições no valor de R\$ 246,00 foram para ressarcimento de servidor que apresentou despesas em viagem realizada em 2013 para participação de força-tarefa de fiscalização de sementes no Estado do Pará com a equipe do SEFAG/DDA/SFA-PA.



Tabela 15- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fiscalização de Sementes e Mudanças no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	45.535,00	8.040,30	8.040,30	17,66
3390-30	Material de Consumo	13.019,00	5.596,95	4.418,29	33,94
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	14.000,00	4.000,00	2.553,77	18,24
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	27.200,00	22.700,00	15.602,01	57,36
3390-92	Indenizações e Restituições	246,00	246,00	246,00	100,00
4490-52	Equipamentos e Material Permanente	10.000,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL		110.000,00	40.583,25	30.860,37	28,05%

Fonte: SFA-MA; SGI; SIAFI.

Dos R\$ 40.583,25 descentralizados, R\$ 35.423,72 foram destinados para a execução das ações de fiscalização, sendo utilizados R\$ 27.147,67, ou seja, 76,64% em relação ao valor descentralizado (Tabela 16). Quanto ao previsto, foram executados 37,60%. Os custos no elemento de despesas Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica foram basicamente com a oficina mecânica contratada pela SFA-MA, pois os quatro veículos que prestam serviços ao SEFAG/DDA/SFA-MA precisaram constantemente de manutenção e reparos, em função da frota já bastante depreciada. Como resultado, foram realizadas 107 fiscalizações ao custo de R\$ 196,80 para cada fiscalização realizada.

Tabela 16- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização de Sementes e Mudanças para o cumprimento da meta física no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	36.988,00	7.127,37	7.127,37	19,27
3390-30	Material de Consumo	13.019,00	5.596,35	4.418,29	33,94
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	22.200,00	22.700,00	15.602,01	70,28
TOTAL		72.207,00	35.423,72	27.147,67	37,60%

Fonte: SFA-MA; SGI; SIAFI.

O restante do valor descentralizado, ou seja, R\$ 4.912,93, foi destinado para a participação de um Fiscal Federal Agropecuário na Reunião Técnica da Coordenação de Sementes e Mudanças (CSM/DFIA/SDA/MAPA), realizada em Campo Grande/MS, no período de 20/05 a 24/05/2013. Desse montante, R\$ 912,93 foram utilizados para o pagamento de diárias e R\$ 2.553,77 para a compra das passagens aéreas (Tabela 17). No referido evento foram apresentadas palestras, realizadas reuniões técnicas, e discutidos procedimentos de fiscalização resultando na atualização e aprimoramento dos conhecimentos técnicos e harmonização de entendimento no tocante à legislação e também de procedimentos na fiscalização de sementes e mudas.

A meta física foi da ordem de 59,44% em relação a programação, em que foram realizadas 107 fiscalizações de 180 previstas. Essas fiscalizações, cujas quais visaram a qualidade das sementes produzidas e comercializadas através de análises fiscais, foram realizadas em estabelecimentos produtores e comerciais de sementes, além de usuários de sementes.



Tabela 17- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário
Fiscalização de Sementes e Mudanças em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção		Previsto (RS)	Realizado (RS)
	Previsto (RS)	Realizado (RS)	Previsto (RS)	Realizado (RS)		
a) Participação de um técnico na “Reunião Técnica da Coordenação de Sementes e Mudanças – Campo Grande/MS – 20 a 24/05/2013.	912,93	912,93	4.000,00	2.553,77	4.912,93	3.466,70
TOTAL	912,93	912,93	4.000,00	2.553,77	4.912,93	3.466,70

Fonte: SCDP; SFA-MA; SGI; Siafi.

Essa meta física obtida foi fato resultante do contingenciamento de recursos financeiros sofridos durante todo o ano, o que acabou dificultando o cumprimento da meta. Uma dificuldade sempre recorrente foi a pouca quantidade de Fiscais Federais Agropecuários na execução do Plano Orçamentário, com o apoio de apenas um Agente de Atividades Agropecuárias e com o agravante de se contar com agentes administrativos no SEFAG/DDA/SFA-MA, o que dificultou na execução das fiscalizações. Todos esses fatores contribuíram para restringir o número de fiscalizações.

No ano em questão, o contingenciamento de recursos impossibilitou a fiscalização dos campos de sementes de todos os produtores do Estado, fiscalizações que visam acompanhar a qualidade da semente desde o campo através das fiscalizações de floração e pré-colheita. Contudo, com o que foi disponibilizado de recursos, pelo menos foi possível fiscalizar as sementes oriundas desses campos, através de coletas de amostras com fins de fiscalização.

Como tem ocorrido anualmente, houve a demanda de fiscalização de sementes adquiridas pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Maranhão (Sagrma). Nessas fiscalizações, a Sagrma, em função dos contingenciamentos sofridos pela SDA/MAPA, arcou com os custos das diárias de três Fiscais Federais Agropecuários e de três Agentes de Atividades Agropecuárias. Em 2013, foram realizadas coletas no mês de dezembro nos municípios de Bacabal, Balsas, Barra do Corda, Codó Imperatriz, Presidente Dutra e São João dos Patos.

Um ponto crítico e que deve ser observado é o fato do Estado do Maranhão não contar com laboratório oficial para as análises de sementes, as quais precisam ser enviadas ao LANAGRO-PE/MAPA, em Recife/PE, o que demanda tempo acima do desejado no recebimento dos resultados. Importante frisar que as sementes, após serem amostradas, devem ser encaminhadas o quanto antes ao laboratório, pois tratam-se de organismos vivos, que devem ser mantidos em boas condições de temperatura e umidade para que não tenham o resultado da germinação prejudicado, e, por consequência, não venham a prejudicar o produtor e o comerciante das mesmas.

Neste contexto, a fiscalização de sementes e mudas contou com o apoio do Laboratório Oficial de Análise Sementes do LANAGRO-PE/MAPA (LASO/LANAGRO-PE/MAPA) que contribuiu com a SFA-MA ao realizar as análises de fiscalização das sementes fiscalizadas e amostradas pelo SEFAG/DDA/SFA-MA.



B3. Plano Orçamentário 000C- Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Quadro 12- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 000C- Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	000C- Fiscalização de Agrotóxicos e Afins					
Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normatização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins.					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	9.041,89	9.041,89	0,00	0,00	9.041,89
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	0	0	10.000,00	9.041,89
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Fiscalização realizada	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

O plano orçamentário Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (código Siafi: PI Fisagrot13) envolve a fiscalização de agrotóxicos, de empresas produtoras de agrotóxicos e o credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica.

Estas ações têm um impacto óbvio na saúde da população e na atividade agrícola, que terá à disposição um insumo de qualidade, possibilitando maior eficiência produtiva, melhor rentabilidade para o produtor e maior oferta de produtos a custos menores.

O produto desse plano orçamentário até o ano de 2009 era fiscalização realizada de empresas prestadoras de serviços de tratamentos quarentenários, sendo que a ação era realizada pelos Fiscais Federais Agropecuários da Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto do Itaqui-Ponta da Madeira (UVAGRO-ITM/DDA-MA, São Luís/MA), pois os tratamentos (expurgos) eram realizados na área primária portuária, onde se encontravam lotados os servidores da UVAGRO-ITM/DDA-MA.

Porém, em 2010, o produto cadastrado no então ativo Siplan desse plano orçamentário passou a ser fiscalização realizada em indústrias fabricantes de agrotóxicos e seus produtos, e como no Estado do Maranhão não há indústrias de agrotóxicos instaladas, não houve meta física programada e tampouco ação de fiscalização.

Outra atividade inerente a esse plano orçamentário é a fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos e afins. Porém, esse trabalho é descentralizado à AGED-MA, respaldado no SUASA.



Pelo exposto, e como no Estado do Maranhão não há indústrias de agrotóxicos instaladas, não houve meta física programada pela Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA/DFIA/SDA/MAPA) para o ano de 2013 e tampouco ação de fiscalização.

Quanto à meta financeira, houve previsão de participação de um Fiscal Federal Agropecuário e de um servidor da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão, como colaborador eventual, no XI Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos (Enfisa), que foi realizado entre os dias 11 e 14 de junho de 2013 em Porto Velho/RO.

Como a SFA-PA à época não dispunha de uma agência de viagens para aquisição de passagens aéreas, ficou determinado pela CGAA/DFIA/SDA/MAPA que a SFA-MA iria se responsabilizar pelo pagamento de diárias e aquisição das passagens aéreas para um servidor da SFA-PA e de outro colaborador eventual, no caso da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará.

Entretanto, não houve a participação de nenhum FFA da SFA-MA devido ao número restrito de técnicos no SEFAG/DDA/SFA-MA, o que impossibilitou a participação no evento, uma vez que o FFA que iria participar do evento executa também atividades referentes ao PO 000B - Fiscalização de Sementes e Mudanças, e o mesmo encontrava-se impedido de viajar no período de realização do evento em função de ações de fiscalização referentes a esse PO. Dessa forma, houve apenas a participação do FFA da SFA-PA e dos dois colaboradores eventuais.

Contudo, foram descentralizados R\$ 9.100,93 e executados R\$ 9.041,89, o que fez uma taxa de aplicação de 99,35% (Tabela 18). Em relação ao previsto, foram executados 90,42% dos recursos. Todos os recursos foram utilizados para participação de um FFA da SFA-PA e de dois colaboradores eventuais no XI Enfisa, realizado em Porto Velho/RO (Tabela 19).

Tabela 18- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fiscalização de Agrotóxicos e Afins no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	3.168,00	912,93	912,93	28,82
3390-30	Material de Consumo	1.000,00	0,00	0,00	0,00
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	2.000,00	5.933,00	5.932,96	296,65
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	3.832,00	2.255,00	2.196,00	57,31
TOTAL		10.000,00	9.100,93	9.041,89	90,42

Fonte: SFA-MA; SGI; SIAFI.



Tabela 19- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização de Agrotóxicos e Afins em eventos no exercício.

Evento	3390-14		3390-36		3390-33	
	Diárias – Pessoal Civil		Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		Passagens e Despesas com Locomoção ¹	
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
a) Participação de um FFA da SFA-PA e de dois colaboradores eventuais no XI Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos (Enfisa) – Porto Velho/RO – 11 a 14/06/2013.	912,93	912,93	2.255,00	2.196,00	5.933,00	5.932,96
Sub-Total (R\$)	912,93	912,93	2.255,00	2.196,00	5.933,00	5.932,96
TOTAL PREVISTO (R\$)	9.100,93					
TOTAL REALIZADO (R\$)	9.041,89					

Fonte: SCDP; SFA-MA; SGI; Siafi.

B4. Plano Orçamentário 000D- Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

Quadro 13- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 000D- Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	000D- Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados					
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e à legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.					
Unidade Responsável	Coordenação de Biossegurança de Organismo Geneticamente Modificado					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	15.543,01	15.543,01	1.834,06	1.834,06	13.708,95
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	30	32	42.500,00	13.708,95
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Fiscalização realizada		un	-

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

O plano orçamentário Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (código Siafi: PI Fiscorgen13) tem por finalidade o acompanhamento e a fiscalização de experimentos científicos autorizados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), a inspeção física e a verificação documental das atividades de pesquisa e liberação planejada de vegetais geneticamente modificados no ambiente, além da fiscalização das medidas



restritivas de biossegurança em liberações comerciais de organismos geneticamente modificados, visando assegurar o cumprimento das decisões da CTNBio e legislação correlata aos OGM's: Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, Decreto Federal nº 5.591, de 22 de novembro de 2005, e demais marcos regulatórios da CTNBio.

Para esse Plano Orçamentário foram previstas 30 fiscalizações e realizadas 32, obtendo-se uma taxa de 106,67% de eficácia, assim distribuídas: a) 20 fiscalizações de plantios comerciais de milho geneticamente modificado (GM), com o objetivo de verificar o cumprimento da Resolução Normativa nº 04/2007 da CTNBio, localizados nos municípios de Santa Luzia, Buriticupu, Mata Roma, Brejo e Anapurus; b) oito fiscalizações na área de exclusão do algodão GM, em cumprimento à Portaria nº 21 de 13/01/2005, nos municípios de Bacuri, Cedral, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão e Serrano do Maranhão; c) quatro fiscalizações de eventos GM não autorizados para plantio, nos municípios de Mata Roma, São Raimundo das Mangabeiras, Alto Parnaíba e Tasso Fragoso.

Na fiscalização do plantio de milho GM foi detectado um plantio em desacordo com a Resolução Normativa nº 4/2007, de 16 de agosto de 2007, da CTNBio, que estabelece as regras de coexistência entre o milho GM e o convencional; ou seja, foi verificada a presença de uma lavoura comercial de milho próxima a uma das áreas fiscalizadas com milho GM, o que originou a emissão de um Auto de Infração.

Em cumprimento à Portaria nº 21, de 13/01/2005, que trata da zona de exclusão, onde não poderão ser cultivados sementes ou caroços de algodão herbáceo geneticamente modificado ou de algodão herbáceo convencional com traços de eventos de transformação genética, foram realizadas oito fiscalizações (considerando-se cada município como uma fiscalização) nos municípios acima mencionados. Não foram encontrados plantios de algodão em nenhum dos municípios fiscalizados.

Em 2013 também foi fiscalizado o plantio de eventos GM não autorizados no Brasil. No Maranhão foram realizadas quatro fiscalizações com coleta de amostras de folhas de soja, cana-de-açúcar e caroços de algodão, as quais foram enviadas para análise ao LANAGRO-GO/MAPA, ainda que não tenha recebido os resultados até o final do exercício em análise.

No total, foram utilizados R\$ 15.543,01 de um montante de R\$ 16.773,63 descentralizados, alcançando-se uma taxa de 92,66% de execução/descentralizado (Tabela 20). Da relação executado frente ao previsto, chegou-se à taxa de 36,57%.

Tabela 20- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal	13.917,80	9.303,00	8.716,72	62,63
3390-30	Material de Consumo	2.720,20	1.824,13	1.824,13	67,06
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	20.000,00	3.494,00	3.129,66	15,65
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1.062,00	0,00	0,00	0,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	4.800,00	2.152,50	1.872,50	45,89
TOTAL		42.500,00	16.773,63	15.543,01	36,57

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Para as fiscalizações, utilizaram-se os seguintes recursos: R\$ 6.044,32 no elemento de despesas Diárias – Pessoal Civil; R\$ 1.824,13 foram utilizados no elemento de despesas Material de



Consumo e R\$ 1.872,50 foram executados no elemento de despesas Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, utilizados para manutenção de veículo do SISV/DDA/SFA-MA, totalizando-se R\$ 9.740,95, com uma taxa de aplicação de 91,83% (Tabela 21). Os recursos não utilizados foram referentes a sobras de diárias, que foram em quantidade não suficiente para realização de uma nova viagem para fiscalização e de recursos não utilizados para pagamentos de serviços para manutenção de veículos em viagem.

Tabela 21- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados para o cumprimento da meta física no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal	7.080,00	6.630,60	6.044,32	85,37
3390-30	Material de Consumo	2.720,20	1.824,13	1.824,13	67,06
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1.062,00	0,00	0,00	0,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	4.800,00	2.152,50	1.872,50	45,89
TOTAL		15.662,20	10.607,23	9.740,95	36,57

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Os demais recursos foram utilizados para a participação de um Fiscal Federal Agropecuário em reunião ocorrida em Brasília/DF sobre a fiscalização da zona de exclusão de algodão geneticamente modificado, no curso sobre “Princípios da Análise de Riscos de OGM’s”, em Brasília/DF, e no curso sobre “Métodos de Detecção de OGM’s”, em Pedro Leopoldo/MG. Para participação nesses eventos foram utilizados R\$ 2.672,40 no elemento de despesas Diárias – Pessoal Civil e R\$ 3.129,66 no elemento de despesas Passagens e Despesas com Locomoção, totalizando-se R\$ 5.802,06 (Tabela 22).

Com relação a restos a pagar processados inscritos em 2013, ficaram para serem liquidados em 2014 R\$ 1.834,06 para pagamento de passagens aéreas pertinentes às viagens realizadas para os eventos.

Das propriedades fiscalizadas apenas uma foi autuada devido ao não cumprimento da norma de coexistência de milho (Resolução Normativa nº 4, de 16 de agosto de 2007, da CTNBio). Em 2013 priorizou-se a fiscalização de plantios de milho geneticamente modificado em áreas pequenas e de agricultura familiar, tendo sido constatada que a maioria dos plantios era de milho convencional. Outras áreas produtoras de milho GM encontravam-se distantes de plantio convencionais. Ainda assim, foram distribuídas cópias da norma de coexistência nas propriedades e repassadas orientações sobre a mesma.

Observou-se que praticamente a área total de milho na região fiscalizada, que é a principal produtora da cultura no Estado do Maranhão, constituiu-se de milho GM na safra 2012/2013, ficando o plantio de milho convencional praticamente restrito às áreas de refúgio. Neste contexto, coube ressaltar a importância da fiscalização exercida pelo SISV/DDA/SFA-MA na fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas pela CTNBio para o cultivo de vegetais GM.

Na zona de exclusão adotou-se a seguinte metodologia para a fiscalização: reuniões com os técnicos dos escritórios locais da AGED-MA, das secretarias de agricultura e sindicatos de produtores rurais e conversas com produtores; também visitou-se a área rural dos municípios e percorreu-se as estradas rurais para verificação dos cultivos agrícolas da região. Não foram encontrados plantios de algodão em nenhum dos municípios fiscalizados, quer tenham sido plantios GM ou mesmo de algodão convencional.



Tabela 22- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário
Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção			
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
a) Participação de um Fiscal Federal Agropecuário na “Reunião de fiscalização de zonas de exclusão para plantio de algodão geneticamente modificado” – Brasília/DF – 17 a 19/06/2013.	- ¹	828,84	0,00	1.285,60	-	2.114,44
b) Participação de um Fiscal Federal Agropecuário no “Curso sobre Princípios de Análise de Risco de Organismo Geneticamente Modificado” – Brasília/DF – 19 a 23/08/2013.	-	1.019,13	0,00	953,12	-	1.972,25
c) Participação de um Fiscal Federal Agropecuário no “Curso sobre Métodos de Detecção de Organismo Geneticamente Modificado” – Pedro Leopoldo/MG – 09 a 13/09/2013.	-	824,43	-	890,94	-	1.715,37
TOTAL	-	2.672,40	-	3.129,66	-	5.802,06

Fonte: SCDP; SFA-MA; SGI; SIAFI.

¹ Foram previstos para a participação em cursos, treinamentos e reuniões técnicas R\$ 6.837,00 em diárias e R\$ 20.000,00 em passagens e despesas com locomoção.

Não houve pesquisa e liberação planejada de Organismos Geneticamente Modificados no Estado do Maranhão no ano de 2013.

A descentralização de recursos deste Plano Orçamentário ocorreu de acordo com o planejado no POA 2013 para o atendimento das atividades fiscais.

As dificuldades enfrentadas pelo SISV/DDA/SFA-MA para a execução de suas tarefas foram a falta de uma frota de veículos em condições adequadas de uso e segurança, pois se dispõem de duas caminhonetes marca Chevrolet modelo S-10 e de um automóvel marca Fiat modelo Palio, os quais, em condições ruins, passaram até dois meses na oficina para serviços de manutenção, enquanto o Serviço ficou sem veículo disponível para realizar os trabalhos. Isto está acarretando e continuará em maior grau a prejudicar a eficiência e eficácia devido às condições precárias em que os mesmos se encontram e o custo elevado necessário para a manutenção desses veículos.

Ressalta-se também a falta de um auxiliar administrativo, o que resulta em ocupar o tempo dos FFA's com demandas burocráticas, e o fato da área de Defesa Vegetal ter quatro Planos Orçamentários para execução de atividades e contar com apenas dois Fiscais Federais Agropecuários, sendo um o Chefe do SISV/DDA/SFA-MA, o que resulta em maior número de deslocamentos para um mesmo servidor, causando a necessidade de autorização para ampliação do número de diárias a partir de 40.



B5. Plano Orçamentário 000E- Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Quadro 14- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 000E- Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	000E- Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais					
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para instituir os padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; Credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Fiscalização e auditorias nos estabelecimentos credenciados; Fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; Capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	10.820,07	10.820,07	0,00	0,00	10.820,07
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	80	80	25.000,00	10.820,07
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Fiscalização realizada	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

A execução do plano orçamentário Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais (código Siafi: PI Padclassi13) é a forma de assegurar ao consumidor a qualidade dos produtos vegetais em consonância com a legislação que rege a classificação vegetal, através da fiscalização de entidades credenciadas que executam a classificação, bem como pela aferição da identidade e da qualidade desses produtos diretamente junto aos processadores, embaladores, distribuidores e comerciantes em geral, evitando-se, dessa forma, um serviço de classificação de forma incorreta, inadequada ou insegura; a destinação para consumo de produtos desclassificados ou em desconformidade com os padrões de classificação aplicáveis; ou, ainda, o empacotamento e comercialização de produtos sem a devida classificação vegetal obrigatória, levando-se a uma incorreta marcação das especificações de qualidade na embalagem por parte dos embaladores, iludindo, dessa forma, o consumidor.



Dentro do planejamento estratégico realizado, foi programada e executada a realização de 80 fiscalizações, atingindo-se a meta física programada, envolvendo embaladores, atacadistas, varejistas e empresas credenciadas para realizar a classificação vegetal nas modalidades de prestação de serviços de classificação e controle de qualidade e supervisão de embarque.

Além da meta física cadastrada no Sistema de Gestão Integrada do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, denominada fiscalização realizada, essa ação contemplou ainda os seguintes resultados:

- as amostras coletadas no exercício de 2013 foram majoritariamente para fins de fiscalização de classificação de produtos vegetais, de monitoração da qualidade de produtos previamente estabelecidos através do Programa Nacional de Controle da Qualidade Vegetal (PNQV), de acordo com as diretrizes previstas pela Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal (CGQV/DIPOV/SDA/MAPA), nos municípios também determinados por aquela Coordenação-Geral, os quais foram Paço do Lumiar e Imperatriz. Foram coletadas no total 36 amostras, sendo 14 de óleo de soja, dez de farinha de trigo e nove de farinha de mandioca, além de três amostras de arroz beneficiado coletadas em fiscalizações de rotina. Deste total amostrado, o equivalente a 16,66% apresentou desconformidades;
- contabilizou-se um total de 2.110,79 t de produtos fiscalizados, dentre os quais houve predominância do arroz beneficiado com um quantitativo de 1.620,13 t, representando 76,75% do total fiscalizado;
- foram realizadas sete fiscalizações/inspeções às entidades credenciadas existentes durante o exercício, quais foram: ESA- Empreendimentos e Serviços Ltda., GMS- Serviços Marítimos Gerais Ltda., Intertek do Brasil Inspeções Ltda., SGS do Brasil Ltda., Schutter do Brasil Ltda. e Superinspect Supervisão, Vistorias e Inspeções Ltda.;
- durante o exercício de 2013 houve, a pedido, o descredenciamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por não ter atendido aos requisitos do Termo de Aplicação de Medida Cautelar de Suspensão do Credenciamento;
- no período sob enfoque, foram lavrados 11 Autos de Infração e aplicadas multas que somaram R\$ 98.381,65. Foram também encaminhados à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União cinco processos.

Para a execução da meta física alcançada, contou-se com recursos executados da ordem de R\$ 10.820,07, que corresponderam a 43,28% dos recursos previstos (Tabela 23).

Tabela 23- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	14.560,00	5.895,04	5.895,04	40,49
3390-30	Material de Consumo	4.000,00	1.134,71	1.134,71	28,37
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	898,32	898,32	---
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	6.440,00	3.000,00	2.892,00	44,91
TOTAL		25.000,00	10.928,07	10.820,07	43,28%

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Para a realização das 80 fiscalizações, foram gastos R\$ 9.008,82, representando 37,40% do total previsto para essas atividades (Tabela 24). Em todos os elementos de despesa, o executado não chegou a 50% do previsto, o que significa os fortes contingenciamentos sofridos.



Tabela 24- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados para o cumprimento da meta física no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	13.647,07	4.982,11	4.982,11	36,51
3390-30	Material de Consumo	4.000,00	1.134,71	1.134,71	28,37
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	6.440,00	3.000,00	2.892,00	44,91
TOTAL		24.087,07	9.116,82	9.008,82	37,40

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

O Departamento de Sanidade Vegetal descentralizou nesse plano orçamentário os recursos para participação da chefe do Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal na reunião com os chefes dos SISV's E SIPOV's de todas as Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento com a chefia do DSV/SDA/MAPA, que foi realizada em Vitória/ES. Foram utilizados R\$ 912,93 para o pagamento de diárias e R\$ 898,32 para as despesas com passagens e locomoção, totalizando-se R\$ 1.811,25 (Tabela 25).

Tabela 25- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção		Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)		
a) Participação de um Fiscal Federal Agropecuário na “Reunião com os chefes dos SISV e SIPOV de todas as SFA's” – Vitória/ES – 20 a 24/05/2013.	0,00	912,93	0,00	898,32	0,00	8.226,18
TOTAL	0,00	912,93	0,00	898,32	0,00	1.811,25

Fonte: SCDP; SFA-MA; SGI; Siafi.

Durante o exercício de 2013, alguns fatores contribuíram para dificultar a realização das ações, tais como restrições e contingenciamentos orçamentários e limitações internas relativas a recursos humanos. Dos três Fiscais Federais Agropecuários inicialmente lotados na área, uma foi desligada por aposentadoria e um permaneceu no gozo de Licença-Prêmio por cinco meses no exercício de 2013. E além dos Fiscais Federais Agropecuários, dos dois Agentes de Atividades Agropecuárias inicialmente localizados no segmento, um também se desligou do quadro por motivo de aposentadoria e um outro permaneceu no gozo de Licença Prêmio por seis meses durante o exercício sob análise.

A estratégia adotada para minimizar os efeitos dos fatores limitantes foi a intensificação das ações fiscais na capital e região metropolitana de São Luís, na qual existe a concentração de grande parte do volume de produtos de origem vegetal comercializados no Estado, além de todas as empresas atualmente credenciadas para a prestação de serviços de classificação e do controle de qualidade e supervisão de embarque, vez que durante alguns meses não houve descentralização dos recursos inicialmente programados de forma a viabilizar as ações fiscais no interior do Estado, tanto é que apenas 43,71% dos recursos previstos no início do exercício foram descentralizados.



B6. Ação 000G- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

Quadro 15- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias
- Plano Orçamentário 000G- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	000G - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal					
Descrição	Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatam animais ou que recebam, produzam, manipulem e beneficiem matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenem, distribuam ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos, nas Boas Práticas de Fabricação (BPF), nos Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO), e no Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Inspeção					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	68.925,88	68.925,88	1.100,00	0,00	67.825,88
Metas do Exercício Para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estabelecimentos inspecionados	un	18	12	221.000,00	68.925,88
2	Fiscalizações realizadas ¹	un	42	12		
3	Supervisões realizadas	un	29	11		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.000,00	0,00	1.000,00	Estabelecimentos inspecionados	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ As metas 2 e 3 são institucionais.

O Serviço de Inspeção e Saúde Animal da SFA-MA – Setor de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal através de inspeções e fiscalizações em indústrias de produtos de origem animal processados sob sua égide, exerce papel importante na saúde pública e no combate à fraude econômica, determinando, com isso, a defesa do consumidor.

O SISA/DDA/SFA-MA, por meio da ação orçamentária Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (código Siafi: PI InpAnimal13) realiza ações de inspeção e



fiscalização, permanente e periódica, ao nível estadual, por meio de fiscalizações e supervisões técnicas em estabelecimentos produtores. Além disso, em consonância com os Departamentos, Coordenações e Divisões, pode realizar, quando designado, auditorias nacionais, o que consolida as atribuições técnicas do Serviço.

As atividades do SISA/DDA/SFA-MA têm como foco as agroindústrias das cadeias produtivas de carne e derivados, de pescado e derivados, do leite e mel e seus derivados. As ações da Fiscalização Federal Agropecuária visam à implantação, manutenção e aperfeiçoamento das boas práticas de fabricação no processamento dos produtos de origem animal a fim de estabelecer níveis higiênico-sanitários que não ofereçam risco à saúde do consumidor. Desta forma, evita-se a incidência de zoonoses que podem estar potencialmente presentes nos alimentos, como brucelose, tuberculose, salmonelose, entre de outros patógenos nocivos à saúde humana. O Serviço trabalha, ainda, para que os produtos agropecuários atendam às normas de identidade e qualidade (RTIQ), protegendo o consumidor contra abusos e fraudes econômicas.

O trabalho desenvolvido pelo SISA/DDA/SFA-MA é feito basicamente de duas formas. A primeira, designada Inspeção Sanitária, um Fiscal Federal Agropecuário realiza nas agroindústrias com Serviço de Inspeção Federal (SIF) as atividades previstas na Regulamentação Federal de Inspeção Industrial e Sanitária. A segunda consiste em fiscalizações e supervisões periódicas com adoção de mecanismos previstos nas normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A meta indicada no POA para o SISA/DDA/SFA-MA era fiscalizar todos os 18 estabelecimentos sob SIF, tendo sido alcançada de 66,67%.

No entanto, além da meta estabelecida pelo SGI, o Serviço de Inspeção contou ainda com duas metas física institucionais: número de supervisões e fiscalizações realizadas.

Foram programadas, para serem realizadas durante o ano de 2013, 42 fiscalizações. No entanto, foram realizadas apenas 12 fiscalizações, o que representou que 28,57% do programado foi realizado pelo SISA/DDA/SFA-MA.

Quanto a supervisões, foram programadas 29, tendo sido realizadas apenas 11. Ou seja, 37,93% do programado foi efetivamente executado.

Durante as supervisões/fiscalizações, quando alguma não conformidade era detectada, o que colocaria em risco a inocuidade do produto ou desobedeciam às normas higiênico-sanitárias, o SISA/DDA/SFA-MA tomava as ações fiscais cabíveis.

Os recursos financeiros utilizados em 2013 corresponderam a 95,57% dos recursos descentralizados, tendo sido utilizados R\$ 67.825,88. Em relação à programação, foram liquidados 31,19% (Tabela 26).

Para a execução da meta física, contou-se com recursos liberados da ordem de R\$ 72.117,08 e gastos R\$ 68.925,88 para execução da meta física, foram gastos R\$ 59.993,40 para realização de inspeção em 12 estabelecimentos, 12 fiscalizações e 11 supervisões (Tabela 27).

Ressalta-se que além das ações descritas nas metas institucionais, o SISA/DDA/SFA-MA desempenha também outras atividades, como: vistorias de terrenos, treinamentos do corpo técnico, participação em eventos e reuniões e remessa de amostras aos laboratórios que demandam custo.



Tabela 26- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3350-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	395,30	0,00	0,00	0,00
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	118.430,20	43.927,41	41.413,16	34,97
3390-30	Material de Consumo	35.974,50	11.111,25	9.906,87	27,54
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	7.600,00	5.168,66	5.168,66	68,01
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	200,00	0,00	0,00	0,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	58.400,00	11.824,66	12.352,09	21,16
3390-93	Indenizações e Restituições	0,00	85,10	85,10	---
TOTAL		221.000,00	72.117,08	68.925,88	31,19

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Tabela 27- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal para o cumprimento da meta física no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3350-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	395,30	0,00	0,00	0,00
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	107.898,50	40.248,69	37.734,44	34,97
3390-30	Material de Consumo	35.974,50	11.111,25	9.906,87	27,54
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	200,00	0,00	0,00	0,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	58.400,00	11.824,66	12.352,09	21,16
TOTAL		202.868,30	63.184,60	59.993,40	29,57

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Para a viabilização de participação de técnicos em três eventos, foram gastos, no total, Passagens pagas foram R\$ 8.847,38, tendo sidos R\$ 5.168,66 em passagens aéreas e despesas com locomoção e R\$ 3.678,72 com diárias (Tabela 28). O valor das passagens seria R\$ 3.997,22.



Tabela 28- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção			
	Previsto ¹ (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
a) Participação de um Fiscal Federal Agropecuário no Seminário de Queijos Artesanais – Belo Horizonte//MG – 03 a 07/06/2013.	-	1.152,33	-	1.442,94	-	2.595,27
b) Participação de dois Fiscais Federais Agropecuários do SIFISA/DDA/SFA-AC no Workshop Internacional de Bem Estar Animal - São Pedro/SP - 10 a 14/06/13.	-	1.613,46	-	1.465,76	-	3.079,22
c) Ministrando treinamento em Processo Administrativo de Apuração de Infrações por um Fiscal Federal Agropecuário da SEFIP/DDA/SFA-MS aos técnicos do SISA/DDA/SFA-MA – São Luís/MA – 25 a 29/11/2013.	-	912,93	-	1.088,52	-	2.001,45
TOTAL	10.531,70	3.678,72	7.600,00	3.997,22	18.131,70	7.675,94

Fonte: SCDP; SFA-MA; SGI; SIAFI.

¹ Os recursos programados para participação em eventos não haviam sido especificados no SGI.

Alguns fatores dificultaram o desempenho da ação do SISA/DDA/SFA-MA, e por esse motivo a taxa de utilização dos recursos financeiros disponibilizados não foi maior. Dentre esse fatores, destacam-se a escassez de recursos humanos e financeiros.

Para o devido cumprimento das responsabilidades e necessidades do Serviço, o SISA/DDA/SFA-MA detém um número reduzido de técnicos em seu quadro. Isso se configurou como um fator limitante para o alcance da meta, como ocorreu nos últimos três anos. Arelado a isto, houve período de licenças médicas concedidas à então chefe do SISA/DA/SFA-MA até setembro de 2013, quando houve mudança de chefia.

Quanto aos recursos financeiros, note-se que o Plano Operativo Anual do SISA/DDA/SFA-MA previu que para todas as ações programadas serem executadas com sucesso, seria necessário o montante de R\$ 221.000,00, programados a partir da disponibilidade de um orçamento de R\$ 250.000,00. Tendo em vista que foi descentralizado somente 32,63% do que foi programado, não haveria chance do Serviço cumprir suas metas.

Também é digna de nota como dificuldade para as ações desse Serviço a logística dos laboratórios da rede LANAGRO/MAPA para a entrega de amostras de produtos para análise. Entre os LANAGRO's que são parceiros do SISA/DDA/SFA-MA, o maior entrave é com o LANAGRO-PE/MAPA, que nem sempre tem disponibilidade de buscar as amostras que chegam ao aeroporto de Recife, o que por algumas vezes leva à perda da amostra coletada.

Os resultados das ações do SISA/DDA/SFA-MA têm impactos positivos nos objetivos estratégicos da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão, uma vez que um de seus objetivos estratégicos, que compõem o Plano Estratégico do MAPA como um todo, que inclui, dentre outros, a garantia da segurança alimentar do consumidor.



B7. Plano Orçamentário 000H- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Quadro 16- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 000H- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	000H- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal					
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, das bebidas e de demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, de bebidas e de demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e à exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e da segurança dos alimentos, das bebidas e de demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, de bebidas e de demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	13.467,50	13.467,50	0,00	0,00	13.467,50
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estabelecimento inspecionado	un	60	55	35.000,00	13.467,50
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Fiscalização realizada	Um	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

Nas últimas décadas os consumidores cada vez mais experimentam mudanças substanciais no setor alimentício em decorrência de diversos fatores, dentre os quais, o fenômeno da globalização, os diferentes hábitos e costumes e a rapidez da informação.

A questão da segurança dos alimentos é um instrumento que deve ser observado por todos, tendo em vista as consequências danosas que pode resultar para o consumidor, além dos prejuízos econômicos para os estabelecimentos. Assim, cada vez mais o consumidor tem-se preocupado com a sua saúde e qualidade de vida.

Com a industrialização progressiva e a liberação dos mercados, ocorreram diversas mudanças no setor alimentício, tanto na produção quanto na comercialização. E, após alguns episódios sanitários no final da década de 1990, além dos desastres ecológicos, uma onda de acidentes sanitários, principalmente de alimentos contaminados, tais como metanol no vinho, passou-se a ter uma maior preocupação com a qualidade sanitária dos alimentos, adquirindo conceito de segurança alimentar.

O controle de qualidade dos alimentos se refere a toda e qualquer ação que visa melhorar as boas práticas nos procedimentos de higiene e manipulação de alimentos para que o alimento fique livre de qualquer contaminação e seja um “Alimento Seguro”, que não cause perigo à saúde de quem consumir.

Diante da relevância desse setor para o agronegócio e para a saúde pública, torna-se necessária a inspeção dos estabelecimentos produtores como medida de padronização e garantia da



qualidade dos produtos ofertados aos consumidores. Nesse intuito, foi criado o Plano Orçamentário Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (código Siafi: PI IPVegetal13) dentro do Programa Defesa Agropecuária.

As ações desta ação foram programadas e executadas, na sua totalidade, pelos fiscais federais agropecuários lotados no Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal e todas as atividades estiveram contidas no POA 2013, tendo sido levado em conta para a programação o quantitativo de fiscais envolvidos nessa atividade, os recursos disponíveis, bem como as demandas de clientes. Algumas ações foram possíveis de serem programadas, tais como inspeção em indústrias e comércio, colheita de amostras e envio destas aos laboratórios oficiais do MAPA para fins de análise fiscal. No entanto, grande parte das ações, as quais também demandam tempo e recursos humanos e financeiros, são imprevisíveis e surgem de acordo com a demanda de clientes ou resultam de ações fiscais, como, no primeiro caso, registro de estabelecimentos e de produtos e, no segundo caso, atendimento de denúncias externas, lavratura de autos de infração e apuração de processos administrativos resultantes dessas duas últimas ações.

Com relação aos recursos descentralizados e utilizados no PI IPVegetal13, foram descentralizados R\$ 13.467,50 e liquidados R\$ 13.467,50, recursos estes utilizados na sua totalidade para a execução da meta física realizada em 2013, a qual foi cumprida em 91,66% em relação à programada, resultando em 55 inspeções realizadas em estabelecimentos de bebidas das 60 programadas inicialmente (Tabela 29). Dos recursos previstos no SGI, foram descentralizados 38,48% dos recursos apenas.

Tabela 29- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal para o cumprimento da meta física no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	22.212,50	9.659,98	9.659,98	43,49
3390-30	Material de Consumo	7.600,00	3.772,52	3.395,95	44,68
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.187,50	35,00	411,57	7,93
TOTAL		35.000,00	13.467,50	13.467,50	38,48%

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Ao serem considerados os resultados de todas as ações desenvolvidas com recursos deste Plano Orçamentário, teve-se como resultado, ainda, a realização de duas inspeções para vistoria, as quais resultaram no registro de um estabelecimento produtor de bebida; atendimento de uma denúncia externa, em que resultou-se no encaminhamento do processo à SFA-PI, em virtude do estabelecimento denunciado estar localizado nesta Unidade da Federação, lavratura de 15 autos de infração, dos quais resultaram no recolhimento aos cofres da União de R\$ 26.000,00 de um total de R\$ 88.000,00 em multas aplicadas; encaminhamento de seis processos para a Dívida Ativa da União; e colheita de amostras de produtos para análise fiscal, assim distribuídos: 6.426 L de refrigerante, 2.000 L de preparado para refresco e 4.726 kg de polpa de frutas.

A meta física atingiu um percentual de 91,66%, com um déficit de 8,34% em detrimento da meta programada. Para tanto, destacaram-se algumas dificuldades enfrentadas pelo SISV/DDA/SFA-MA para a execução das atividades programadas. Entre as tais dificuldades está a frota de veículos com necessidade de manutenção, a fim de proporcionar condições adequadas de uso em segurança. Ainda sobre a frota de veículos, ela está reduzida, sendo que o SISV/DDA/SFA-MA, para todos os seus Planos Orçamentários dispõem apenas de três veículos, sendo duas caminhonetes marca Chevrolet modelo S10 e um automóvel marca Fiat modelo Palio.

Levando-se em conta o papel do MAPA em garantir a segurança alimentar da população brasileira, pode-se dizer que no ano de 2012 auferiu-se um grande avanço nessa área, uma vez que



foram intensificadas as inspeções focadas não só no processo produtivo, como também no produto, através de colheita e análise de amostras de bebidas, o que acarretou na autuação de várias indústrias por terem seus produtos fora dos padrões físico-químicos.

Também foi problema o desequilíbrio sazonal na descentralização dos recursos financeiros, notadamente no primeiro semestre do ano, período em que os recursos são insuficientes para a realização da meta. Quanto à execução orçamentária e financeira, essas ocorreram a contento, tendo sido utilizado todo o recurso empenhado.

Levando-se em conta o papel do MAPA em garantir a segurança alimentar da população brasileira, pode-se dizer que ocorreram avanços nos últimos dois, com intensificação das inspeções focadas não só no processo produtivo, como também no produto, através de colheita e análise de amostras de bebidas, o que acarretou na autuação de várias indústrias por terem seus produtos fora dos padrões físico-químicos.

À primeira vista, o fato da intensificação das análises de polpa de frutas e a consequente autuação das empresas responsáveis podem parecer negativos. Entretanto, ao serem autuadas e punidas com multas pecuniárias, as mesmas passaram a aperfeiçoar o seu processo produtivo, tomando medidas para evitar ou minimizar tais problemas, trazendo benefícios à população em médio prazo. E isso é verificado quando observa-se a redução no número de autuações em relação ao ano anterior.

Os resultados das ações demonstraram o cumprimento da meta física em 91,66%, não podendo deixar de se levar em conta os demais trabalhos desenvolvidos na sede da superintendência, como análise de processos de registro e alteração de produtos e estabelecimentos. Além disso, o elevado número de autuações gera uma maior demanda em instrução e relatoria de processos para apuração de infração, e, dessa forma, a realização de 55 das 60 inspeções programadas pode ser considerada como um bom resultado, sendo que todo trabalho foi realizado dentro do orçamento programado, refletindo uma otimização dos recursos, embora limitados, ocasionando um saldo positivo e reflexo junto ao consumidor, que é o alvo principal do agronegócio, não infringindo qualquer problema à execução da meta programada e na sua execução.



B8. Plano Orçamentário 000J- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Quadro 17- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 000J- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	000J- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos					
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Proteção de Plantas					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	7.071,76	7.071,76	0,00	0,00	7.071,76
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	6.000	11.737	79.078,80	7.071,76
2	Supervisão realizada a barreiras fitossanitárias fixas ¹	un	04	03		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
81.102,64	81.102,64	0,00	Fiscalização realizada	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ A meta 2 é institucional.

O plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (código Siafi: PI Vigifito13) tem como objetivos a defesa e a vigilância que assegurem a sanidade dos vegetais e seus produtos, como a instalação de barreiras fitossanitárias móveis e fixas, a realização de inspeções fitossanitárias, o credenciamento e a fiscalização de empresas para prestação de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, suas partes e embalagens de madeira, e a capacitação técnica. A fiscalização do trânsito interestadual de vegetais no Estado é realizada pelo Órgão Estadual de Defesa Agropecuária no Maranhão, como está previsto no SUASA, criado pelo Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006, e supervisionada pelo Serviço de Inspeção e Defesa Vegetal desta SFA-MA.

Como essa é uma ação descentralizada, o SISV/DDA/SFA-MA utilizou a meta física institucional número de supervisões realizadas a barreiras fitossanitárias fixas como indicador dos serviços prestados pela AGED-MA nas 17 barreiras fitozoossanitárias distribuídas pelo Estado do Maranhão. Com essa meta física institucional, pôde-se averiguar se as fiscalizações de cargas vegetais estavam sendo feitas corretamente.

Em 2013, foram realizadas três supervisões das quatro programadas, tendo sido abrangidas nessas supervisões 17 escritórios, tendo sido sete em barreiras fixas fitossanitárias localizadas nos municípios de Itinga do Maranhão, Timon, Estreito, Barão de Grajaú, Cidelândia, Araisos e Parnarama; em nove Unidades Regionais localizadas em Imperatriz, Açailândia, São João dos Patos, Presidente Dutra, Caxias, Santa Inês, Rosário, Chapadinha e Itapecuru Mirim e mais uma supervisão no escritório local de Brejo. Nessas supervisões foram vistoriadas a estrutura



física da unidade de fiscalização, os equipamentos e mobiliário, uso de veículos e sua disponibilidade, acesso a internet, comunicação (telefone e fax), os recursos humanos disponíveis em cada unidade bem como a sua qualificação, o cumprimento dos requisitos de fiscalização, como a exigência de documentação legal sanitária para as cargas que estão sendo transportadas, e, por fim, a documentação que atestava o número de fiscalizações realizadas.

Os problemas observados nas supervisões e relatados e que deverão ser solucionados nos postos, tais como instalações inadequadas, insuficiência do efetivo à disposição, falta de qualificação técnica dos funcionários alocados nos postos de vigilância em relação aos procedimentos fiscais, ausência de documentos fiscais, falta de segurança nos postos, escassez de recursos para manutenção das unidades e indisponibilidade de veículos e equipamentos, serão objeto de supervisão no decorrer do primeiro semestre de 2014, haja vista as metas e etapas do Convênio nº 771.221/2012, que tem como objetivo estruturar e manter o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Vegetal no Estado do Maranhão para controlar, erradicar e prevenir a ocorrência de pragas dos vegetais, tem o fim da execução previsto para 30/06/2014.

De antemão, sabe-se que esse Convênio, originalmente aprovado para ser executado no quinquênio 2011-2015, mas que teve o início de sua execução apenas em 2013, por causa de atrasos no repasse por parte do Concedente, terá que ser rescindido após o término da sua execução, a qual será em junho de 2014 em função de solicitação de alteração de Plano de Trabalho aprovado, conforme orientação emanada pela Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA através do Ofício Circular nº 04/2013/SDA-MAPA, de 29/07/2013.

A expectativa é que com a execução de todas as metas e respectivas etapas do Convênio entre o MAPA e a AGED-MA na área de defesa vegetal possa empreender um novo tempo na maneira de enfrentar esses desafios, para que aos serviços prestados sejam agregadas a qualidade técnica e a confiabilidade nos resultados alcançados. Indiretamente, há a expectativa que o Órgão Estadual contrate fiscais de defesa vegetal para que o sistema de defesa vegetal do Estado do Maranhão seja fortalecido.

As dificuldades enfrentadas pelo SISV/DDA/SFA-MA para a execução de suas tarefas, continuaram as mesmas dos anos anteriores, quais sejam: necessidade de uma frota de veículos em condições adequadas de uso em segurança, haja vista se dispor de duas caminhonetes marca Chevrolet modelo S-10 e de um automóvel Fiat Palio, os quais exigem a execução de serviços de manutenção, praticamente tornando-se antieconômicos, além da escassez de pessoal técnico e administrativo.

Diante dessa situação, teve-se que compatibilizar viagens de supervisão desse plano orçamentário com viagens do PO 0006- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais, executando-se, assim, em uma viagem, atividades de dois planos orçamentários. Ressalta-se, igualmente, que essa conjugação foi realizada com ações pertencentes ao mesmo Serviço e ao mesmo Programa de Defesa Agropecuária. Isso implica dizer que se lançou mão dessa alternativa a fim de se otimizar o serviço, pois foram realizadas atividades que seriam executadas em duas viagens.

Ainda como dificuldades enfrentadas pelo SISV/DDA/SFA-MA para a execução de suas tarefas, pode-se destacar a necessidade de solicitação de recursos financeiros ao Núcleo de Acompanhamento, Controle e Avaliação (NACA/DSV/SDA/MAPA) para qualquer atividade que se desejava realizar, o que tornou a tomada de iniciativas mais morosa em função dos trâmites internos desse setor até que se procedesse à liberação dos recursos solicitados, quando poderia respeitar a descentralização conforme o que está planejado no SGI mensalmente.

Em 2013 foram previstos R\$ 79.078,80, sendo que mais da metade desses recursos foram previstos para transferências relativas ao Convênio nº 771.221/2012 nos elementos de Despesa 3330-41- Contribuições e 4430-42- Auxílios (Tabela 30). Como esses recursos relativos ao Convênio não puderam ser transferidos em função da AGED-MA ter executado ao longo do



exercício de 2013 o Plano de Trabalho do ano de 2012, o montante dos recursos executados foi de meros 8,94%

Tabela 30- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3330-41	Contribuições	21.810,80	0,00	0,00	0,00
3390-14	Diárias – Civil	7.800,00	3.377,92	3.377,92	43,31
3390-30	Material de Consumo	4.500,00	623,54	623,54	13,86
	Outros Serviços de				
3390-39	Terceiros – Pessoa Jurídica	4.500,00	2.000,00	1.800,75	40,02
	Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	1.269,55	1.269,55	---
3390-92					
4430-42	Auxílios	37.468,00	0,00	0,00	0,00
	Equipamentos e				
4490-52	Material Permanente	3.000,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	79.078,80	7.271,01	7.071,76	8,94

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi; Siconv.

O Convênio nº 771.221/2012 foi celebrado em 29/10/2012 entre o MAPA e a AGED-MA com a interveniência do Governo do Estado do Maranhão com o com o objetivo de capitalizar financeiramente, estruturar e capacitar os técnicos do órgão estadual a fim de garantir o bom funcionamento do SUASA.

Apesar da sua assinatura no final de outubro de 2012, os recursos no valor de R\$ 1.883.130,35, foram repassados apenas em 15/01/2013. Como as ações foram iniciadas no início de 2013, a Conveniente, através de Ajuste de Plano de Trabalho, solicitou que a execução do Convênio fosse prorrogado para junho de 2014, o que analisado pelo analista técnico do Convênio e aprovado pelo seu Gestor.

Para as ações referentes a esse PO, foram repassados, via convênio, R\$ 74.520,00. A previsão de R\$ 59.278,80 para ser repassada referente ao Plano de trabalho de 2013 não foi realizada em função de que a execução do Plano de Trabalho de 2012 se estendeu por todo o ano de 2013 e tem previsão de encerramento em 30/06/2014, como supramencionado.

A transferência de recursos ao Convênio que houve em 2013 foram verbas em restos a pagar do exercício de 2012 referentes à execução do Plano de Trabalho do exercício de 2012. No total foram transferidos R\$ 74.520,00, tendo sido R\$ 22.960,00 no elemento de despesa Contribuições e R\$ 51.560,00 em Auxílios. Também em restos a pagar processados em 2012 e pagos foram R\$ 6.582,64 para pagamento de passagens aéreas utilizadas em viagens realizadas em 2012.

O conveniente tem apresentado regularmente as prestações parciais e as metas, com suas respectivas etapas, estão sendo realizadas a contento.

Para o cumprimento das ações do PI Vigifito13, foram descentralizados R\$ 6.001,46 e liquidados R\$ 5.802,21 (Tabela 31). A taxa de execução do executado em relação ao previsto foi de 34,54%, mostrando que deu-se prioridade à transferência de recursos do Convênio em relação à execução das tarefas do SISV/DDA/SFA-MA.

Excetuando-se os recursos da rubrica Despesas de Exercícios Anteriores, todos os demais liquidados foram utilizados para realização das atividades de supervisão pelo SISV/DDA/SFA-MA.



Tabela 31- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos para o cumprimento da meta física no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Civil	7.800,00	3.377,92	3.377,92	43,31
3390-30	Material de Consumo	4.500,00	623,54	623,54	13,86
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	4.500,00	2.000,00	1.800,75	40,02
TOTAL		16.800,00	6.001,46	5.802,21	34,54

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Dentre os principais resultados alcançados, apesar das condições precárias enfrentadas pelo Órgão Estadual para o cumprimento das suas atividades destacaram-se, entre as atividades realizadas pela AGED-MA, a fiscalização de 11.737 cargas nas barreiras zoofitossanitárias fixas e 31 cargas nas barreiras móveis nas rodovias estaduais maranhenses, além de ter emitido 53 Certificados Fitossanitários de Origem e 742 Permissões de Trânsito de Vegetais. Pelo SISV/DDA/SFA-MA foram realizadas três supervisões, atingindo um total de 17 escritórios (municípios), entre barreiras fitossanitárias, Unidades Regionais e Unidades Locais. Sete cargas foram rechaçadas, foram realizadas 31 desinfecções em máquinas e implementos e 31 blitz.

Para a melhoria dos serviços prestados, acredita-se que com a execução plena das metas do convênio em defesa vegetal entre o MAPA e a AGED-MA com o objetivo de capitalizar financeiramente, estruturar e capacitar os técnicos do órgão estadual a fim de garantir o bom funcionamento do SUASA, cujo período de execução se estenderá até 30/06/2014, o qual será de fundamental importância para a Defesa Vegetal do Estado do Maranhão, assim como espera-se a contratação de mais fiscais de defesa vegetal (engenheiros agrônomos) pela AGED-MA a fim de fortalecer as suas ações.

Também é importante a realização de campanhas para esclarecer produtores, comerciantes e transportadores sobre a legislação de trânsito de vegetais, sobre as pragas que ocorrem no Estado do Maranhão, bem como as que são potenciais de entrada, e sobre as adequações necessárias para viabilizar o comércio de produtos vegetais que sofrem restrição de comercialização. Assim como é necessário que se intensifique as ações de educação sanitária para a melhor prevenção, monitoração e controle dessas pragas, com palestras aos produtores, divulgação e distribuição de material informativo, as quais já foram iniciadas com a execução do convenio.

O principal desafio da Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos no Estado do Maranhão consiste no fortalecimento e estruturação das barreiras mantidas pela AGED-MA, tanto do aspecto da estrutura física como dos recursos humanos apropriados e capacitados para o desenvolvimento da ação, o que espera-se com a execução total das metas do convenio.



B9. Plano Orçamentário 000K- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos

Quadro 18- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 000K- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	000K- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos					
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal. Vigilância e controle zoossanitário em portos, em aeroportos, em postos de fronteira e em aduanas especiais nas importações, nas exportações de produtos pecuários, e na análise de risco e de quarentena animal.					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	18.057,95	18.057,95	1.009,96	0,00	17.047,99
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	-	-	7.000,00	18.057,95
2	Partida inspecionada ¹	un	1386	1340		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Fiscalização realizada	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ A meta 2 é institucional.

Este plano orçamentário (código Siafi: PI Vigiagro13) salvaguarda o agronegócio brasileiro, a saúde pública e o meio ambiente contra a entrada no país de pragas e doenças exóticas de vegetais e de doenças exóticas de animais. Contribui para a sanidade dos vegetais e dos rebanhos, a manutenção da saúde pública e a preservação do meio ambiente, atuando como fatores determinantes do desenvolvimento econômico e social do país. E ainda atua no sentido de garantir a qualidade dos produtos e insumos de origem animal e vegetal exportados para outros países.

A UVAGRO/ITM/DDA-MA executa a meta física com base no número de partidas inspecionadas de produtos e insumos de origem animal e vegetal. Uma partida inspecionada pode integrar várias ações fiscais, tais como: inspeções de silos de grãos e porões dos navios, coletas de amostras, dentre outras, que geram vários laudos de fiscalização. Portanto, uma partida inspecionada pode gerar várias fiscalizações.

Ate o exercício de 2012, esse PO estava dividido nas ações 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos e 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos, passando, conforme a LOA 2013, a ser unificado.

No decorrer do exercício de 2013, a taxa de execução financeira correspondeu a 257,97% dos recursos programados, pois havia sido programada a quantia de R\$ 7.000,00 e acabaram sendo liquidados R\$ 18.057,95 (Tabela 32). Isso pode ser explicado pelo fato de que foram necessários R\$ 5.282,02 para realização de manutenção nos três veículos que são utilizados pela UVAGRO/ITM/DDA-MA. Esse valor foi gasto quase todo em dois veículos da marca Fiat



modelo Palio ambos fabricados em 2007, que se encontram em condições ruins. Essa taxa de execução também foi motivada pelos gastos com diárias e passagens e despesas com locomoção de dois técnicos que participaram do “Curso de Capacitação de Técnicos em Classificação Vegetal”, realizado em Aquidauana/MS, e que não estava previsto no início do exercício.

Tabela 32- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	0,00	2.392,26	2.392,26	---
3390-30	Material de Consumo	6.480,00	4.558,52	4.549,75	70,21
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	6.000,00	5.833,92	---
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	520,00	5.733,75	5.282,02	1.015,77
TOTAL		7.000,00	18.684,53	18.057,95	257,97

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Dos R\$ 18.057,95 executados, R\$ 9.831,77 foram destinados para a execução das ações de fiscalização, ou seja, do total de recursos liquidados, 54,44% o foram para apoio às atividades de fiscalização (Tabela 33). Esse PO, para as fiscalizações, recebeu mais recursos do que foi previsto pela Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária no início do exercício, e em grande isso aconteceu em grande parte pelos custos de manutenção com os três veículos da UVAGRO/ITM/DDA-MA que demandaram R\$ 5.282,02.

Tabela 33- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos para o cumprimento da meta física no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-30	Material de Consumo	6.480,00	4.558,52	4.549,75	70,21
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	520,00	5.733,75	5.282,02	1.015,77
TOTAL		7.000,00	10.292,27	9.831,77	140,45

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

A taxa de execução dos recursos para apoio das fiscalizações das partidas foi de 140,45%, e pode ser explicado em função da grande necessidade de execução dos recursos no elemento de despesas Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica para pagamento da oficina mecânica de automóveis que teve contrato com a SFA-MA durante o exercício de 2013, haja vista que esses recursos fora utilizados para manutenção, majoritariamente, de dois dos veículos da UVAGRO/ITM/DDA-MA. Os recursos despendidos no elemento de despesas Material de Consumo serviu para a aquisição de material de escritório.

Para que dois servidores da UVAGRO/ITM/DDA-MA participassem do Curso de Capacitação de Técnicos em Classificação Vegetal, realizado em Aquidauana/MS, entre os dias 08 e 12/07/2013, foram utilizados R\$ 8.226,18, sendo R\$ 2.392,26 em diárias e R\$ 5.833,92 em passagens aéreas e despesas com locomoção (Tabela 34). Esses gastos também não estavam previstos no início do exercício.



Tabela 34- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção		Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)		
a) Participação de um Fiscal Federal Agropecuário e de um Agente de Atividades Agropecuárias no “Curso de Capacitação de Técnicos em Classificação Vegetal” – Aquidauana/MS – 08 a 12/07/2013.	0,00	2.392,26	0,00	5.833,92	0,00	8.226,18
TOTAL	0,00	2.392,26	0,00	5.833,92	0,00	8.226,18

Fonte: SCDP; SFA-MA; SGI; Siafi.

Em restos a pagar processados, ficaram inscritos em 2013 R\$ 1.009,96 referentes a despesas com aquisição de combustível no valor de R\$ 1.000,00 e de R\$ 9,96 em resíduos não pagos de passagens aéreas adquiridas para participação dos dois servidores no treinamento em classificação vegetal.

Durante o ano de 2013 foram inspecionadas 1.340 partidas, tendo sido 1329 partidas de produtos/insumos de origem vegetal e de 11 partidas de produtos de origem animal importadas. Não houve exportação de produtos de origem animal no ano de 2013.

Os resultados obtidos nas fiscalizações revelaram que houve uma pequena redução na movimentação de cargas no Porto do Itaqui-Ponta da Madeira, sendo que as importações ocorreram em um volume maior do que as exportações. No ano de 2012 foram inspecionadas 1.380 partidas de produtos/insumos de origem vegetal e seis animais de companhia, esses desembarcados no Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, localizado em São Luís. Portanto, a queda do número de partidas inspecionadas foi da ordem de 3,32%.

A taxa de cumprimento de 96,68% da meta física indicou que o movimento de mercadorias fiscalizadas pela UVAGRO do Porto do Itaqui-Ponta da Madeira sofreu uma queda pela primeira vez desde a instalação da Unidade no ano de 2005. Isso deveu-se à redução em 9% das importações de mercadorias com embalagem de madeira, bem como o aumento significativo no número de partidas inspecionadas de produtos de origem animal.

O ano de 2013 não acompanhou o súbito aumento ocorrido de 2011 para 2012, que foi de 217,16%, pulando de 437 para 1386 partidas inspecionadas, provocado, basicamente, pelo aumento expressivo no número de partidas de embalagem de madeira acompanhando mercadorias importadas.

O principal produto exportado foi soja em grão e os principais produtos importados foram fertilizantes, trigo em grão, arroz polido e peixe seco tipo bacalhau, sendo esse item alimentício responsável por todas as partidas de produtos de origem animal inspecionadas.

A equipe técnica da UVAGRO/ITM/DDA-MA é composta por três Fiscais Federais Agropecuários, sendo todos engenheiros agrônomos. Quando há demanda para fiscalização de partida de produtos de origem animal, solicita-se colaboração do FFA com formação em medicina veterinária que está localizado no SEFAG/DDA/SFA-MA e que passou por treinamento para realização desse trabalho por dez dias em outubro de 2012 na Unidade de Vigilância Agropecuária do Aeroporto Internacional de São Paulo André Franco Montoro, além de passagens também para treinamento pelas Unidades de Vigilância Agropecuária do Porto de Vitória e do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antonio Carlos Jobim e do Aeroporto Internacional de



Salvador - Dep. Luís Eduardo Magalhães. Nesses treinamentos, o técnico pôde adquirir conhecimentos pertinentes à rotina da fiscalização internacional de animais e seus produtos.

A equipe cumpriu com êxito a demanda dos serviços de certificação zoofitossanitária e de inspeção de partidas nos processos de importação e exportação do complexo portuário Itaqui-Ponta da Madeira.

As condições de trabalho disponibilizadas pela SFA-MA para a execução das ações realizadas pelos técnicos do UVAGRO/ITM/DDA-MA foram satisfatórias e os recursos materiais utilizados (materiais de expediente e infraestrutura física) foram adequados e suficientes. Apenas na área de informática que há ressalvas, em que os computadores e impressoras encontram-se constantemente com problemas e necessitam ser substituídos.

Entretanto as maiores dificuldades enfrentadas na execução dos serviços foram: 1) o reduzido quadro de Fiscais Federais Agropecuários com formação em Agronomia inviabiliza a implantação de um sistema de plantão para atender a demanda de serviço do Porto do Itaqui-Ponta da Madeira, o qual opera em regime ininterrupto; 2) a necessidade de aquisição de um novo veículo a fim de se substituir parte da frota que se encontra com idade de uso superior a 6 anos.

B10. Plano Orçamentário 0006- Fiscalização de Material Genético

Quadro 19- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 0006- Fiscalização de Material Genético.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	0006- Fiscalização de Material Genético					
Descrição	Realização de atividades de inspeção e de fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que industrializem ou distribuam esse material, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo, ainda, análises fiscais em laboratórios oficiais dos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, em boas práticas de manipulação e em auditoria. Participação em reuniões, em simpósios e em congressos nacionais e internacionais.					
Unidade Responsável	Divisão de Fiscalização de Material Genético Animal					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	551,68	551,68	0,00	0,00	551,68
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	10	02	5.000,00	551,68
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Fiscalização realizada	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

O plano orçamentário Fiscalização de Material Genético (código Siafi: PI Fiscgene13) tem como finalidade o controle da produção de material genético animal no Estado do Maranhão, auxiliando os produtores em seu registro junto ao MAPA.

O principal produto desta ação é a fiscalização realizada em estabelecimentos produtores de material genético animal.



A meta física programada não foi alcançada, pois houve apenas duas fiscalizações no município de Santa Inês, obtendo-se uma taxa de apenas 20%, principalmente devido ao contingenciamento de recursos financeiros na SDA nos meses de agosto e setembro de 2013.

Em agosto haviam sido programadas oito fiscalizações que seriam realizadas nos municípios de Açailândia e Imperatriz, mas devido ao contingenciamento de recursos não foi possível realizá-las. Ainda em setembro, havia sido planejada uma fiscalização ao município de Barra do Corda e que não foi concretizada pelos mesmos motivos expostos acima.

A diferença entre a meta financeira prevista e a provisão recebida foi de R\$ 4.448,32, o que significou que foram recebidos para a execução da ação de fiscalização somente 11,03% dos recursos programados no SGI (Quadro 19).

Considerando-se o total de recursos descentralizados e executados, a taxa de utilização foi de 100,00%, sendo utilizado o total de R\$ 551,68 para pagamento de diárias de deslocamento ao município de Santa Inês (Tabela 35). Não houve recursos financeiros nos elementos de despesa Material de Consumo e Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, apesar de terem sido programados no SGI. A viagem para as duas fiscalizações realizadas em Santa Inês foi realizada juntamente com outro técnico que realizou atividades do PO Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário. Ressalta-se que os recursos disponibilizados foram suficientes apenas para um deslocamento.

Tabela 35- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fiscalização de Material Genético no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	DESCENTRALIZADO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	2.241,00	551,68	551,68	24,62
3390-30	Material de Consumo	1.100,00	0,00	0,00	0,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.659,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		5.000,00	551,68	551,68	11,03%

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Como não houve viagens para participação em treinamentos ou reuniões em 2013, todas as despesas foram liquidadas para a realização das duas fiscalizações efetuadas.



B11. Plano Orçamentário 0008- Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

Quadro 20- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 0008- Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	0008- Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal					
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos fabricantes, importadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; elaboração e revisão de normas técnicas relativas aos produtos destinados à alimentação animal; realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento dos processos de fiscalização; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais sobre insumos destinados à alimentação animal.					
Unidade Responsável	Coordenação de Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	21.313,91	21.313,91	0,00	0,00	21.313,91
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	22	26	30.000,00	21;313,91
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Fiscalização realizada	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

O plano orçamentário Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (código Siafi: PI Fiscinan13) tem como finalidade o controle da produção e da comercialização de ração, sal mineral, concentrados e matérias-primas destinadas à alimentação animal, contribuindo com os criadores de animais domésticos comerciais ou de estimação no controle da qualidade desses insumos pecuários, o qual é expresso pela produtividade e a saúde dos animais.

O principal produto desta ação é fiscalização realizada em estabelecimentos produtores e comerciais de alimentos para animais.

A meta física programada foi alcançada, obtendo-se uma taxa de 118,18%, que foi o resultado de quatro fiscalizações a mais em estabelecimentos comerciais que não estavam na programação.

Deve-se mencionar que a meta foi cumprida mesmo com a carência de Fiscais Federais Agropecuários, já que há no SEFAG/DDA/SFA-MA apenas um servidor para a realização dessa atividade.

A diferença entre a meta financeira prevista e a provisão recebida foi de R\$ 8.242,40, o que significou que foram recebidos para a execução da ação de fiscalização 72,52% dos recursos programados no POA 2013.

Considerando-se o total de recursos descentralizados e executados, a taxa de utilização foi de 97,96%, sendo utilizados R\$ 21.313,91 de um total de R\$ 21.757,60 (Tabela 36). Esse PO foi o que apresentou a maior taxa de execução em relação à previsão, foi o percentual atingido foi de 71,05%. Em Relação aos recursos descentralizados, os elementos de despesa Diárias – Pessoal e Material de Consumo tiveram taxa de aplicação acima de 70%. O elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica teve taxa de aplicação de 201,03%, mas se a comparação foi feita com relação á previsão, esse índice caiu para 28,49%.



Tabela 36- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Civil	22.161,00	15.944,20	15.944,20	71,95
3390-30	Material de Consumo	5.800,00	5.524,40	4.788,71	82,56
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.039,00	289,00	581,00	28,49
TOTAL		30.000,00	21.757,60	21.313,91	71,05%

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Como não houve viagens para participação em treinamentos ou reuniões em 2013, todas as despesas foram liquidadas para a realização das vinte e seis fiscalizações efetuadas.

B12. Plano Orçamentário 0009- Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Quadro 21- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 0009- Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	0009- Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário					
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais; registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento; capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, em auditoria, segurança, em eficácia e em estabilidade de produtos de uso veterinário; participação em reuniões, em simpósios e em congressos nacionais e internacionais.					
Unidade Responsável	Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	4.548,90	4.548,90	0,00	0,00	4.548,90
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	73	7	23.000,00	4.548,90
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Fiscalização realizada		Um	-

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

O plano orçamentário Fiscalização dos Produtos de Uso Veterinário (código Siafi: PI Fisprovet13), tem como principais produtos a fiscalização realizada de estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário e o controle da comercialização de medicamentos e produtos de uso veterinário no Estado, fortalecendo a pecuária na fiscalização desses produtos aqui comercializados e contribuindo com os programas nacionais de saúde animal.

A meta física prevista não foi alcançada, sendo realizada somente 9,59% das fiscalizações previstas, pois o Fiscal Federal Agropecuário responsável pelas atividades do PI



Fisprovet13 foi transferido no segundo semestre de 2013 para outro Serviço da SFA-MA, fato que inviabilizou a realização das fiscalizações que haviam sido previstas.

Além disso, houve um forte contingenciamento de recursos financeiros que prejudicou a realização das atividades. A diferença entre a meta financeira prevista e a provisão recebida foi de R\$ 17.799,19, o que significou que foram recebidos para a execução da ação de fiscalização somente 22,61% dos recursos programados no POA 2013.

Considerando-se o total de recursos descentralizados e executados, a taxa de utilização foi de 87,47%, sendo utilizados R\$ 4.548,90 de um total de R\$ 5.200,81 (Tabela 37). Todos os elementos de despesa tiveram taxa de aplicação acima de 80%. Agora, considerando os recursos executados ante os previstos, a taxa cai vertiginosamente para 19,78%, o que comprometeu a execução da meta física.

Tabela 37- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	13.446,00	2.841,00	2.354,09	17,51
3390-30	Material de Consumo	3.600,00	359,81	359,81	9,99
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	2.000,00	1.835,00	---
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.954,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		23.000,00	5.200,81	4.548,90	19,78%

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Em relação ao total de recursos descentralizados e executados para a realização de fiscalizações, a taxa de utilização foi de 77,68%, sendo utilizados R\$ 1.694,77 de um total de R\$ 2.181,68 (Tabela 38). Quando a comparação foi frente aos recursos previstos, novamente a taxa de execução caiu vertiginosamente para menos de um quinto.

Tabela 38- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário para o cumprimento da meta física no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	13.446,00	1.841,87	1.334,96	9,92
3390-30	Material de Consumo	3.600,00	359,81	359,81	9,99
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.954,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		23.000,00	2.201,68	1.694,77	7,37%

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Um técnico participou de um treinamento no Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários (DFIP/SDA/MAPA) na Sede em Brasília/DF, entre os dias 09 e 13/12/2013 para familiarização com o SIPE, Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos (SIPE Web), Sistema Integrado de Controle de Arrecadação (Sicar) e demais procedimentos teóricos da legislação que norteiam os atos de fiscalização dos insumos pecuários. Para esse treinamento foram gastos no total R\$ 2.854,13 (Tabela 39).



Tabela 39- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário
Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção			
	Previsto (R\$)	Executado (R\$)	Previsto (R\$)	Executado (R\$)	Previsto (R\$)	Executado (R\$)
a) Participação de um técnico em treinamento no Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários para treinamento nos sistemas SIPE, SIPE Web, Sicar e procedimentos teóricos da legislação que norteiam os atos de fiscalização – Brasília/DF – 09 a 13/12/2013.	0,00	1.019,13	0,00	1.835,00	0,00	2.854,13
TOTAL	0,00	1.019,13	0,00	1.835,00	0,00	2.854,13

Fonte: SCDP; SFA-MA; SGI; Siafi.



2.2.1.1.2. Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário

2.2.1.1.2.1. Programa 2014- Agricultura Sustentável, Abastecimento e Comercialização

A. Ação 20ZV- Fomento ao Setor Agropecuário

Quadro 22- Ação/Subtítulos - OFSS – Ação 20ZV- Fomento ao Setor Agropecuário.

Identificação da Ação							
Código	20ZV					Tipo: Atividade	
Descrição	Promoção da agropecuária nacional pela difusão de tecnologias, estudos e pesquisas afins em agricultura irrigada, estudos de infraestrutura e logística da produção - INFRALOG, promoção e participação em exposições e feiras agropecuárias, apoio ao desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agrícolas, apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas pecuárias, fomento à indicação geográfica de produtos agropecuários - IG, fomento à inovação no agronegócio, fomento à conservação e ao uso sustentável de recursos genéticos para agricultura e alimentação, apoio ao desenvolvimento do associativismo rural e do cooperativismo, bem como incentivo e apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário mediante a aquisição de patrulhas mecanizadas, manutenção e conservação de estradas vicinais e de outras iniciativas com a finalidade de promover o desenvolvimento do setor agropecuário.						
Iniciativa	02XH- Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário						
Objetivo	Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.					Código: 0747	
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização					Código: 2014	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	22101- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0021/ Maranhão	-	-	1.793,02	1.793,02	1.793,02	0,00	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0021/ Maranhão	Contrato fiscalizado	un	-	2	2		
	Estudo realizado	un	-	-	-		
	Projeto apoiado	un	-	-	-		
	Projeto/iniciativa apoiado(a)	un	-	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0021/ Maranhão	0,00	0,00	0,00	Contrato fiscalizado	un	-	
	0,00	0,00	0,00	Estudo realizado	un	-	
	0,00	0,00	0,00	Projeto apoiado	un	-	
	0,00	0,00	0,00	Projeto/iniciativa apoiado(a)	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.



Análise Situacional

A1. Plano Orçamentário 000A- Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários

Quadro 23- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZV- Fomento ao Setor Agropecuário - Plano Orçamentário 000A- Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	000A- Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários					
Descrição	<ul style="list-style-type: none">- Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo);- Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica;- Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais;- Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG;- Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários;- Incremento da produção de produtos agropecuários que tem potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos;- Auditoria das cadeias produtivas protegidas como IG.					
Unidade Responsável	Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto/iniciativa apoiado(a) ¹	un	-	-	4.000,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Projeto/iniciativa apoiado(a)	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ Não houve descentralização de meta física no SGI pela CIG/DEPTA/SDC/MAPA.

O plano orçamentário (código Siafi: PI Indigraf) visa o fomento à identificação de produtos agropecuários com origem no território, região ou localidade, onde a qualidade, reputação ou outras características devam-se essencialmente à origem geográfica, estabelecendo uma distinção.

Em 2013 este plano não foi descentralizado pela Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG/DEPTA/SDC/MAPA). Apesar de que foi lançada a programação anual para 2013 no SGI, a CIG/DEPTA/SDC/MAPA não descentralizou nem os R\$ 4.000,00 previstos nem a meta física (Tabela 40).

Em virtude do forte contingenciamento de recursos no âmbito do MAPA, inclusive no orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, não houve a descentralização dos recursos no ano de 2013 para ações no Maranhão.



Tabela 40- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	2.301,00	0,00	0,00	0,00
3390-30	Material de Consumo	1.400,00	0,00	0,00	0,00
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	0,00	0,00	0,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	299,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		4.000,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

A2. Plano Orçamentário 000E- Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Quadro 24- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZV- Fomento ao Setor Agropecuário - Plano Orçamentário 000E- Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	000E- Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário					
Descrição	Incentivo e fomento à produção agropecuária de pequeno e médio porte por meio da adequação e da manutenção de estradas vicinais, da aquisição e do fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas e de processamento agroindustrial, e pela realização de obras agropecuárias em investimentos de pequeno vulto. Auxílio para correção de solos. Elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de projetos que visem ao desenvolvimento sustentável da pequena e da média produção, bem como apoio à realização de eventos técnicos, de seminários, de palestras, de oficinas, de fóruns, de convenções e de cursos técnicos, visando à promoção, ao intercâmbio, à divulgação de inovações e ao desenvolvimento do agronegócio de pequeno/médio porte.					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário ¹						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto apoiado	un	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Projeto apoiado		un	-

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ Não houve descentralização de meta física e financeira no SGI pela Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais.

A Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais (CGPI/DIEL/SDC/MAPA) não descentralizou meta física e financeira no plano orçamentário Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário (código Siafi: PI APProdutor) no ano de 2013 para o apoio a projetos agropecuários no Estado do Maranhão.



A3. Plano Orçamentário 000F- Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneres

Quadro 25- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZV- Fomento ao Setor Agropecuário - Plano Orçamentário 000F- Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneres.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	000F- Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneres					
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.					
Unidade Responsável	Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	1.793,02	1.793,02	0,00	0,00	1.793,02
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Contrato fiscalizado	un	- ¹	2	- ²	1.793,02
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Contrato fiscalizado		un	-

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; SIAFI.

¹ Não houve descentralização de meta física pela Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais (CGPI/DIEL/SDC/MAPA). A meta descrita não foi descentralizada no SGI à SeSAG/DPDAG/SFA-MA.

² A CGPI/DIEL/SDC/MAPA não solicitou programação financeira.

A implementação do plano orçamentário Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneres (código SIAFI: PI Fiscon13) no âmbito da SFA-MA se deu por iniciativa da Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais (CGPI/DIEL/SDC/MAPA) em atendimento às orientações/determinações provenientes da Controladoria Geral da União e/ou Tribunal de Contas da União.

Em 2013, foram analisadas e aprovadas pelo DPDAG/SFA-MA 55 emendas parlamentares, que geraram o repasse de R\$ 31.416.750,00 a 37 prefeituras municipais, além de dois contratos de repasses à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Maranhão.

Em que pese o volume de recursos financeiros repassados, não houve descentralização de meta física e financeira pela Coordenação-Geral de Infraestrutura Rural e Logística da Produção. A meta descrita número de contratos fiscalizados não foi descentralizada no SGI à SeSAG/DPDAG/SFA-MA.

Posteriormente, a CGPI/SDC/MAPA determinou à SeSAG/DPDAG/SFA-MA a realização de duas fiscalizações de contratos de repasse. Foram fiscalizados contratos de repasse a prefeituras dos municípios de Barra do Corda e Colinas numa única viagem no período de 04 a 08 de novembro de 2013.

Para o auxílio a esta viagem, a CGPI/SDC/MAPA descentralizou recursos financeiros no valor de R\$ 1.793,02, tendo sido utilizados R\$ 1423,46, para pagamento de diárias a dois FFA's, R\$ 269,56 no elemento de despesas Material de Consumo para abastecimento do veículo oficial e R\$100,00 para manutenção do veículo em viagem no elemento de Outros Serviços de Terceiros –



Pessoa Jurídica (Tabela 41). A taxa de utilização dos recursos colocados à disposição foi de 100,00%.

Tabela 41- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneros no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto¹ (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/ Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	-	1.423,46	1.423,46	-
3390-30	Material de Consumo	-	269,56	269,56	-
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	-	100,00	100,00	-
TOTAL		-	1.793,02	1.793,02	-

Fonte: SFA-MA; SGI; SIAFI.

¹ A CGPI/SDC/MAPA não solicitou programação financeira.

Diferentemente do que ocorreu em 2012, quando a CGPI/DIEL/SDC/MAPA havia solicitado que fossem realizadas 27 fiscalizações em contratos de repasse, mesmo adiantando que não repassaria recursos financeiros para a realização dessas fiscalizações, nesse ano foram demandadas apenas duas fiscalizações, ambas cumpridas. Em 2012, foram fiscalizados quatro contratos de repasse das 27 desejadas.



A4. Plano Orçamentário 0004- Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção

Quadro 26- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZV- Fomento ao Setor Agropecuário - Plano Orçamentário 0004- Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	0004- Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção					
Descrição	<p>Elaboração de estudos buscando melhorias de infraestrutura e logística, considerando dois aspectos:</p> <p>a) Infraestrutura e logística: O acompanhamento da ampliação da infraestrutura e a redução dos custos logísticos, na esfera do MAPA, é desenvolvido mediante a articulação interinstitucional e intersetorial, envolvendo entidades do setor público e privado, bem como a realização de estudos, de pesquisas, de troca de informações, de coleta e de fornecimento de subsídios técnicos e estatísticos, notadamente, no que se refere às áreas e aos volumes da produção agrícola a ser submetida ao processo de armazenagem e/ou escoada para abastecimento interno e exportação. A consecução das atividades decorre de parcerias, cooperação técnica ou contratação de serviços.</p> <p>b) Plano Nacional de Armazenagem: Fomentar o desenvolvimento do setor de armazenagem, desenvolvendo o Plano Nacional de Armazenagem, mediante a elaboração de estudos técnicos e diagnósticos acerca da necessidade de ampliação da capacidade estática existente, com o estabelecimento de uma distribuição geográfica das estruturas de armazenagem em relação às áreas de produção, de eficiência de transporte, de estatísticas de perdas na pós-colheita, etc.</p>					
Unidade Responsável	Departamento de Infraestrutura e Logística e Parcerias Institucionais					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Estudo realizado ¹	un	-	-	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Estudo realizado	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ Não houve descentralização de meta física no SGI pela CGLOG/DIEL/SDC/MAPA.

As metas físicas e financeiras desse plano orçamentário (código Siafi: PI Infralog) são definidas pelo Departamento de Infraestrutura, Logística e Parcerias Institucionais, que descentraliza os recursos das ações às SFA's.

Em 2013 não foram demandadas ações pela Coordenação-Geral de Infraestrutura Rural e Logística da Produção (CGLOG/DIEL/SDC/MAPA) à SeSAG/DPDAG/SFA-MA..

No ano de 2012 a CGLOG/DIEL/SDC/MAPA havia descentralizado recursos para a realização do treinamento de um Fiscal Federal Agropecuário da SFA-MA a fim de capacitá-lo para fiscalizações do Sistema Nacional de Unidades Armazenadora. Entretanto, após esse treinamento, não houve mais nenhum tipo de comunicação pela CGLOG/DIEL/SDC/MAPA com a SFA-MA.



B. Ação 8593- Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC

Quadro 27- Ação/Subtítulos - OFSS – Ação 8593- Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC.

Identificação da Ação							
Código	8593					Tipo: Atividade	
Descrição	Promoção da atividade agropecuária, de forma integrada, competitiva e sustentável, mediante o estímulo à difusão e a adoção de práticas conservacionistas de uso e manejo dos recursos naturais, principalmente do solo e da água, com vistas a garantir a produção de alimentos, fibras, agroenergia, para atender as demandas da sociedade brasileira e dos mercados internacionais, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida do produtor rural, conforme preconizado no Plano Setorial de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Plano ABC, e apoio ao desenvolvimento da atividade de floresta plantada e heveicultura, para fins econômicos, com vistas a atender a grande demanda do setor por madeira e borracha natural, considerando seus benefícios sociais econômicos e ambientais.						
Iniciativa	02WU- Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC)						
Objetivo	Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).					Código: 0743	
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização					Código: 2014	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	22101- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	-	-	13.269,81	13.269,81	11.372,75	1.897,06	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0001/Nacional	Produtor beneficiado		un	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001/Nacional	0,00	0,00	0,00	Produtor beneficiado	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; SIAFI.

¹ Não houve descentralização de meta física no SGI pela CGLOG/DIEL/SDC/MAPA.



Análise Situacional

B1. Plano Orçamentário 0001- Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

Vide ANEXO B.

A Coordenação de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos (CMSP/DEPROS/SDC/MAPA) não descentralizou meta física para ser executada pela SeSAG/DPDAG/SFA-MA no exercício de 2013 para o plano orçamentário Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (código Siafi: PI ApoioABC13).

Não houve descentralização de meta física no SGI pela CMSP/DEPROS/SDC/MAPA, apenas da financeira para realização da oficina de elaboração do Plano Estadual de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC).

Todos os recursos liquidados o foram para o custeio de participação em eventos de um Fiscal Federal Agropecuário do SeSAG/DPDAG/SFA-MA e de uma técnica da CMSP/DEPROS/SDC/MAPA (Tabela 42).

Tabela 42- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	0,00	1.801,66	1.801,66	---
3390-30	Material de Consumo	0,00	823,15	823,15	---
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	3.200,00	3.200,00	---
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	8.500,00	7.445,00	7.445,00	87,59
TOTAL		8.500,00	13.269,81	13.269,81	156,12%

Fonte: SFA-MA; Siafi; SGI.

Foram descentralizados e executados R\$ 13.269,81 para o custeio da participação dos dois técnicos, sendo que ficaram inscritos em restos a pagar R\$ 1.897,06 em passagens aéreas e despesas com locomoção.

O técnico do SeSAG/DPDAG/SFA-MA participou do XI Agrobalsas, em Balsas, no período de 13 a 18/05/2013, para divulgar o Programa ABC, bem como seus planos, ao distribuir folderes e cartilhas do Programa ABC. Para essa participação foram gastos para pagamento de diárias o valor de R\$ 888,73 (Tabela 43).

No período 22 a 24/10/2013 foi realizada a Oficina de elaboração do Plano ABC do Estado do Maranhão. O evento contou com a colaboração da SFA-MA, sendo que a Coordenação-Geral disponibilizou recursos financeiros descentralizados nesse PO para pagamento de passagens aéreas no valor de R\$ 3.200,00 e diárias no valor de R\$ 912,93 para o deslocamento de uma Fiscal Federal Agropecuária da CMSP/DEPROS/SDC/MAPA para colaborar na moderação da Oficina. A empresa Métodos Assessoria e Capacitação foi contratada para realizar a moderação, a qual ficou a cargo da professora Neusa Zimmermann, que junto com os demais integrantes do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC concluíram a minuta do Plano Estadual. Para essa viagem foram gastos R\$ 2.683,53.



Tabela 43- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção			
	Previsto ¹ (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
a) Participação de um Fiscal Federal Agropecuário no XI Agrobalsas – Balsas/MA – 13 a 18/05/2013.	-	888,73	-	-	-	888,73
b) Participação de uma Fiscal Federal Agropecuário da CMSP/DEPROS/SDC/MAPA como moderadora na “Oficina de elaboração do Plano ABC do Estado do Maranhão” – São Luís/MA – 21 a 25/10/2013.	-	912,93	-	1.770,60	-	2.683,53
TOTAL	-	1.801,66	-	1.770,60	-	3.572,26

Fonte: SCDP; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ Não foram previstos recursos para participações a eventos e treinamentos.

As reuniões do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC, do qual a SFA-MA faz parte, ocorreram mensalmente no ano de 2013. Essas reuniões colaboraram para o planejamento e realização da oficina de elaboração do Plano Estadual de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura.

A minuta do Plano de Trabalho Estadual contempla as tecnologias que serão incentivadas: recuperação de áreas de pastagens degradadas; sistema de integração lavoura-pecuária e lavoura-pecuária-floresta; florestas plantadas; plantio direto na palha; fixação biológica de nitrogênio e tratamento de dejetos animais.



C. Ação 8606- Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica

Quadro 28- Ação/Subtítulos - OFSS – Ação 8606- Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica.

Identificação da Ação							
Código	8606					Tipo: Atividade	
Descrição	Aplicação dos mecanismos de controle para garantir a qualidade orgânica, mediante credenciamento, supervisão, auditoria e fiscalização, bem como promoção e apoio ao desenvolvimento da agricultura orgânica e da agroecologia, com a finalidade de aumentar a oferta de insumos adequados e incentivar o desenvolvimento e a aplicação de produtos e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção e ao extrativismo sustentável orgânico que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional.						
Iniciativa	02XB- Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da qualidade orgânica.						
Objetivo	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda..				Código: 0744		
Programa	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização				Código: 2014	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	22101- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0001/Nacional	Produtor beneficiado			un	43	-	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001/Nacional	0,00	0,00	0,00	Produtor beneficiado	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.



Análise Situacional

C1. Plano Orçamentário 0003- Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

Quadro 29- Plano Orçamentário vinculado à Ação 8606- Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Plano Orçamentário 0003- Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código		0003- Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica				
Descrição		Aplicação dos mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica; Credenciamento, supervisão, auditoria e fiscalização de Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (SPG – Sistemas Participativos de Garantia e certificadoras por auditoria); cadastramento e fiscalização das Organizações de Controle Social de produtores orgânicos familiares em venda direta de produtos orgânicos sem certificação; cadastramento e fiscalização de produtos orgânicos; provisão do funcionamento de 27 Comissões da Produção Orgânica nos estados da federação - CPOrg-UF e da Comissão Nacional da Produção Orgânica - CNPOrg, ambas integrantes do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SISOrg ; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos vinculados às Organizações de Controle Social de produtores orgânicos familiares; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção, em mecanismos de controle da qualidade orgânica, em fiscalização e em auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre produtores e produtos orgânicos, sobre Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica e sobre Organizações de Controle Social de produtores familiares em venda direta de produtos orgânicos sem certificação.				
Unidade Responsável		Coordenação de Agroecologia				
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade controlada	un	43	0	7.095,20	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Unidade controlada	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

Esse plano orçamentário (código Siafi: PI Certorgan1) visa a adoção dos procedimentos de registro, cadastramento, licenciamento e outros mecanismos de controle de garantia da qualidade orgânica.

O previsto em 2012 era atingir 43 unidades controladas (produtores) com base na expectativa de efetivação das ações desenvolvidas pelos parceiros para a criação de três Organizações de Controle Social (OCS) no município de Imperatriz/MA. Esta meta não foi alcançada, pois a agência em Imperatriz/MA do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) juntamente com a Secretaria Municipal de Agricultura de Imperatriz não iniciaram o processo de registro das três OCS's que estavam em planejamento, bem como a recriação da Comissão de Produção Orgânica (CPOrg-MA) não foi concluída, em função dos Órgãos parceiros não terem indicados os membros para compor a Comissão.



E em 2013 o problema enfrentado foi que, apesar de se ter realizado programações que somaram R\$ 7.095,20, não houve descentralização de recursos (Tabela 44). Nesse ano também não foram organizados eventos e nem houve treinamentos.

Tabela 44- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	4.200,00	0,00	0,00	0,00
3390-30	Material de Consumo	1.600,00	0,00	0,00	0,00
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.295,20	0,00	0,00	0,00
TOTAL		7.095,20	0,00	0,00	0,00

Fonte: SFA-MA; SGI; SIAFI.

Os trabalhos desenvolvidos pela SeSAG/DPDAG/SFA-MA restringiram-se a incentivo da produção orgânica com a apresentação de palestras e distribuição de folders, cartilhas e afixação de cartazes no município de São Luís e da participação no I Seminário de Agricultura Familiar do Município de Paço do Lumiar, realizado nos dias 09 e 10/08/2013, onde foram realizadas palestras sobre a produção de produtos orgânicos.

Um Fiscal Federal Agropecuário também participou do XI Agrobalsas, realizado no município de Balsas, entre os dias 13 a 18/05/2013, para divulgar o Programa da Produção Orgânica com a distribuição de folhetos informativos. As despesas para essa participação foram custeadas pelo plano orçamentário Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.



2.2.1.1.2.2. Programa 2028- Defesa Agropecuária

A. Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias

Quadro 30- Ação/Subtítulos - OFSS – Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias.

Identificação da Ação							
Código	20ZX					Tipo: Atividade	
Descrição	Realização da fiscalização de insumos e serviços demandados na agropecuária: serviços agrícolas, serviços pecuários, material genético animal, insumos destinados à alimentação animal, produtos de uso veterinário, fertilizantes, corretivos, inoculantes, sementes e mudas, agrotóxicos e afins, bem como atividades com organismos geneticamente modificados. Combate à clandestinidade em produtos de origem animal. Realização da fiscalização dos produtos de origem agropecuária: Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais, desenvolvimento e monitoramento de sistemas de rastreabilidade agroalimentar, inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e vegetal, proteção e fiscalização de cultivares. Realização da vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais seus produtos e insumos, e do trânsito internacional de vegetais e animais, seus produtos e insumos, com a finalidade de garantir a qualidade e a inocuidade dos insumos utilizados na agropecuária e qualidade e sanidade dos alimentos decorrentes.						
Iniciativa	04D4- Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.					Código: 0366	
Programa	Defesa Agropecuária					Código: 2028	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	22101- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	-	-	5.891,87	5.891,87	4.536,17	1.355,70	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0001/Nacional	Fiscalização realizada			un	20	17	17
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001/Nacional	0,00	0,00	0,00	Fiscalização realizada	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.



Análise Situacional

A1. Plano Orçamentário 0001- Fiscalização de Serviços Agrícolas

Quadro 31- Plano Orçamentário vinculado à Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 0001- Fiscalização de Serviços Agrícolas.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	0001- Fiscalização de Serviços Agrícolas					
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola.					
Unidade Responsável	Departamento de Infraestrutura e Logística e Parcerias Institucionais					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	5.891,87	5.891,87	1.355,70	0,00	4.536,17
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fiscalização realizada	un	20	17	8.000,00	5.891,87
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Fiscalização realizada	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

O plano orçamentário Fiscalização de Serviços Agrícolas (código Siafi: PI Fiscagric13) visa à fiscalização de registro das empresas prestadoras de serviços agroagrícolas, bem como a utilização de agrotóxicos utilizados nas lavouras pela aviação agrícola.

No ano de 2013 foram planejadas 20 fiscalizações em empresas prestadoras de serviço em aviação agrícola, tendo sido efetivadas 17 fiscalizações (execução da meta física em 85,00%), realizadas em três viagens distribuídas aos municípios de Balsas, Tasso Fragoso, Alto Parnaíba, São Raimundo das Mangabeiras e Fortaleza dos Nogueiras. Nas ocasiões foram fiscalizadas as empresas Padrinho Aero Agrícola Ltda, Balsas Aviação Agrícola Ltda, New Fly Aviação Agrícola Ltda, Amazônia Aviação Agrícola Ltda e Globo Aviação Agrícola Ltda, todas registradas na SeSAG/DPDAG/SFA-MA, além da empresa Flórida Aviação Agrícola, empresa autorizada a executar atividade agroagrícola no Estado do Maranhão.

Foram previstas atividades que necessitariam de R\$ 8.000,00 para suas execuções, mas foram descentralizados R\$ 5.991,87, que representaram 74,90% (Tabela 45). Em relação aos recursos descentralizados, a taxa de execução foi de 98,33%.

Para a realização das atividades foram gastos R\$ 3.517,04 no elemento de despesa Diárias – Pessoal Civil, R\$ 960,88 em Material de Consumo, gastos destinados exclusivamente para aquisição de óleo diesel para abastecimento dos veículos oficiais, e de R\$ 50,00 no elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica para pagamento de serviço de manutenção do veículo em viagem, cujo qual apresentou a menor taxa de execução dos recursos destinados (Tabela 46). A execução financeira foi da ordem de 100,00%, tendo sido utilizados o total dos recursos descentralizados.



Tabela 45- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Fiscalização de Serviços Agrícolas no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	4.867,50	3.525,29	3.525,29	72,42
3390-30	Material de Consumo	2.882,50	960,88	960,88	33,33
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	1.455,70	1.355,70	---
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	250,00	50,00	50,00	20,00
TOTAL		8.000,00	5.991,87	5.891,87	73,65

Fonte: SFA-MA; Siafi; SGI.

Tabela 46- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização de Serviços Agrícolas para o cumprimento da meta física no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	3.848,37	2.506,16	2.506,16	65,12
3390-30	Material de Consumo	2.882,50	960,88	960,88	33,33
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	250,00	50,00	50,00	20,00
TOTAL		6.980,87	3.517,04	3.517,04	50,38

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Houve ainda o deslocamento de um Fiscal Federal Agropecuário para Brasília para participar de treinamento do novo Sistema SIPE Web, que foi realizado em Brasília/DF entre os dias 05 e 09/08/2013. Para esse evento foram despendidos R\$ 1.019,83 em Diárias – Pessoal Civil e R\$ 1.355,70 em Passagens e Despesas com Locomoção (Tabela 47). O valor total das passagens aéreas ficaram inscritos em restos a pagar processados.

Tabela 47- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Fiscalização de Serviços Agrícolas em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção		Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
	Previsto ¹ (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)		
a) Participação de um Fiscal Federal Agropecuário no treinamento do novo Sistema SIPE Web – Brasília/DF – 05 a 09/08/2013.	-	1.019,13	-	1.355,70	-	2.374,83
TOTAL	-	1.019,13	-	1.355,70	-	2.374,83

Fonte: SCDP; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ Não havia previsão para participação de eventos no SGI.

A meta física atingida de 85,00% foi em função de dificuldades encontradas, como, principalmente, a falta de recursos financeiros enfrentado pelo SeSAG/DPDAG/SFA-MA em função da restrição de descentralizações oriundas da Coordenação-Geral. Até o terceiro trimestre a SeSAG/DPDAG/SFA-MA não dispunha de um veículo adequado às condições em que são encontradas para o desenvolvimento das ações, as quais são desenvolvidas unicamente em zona



rural e em período chuvoso. A partir de então, a SeSAG/DPDAG/SFA-MA passou a contar com um veículo exclusivamente para a realização das suas operações.

2.2.1.1.2.3. Programa 2015- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A. Ação 2000- Administração da Unidade

Quadro 32- Ação/Subtítulos - OFSS – Ação 2000- Administração da Unidade.

Identificação da Ação							
Código	2000					Tipo: Atividade	
Descrição	Com a finalidade de constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas, a ação compreende: serviços administrativos ou de apoio; manutenção e uso de frota veicular; manutenção e conservação de bens imóveis próprios da União, cedidos ou alugados; despesas com tecnologia de informação e comunicações, sob a ótica "meio", que incluem o desenvolvimento de sistemas de informações, aquisição de equipamentos e contratação de serviços técnicos e administrativos de apoio, desde que voltados à administração geral de cada Órgão; capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral; despesas com viagens e locomoção, incluindo aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins; realização de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas; demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração da unidade.						
Iniciativa	Não se aplica.						
Objetivo	Não se aplica.				Código: Não se aplica.		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				Código: 2105	Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	22101- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	-	-	4.943,08	4.943,08	3.053,08	1890,00	0,00
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0001/Nacional	Unidade administrativa mantida		unidade	- ¹	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001/Nacional	0,00	0,00	0,00	Unidade administrativa mantida	unidade	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ Não houve programação de meta física e financeira pela SDC/MAPA.



Análise Situacional

A1. Plano Orçamentário 000H- Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

Quadro 33- Plano Orçamentário vinculado à Ação 2000- Administração da Unidade - Plano Orçamentário 000H- Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	000H- Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo					
Descrição	A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.					
Unidade Responsável	Não se aplica					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	4.943,08	4.943,08	1.890,00	0,00	3.053,08
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade administrativa mantida ¹	un	-	-	-	4.943,08
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.453,06	1.453,06	0,00	Unidade administrativa mantida	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ Não houve descentralização de meta física e financeira para esse plano orçamentário pela SDC/MAPA.

Não houve programação de execução de meta física no plano orçamentário Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (código Siafi: PI OperaSDC13).

Também não houve programação financeira no SGI, mas a SDC/MAPA descentralizou nesse PO R\$ 4.951,48 para o custeio da viagem de dois Fiscais Federais Agropecuários do



SeSAG/DPDAG/SFA-MA a João Pessoa/PB no período de 11 a 17/08/2013 participarem do Treinamento do Sistema de Convênios (Siconv), em que puderam ser instruídos de como operar o módulo de contratos de repasse no Portal de Convênios (Tabela 48 e Tabela 49). Para essa viagem foram gastos R\$ 2.628,26 no elemento de despesa Diárias – Pessoal Civil e R\$ 1.890,00 para pagamento das passagens aéreas e demais despesas com locomoção, os quais ficaram inscritos em restos a pagar processados. Em 2012 também haviam ficado restos a pagar referentes a passagens aéreas no valor de R\$ 1.453,06, os quais foram pagos.

Tabela 48- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	---	2.628,26	2.628,26	---
3390-30	Material de Consumo	---	383,22	383,22	---
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	---	1.890,00	1.890,00	---
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	---	50,00	41,60	---
TOTAL		---	4.951,48	4.943,08	---

Fonte: SFA-MA; Siafi; SGI.

Tabela 49- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo em eventos no exercício.

Evento	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção			
	Previsto ¹ (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
a) Participação de dois Fiscais Federais Agropecuários no “Treinamento do Sistema de Convênios (Siconv)” – João Pessoa/PB – 11 a 17/08/2013.	-	2.628,26	-	1.890,00	-	4.623,94
TOTAL	0,00	2.628,26	0,00	1.995,68	0,00	4.623,94

Fonte: SCDP; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ Não houve descentralização de meta financeira para esse plano orçamentário.



2.2.1.1.3. Serviço de Apoio Administrativo

2.2.1.1.3.1. Programa 2105- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A. Ação 2000- Administração da Unidade

Quadro 34- Ação/Subtítulos - OFSS – Ação 2000- Administração da Unidade.

Identificação da Ação							
Código	2000			Tipo: Atividade			
Descrição	Com a finalidade de constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas, a ação compreende: serviços administrativos ou de apoio; manutenção e uso de frota veicular; manutenção e conservação de bens imóveis próprios da União, cedidos ou alugados; despesas com tecnologia de informação e comunicações, sob a ótica "meio", que incluem o desenvolvimento de sistemas de informações, aquisição de equipamentos e contratação de serviços técnicos e administrativos de apoio, desde que voltados à administração geral de cada Órgão; capacitação de servidores em temas e ferramentas de uso geral; despesas com viagens e locomoção, incluindo aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins; realização de estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas; demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração da unidade.						
Iniciativa	Não se aplica.						
Objetivo	Não se aplica.			Código: Não se aplica.			
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código: 2105	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária	22101- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual – 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	-	-	721.326,98	708.528,20	634.546,50	78.003,10	12.795,78
Execução Física da Ação – Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0001/Nacional	Reunião realizada	un	-	-	-		
	Servidor capacitado	un	-	-	6		
	Superintendência mantida	un	1	-	1		
	Unidade administrativa mantida	un	-	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001/Nacional	0,00	0,00	0,00	Reunião realizada	un	-	
	0,00	0,00	0,00	Servidor capacitado	un	-	
	235.555,75	215.790,08	19.765,67	Superintendência mantida	un	-	
	0,00	0,00	0,00	Unidade administrativa mantida	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; SIAFI.



Análise Situacional

A1. Plano Orçamentário 000A- Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

Quadro 35- Plano Orçamentário vinculado à Ação 2000- Administração da Unidade - Plano Orçamentário 000A- Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	000A- Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas					
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmo não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.					
Unidade Responsável	Secretaria-Executiva					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	721.326,98	708.531,20	73.985,70	12.795,78	634.545,50
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Superintendência mantida	un	1	1	700.000,00	663.575,62
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
235.555,75	215.790,08	19.765,67	Superintendência mantida	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

Esse plano orçamentário tem o código Siafi ManutSFAs13 e não dispunha de meta física descentralizada pela Secretaria-Executiva do MAPA.

O Serviço de Apoio Administrativo foi o responsável pelo pagamento das despesas administrativas da SFA-MA, quais sejam:

- energia elétrica;
- fornecimento de água;
- telefonias;
- combustíveis do veículo que presta serviços ao SAD/SFA-MA;
- manutenção do veículo que presta serviços ao SAD/SFA-MA;
- manutenção nas instalações físicas (hidráulicas, elétricas, etc);
- diárias e passagens aéreas para servidores da área meio, e;
- alguns serviços terceirizados, tais como aluguel de máquinas de reprografia, serviços de conservação e limpeza, vigilância armada ostensiva, fornecimento de água mineral, dentre outras.

Na meta financeira liquidada foram considerados os valores pagos e os restos a pagar e em despesas empenhadas, além dos valores pagos e restos a pagar processados, estão incluídos também os restos a pagar não processados. Em restos a pagar processados, R\$ 73.985,70, e restos a pagar não processados, R\$ 12.795,78, ficaram R\$ 86,741,48, que corresponderam a compromissos assumidos durante o exercício e que ficaram inscritos para pagamentos a serem realizados em 2014, como, por exemplo, pedidos de material de consumo (material de expediente) feitos no final de 2013 e que serão entregues no início de 2014, além de despesas com passagens aéreas. Algumas despesas como, telefonia, serviços postais e imprensa nacional, ficaram inscritas em restos a pagar, pois as faturas não chegaram em tempo hábil para a sua liquidação ainda em 2013.



As principais causas que dificultaram a execução das ações da Administração foram: dotação insuficiente, já que os recursos referentes a 2013 foram 25,22% menores na meta prevista em comparação ao previsto em 2012; em relação aos recursos descentralizados, houve uma redução de 3,06%; e contingenciamento de recursos determinados pelo MAPA. Apesar disso, os trabalhos da Unidade foram realizados com muito esforço, dedicação e criatividade, para que as demandas solicitadas pelos Serviços da área finalística fossem atendidas da melhor forma possível.

Em 2012 a meta financeira prevista para a SFA-MA foi de R\$ 936.131,18, sendo disponibilizados apenas R\$ 684.554,53. Já em 2013, em conformidade com o Decreto Federal nº 7.995, de 02 de maio de 2013, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2013, o limite previsto foi de R\$ 700.000,00, sendo realizados R\$ 663.575,62, ou seja, os recursos descentralizados no PO Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas para as despesas com manutenção e atendimento dos custos dos serviços administrativos diminuíram, porém as despesas continuaram crescentes, como, por exemplo, os contratos de mão de obra exclusiva (vigilância e limpeza), que têm seus valores reajustados de acordo com as repactuações previstas pelas convenções coletivas de trabalho.

A SE/MAPA previu descentralizar à SFA-MA R\$ 700.000,00 para custeamento de suas despesas correntes; entretanto foram disponibilizados R\$ 697.025,29, ou seja, 99,58% da previsão (Tabela 50). Executados foram R\$ 663.575,62, ou seja, 95,20%. Para a manutenção da SFA-MA, foram previstos R\$ 693.400,00 e liquidados R\$ 648.634,59 de R\$ 678.610,28 descentralizados (Tabela 51).

Tabela 50- Descrição da previsão e execução da meta financeira do plano orçamentário Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	3.200,00	6.815,01	6.815,01	119,22
3390-30	Material de Consumo	16.500,00	39.069,28	19.263,85	116,75
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	2.500,00	11.600,00	8.126,02	325,04
3390-37	Locação de Mão-de-Obra	391.199,24	387.089,05	387.089,05	98,95
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	271.000,76	232.131,60	224.138,45	82,71
3390-47	Obrigações Tributárias e Contributivas	6.000,00	12.160,35	12.160,35	202,67
3391-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Operações Intra-orçamentárias	9.600,00	8.160,00	5.982,89	62,32
TOTAL		700.000,00	697.025,29	663.575,62	94,80

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.



Tabela 51- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas para a manutenção da SFA-MA no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$)	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%)
3390-30	Material de Consumo	16.500,00	39.069,28	19.263,85	116,75
3390-37	Locação de Mão-de-Obra	391.199,24	387.089,05	387.089,05	98,95
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	271.000,76	232.131,60	224.138,45	82,71
3390-47	Obrigações Tributárias e Contributivas	6.000,00	12.160,35	12.160,35	202,67
3391-39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Operações Intra-orçamentárias	9.600,00	8.160,00	5.982,89	62,32
TOTAL		694.300,00	678.610,28	648.634,59	93,42

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Dentro da programação feita pela Administração, a SFA-MA só conseguiu cumprir e honrar todos os seus compromissos de pagamentos de contratos e despesas assumidas para a manutenção e funcionamento da Superintendência devido a recursos recebidos pelo compartilhamento de algumas despesas com a Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura no Maranhão, que está instalada em algumas salas no prédio da SFA-MA, e com a redução de alguns gastos fixos, como água encanada e energia elétrica, para que não fosse ultrapassado o limite disponibilizado pela Secretaria-Executiva do MAPA.

Como consequência, a SFA-MA não conseguiu realizar nenhum de seus projetos para a melhoria da estrutura física do prédio, que completou 300 em 2013 e necessita de reformas. Os recursos recebidos só foram suficientes para a manutenção e pequenos reparos. Porém, a SFA-MA tem formalizado um processo de reforma do prédio que está arquivado por recomendação da CJU/MA/CGU/AGU, em conformidade com o artigo 3º da Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 268, de 31 de julho de 2013, que suspendeu as novas contratações para reformas de bens imóveis. A SFA-MA tem a perspectiva de prosseguimento deste processo, assim que for legalmente possível, e tentar buscar recursos junto ao MAPA para esta finalidade.

Vários servidores participaram em diversos tipos de eventos, desde a reunião que o Superintendente participou com o Ministro de Estado, com o Secretário-Executivo e demais Secretários do MAPA, participação em eventos, como a VI ExpoVargem, da XI Agrobalsas e do lançamento da cultivar de arroz BRSMA357, como cursos de capacitação para operação no Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (Tabela 52). Nessas participações foram gastos R\$ 6.815,01 em diárias e R\$ 8.126,02 em passagens e despesas com locomoção, sendo que R\$ 1.757,70 foram referentes a dois bilhetes adquiridos para participação do Superintendente numa reunião com o Secretário-Executivo que seria realizada em 29/07 e foi que cancelada poucos dias antes; as passagens foram pagas e geraram crédito para a SFA-MA para aquisição de novas passagens. Em taxas de remarcação, foram gastos R\$ 509,44 em função de datas de eventos.



Tabela 52- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção		Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
	Previsto ¹ (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto ¹ (R\$)	Realizado (R\$)		
a) Participação do Superintendente na comemoração do 40 ^o da Embrapa – Brasília/DF – 24 e 25/04/2013.	-	462,94	-	1.994,50	-	2.457,44
b) Realização de trabalhos referentes ao processo administrativo nº 21022.000367/2013-78 por dois servidores – Rosário/MA – 06/05/2013.	-	143,10	-	-	-	143,10
c) Participação do chefe da DDA/SFA-MA e do SAOD/SFA-MA no XI Agrobalsas representando a SFA-MA em stand – Balsas/MA – 12 a 16/05/2013 e 13 a 18/05/2013.	-	1.617,41	-	-	-	1.617,41
d) Participação do Superintendente e de uma servidora na Reunião Avaliativa das Ações do PI ManutSFAs13, Monitoramento do Planejamento 2013 e da Pré-Proposta Orçamentária para 2014 – Fortaleza/CE – 16 a 19/07/2013.	-	1.686,06	-	1.370,28	-	3.056,34
e) Participação do Superintendente em audiência com o Senhor Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Reunião Nacional de Superintendentes com Excelentíssimo Senhor Ministro do MAPA e com os Secretários SDA, SDC, SPAE, SRI e SPA – Brasília/DF – 29 a 31/07/2013.	-	713,89	-	2.065,50	-	2.779,39
f) Participação de uma servidora no curso “Gestão de Documentos Públicos e Arquivos” e treinamento no Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – Siged- Brasília/DF – 18 a 24/08/2013.	-	1.465,76	-	428,60	-	1.894,36
g) Participação do Superintendente e do chefe do SAOD/SFA-MA na VI ExpoVargem – Vargem Grande/MA – 13 e 14/09/2013.	-	548,85	-	-	-	548,85
h) Participação do chefe da DDA/SFA-MA e de um servidor representando o Superintendente no lançamento da cultivar de arroz BRSM357 – Arari/MA – 14/12/2013.	-	177,00	-	-	-	177,00
TOTAL	-	6.815,01	-	5.858,88	-	12.674,22

Fonte: SCDP; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ não houve a previsão de custos para participação em eventos.



A2. Plano Orçamentário 000C- Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria-Executiva

Quadro 36- Plano Orçamentário vinculado à Ação 2000- Administração da Unidade - Plano Orçamentário 000C- Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria-Executiva.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	000C- Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria-Executiva					
Descrição	-					
Unidade Responsável	Secretaria-Executiva					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	34.514,10	34.514,10	0,00	0,00	34.514,10
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade administrativa mantida ¹	un	-	-	-	34.514,10
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Unidade administrativa mantida	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ Não houve descentralização de meta física e financeira pela SE/MAPA.

Nesse plano orçamentário (código Siafi OpeAssist13) foram executadas as despesas com auxílio-funeral de onze servidores inativos da SFA-MA que totalizaram R\$ 34.514,10 (Tabela 53).

Tabela 53- Relação de pagamentos de auxílio-funeral de servidores inativos da SFA-MA a seus beneficiários no exercício de 2013.

Processo	Servidor	CPF	Beneficiário	Valor (R\$)
21022.000063/2013-19	Mariana Ferreira de Sousa Câmara	436.016.693-15	Bessili Câmara Rodrigues	2.524,98
21022.000089/2013-59	João Batista Passos	754.176.503-15	Maria Leila Passos Souza	1.729,84
21022.000199/2013-11	Lenice Aguiar Soares	615.285.443-15	Fábio Henrique Aguiar Soares	2.524,98
20122.000223/2013-11	José Raimundo Pereira	020.253.963-68	José Paulo de Oliveira Pereira	3.331,36
21002.000472/2013-15	Dilson Canaveira Pereira	016.861.433-20	Maria José Farias Pereira	3.337,05
21022.000711/2013-29	Oldir Nunes Ribeiro	467.448.513-49	Maria Tereza de Oliveira Ribeiro	3.363,98
21022.000758/2013-92	Heleno Manoel da Silva	086.801.178-97	Sonia Cristina Bezerra da Silva	1.427,02
21022.000798/2013-34	Alexandre José Ribeiro Costa	126.518.263-91	Maria de Nazaré Serejo Costa	2.292,95
21022.000830/2013-81	Eduardo Balluz	000.543.803-91	Auridea Teixeira Balluz	9.124,12
21022.001281/2013-62	Emi Martins Everton	198.353.883-34	Maria Izabel Everton Álvares	3.337,06
21022.001554/2013-79	Maria do Carmo Sousa Gama	022.336.903-97	Joaquim Fernandes de Sousa	1.520,76
TOTAL				34.514,10

Fonte: SCDP; SFA-MA; Siafi.



A3. Plano Orçamentário 0006- Desenvolvimento de Pessoas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Quadro 37- Plano Orçamentário vinculado à Ação 2000- Administração da Unidade - Plano Orçamentário 0006- Desenvolvimento de Pessoas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	0006- Desenvolvimento de Pessoas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.					
Unidade Responsável	Não se aplica					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	10.441,48	10.441,48	4.017,40	0,00	6.424,08
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1 ¹	Servidor capacitado	un	-	6	-	10.441,48
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Servidor capacitado	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; SIAFI.

¹ Não houve meta física programada e descentralizada e meta financeira programada.

O plano orçamentário Desenvolvimento de Pessoas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (código SIAFI: PI Capacita13), antiga ação orçamentária Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, viabilizou a participação de cinco servidores da SFA-MA em capacitações, cursos e treinamentos.

Forem eles: dois servidores na X Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas, um servidor no Curso do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI Gerencial, um servidor no Curso de Formação de Multiplicadores para Nova Versão do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) e Sistema de Autorização de Deslocamento – SIAD e dois servidores no Treinamento Nacional do Novo CPR e Encontro Nacional Sobre Encerramento de Exercício.

Utilizaram-se R\$ 5.995,48 para o pagamento de diárias e de R\$ 4.446,00 para o pagamento de passagens e despesas com locomoção, totalizado-se R\$ R\$ 10.441,48 (Tabela 54). Dos recursos liquidados, ficaram inscritos em restos a pagar processados R\$ 4.017,40 para pagamento de passagens aéreas e despesas com locomoção remanescentes.

Sobre os custos com passagens aéreas e despesas com locomoção, o custo das mesmas teria sido de R\$ 4.017,40 se não tivessem ocorrido remarcações, o que elevou o custo com as mesmas para R\$ 4.446,00 (Tabela 55).



Tabela 54- Descrição da previsão e execução da meta financeira do Plano Orçamentário Desenvolvimento de Pessoas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no exercício.

Elemento de Despesa	Descrição	Previsto (R\$) ¹	Descentralizado (R\$)	Executado (R\$)	Executado/Previsto (%) ²
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	-	5.995,48	5.995,48	-
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	-	6.473,88	4.446,00	-
TOTAL		-	12.469,36	10.441,48	-

Fonte: SFA-MA; Siafi; SGI.

¹ Não foram programados recursos no SGI para esse plano orçamentário.

² Não foi possível calcular a taxa em função da não programação de recursos.

Tabela 55- Descrição da previsão e execução de gastos efetuados no plano orçamentário Desenvolvimento de Pessoas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em eventos no exercício.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção			
	Previsto ¹ (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
a) Participação de dois servidores na X Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas – Belém/PA – 18 a 24/08/2013.	-	2.626,49	-	1.074,08	-	3.700,57
b) Participação de um servidor no Curso do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi Gerencial – Brasília/DF – 02 a 06/09/2013.	-	1.017,36	-	626,12	-	1.643,48
c) Participação de um servidor no Curso de Formação de Multiplicadores para Nova Versão do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) e Sistema de Autorização de Deslocamento – SIAD – Brasília/DF – 11 a 14/11/2013.	-	811,88	-	1.371,12	-	2.183,00
d) Participação de dois servidores no Treinamento Nacional do Novo CPR e Encontro Nacional Sobre Encerramento de Exercício – Fortaleza/CE – 18 a 21/11/2013.	-	1.539,75	-	946,08	-	2.485,83
TOTAL	-	5.995,48	-	4.017,40	-	10.012,88

Fonte: SCDP; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ Não houve programação da meta financeira para participação em eventos.

Todas as participações foram importantes à SFA-MA, pois motivaram e capacitaram os servidores a realizarem atividades e ações com maior competência e agilidade, apesar de a quantidade de servidores treinados e capacitados, bem como a quantidade de cursos oferecidos pelo PAEC terem sido insuficientes para as necessidades de atualização e requalificação de servidores.

Para exercício de 2014, a SFA-MA enviou planejamento para treinar e capacitar outros servidores de acordo com as oportunidades que forem disponibilizadas pelo MAPA através do Plano Anual de Educação Continuada.



A4. Plano Orçamentário 0007- Coordenação do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Quadro 38- Plano Orçamentário vinculado à Ação 2000- Administração da Unidade - Plano Orçamentário 0007- Coordenação do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Identificação do Plano Orçamentário						
Código	0007- Coordenação do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Descrição	Desenvolvimento e implantação de iniciativas estratégicas, em complementação às atividades rotineiras, por meio das quais o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento pretende superar um conjunto de desafios ou objetivos estratégicos. Esses objetivos, que estão associados a indicadores de desempenho e metas, constam do Mapa Estratégico do Ministério, construído com base na metodologia Balance Scorecard, considerando quatro perspectivas: (1) da Sociedade, (2) do Agronegócio e Parceiros, (3) dos Processos Internos e (4) das Pessoas, Aprendizagem e Crescimento.					
Unidade Responsável	Assessoria de Gestão Estratégica					
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Reunião realizada ¹	un	-	-	-	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Reunião realizada	un	-	

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ Não houve descentralização de meta física e financeira para esse plano orçamentário pela AGE/MAPA.

Não houve programação de meta física e financeira para o Plano Orçamentário Coordenação do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (código Siafi: PI AGE13), o qual denominava-se no exercício anterior de Implantação e Atualização do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Diferentemente do exercício de 2012, não houve a participação de servidores em treinamentos organizados pela Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA.

2.3. Informações sobre Outros Resultados da Gestão

2.3.1. Resultados dos Indicadores de Eficiência e Eficácia por Plano Orçamentário

Indicadores são dados ou informações, preferencialmente numéricos, que representam um determinado fenômeno e que são utilizados para medir o negócio da organização, um processo ou o trabalho.

A seguir serão apresentados os indicadores desenvolvidos pela SFA-MA para acompanhar o desempenho da gestão, com suas fórmulas e os índices registrados.

A SFA-MA adotou como indicadores institucionais os indicadores de eficiência e de eficácia.



Eficiência: Reflete no desempenho interno de produtividade da organização e quão bem os recursos são utilizados. A eficiência pode ser medida pela relação entre os resultados alcançados e os recursos utilizados.

Eficácia: Reflete a qualidade e adaptabilidade dos produtos e serviços, ou ainda quão bem as expectativas do cliente estão sendo atendidas frente aos seus requisitos. A eficácia pode ser medida por meio dos resultados alcançados pela organização frente ao que foi planejado.

Esses dois índices, que auxiliam na análise direta dos resultados alcançados pela SFA-MA pelos órgãos de controle externo, sem desconsiderar as metas cadastradas no Sistema de Gestão Integrada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, refletem as características da utilidade, pois medirão o quão econômica ou custosa foi cada unidade da meta física determinada, o que auxiliarão na gestão dos recursos econômicos, que se tornam cada vez mais escassos, bem como na capacidade de realização da meta física estabelecida e da mensurabilidade, pois são viáveis efetivamente de serem medidas por intermédio de um indicador, e que apresentam complexidade, auditabilidade e economicidade.

Para o cálculo do indicador de eficiência foram utilizados apenas os valores que foram efetivamente gastos no custeio das atividades para a consecução de cada ação orçamentária. Foram considerados, por exemplo, os dispêndios financeiros para a execução com fiscalizações, auditorias, supervisões etc. Aqueles recursos disponibilizados e aplicados que não tiveram uma programação para o exercício não tiveram seus valores utilizados nos cálculos dos índices, pois isso tornaria o resultado dos índices incorretos, não refletindo a realidade no desempenho das atividades analisadas.

Também não foram computados para os cálculos do índice de eficiência os que foram destinados ao pagamento de despesas com viagens para participação em eventos de cunho técnico, como reuniões, treinamentos e cursos, os que foram utilizados para investimentos, assim como os recursos transferidos como instrumentos de transferências, que, no caso da SFA-MA, foram na forma de convênios mantidos entre o MAPA e a AGED-MA.

Para obtenção dos dois índices, foram utilizadas as fórmulas abaixo descritas:

a- Índice de Eficiência (EFI)

$EFI = [(CUR / CUP) - 1] * 100$, onde:

CUR: custo unitário realizado;

CUP: custo unitário programado.

$CUR = (CTR / NR)$, onde:

CTR: custo total realizado;

NR: número de unidades realizadas da meta física.

$CUP = (CTP / NP)$, onde:

CTP: custo total programado;

NP: número de unidades programadas da meta física.

b- Índice de Eficácia (EFA)

$EFA = NR / NP$, onde:

NR: número de unidades realizadas da meta física;

NP: número de unidades programadas da meta física.



Neste exercício, os resultados de execução das metas físicas para os planos orçamentários em que foi possível calcular essa taxa não foi favorável no geral, haja vista que apenas 31,58% dos PO's atingiram ou ultrapassaram a marca de 100% de execução da meta física.

Como será visto a seguir, o principal problema que acometeu a todos os planos orçamentários foi o contingenciamento de recursos, a baixa taxa de liberação da verba prevista no início do exercício e lançada no SGI. Aliás, esse é um problema recorrente na SFA-MA, em que exige da equipe técnica da SFA-MA criatividade no desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos.

2.3.1.1. Divisão de Defesa Agropecuária

2.3.1.1.1. Programa 2028- Defesa Agropecuária

A. Ação 20ZW- Promoção da Defesa Agropecuária

A1. Plano Orçamentário 000F- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

A meta física institucional do SISA/DDA/SFA-MA tem como objetivo supervisionar as atividades em propriedades rurais e nos escritórios da AGED-MA. O número de supervisões foi dividido entre os vários programas nacionais, sendo realizado o seguinte: uma supervisão no Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias (PNCRH), sete no PNCEBT, cinco no Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE) e nove no Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA).

Optou-se pelas fiscalizações realizadas nos programas do PNCEBT, PNCRH, PNSA, PNSE e PNSS para as análises de cálculo.

O número de supervisões realizadas foi cumprida com excesso, tendo sido alcançada a taxa de 122,22%. na sua totalidade (Quadro 39). Também um resultado primaz foi o índice de eficiência, em que se obteve uma economia de 58,00% no custo por supervisão em relação aos recursos previstos.

As 22 supervisões realizadas na ação direcionadas ao Estado foram suficientes para detectar as não conformidades existentes no serviço executado pela AGED-MA, e a cada relatório apresentado foram sugeridas correções.

Com relação ao histórico, os resultados obtidos nesse exercício foram os mais promissores do período analisado de 2009 a 2013, sendo que foi alcançada na taxa de eficiência pela primeira vez um índice mais robusto e também foi inédito o fato de que a taxa de eficácia ter superados os 100% (Tabela 56).



Quadro 39- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais no exercício.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário de todas as supervisões em relação à estimativa inicial	Número de supervisões realizadas em relação ao programado
Unidade de medida:	Custo / supervisão	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 1.012,51 / fiscalização	122,22%
Fonte:	SISA/DDA/SFA-MA	SISA/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / AR)$ $CUR = (R\\$ 22.275,19 / 22)$ CUR = R\$ 1.012,51</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / AP)$ $CUP = (R\\$ 43.389,30 / 18)$ CUP = R\$ 2.410,52</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 1.012,51 - R\\$ 2.410,52$ VA = -R\$ 1.398,01</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(1.012,51 / 2.410,52) - 1] * 100$ VR = -58,00%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Supervisões Realizadas e Supervisões Programadas em 2013: $VA = SR - SP$ $VA = 22 - 18$ VA = 4</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Supervisões Realizadas e o número de Supervisões Programadas: $RP = (SR / SP) * 100$ $RP = (22 / 18) * 100$ RP = 122,22%</p>
<p>AP: Nº de Auditorias Programadas; AR: Nº de Auditorias Realizadas; CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; RP: Relação Percentual; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa.</p>		

Fonte: SFA-MA; SGI; SIAfi.

Tabela 56- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais no período 2009-2013.

ÍNDICE	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	28,04	-1,93	16,16	0,00	-58,00
Eficácia (%)	80,00	80,00	76,92	100,00	122,22

Fonte: SFA-MA.

Até 2012, apenas no ano de 2010 havia se obtido uma economia, mesmo que muito pequena, pois nos exercícios de 2009 e 2011 o custo realizado fora superior ao programado e em 2012 não houve variação entre o custo liquidado e o previsto.

A meta física nunca havia chegado a ser cumprida em sua totalidade até 2011, sendo que a partir de 2012 isso passou a mudar com a taxa de 100,00% em 2012 e de 122,22% em 2013.



A2. Plano Orçamentário 0005- Erradicação da Mosca da Carambola

A meta física que está cadastrada no SGI é área controlada, medida em ha, que no caso do Estado do Maranhão é de 33.198.329 ha, ou seja, a totalidade da área territorial do Estado.

O status operacional do Estado do Maranhão em 2013 foi mantido como área livre da praga, não tendo sido alterado em relação aos anos anteriores.

Para a determinação desse status lançaram-se mão de monitorações de armadilhas modelo Jackson iscadas com o feromônio sexual feminino sintético metil eugenol associado ao inseticida fosforado malationa para a detecção da mosca da carambola nas microrregiões Aglomeração Urbana de São Luís, do Gurupi, de Imperatriz e do Pindaré. As primeiras 30 armadilhas foram instaladas em 2007 e nesse exercício de 2013 foram instaladas mais 17 armadilhas, totalizando-se 47 unidades. Essas armadilhas, a partir do momento de sua instalação, são monitoradas e supervisionadas ininterruptamente.

Em nenhuma das nove monitorações realizadas na microrregião do Gurupi, nas três executadas nas microrregiões de Imperatriz e Pindaré, realizadas pela AGED-MA, e nas dez na Aglomeração Urbana de São Luís, executadas pelo SISV/DDA/SFA-MA não foi encontrado nenhum espécime da mosca da carambola. Portanto, pode-se afirmar que nas áreas monitoradas com armadilhas para a captura da mosca da carambola não há sua infestação, e que, por extensão, pode-se considerar o Estado do Maranhão isento dessa praga quarentenária.

Essas microrregiões reúnem condições muito favoráveis à entrada da mosca da carambola no Estado do Maranhão. No caso das microrregiões do Gurupi, Imperatriz e Pindaré, são tanto geográficas, por serem fronteiriças ao Estado do Pará; também por serem banhadas por rios de grande circulação de embarcações, algumas até oriundas do Pará; pela forte relação cultural e econômica dessas localidades novamente com o Estado do Pará e do Amapá; e pela baixa capacidade operacional de execução de fiscalizações nas cargas de produtos vegetais nas barreiras fitossanitárias localizadas na fronteira entre os Estados do Maranhão e Pará. Para a Aglomeração Urbana de São Luís, o risco encontra-se no fato de ser porta de entrada de muitos viajantes, que pode ocorrer pelo aeroporto e terminal rodoviário, e também na central de abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros.

Ao ser utilizada a meta física institucional número de monitorações/supervisões da mosca da carambola, geraram-se variáveis de indicadores de desempenho também institucionais, denominados de índice de eficiência, que mede o custo unitário programado por monitoração/supervisão da mosca da carambola em relação à estimativa inicial, e de índice de eficácia, que mensura o número de monitorações/supervisões realizadas em função da quantidade programada.

Em relação à meta física institucional, considerar-se-ia para fins de análise do desempenho operacional a taxa número de monitorações realizadas na microrregião do Gurupi, de Imperatriz e do Pindaré pelo SISV/DDA/SFA-MA, em virtude de que para a realização dessas atividades nessas regiões geográficas exigiu-se o dispêndio de recursos financeiros para os deslocamentos a partir da sede da SFA-MA. Havia sido programadas duas supervisões às armadilhas no Gurupi, a instalação das armadilhas nas microrregiões de Imperatriz e Pindaré e uma supervisão nessas mesmas armadilhas para 2013,

Considerando-se as monitorações realizadas pelo SISV/DDA/SFA-MA, a taxa de eficácia verificada foi de 25,00% (Quadro 40). Chegou-se a esse resultado da seguinte forma: nenhuma das duas supervisões às armadilhas instaladas na microrregião do Gurupi e a prevista para Imperatriz e Pindaré foi realizada e considerou-se a instalação das armadilhas nas microrregiões de Imperatriz e Pindaré. Por conseguinte, a Variação Absoluta foi de -3 entre o número de monitorações programadas e realizadas. Isso, como explicado anteriormente, ocorreu principalmente devido a não liberação de recursos.



Quadro 40- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Erradicação da Mosca da Carambola no exercício.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário programado por monitoração da mosca da carambola em relação à estimativa inicial	Número de monitorações realizadas em relação às programadas
Unidade de medida:	R\$ / monitoração	Porcentagem
Índice referência:	R\$ 1.695,90 / monitoração	25,00%
Fonte:	SISV/DDA/SFA-MA	SISV/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / MR)$ $CUR = (R\\$ 1.505,38 / 1)$ CUR = R\$ 1.505,38</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / MP)$ $CUP = (R\\$ 9.410,00 / 4)$ CUP = R\$ 2.352,50</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 1.505,38 - R\\$ 2.352,50$ VA = -R\$ 847,12</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(1.505,38 / 2.352,50) - 1] * 100$ VR = -36,01%</p>	<p>Variação Absoluta (VA) entre o número de Monitorações Realizadas e Monitorações Programadas em 2013: $VA = MR - MP$ $VA = 1 - 4$ VA = -3</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Monitorações Realizadas e o número de Monitorações Programadas: $RP = (MR / MP) * 100$ $RP = (1 / 4) * 100$ RP = 25,00%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; MP: N ^o de Monitorações Programadas; MR: N ^o de Monitorações Realizadas; RP: Relação Percentual; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa.		

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

A variação relativa entre o custo unitário realizado e o programado em 2013, que se traduz no índice de eficiência, foi inferior em 36,01%, o que em valor absoluto equivaleu a um custo negativo em R\$ 847,12 na instalação de armadilhas realizada. Ainda explorando-se mais as taxas que originaram tal índice, observou-se que o valor unitário realizado foi de R\$ 1.505,38 e o valor unitário programado igual a R\$ 2.352,50. Esse custo realizado inferior ao programado se explica pelo fato de que os recursos liberados no elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica previsto para utilização de manutenção do veículo em viagem não foi utilizado.



Quanto ao histórico dos indicadores, observou-se que a taxa do índice de eficiência ao longo dos últimos cinco anos, excetuando-se o exercício de 2010, apresentou índices que indicaram economia dos custos realizados frente aos previstos, sendo que o encontrado nesse ano foi o mais alto do último quinquênio (Tabela 57). O ano de 2010 havia apresentado resultado inverso em relação à tendência porque naquele exercício houve a descentralização de recursos para quatro monitorações, sendo que apenas duas haviam sido realizadas, gerando essa distorção.

Tabela 57- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Erradicação da Mosca da Carambola no período 2009-2013.

ÍNDICE	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	-6,78	8,83	-24,63	-12,59	-36,01
Eficácia (%)	33,33	50,00	50,00	33,33	25,00

Fonte: SFA-MA.

Com relação ao indicador eficácia, no período analisado as taxas encontradas sempre ficaram aquém da estipulada, sendo que houve uma estagnação em relação ao índice observado nos anos de 2010 e 2011, que foram os mais elevados do período. Os motivos que levaram a isso sempre foram devido a problemas de liberação de recursos, relativos aos anos 2009 a 2013; de fornecimento de suprimentos materiais, o que ocorreu em 2008 e 2009; e o envolvimento do técnico responsável do SISV/DDA/SFA-MA em outras atividades, em 2009 e 2010.

A3. Plano Orçamentário 0006- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Analisando-se os resultados referentes ao indicador de eficiência, percebeu-se que houve um acréscimo de economicidade significativo do custo realizado por unidade supervisionada, caracterizada por uma taxa relativa de 71,97% em função da variação absoluta negativa de R\$ 4.596,52, quando foram comparados os preços programados e os valores realizados (Quadro 41).

O tal fato não é que o custo por unidade tenha sido subestimado, mas foi ocasionado em função das dificuldades que foram enfrentadas com relação ao contingenciamento de recursos, os quais deveriam ter sido descentralizados com valores quase que triplicados conforme consta na programação incluída no SGI para o exercício de 2013.

Nos anos de 2008, 2009 e 2010 não foram executadas supervisões aos trabalhos da AGED-MA porque não houve descentralização de recursos financeiros. Todo o acompanhamento foi realizado por meio de relatórios bimestrais da AGED-MA. Os recursos descentralizados foram para participação em eventos. Dessa forma, não foi possível estabelecer os índices de desempenho institucional como eficiência e eficácia (Tabela 58).



Quadro 41- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais no exercício.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário de unidade supervisionada da AGED-MA em relação à estimativa inicial	Número de unidades supervisionadas realizadas em relação ao programado
Unidade de medida:	Custo / supervisão	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 1.288,48 / supervisão	50,00%
Fonte:	SISV/DDA/SFA-MA	SISV/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / USP)$ $CUR = (R\\$ 3.865,43 / 3)$ CUR = R\$ 1.288,48</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / USP)$ $CUP = (R\\$ 23.540,00 / 6)$ CUP = R\$ 3.923,33</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 1.288,48 - R\\$ 3.923,33$ VA = -R\$ 2.634,85</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(1.288,48 / 3.923,33) - 1] * 100$ VR = -67,16%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Unidades Supervisionadas Realizadas e Unidades Supervisionadas Programadas em 2013: $VA = USP - USP$ $VA = 3 - 6$ VA = -3</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Unidades Supervisionadas Realizadas e o número de Unidades Supervisionadas Programadas: $RP = (USR / USP) * 100$ $RP = (3 / 6) * 100$ RP = 50,00%</p>
<p>CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; RP: Relação Percentual; USP: Nº de Unidades Supervisionadas Programadas; USR: Nº de Unidades Supervisionadas Realizadas; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa.</p>		

Fonte: SFA-MA; SGI; SIAFI.

Tabela 58- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais no período 2009-2013.

ÍNDICE	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	-	-	-	-46,43	-67,16
Eficácia (%)	-	-	-	61,11	50,00

Fonte: SFA-MA.

Na análise dos índices obtidos nos exercícios de 2012 e 2013, percebeu-se um aumento na taxa de eficiência, saltando de -46,43% para -67,16%. Esse resultado foi alcançado porque previsão para aquisição de material de consumo e com manutenção de veículos não foi atendida assim como não foram liberados recursos especificamente para a fiscalização do Convênio nº 771.221.

No que diz respeito ao indicador de eficácia, o qual relaciona meta física programada e meta realizada, apesar dos esforços na compatibilização de viagens, não foi possível cumprir a meta



integralmente, para a qual estavam programadas seis supervisões às unidades da AGED-MA e foram realizadas três, atingindo um percentual de 50,00%. Tal acontecimento prendeu-se ao fato de terem sido disponibilizados recursos necessários para cumprimento da meta em função do contingenciamento acima comentado. A queda no número de supervisões deveu-se à redução o ainda maior de 2012 para 2013 dos recursos programados.

A4. Plano Orçamentário 0009- Erradicação da Febre Aftosa

Com o interesse em aferir os índices de eficiência e eficácia do SISA/DDA/SFA-MA, calcularam-se tais índices com base nos resultados obtidos na meta física institucional número de supervisões.

Não foi possível calcular o índice de eficiência, pois não houve descentralização de recursos para a realização das 40 supervisões, havendo apenas para participação de reuniões técnicas e de auditoria no Estado do Amazonas (Quadro 42). O número de supervisões programadas foi cumprido, o que fez com que a taxa de eficácia encontrada fosse de 111,11%. Todas as supervisões foram realizadas simultaneamente às viagens do PO Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.

Quadro 42- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Erradicação da Febre Aftosa.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário de supervisões em relação à estimativa inicial	Número de supervisões realizadas em relação ao programado
Unidade de medida:	Custo / supervisão	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ / supervisão	111,11%
Fonte:	SISA/DDA/SFA-MA	SISA/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / SR)$ Não foi possível aplicar</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / SP)$ Não foi possível aplicar</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ Não foi possível aplicar</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ Não foi possível aplicar</p>	<p>Variação Absoluta (VA) entre o número de Supervisões Realizadas e Supervisões Programadas em 2013: $VA = AR - AP$ $VA = 40 - 36$ VA = 4</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Auditorias Realizadas e o número de Auditorias Supervisionadas Programadas: $RP = (AR / AP) * 100$ $RP = (40 / 36) * 100$ RP = 111,11%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; RP: Relação Percentual; SP: Nº de Supervisões Programadas; SR: Nº de Supervisões Realizadas; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa.		

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.



As 40 supervisões realizadas no PO no Estado foram suficientes para detectar as não conformidades existentes no serviço executado pela AGED-MA, e a cada relatório foram sugeridas as correções. Um plano de ação corretiva maior vem sendo cumprido conforme cronograma de auditoria estabelecido pelo Departamento de Saúde Animal.

Com relação aos índices de vacinação, na campanha realizada em maio a taxa obtida foi de 96,16% do rebanho vacinado, superior ao índice encontrado em 2012, que fora de 97,00%; na segunda campanha, realizada em novembro, o índice foi semelhante, tendo sido de 95,06%, também inferior à taxa da campanha de mesma época em 2012, cuja qual fora de 96,38%. Em 2013, para ambas as campanhas, o índice vacinal foi inferior que a do exercício anterior, sendo que para os dois anos a campanha de novembro tem como resultado uma cobertura vacinal menor. Mesmo assim, esses resultados estão conformes segundo a Portaria nº 50, de 19/05/1997, que aprova os critérios técnicos para a classificação dos níveis de risco para febre aftosa das Unidades da Federação.

Sobre os indicadores de eficácia no período de cinco anos analisado, fazendo-se uma média, se teria um índice de cerca de 89,97%, indicando que as supervisões foram suficientes para avaliar o programa e propor sugestões de ação, salientando-se também que a taxa de cumprimento da meta física obteve os maiores índices nos últimos três anos, todos acima da média e que no exercício em avaliação foi obtida a taxa mais alta (Tabela 59). Frisa-se também que nos últimos três anos os índices conseguidos foram todos acima da média.

Tabela 59- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Erradicação da Febre Aftosa no período 2009-2013.

ÍNDICE	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	-15,92	-21,65	-29,99	-36,92	-
Eficácia (%)	74,28	70,00	100,00	94,44	111,11

Fonte: SFA-MA.

Quanto às taxas encontradas no índice de eficiência, não foi possível a sua obtenção nesse ano por conta da falta de descentralização de recursos nesse PO. No quadriênio com dados disponíveis, observou-se que nesse período sempre conseguiu-se redução nos custos de cada supervisão.

B. Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias

B1. Plano Orçamentário 000A- Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Ao analisar-se o índice de eficiência, verificou-se uma variação negativa de 76,19%, o que indicou que o custo por fiscalização realizada foi menor do que o custo previsto, assim como foi conseguido nos exercícios de 2011 e 2012 (Quadro 43 e Tabela 60). Até o ano de 2010, considerando o início da série histórica em 2008, as taxas obtidas sempre indicaram custo realizado por fiscalização maior que o programado. Isso ocorreu porque a execução física foi baixa naqueles três anos. A economia apresentada nesse exercício foi a mais alta, isso por que verbas previstas para manutenção dos veículos não foram descentralizadas.



Quadro 43- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no exercício.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário realizado por estabelecimento fiscalizado em relação à estimativa inicial	Número de estabelecimentos fiscalizados realizados em relação aos programados
Unidade de medida:	R\$ / estabelecimento fiscalizado	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 28,47 /estabelecimento fiscalizado	64,63%
Fonte:	SEFAG/DDA/SFA-MA	SEFAG/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / FR)$ $CUR = (R\\$ 3.018,33 / 106)$ CUR = R\$ 28,47</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / FP)$ $CUP = (R\\$ 19.610,50 / 164)$ CUP = R\$ 119,58</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 28,47 - R\\$ 119,58$ VA = -R\$ 91,11</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(28,47 / 119,58) - 1] * 100$ VR = -76,19%</p>	<p>Variação Absoluta (VA) entre o número de Estabelecimentos Fiscalizados Realizados e Estabelecimentos Fiscalizados Programados em 2013: $VA = FR - FP$ $VA = 106 - 164$ VA = -58</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Estabelecimentos Fiscalizados Realizados e o número de Estabelecimentos Fiscalizados Programados: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (106 / 164) * 100$ RP = 64,63%</p>
<p>CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: Nº de Estabelecimentos Fiscalizados Programados; FR: Nº de Estabelecimentos Fiscalizados Realizados; RP: Relação Percentual; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa.</p>		

Fonte: SFA-MA; SGI; SIAfi.

Tabela 60- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no período 2008-2013.

ÍNDICE	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	73,24	50,46	80,00	-20,92	-4,97	-76,19
Eficácia (%)	45,51	46,97	54,07	108,51	100,00	64,63

Fonte: SFA-MA.

Ainda com relação ao índice de eficiência, verificou-se que a economia absoluta por fiscalização foi ainda maior que a obtida no ano de 2012, já que naquele exercício a economia fora de R\$ 82,63 por fiscalização enquanto que no ano de 2013 foi de R\$ 119,58.

Quanto ao cálculo do índice de eficácia, verificou-se que seu indicador foi da ordem de 64,63%, uma vez que o número de fiscalizações realizadas foi inferior ao número de fiscalizações programadas e aprovadas pela CFIC/DFIA/SDA/MAPA, lembrando que a meta física foi estabelecida em decorrência do planejamento nacional definida pela Coordenação.



Esse índice havia sido de 100,00% em 2012 e de 108,51% em 2011; entretanto, nos anos anteriores, os seus valores giravam em torno de 50%.

A baixa execução da meta física foi em decorrência do planejamento ser nacional, ou seja, o CFIC/DFIA estabeleceu a meta de acordo com a utilização destes insumos agrícolas no Estado. E assim como ocorrera em 2012, em 2013 a CFIC/DFIA/SDA/MAPA aumentou novamente a meta física estabelecida à SFA-MA, passando de 134 para 168 fiscalizações previstas, um acréscimo de 20,24%.

A sazonalidade da produção, o não armazenamento da produção de fertilizantes e o fato de apenas um Fiscal Federal Agropecuário executar as atividades impedem um aumento significativo do número de fiscalizações realizadas. Outros fatores agravantes ao baixo desempenho foram o fato de que o FFA conta com o auxílio de apenas um Agente de Atividades Agropecuárias e que não há funcionários administrativos no SEFAG/DDA/SFA-MA, além do contingenciamento de recursos financeiros.

Para que se seja possível melhorar esse indicador de desempenho, poder-se-ia realizar forças tarefas com FFA's de outros Serviços ou Superintendências ou diminuir a meta prevista que depende dos critérios a serem utilizados pela CFIC/DFIA/SDA/MAPA..

B2. Plano Orçamentário 000B- Fiscalização de Sementes e Mudanças

De posse dos resultados, verificou-se variação entre o custo programado e o realizado por fiscalização, uma vez que o índice de eficiência foi de -36,75%, o que indica que o custo por fiscalização realizada foi menor que o custo previsto, da mesma forma como já havia ocorrido nos exercícios de 2008 a 2012 (Quadro 44 e Tabela 61). Em relação ao triênio 2008-2010, observou-se que o índice fora caindo progressivamente, voltando a aumentar em 2011 e oscilar novamente em 2012 e 2013.

O indicador de eficácia foi de 59,44%, indicando que o número de fiscalizações realizadas foi bem menor que o número de fiscalizações programadas e aprovadas pela Coordenação de Sementes e Mudanças (CSM/DFIA/SDA/MAPA). No ano anterior, esse índice havia sido de 100%, enquanto que nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011, a meta física sempre havia sido superada em função de demandas externas à programação que foram atendidas, como às solicitações da CSM/DFIA/SDA para intensificar as fiscalizações no comércio de sementes forrageiras com apoio de Fiscais Federais Agropecuários da SFA-PA e a fiscalização das sementes adquiridas pela Secretaria de Agricultura do Estado do Maranhão. Particularmente em 2010, a taxa desse índice foi inferior aos dos dois anos anteriores favorecida pela boa utilização dos recursos previstos e pela meta física realizada estar um pouco acima da programada.



Quadro 44- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Sementes e Mudanças no exercício.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário realizado por estabelecimento fiscalizado em relação à estimativa inicial	Número de estabelecimentos fiscalizados realizados em relação aos programados
Unidade de medida:	R\$ / estabelecimento fiscalizado	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 196,80 / estabelecimento fiscalizado	59,44%
Fonte:	SISV/DDA/SFA-MA	SISV/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / FR)$ $CUR = (R\\$ 27.147,67 / 107)$ CUR = R\$ 253,72</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / FP)$ $CUP = (R\\$ 72.207,00 / 180)$ CUP = R\$ 401,15</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 253,72 - R\\$ 401,15$ VA = -R\$ 147,43</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(253,72 / 401,15) - 1] * 100$ VR = -36,75%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Estabelecimentos Fiscalizados Realizados e Estabelecimentos Fiscalizados Programados em 2013: $VA = FR - FP$ $VA = 107 - 180$ VA = -73</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Estabelecimentos Inspeccionados Realizado e o número de Estabelecimentos Inspeccionados Programado: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (107 / 180) * 100$ RP = 59,44%</p>
<p>CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; IP: Nº de Estabelecimentos Fiscalizados Programados; FR: Nº de Estabelecimentos Fiscalizados Realizados; RP: Relação Percentual; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa.</p>		

Fonte: SFA-MA; SGI; SIAFI.

Tabela 61- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Sementes e Mudanças no período 2009-2013.

ÍNDICE	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	-65,82	-57,36	-12,02	-31,13	-9,89	-36,75
Eficácia (%)	249,49	181,31	110,00	139,69	100,00	59,44

Fonte: SFA-MA.

B3. Plano Orçamentário 000C- Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Como não houve a programação de meta física e nem houve a execução de recursos financeiros para execução de meta física, pois não a houve descentralizada, não foram gerados indicadores de desempenho nesse Plano Orçamentário.



B4. Plano Orçamentário 000D- Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

As metas previstas no POA 2013 foram alcançadas com a fiscalização dos plantios comerciais de milho GM, com o objetivo de verificar o cumprimento da Resolução Normativa nº 04/2007, da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e com a fiscalização da zona de exclusão de algodão GM, em cumprimento à Portaria nº 21, de 13/01/2005.

O custo unitário realizado, de R\$ 304,40, foi 41,69% menor que o programado (R\$ 353,57) e 106,67% da meta física foi executada. A programação das atividades a serem desenvolvidas e o roteiro de fiscalização seguido contribuiu para que os níveis de eficiência e eficácia fossem satisfatórios e as metas fossem atingidas (Quadro 45).

Quadro 45- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados no exercício.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário realizado por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$ / fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 304,40 / fiscalização realizada	106,67%
Fonte:	SISV/DDA/SFA-MA	SISV/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / FR)$ $CUR = (R\\$ 9.740,95 / 32)$ CUR = R\$ 304,40</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / FP)$ $CUP = (R\\$ 15.662,20 / 30)$ CUP = R\$ 522,07</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 304,40 - R\\$ 522,07$ VA = -R\$ 217,67</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(304,40 / 522,07) - 1] * 100$ VR = -41,69%</p>	<p>Variação Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2013: $VA = FR - FP$ $VA = 32 - 30$ VA = 2</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (32 / 30) * 100$ RP = 106,67 %</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: Nº de Fiscalizações Programadas; FR: Nº de Fiscalizações Realizadas; RP: Relação Percentual; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa.		

Fonte:SFA-MA; SGI; Siafi.

Ao longo dos anos de 2009 a 2013 a taxa de eficácia atingiu o pico de 300,00 % em 2010, caiu para 246,67% em 2011 e agora foi de 106,67%, ou seja, o numero de propriedades fiscalizadas aproximou-se do numero programado, consequência do melhor planejamento das



ações; do menor número de deslocamentos, devido à falta de veículos em condições de uso; e devido à exigência de autorização do Secretário Executivo para deslocamentos de proposto com mais de 40 diárias, o que dificultou o trâmite para deslocamentos (Tabela 62).

Tabela 62- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados no período 2009-2013.

ÍNDICE	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	-24,12	-74,42	-61,17	-4,33	-41,69
Eficácia (%)	88,89	300,00	246,67	100,00	106,67

Fonte: SFA-MA.

Quanto ao índice de eficiência, no período de 2009 a 2011 o índice de eficiência foi de -24,11% para -61,17%, houve uma queda para -4,33%, devido aos custos com manutenção de veículos, o que não havia ocorrido nos exercícios anteriores, e em 2013 esse índice foi de -46,91%, o que significou que o custo realizado com relação ao programado diminuiu, fato atribuído ao custo com manutenção de veículos ter sido coberto também por outros Planos Orçamentários que utilizaram os mesmos veículos. Ressalta-se que os veículos do SISV/DDA/SFA-MA estão em condições ruins e poderão acarretar em maiores custos de manutenção, tornando-se inviável economicamente e ainda impossibilitar a fiscalização, caso a frota não seja renovada o mais breve possível.

B5. Plano Orçamentário 000E- Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Até o exercício de 2011, o produto desse plano orçamentário era produtos fiscalizados, expressos em toneladas. A partir de 2012, o produto passou a ser fiscalização realizada, em unidades.

O indicador da taxa de eficiência apresentou um custo unitário realizado menor que o programado da ordem de 62,60% (Quadro 46). Essa redução foi justificada principalmente porque a maior quantidade das fiscalizações efetuadas foi realizada na Capital; portanto essas fiscalizações tiveram um custo menor em relação ao programado, no qual foram incluídos gastos para os deslocamentos ao interior do Estado. Estes deslocamentos ao interior, por sua vez, foram reduzidos pelas circunstâncias de contingenciamento de recursos pela CGQV/DIPOV/SDA/MAPA aliados ao déficit numérico de recursos humanos.

No cálculo referente ao indicador de eficácia, o índice conseguido foi de 100,00% da meta física programada, pois foram fiscalizados exatamente 80 estabelecimentos.

Com relação ao histórico dos resultados obtidos no período de 2009 a 2013, verificou-se que a taxa de eficiência sempre foi negativa, demonstrando economicidade nas ações do SISV/DDA/SFA/-MA nesse plano orçamentário (Tabela 63). No ano de 2010 foi registrada a mais baixa economia, que foi na ocasião de 9,80%. A mais alta economia foi justamente registrada nesse ano de 2013, da ordem de 62,60%.



Quadro 46- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais no exercício.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário realizado por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$ / fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 304,40 / fiscalização realizada	106,67%
Fonte:	SISV/DDA/SFA-MA	SISV/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / FR)$ $CUR = (R\\$ 9.008,82 / 80)$ CUR = R\$ 112,61</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / FP)$ $CUP = (R\\$ 24.087,07 / 80)$ CUP = R\$ 301,09</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 112,61 - R\\$ 301,09$ VA = -R\$ 188,48</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(112,61 / 301,09) - 1] * 100$ VR = -62,60%</p>	<p>Variação Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2013: $VA = FR - FP$ $VA = 32 - 30$ VA = 2</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (32 / 30) * 100$ RP = 106,67 %</p>
<p>CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: Nº de Fiscalizações Programadas; FR: Nº de Fiscalizações Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.</p>		

Fonte: SFA-MA; SGI; SIAFI.

Tabela 63- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais no período 2009-2013.

ÍNDICE	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	-34,19	-9,80	-55,31	-18,02	-62,60
Eficácia (%)	129,59	102,99	220,79	121,25	100,00

Fonte: SFA-MA.

O inverso foi registrado para a taxa de eficácia, em que no exercício foi encontrada a mais baixa, porém não desprezível, taxa de 100,00%. Nos demais anos, os valores sempre estiveram mais próximos de 100%; entretanto, o índice mais elevado fora observado em 2011, quando foi de 220,79%.

Foram quase sempre as mesmas razões para que as taxas de eficiência sempre indicassem economia. No período analisado de 2009 a 2012, a razão, basicamente, foram as fortes chuvas que prejudicaram a trafegabilidade nas principais rodovias do Estado, impedindo, dessa



forma, as fiscalizações em estabelecimentos instalados no interior. Com isso, as fiscalizações ficaram concentradas na Capital, o que gerou um custo menor. Nos anos de 2010, 2011 e 2012, houve também contingenciamento de recursos pela CGQV/DIPOV/SDA/MAPA.

Quanto à taxa de eficácia, o motivo para que em 2009 e 2010 fossem atingidas as taxas acima de 100% foi que houve a compensação das fiscalizações que deveriam ter sido realizadas no interior do Estado nos primeiros meses do ano pelas fiscalizações empreendidas na região metropolitana de São Luís.

Em 2011 e 2012, colaborou para os índices de 220,79% e 100,00%, respectivamente, a ampliação da capacidade de certas empresas embaladoras localizadas em São Luís, do surgimento de novas empresas distribuidoras, bem como da instalação de várias filiais do ramo do comércio supermercadista na região de influência do município de São Luís.

B6. Plano Orçamentário 000G- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

O indicador da taxa de eficiência foi de -8,79%, indicando que o custo da inspeção/fiscalização realizada foi menor que o custo programado para essas atividades, mesmo com a baixa eficácia, que foi de 32,39% (Quadro 47).

A baixa realização da meta física foi explicada pelas constantes licenças das duas FFA's, do Serviço à época. Em setembro houve alteração da chefia do SISA/DDA/SFA-MA.

Com relação ao histórico dos resultados no período de 2009 a 2013, verificou-se que em 2010 a taxa de eficácia foi a de melhor resultado, e até esse ano também em 2010 havia se obtido o melhor do resultado do índice de eficiência, mesmo sendo-o positivo. Mas em 2013 pela primeira vez na série histórica obteve-se uma taxa de eficiência negativa (Tabela 64). De forma contrária, a taxa de eficácia de 2013 foi a menor no período de 2009 a 2013.

Alguns fatores dificultaram o desempenho da ação do SISA/DDA/SFA-MA, dentre os quais se ressalta as dificuldades na logística com os laboratórios LANAGRO e dificuldades na movimentação e transferência de técnicos.

Ressalta-se que para o devido cumprimento das responsabilidades e necessidades do serviço, o SISA/DDA/SFA-MA detém um número reduzido de técnicos. Isso se configurou como um fator limitante ao alcance da meta, como ocorreu nos últimos anos.



Quadro 47- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no exercício

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário programado por fiscalização/inspeção em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações/inspeções realizadas em relação às programadas
Unidade de medida:	R\$ / fiscalização/inspeção	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 2.606,23 / fiscalização/inspeção	56,82%
Fonte:	SISA/DDA/SFA-MA	SISA/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / FIR)$ $CUR = (R\\$ 59.993,40 / 23)$ CUR = R\$ 2.606,23</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / FIP)$ $CUP = (R\\$ 202.868,30 / 71)$ CUP = R\$ 2.857,30</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 2.606,23 - R\\$ 2.857,30$ VA = -R\$ 251,07</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(2.606,23 / 2.857,30) - 1] * 100$ VR = -8,79%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações/Inspeções Realizadas e Fiscalizações/Inspeções Programadas em 2013: $VA = FIR - FIP$ $VA = 23 - 71$ VA = -48</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações/Inspeções Realizadas e o número de Fiscalizações/Inspeções Programadas: $RP = (FIR / FIP) * 100$ $RP = (23 / 71) * 100$ RP = 32,39%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FIP: nº de Fiscalizações/Inspeções Programadas; FIR: nº de Fiscalizações/Inspeções Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Fonte: Siafi; Siplan; SFA-MA.

Tabela 64- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no período 2009-2013.

ÍNDICE	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	65,76	0,22	55,97	11,06	-8,79
Eficácia (%)	58,14	90,48	56,82	78,48	32,39

Fonte: SFA-MA.



B7. Plano Orçamentário 000H- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Analisando-se os resultados referentes ao indicador de eficiência, percebeu-se que o custo de fiscalização foi inferior em 58,02%, com uma diferença de significativos R\$ 338,47 entre o custo realizado e o programado (Quadro 48).

Quadro 48- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal no exercício.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário realizado por estabelecimento inspecionado em relação à estimativa inicial	Número de estabelecimentos inspecionados realizados em relação aos programados
Unidade de medida:	R\$/estabelecimento inspecionado	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 244,86 /estabelecimento inspecionado	91,67%
Fonte:	SISV/DDA/SFA-MA	SISV/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / IR)$ $CUR = (R\\$ 13.467,50 / 55)$ CUR = R\$ 244,86</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / IP)$ $CUP = (R\\$ 35.000,00 / 60)$ CUP = R\$ 583,33</p> <p>Varição Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 244,86 - R\\$ 583,33$ VA = -R\$ 338,47</p> <p>Varição Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(244,86 / 583,33) - 1] * 100$ VR = -58,02%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Estabelecimentos Inspeccionados Realizados e Estabelecimentos Inspeccionados Programados em 2013: $VA = IR - IP$ $VA = 55 - 60$ VA = -5</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Estabelecimentos Inspeccionados Realizados e o número de Estabelecimentos Inspeccionados Programados: $RP = (IR / IP) * 100$ $RP = (55 / 60) * 100$ RP = 91,67%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; IP: Nº de Estabelecimentos Inspeccionados Programados; IR: Nº de Estabelecimentos Inspeccionados Realizados; VR: Varição Relativa; VA: Varição Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Fonte:SFA-MA; SGI; Siafi.

No que diz respeito ao indicador de eficácia, o qual relacionou meta física programada e meta realizada, a meta física cumprida foi inferior à programada, sendo que estavam programadas 60 inspeções em estabelecimentos produtores de bebidas e foram realizadas 55, atingindo uma taxa de 91,67%. Isso se deveu a um aumento significativo nas demandas de trabalhos realizados na sede da SFA-MA, resultado do aumento no número de registro de produtos, alterações e instrução e relatoria em processos para apuração de infrações.



Observando-se o histórico do período compreendido entre os anos de 2009 e 2013, percebeu-se que os índices de eficiência foram variáveis quanto à sua qualificação, sendo que nos anos de 2009 e 2011 o custo executado foi superior ao programado. Quando isso aconteceu, a meta física obrigatoriamente não foi atingida, sendo que a taxa mais baixa no quinquênio ocorreu em 2011, com 76,39% (Tabela 65). Nos anos de 2010, 2012 e no atual houve uma otimização dos gastos, resultando em economias entre 12,31% e 58,02% por estabelecimento inspecionado. Na média desses três anos, a taxa encontrada foi maior que nos anos de 2009 e 2011.

Tabela 65- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal no período 2009-2013.

ÍNDICE	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	3,72	-21,09	19,09	-12,31	-58,02
Eficácia (%)	94,17	97,33	76,39	108,67	91,67

Fonte: SFA-MA.

No ano de 2012, o motivo da economia por estabelecimento inspecionado foi que as inspeções concentraram-se em São Luís, demandando para isso menos recursos, pois houve descontinuidade na liberação de recursos e problemas com os veículos do SISV/DDA/SFA-MA.

No período de 2009 a 2013, apenas em 2012 a meta foi superada, quando a taxa conseguida foi de 108,67%. Nos demais anos, a meta não foi atingida em função da falta de repasses pela CGQV/DIPOV/SDA/MAPA e por problemas de manutenção com a frota de veículos. Já o motivo que fez com que meta física fosse superada foi a concentração de inspeções na Capital do Estado, facilitando o trabalho e contribuindo para que se fizessem mais inspeções do que foi programado, além do que, em relação a 2011, houve um aumento de dois estabelecimentos que foram registrados no ano de 2012, aumentando a demanda.

B8. Plano Orçamentário 000J- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Para o indicador de eficiência, houve uma redução em 53,95% no custo unitário realizado na meta unidades supervisionadas em relação ao valor estimado inicialmente (Quadro 49). Isso ocorreu porque duas viagens foram realizadas conjuntamente com o técnico que realizou atividades no PO Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais, e porque houve uma coincidência de rotas planejadas. Isso foi necessário pelo O DSV/SDA/MAPA descentralizou apenas 34,54% dos recursos previstos.

Observa-se que no decorrer do quinquênio 2009 a 2013 a eficiência relacionada a esse PO sofreu um queda entre 2009 e 2012, com um aumento na economia nas fiscalizações em 2013, mesmo com o crescimento nas despesas com reparos de veículos que estão colocados à disposição do Serviço de Inspeção e Defesa Vegetal acarretando assim um aumento no custo das fiscalizações (Tabela 66).

O decréscimo de 2011 foi explicado pela pequena taxa de execução em todos os elementos de despesa, principalmente no Diárias – Civil, no qual a taxa de execução foi de 50,06%. E associado a isso, houve o fato do cumprimento da meta física ter sido um pouco maior que 45%. Nesse caso, houve uma compensação tanto pela baixa execução financeira como física.

Com relação à taxa de eficácia, a taxa de execução foi de 75,00%, porque os recursos descentralizados não foram suficientes para a realização da quarta supervisão. E esse resultado não foi pior que foi possível realizar duas viagens juntamente com o PO Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais



No tocante à eficácia, observou-se uma flutuação com tendência para menores índices caracterizando uma queda de eficácia em função de não ter sido descentralizados o quantitativo de recursos necessários para o cumprimento das metas que foram programadas. No exercício de 2009 conseguiu-se executar toda a meta física prevista, pois não houve a incerteza da execução de convênio, como ocorreu nos exercícios de 2010 e 2011. Ainda assim, houve uma melhoria na taxa de eficácia entre 2010 e 2011.

Quadro 49- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos no exercício.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário de unidade supervisionada da AGED-MA em relação à estimativa inicial	Número de unidades supervisionadas realizadas em relação às programadas
Unidade de medida:	R\$ / supervisão	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 206,17 / supervisão	75,00%
Fonte:	SISV/DDA/SFA-MA	SISV/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / USP)$ $CUR = (R\\$ 5.802,21 / 3)$ CUR = R\$ 1.934,07</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / USP)$ $CUP = (R\\$ 16.800,00 / 4)$ CUP = R\$ 4.200,00</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 1.934,07 - R\\$ 4.200,00$ VA = -R\$ 2.265,93</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(1.934,07 / 4.200,00) - 1] * 100$ VR = -53,95%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Unidades Supervisionadas Realizadas e Unidades Supervisionadas Programadas em 2013: $VA = USR - USP$ $VA = 3 - 4$ VA = -1</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Unidades Supervisionadas Realizadas e o número de Unidades Supervisionadas Programadas: $RP = (USR / USP) * 100$ $RP = (3 / 4) * 100$ RP = 75,00%</p>
<p>CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; USP: Nº de Unidades Supervisionadas Programadas; USR: Nº de Unidades Supervisionadas Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.</p>		

Fonte: SFA-MA; SGI; SIAFI.



Tabela 66- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos no período 2009-2013.

ÍNDICE	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	-16,97	-19,58	-2,45	-5,87	-53,95
Eficácia (%)	100,00	20,00	45,83	106,25	75,00

Fonte: SFA-MA.

B9. Plano Orçamentário 000K- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos

O custo unitário realizado por partida inspecionada em 2013, utilizado como indicador de eficiência, foi de R\$ 7,34 por partida fiscalizada; portanto, superior ao custo unitário programado para 2013, de R\$ 5,05 por partida inspecionada, o que representou um aumento da ordem de 45,35% no custo por partida inspecionada (Quadro 50). Isso ocorreu porque a verba destinada inicialmente pela Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária (CGVIGIAGRO/SDA/MAPA) seria de R\$ 7.000,00. Entretanto, devido aos constantes reparos que foram realizados na frota de veículos destinada à Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto do Itaqui/Ponta da Madeira, custos esses que somaram R\$ 5.282,02, associado à redução do número de fiscalizações realizadas, que foi da ordem de 3,32% de 2012 para 2013, o custo por partida inspecionada acabou sendo maior que o programado. Em 2012 haviam sido fiscalizadas 1.386 partidas e em 2013 esse número foi de 1.340.

Na série histórica compreendida entre 2008 e 2013, observou-se que nesse exercício foi a única ocorrência em que o custo por partida fiscalizada ficou maior que o custo previsto (Tabela 67). Isso ocorreu porque houve uma ligeira queda no número de partidas inspecionadas e em função dos elevados custos para a desgastada frota de veículos da UVAGRO/ITM/DDA-MA. Entretanto, isso não significou que os recursos disponibilizados não foram bem geridos, pois esse aumento dos custos de manutenção dos veículos fugiu à gestão da UVAGRO/ITM/DDA-MA. Nos outros exercícios sempre houve aumento no número de fiscalizações o que fez com que a taxa de eficiência fosse sempre negativa.

O indicador de eficácia assegurou que a execução da programação foi realizada abaixo do programado, confirmando a redução no número de partidas inspecionadas no ano de 2013. Isso ocorreu pela menor demanda para fiscalização de embalagens de madeira.

Quanto à evolução do indicador de eficácia no período 2009-2013, conclui-se que nos anos de 2010 a 2012 houve superação da meta física programada em função da maior demanda de exportações e importações no complexo portuário Itaqui-Ponta da Madeira.

Entretanto, no ano de 2013 houve uma pequena redução da movimentação de embalagens de madeira.

As condições de trabalho disponibilizadas pela SFA-MA para a execução das ações realizadas pelos técnicos do UVAGRO/ITM/DDA-MA foram satisfatórias e os recursos materiais utilizados (materiais de expediente, computadores, veículos e infraestrutura física) foram adequados e suficientes.



Quadro 50- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos no exercício.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por partida fiscalizada em relação à estimativa inicial	Número de partidas fiscalizadas em relação às programadas
Unidade de medida:	R\$/ partida fiscalizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 7,34 / partida fiscalizada	96,68%
Fonte:	UVAGRO/ITM/DDA-MA	UVAGRO/ITM/DDA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / PR)$ $CUR = (R\\$ 9.831,77 / 1.340)$ CUR = R\$ 7,34</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / PP)$ $CUP = (R\\$ 7.000,00 / 1.340)$ CUP = R\$ 5,05</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 7,34 - R\\$ 5,05$ VA = R\$ 2,29</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(7,34 / 5,05) - 1] * 100$ VR = 45,35%</p>	<p>Variação Absoluta (VA) entre o número de Partidas Fiscalizadas Realizadas e Partidas Fiscalizadas Programadas em 2013: $VA = PR - PP$ $VA = 1.340 - 1.386$ VA = -46</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Partidas Fiscalizadas Realizadas e o número de Partidas Fiscalizadas Programadas: $RP = (PR / PP) * 100$ $RP = (1.340 / 1.386) * 100$ RP = 96,68%</p>
<p>CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; PP: Nº de Partidas Fiscalizadas Programadas; PR: Nº de Partidas Fiscalizadas Realizadas; RP: Relação Percentual; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa.</p>		

Fonte: SFA-MA; SGI; SIAfi.

Tabela 67- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos no período 2009-2013.

ÍNDICE	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	-84,22	-31,26	-33,44	-75,02	45,35
Eficácia (%)	80,46	139,24	133,60	315,79	96,68

Fonte: SFA-MA.

B10. Plano Orçamentário 0006- Fiscalização de Material Genético Animal

No cálculo de eficiência, pôde-se verificar que a variação relativa entre o custo unitário realizado e o programado foi de -44,83%, ou seja, o custo da fiscalização realizada ficou abaixo do custo programado (Quadro 51).



Quadro 51- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário
Fiscalização de Material Genético Animal no exercício.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$ / fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 552,70 / fiscalização realizada	16,00%
Fonte:	SEFAG/DDA/SFA-MA	SEFAG/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / FR)$ $CUR = (R\\$ 551,68 / 2)$ CUR = R\$ 275,84</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / FP)$ $CUP = (R\\$ 5.000,00 / 10)$ CUP = R\$ 500,00</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 275,84 - R\\$ 500,00$ VA = -R\$ 224,16</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(275,84 / 500,00) - 1] * 100$ VR = -44,83%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2013: $VA = FR - FP$ $VA = 2 - 10$ VA = -8</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (2 / 10) * 100$ RP = 20,00%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: Nº de Fiscalizações Programadas; FR: Nº de Fiscalizações Realizadas; RP: Relação Percentual; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa.		

Fonte: SFA-MA; SGI; SIAfi.

Contrastando esse resultado com os obtidos em exercícios anteriores, observou-se que assim como em 2008 e 2009 o custo realizado por fiscalização foi inferior ao previsto (Tabela 68). Esse fenômeno pode ser explicado em virtude da meta física programada ter sido menor em 2009 e por ter sido facilmente cumprida, pois existiam criatórios de avestruzes no Maranhão, os quais fecharam naquele ano. Em 2008, como apenas um Fiscal Federal Agropecuário realizava, até então, as três ações da área de fiscalização de insumos pecuários, este utilizou as viagens de outras ações para realizar as fiscalizações em criatórios de avestruzes, o que não gerou gastos ao antigo PI Fiscgene. Apenas em 2010 isso não ocorreu, porque naquele ano o número de estabelecimentos que deveriam ser fiscalizados estava super dimensionada para a realidade encontrada no Estado do Maranhão. Não foi possível ter uma base de comparação com os anos de 2011 e 2012, pois não houve atividades nesse PO naqueles anos.

No cálculo do indicador de eficácia, a taxa de cumprimento do número de fiscalizações foi de 20,00%, significando que foram realizadas menos fiscalizações do que o programado no POA de 2013. Essa taxa se deveu ao fato de que apenas foram descentralizados recursos para despesas com diárias, e que o técnico para realizar atividades desse PO teve que se deslocar



juntamente com outro técnico que realizou atividades do PO Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário no município de Santa Inês, sendo que o valor descentralizado em diárias foi suficiente apenas para um deslocamento.

Tabela 68- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Material Genético Animal no período 2008-2013.

ÍNDICE	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	-53,08	-39,88	444,00	-	-	-44,83
Eficácia (%)	32,00	160,00	16,00	-	-	20,00

Fonte: SFA-MA.

Em 2008, o resultado foi próximo a 2010, mas em 2009 o resultado foi bem diferente, com superação da meta física programada, que ocorreu em função, principalmente, a um valor menor da meta física programada e da incorporação de FFA's ao SEFAG/DDA/SFA-MA para atuarem na área de insumos pecuários.

B11. Plano Orçamentário 0008- Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

No cálculo do indicador de eficiência, pôde-se verificar que a variação relativa entre o custo unitário realizado e programado foi de -39,88%, ou seja, o custo da fiscalização realizada foi menor do que o custo da fiscalização programada (Quadro 52).

Os anos de 2008, 2009, 2010 e 2012 também haviam apresentado custo por fiscalização menores que o previsto, onde se verificou respectivamente variação negativa de -33,33, -41,10, -11,84 e -2,16%. Somente no ano de 2011 o índice de eficiência foi positivo, indicando um custo por fiscalização realizada maior que o previsto (Tabela 69).

A taxa encontrada do indicador de eficácia foi de 118,18%, indicando que o número de fiscalizações realizadas foi maior que o número de fiscalizações programadas no POA de 2013. Esse índice havia alcançado o valor acima de 100% apenas em 2008 e 2009, quando os valores foram de 116,00% e de 166,00%. Nos anos de 2010, 2011 e 2012 o número de fiscalizações realizadas foi menor que o número de fiscalizações programadas, quando os índices de eficácia atingiram respectivamente os valores de 95,24%, 71,23% e 63,33%.



Quadro 52- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal no exercício.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário realizado por estabelecimento fiscalizados em relação à estimativa inicial	Número de estabelecimentos fiscalizados realizados em relação aos programados
Unidade de medida:	R\$ / estabelecimento fiscalizado	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 819,77 / estabelecimento fiscalizado	118,18%
Fonte:	SEFAG/DDA/SFA-MA	SEFAG/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / FR)$ $CUR = (R\\$ 21.313,91 / 26)$ CUR = R\$ 819,76</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / FP)$ $CUP = (R\\$ 30.000,00 / 22)$ CUP = R\$ 1.363,64</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 819,76 - R\\$ 1.363,64$ VA = -R\$ 543,88</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(819,76 / 1.363,64) - 1] * 100$ VR = -39,88%</p>	<p>Variação Absoluta (VA) entre o número de Estabelecimentos Fiscalizados Realizados e Estabelecimentos Fiscalizados Programados em 2013: $VA = FR - FP$ $VA = 26 - 22$ VA = 4</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Estabelecimentos Fiscalizados Realizados e o número de Estabelecimentos Fiscalizados Programados: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (26 / 22) * 100$ RP = 118,18%</p>
<p>CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: Nº de Estabelecimentos Fiscalizados Programados; FR: Nº de Estabelecimentos Fiscalizados Realizados; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.</p>		

Fonte: SFA-MA; SGI; SIAfi.

Tabela 69- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal no período 2008-2013.

ÍNDICE	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	-33,33	-41,10	-11,84	38,85	-2,16	-39,88
Eficácia (%)	116,00	166,00	95,24	71,23	63,33	118,18

Fonte: SFA-MA.

B12. Plano Orçamentário 0009- Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Ao ser analisado o índice de eficiência, observou-se variação negativa de 23,16%, o que indica que o custo por fiscalização realizada foi menor do que o custo previsto (Quadro 53). No período iniciado em 2008, apenas no ano de 2011 apresentou-se variação positiva no valor de 15,01%, indicando custo de fiscalização realizada maior que o programado. Os anos de 2008, 2009,



2010 e 2012 apresentaram custo menor que o previsto, onde os indicadores de eficiência apresentaram respectivamente os valores de -44,00, -14,67, -8,48 e -40,45%, respectivamente (Tabela 70).

Quadro 53- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho plano orçamentário Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário no exercício.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário realizado por estabelecimento fiscalizado em relação à estimativa inicial	Número de estabelecimentos fiscalizados realizados em relação aos programados
Unidade de medida:	R\$ / estabelecimento fiscalizado	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 242,11 / estabelecimento fiscalizado	9,59%
Fonte:	SEFAG/DDA/SFA-MA	SEFAG/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / FR)$ $CUR = (R\\$ 1.694,77 / 7)$ CUR = R\$ 242,11</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / FP)$ $CUP = (R\\$ 23.000,00 / 73)$ CUP = R\$ 315,07</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 242,11 - R\\$ 315,07$ VA = -R\$ 72,96</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(242,11 / 315,07) - 1] * 100$ VR = -23,16%</p>	<p>Variação Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2013: $VA = FR - FP$ $VA = 7 - 73$ VA = -66</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (7 / 73) * 100$ RP = 9,59%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: Nº de Fiscalizações Programadas; FR: Nº de Fiscalizações Realizadas; RP: Relação Percentual; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa.		

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Tabela 70- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário no período 2008-2013.

ÍNDICE	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	-44,00	-14,67	-8,48	15,01	-40,45	-23,16
Eficácia (%)	88,08	108,00	102,50	58,18	53,15	9,59

Fonte: SFA-MA.

O resultado do exercício de 2013 foi obtido mesmo diferentemente do que ocorreu em 2012, quando foram realizadas viagens conjuntas com o plano orçamentário Fiscalização de



Insumos Destinados à Alimentação Animal, utilizando-se recursos daquele PO. Nesse exercício não foi possível usar desse expediente em função dos locais de fiscalização terem sido distintos.

Quanto ao cálculo do índice de eficácia, verificou-se que seu indicador foi da ordem de 9,59%, uma vez que o número de fiscalizações realizadas foi bem inferior ao número de fiscalizações programadas. Isso ocorreu porque o FFA responsável pelo PO foi localizado em outro Serviço na SFA-MA, fazendo com que a programação fosse alterada com o fato de um novo FFA ter assumido o trabalho. Apenas nos anos de 2009 e 2010 o índice de eficácia alcançou valores acima de 100%, com número de fiscalizações realizadas maior que o número de fiscalizações programadas. Em 2008 havia sido de 88,08%, de 58,18% em 2011 e de 53,15% em 2012, indicando que o forte contingenciamento de recursos financeiros dos últimos anos vem afetando o desenvolvimento das atividades do Fisprovet¹³.

2.3.1.2. Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário

2.3.1.2.1. Programa 2014- Agricultura Sustentável, Abastecimento e Comercialização

A. Ação 20ZV- Fomento ao Setor Agropecuário

A1. Plano Orçamentário 000A- Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários

No exercício em análise esse plano orçamentário novamente não foi descentralizado pela Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários. Portanto, não houve meta física a ser cumprida pela SeSAG/DPDAG/SFA-MA, o que impossibilitou a utilização de índices de desempenho a fim de mensurar a capacidade de gestão operacional realizado nesse PO.

A2. Plano Orçamentário 000E- Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Como não houve determinação para cumprimento de meta física para execução pela SeSAG/DPDAG/SFA-MA e não houve descentralização de recursos financeiros pela CGPI/DIEL/SDC/MAPA, não foi possível efetuar os cálculos dos índices de desempenho para esse plano orçamentário.

A3. Plano Orçamentário 000F- Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneres

Como não houve a descentralização de meta física no SGI e nem de recursos financeiros à SeSAG/DPDAG/SFA-MA, pois a CGPI/DIEL/SDC/MAPA comunicara no decorrer do ano que deveriam ser fiscalizados dois contratos de repasse, não foi possível executar os cálculos dos índices de eficiência e eficácia.

Em 2012, foram fiscalizados apenas quatro dos 27 contratos pretendidos pela CGPI/DIEL/SDC/MAPA, o que fez uma taxa de 14,81% (Quadro 54). Isso aconteceu em decorrência da falta de recursos financeiros, da impossibilidade de congregarem roteiros de planos orçamentários distintos e das grandes distâncias a serem percorridas no interior do Estado, o que tornou inviável fiscalizar todos os contratos de repasse exigidos pela CGPI/DIEL/SDC/MAPA, pois não haveria tempo para realizar simultaneamente as atividades dos PO's. Em apenas uma viagem realizada pela ação Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários ao município de



Turiaçu foi possível fiscalizar quatro contratos de repasse. Contudo, isso não ocorreu em 2013, porque a CGPI/DIEL/SDC/MAPA repassou à SeSAG/DPDAG/SFA-MA uma meta factível com as condições oferecidas para o desenvolvimento do trabalho.

Quadro 54- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneros no exercício.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário realizado por contrato fiscalizado em relação à estimativa inicial	Número de contratos fiscalizados realizado em relação aos programados
Unidade de medida:	R\$ / contrato fiscalizado	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 896,51 / contrato fiscalizado	100,00%
Fonte:	SeSAG/DEPDAG/SFA-MA	SeSAG/DEPDAG/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / CFR)$ $CUR = (R\\$ 1.793,02 / 2)$ CUR = R\$ 896,51</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / CFP)$ Não foi possível aplicar</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ Não foi possível aplicar</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ Não foi possível aplicar</p>	<p>Variação Absoluta (VA) entre o número de Contratos Fiscalizados Realizados e Contratos Fiscalizados Programados em 2013: $VA = CFR - CFP$ $VA = 2 - 4$ VA = 0</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Contratos Fiscalizados Realizados e o número de Contratos Fiscalizados Programados em 2013: $RP = (CFR / CFP) * 100$ $RP = (2 / 2) * 100$ RP = 100,00%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; CFP: N ^o de Contratos Fiscalizados Programados; CFR: N ^o de Contratos Fiscalizados Realizados; RP: Relação Percentual; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa.		

Fonte: SFA-MA; SGI; SIAfi.

O desempenho operacional dos dois indicadores de desempenho só foi possível ser obtido no triênio 2009-2011 porque foram nesses anos em que houve descentralização de meta financeira. Nos exercícios de 2012 e 2013, a meta física foi divulgada já no decorrer do exercício e os recursos repassados também foram da mesma maneira (Tabela 71).

Nos anos de 2009 a 2011, o índice de eficiência apresentou uma clara tendência de aperfeiçoamento, com a economia por contrato fiscalizado sendo crescente. O índice economia por contrato fiscalizado passou de 8,95% em 2009 a 48,25% no exercício de 2011.

Os resultados do índice de eficácia também apresentou a mesma tendência entre os anos de 2009 e 2011, entretanto, em 2012 houve uma queda brusca na taxa em função da grande quantidade de contratos a serem fiscalizados pela CGLOG/DIEL/SDC/MAPA e pelo não repasse de recursos financeiros para sua execução. Em 2013, com ajuste da demanda da Coordenação-Geral, o índice voltou a ser de 100,00%.



Tabela 71- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização de Contratos de Repasse, Convênios e Instrumentos Congêneros no período 2009-2013.

ÍNDICE	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	-8,95	-14,12	-48,25	-	-
Eficácia (%)	73,33	100,00	100,00	14,81	100,00

Fonte: SFA-MA.

O custo por fiscalização sofreu variações ao longo dos últimos três anos. Ele foi de R\$ 699,68 em 2011, foi de R\$ 211,07 em 2012 e de R\$ 896,51 em 2013. Essa variação é perfeitamente explicada pelo fato dos municípios que tiveram seus contratos fiscalizados. Enquanto que em 2012 foram realizadas quatro fiscalizações em municípios próximos entre si e distantes cerca de 200 Km de São Luís (São Bento, Maracaçumé, Governador Nunes Freire e Central do Maranhão), em 2013 foram fiscalizados apenas dois contratos, o que já faz o custo relativo subir e em municípios bem distantes, no caso Colinas e Barra do Corda.

A4. Plano Orçamentário 0004- Estudos de Infraestrutura e Logística da Produção

Não houve atividades desenvolvidas neste plano orçamentário pela SeSAG/DPDAG/SFA-MA, e, portanto, não houve a possibilidade de inserir dados sobre os indicadores de desempenho. As metas físicas são definidas pela Coordenação-Geral de Infraestrutura Rural e Logística da Produção (CGLOG/DIEL/SDC/MAPA) e não houve descentralização à SFA-MA.

E historicamente, como não há descentralização de metas física e financeira, não há o cálculo dos índices de desempenho.

B. Ação 8593- Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

B1. Plano Orçamentário 0001- Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

Como não houve descentralização de meta física, assim como financeira para o cumprimento de meta, não foi possível efetuar os cálculos dos indicadores de desempenho para esse plano orçamentário.

C. Ação 8606- Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica

C1. Plano Orçamentário 0003- Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

Como não houve realização da meta física determinada pela Coordenação Nacional do plano orçamentário, o cálculo do índice de eficiência não pôde ser aplicado. Quanto ao índice de eficácia, como não houve a criação de três Organizações de Controle Social no município de Imperatriz/MA, não houve nenhuma unidade atendida, fazendo com que a mesma fosse 0,00% (Quadro 55).



Quadro 55- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do do plano orçamentário Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica no exercício.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário realizado por unidade controlada em relação à estimativa inicial.	Número de unidades controladas realizadas em relação às programadas
Unidade de medida:	R\$ / unidade controlada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ / unidade controlada	0,00%
Fonte:	SeSAG/DPDAG/SFA-MA	SeSAG/DPDAG/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / UCR)$ $CUR = (R\\$ 7.095,00 / 0)$ CUR = -</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / UCP)$ $CUP = (R\\$ 0,00 / 0)$ CUP = -</p> <p>Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ Não foi possível calcular</p> <p>Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ Não foi possível calcular</p>	<p>Variação Absoluta (VA) entre o número de Unidades Controladas Realizadas e Unidades Controladas Programadas em 2011: $VA = UCR - UCP$ $VA = 0 - 43$ VA = -43</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Unidades Controladas Realizadas e o número de Unidades Controladas Programadas: $RP = (UCR / UCP) * 100$ $RP = (0 / 43) * 100$ RP = 0,00%</p>
<p>CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; RP: Relação Percentual; UCP: N^o de Unidades Controladas Programadas; UCR: N^o de Unidades Controladas Realizadas; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa.</p>		

Fonte: SFA-MA; SGI; Siafi.

Em termos históricos, os resultados apenas puderam começar a ser medidos em 2011, e apenas para o índice de eficácia. Quanto ao índice de eficiência, esse foi medido pela primeira vez em 2013. Entretanto, todos os resultados obtidos foi igual a zero porque ou não houve descentralização de recursos por parte da Coordenação de Agroecologia (COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA) (Tabela 72).

Tabela 72- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica no período 2009-2013.

ÍNDICE	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	-	-	-	-	0,00
Eficácia (%)	-	-	0,00	0,00	0,00

Fonte: SFA-MA.



2.3.1.2.2. Programa 2028- Defesa Agropecuária

A. Ação 20ZX- Fiscalização de Atividades Agropecuárias

A1. Plano Orçamentário 0001- Fiscalização de Serviços Agrícolas

Verificou-se variação entre o custo programado e o realizado por fiscalização, uma vez que o índice de eficiência foi negativo em 13,36%, o que denotou que o custo por fiscalização realizada foi menor que o custo previsto (Quadro 56).

Quadro 56- Resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Serviços Agrícolas no exercício.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em relação às programadas
Unidade de medida:	R\$ / fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 346,58/ fiscalização realizada	85,00%
Fonte:	SeSAG/DPDAG/SFA-MA	SeSAG/DPDAG/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	<p>Custo Unitário Realizado (CUR) em 2013: $CUR = (CTR / FR)$ $CUR = (R\\$ 5.891,87 / 17)$ CUR = R\$ 346,58</p> <p>Custo Unitário Programado (CUP) em 2013: $CUP = (CTP / FP)$ $CUP = (R\\$ 8.000,00 / 20)$ CUP = R\$ 400,00</p> <p>Varição Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2013: $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 346,58 - R\\$ 400,00$ VA = -R\$ 53,42</p> <p>Varição Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2013: $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(346,58 / 400,00) - 1] * 100$ VR = -13,36%</p>	<p>Varição Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2013: $VA = FR - FP$ $VA = 17 - 20$ VA = -3</p> <p>Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas em 2013: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (17 / 20) * 100$ RP = 85,00%</p>
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: Nº de Fiscalizações Programadas; FR: Nº de Fiscalizações Realizadas; RP: Relação Percentual; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa.		

Fonte: SFA-MA; SGI; SIAfi.

O indicador de eficácia apresentou-se igual a 85,00%, não tendo sido realizadas três fiscalizações em relação ao previsto. Uma explicação para que isso tenha ocorrido é o fato de que os recursos que deveriam ter sido disponibilizados para a realização das três fiscalizações faltantes não os foram pelo Departamento de Infraestrutura, Logística e Parcerias Institucionais (DIEL/SDC/MAPA), o que interferiu diretamente na taxa obtida.



Essa ação tem se caracterizado pela alternância entre os resultados encontrados ao longo dos anos (Tabela 73). No ano de 2009, as taxas obtidas foram consideradas negativas, pois tanto o custo realizado por fiscalização como a meta física desenvolvida ficaram abaixo do desejado. Em 2010, observou-se uma completa mudança nos resultados conseguidos, havendo uma redução no custo por fiscalização realizada e tendo sido alcançada uma meta física superior à descentralizada. E, para confirmar o que foi dito anteriormente, em 2011 os resultados depreciaram-se sobremaneira, voltando a se realizar um custo por fiscalização acima do programado e não se cumprindo com a meta física. Nos anos de 2012 e 2013, os resultados voltaram a ser apenas razoáveis, pois houve economia na realização das fiscalizações, porém a meta física ficou estacionada em 85,00%.

Tabela 73- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais de desempenho do plano orçamentário Fiscalização de Serviços Agrícolas no período 2009-2013.

ÍNDICE	2009	2010	2011	2012	2013
Eficiência (%)	46,01	-44,33	3,36	-4,63	-13,36
Eficácia (%)	60,00	136,67	96,67	85,00	85,00

Fonte: SFA-MA.

Espera-se que com o fato de se contar com um veículo adequado às condições de trabalho e que a DIEL/SDC/MAPA faça as descentralizações programadas para que, ao menos, a meta física seja alcançada.

2.3.1.2.3. Programa 2105- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A. Ação 2000- Administração de Unidade

A1. Plano Orçamentário 000H- Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

Como não houve a descentralização de metas física e financeira para execução pela SeSAG/DPDAG/SFA-MA, tendo havido apenas a descentralização de recursos financeiros para a participação de dois Fiscais Federais Agropecuários em um treinamento a respeito do Portal de Convênios realizado em João Pessoa/PB, não foi necessário efetuar os cálculos dos índices de desempenho para esse plano orçamentário.

2.3.1.3. Serviço de Apoio Administrativo

2.3.1.3.1. Programa 2105- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

A. Ação 2000- Administração de Unidade

A1. Plano Orçamentário 000A- Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

Como esse plano orçamentário não dispõe de metas descentralizadas, não houve a necessidade de serem procedidos os cálculos para obtenção dos índices de desempenho.



A2. Plano Orçamentário 000C- Operação dos Serviços Administrativos da Secretaria-Executiva

Não foram obtidos os indicadores de desempenho, pois não houve descentralização de metas.

A3. Plano Orçamentário 0006- Desenvolvimento de Pessoas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Como esse PO não dispõe de metas descentralizadas, não houve a necessidade de serem procedidos os cálculos para obtenção dos índices de desempenho.

A4. Plano Orçamentário 0007- Coordenação do Processo de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Não houve, nesse plano orçamentário, descentralização de metas financeira e física.



3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

O subitem abaixo relacionado do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, não foi aplicado à natureza jurídica da SFA-MA (Quadro 57):

Quadro 57- Subitem do item 3 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não foi aplicado à natureza jurídica da SFA-MA.

Subitem	Título	Justificativa
3.6	Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos	Porque a SFA-MA não possui "Unidade de Auditoria Interna", que é uma Estrutura, em regra, encontrada em Entidades da Administração Indireta. Por isso, ela não tem capacidade gerencial de reunir informações que pudessem gerar indicadores de monitoramento e de avaliação do modelo de governança, assim como de efetividade dos controles internos.

Fonte: SFA-MA.

3.1. Estrutura de Governança

A SFA-MA pertence à estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que possui uma estrutura de governança centralizada em sua Sede. Dessa forma, cabe esclarecer que a SFA-MA não possui unidade de controle interno, de auditoria, de conselhos ou de comitês de governança ou controle.

A Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares (CGPAD/SE/MAPA) atua como interlocutora com a SFA-MA para assuntos de correição, ética e ouvidoria.

O ambiente de controle da SFA-MA é o estabelecido pelos normativos do TCU e CGU.

As notas de auditoria e os relatórios de auditoria anual de contas realizada pelo órgão de controle interno visam verificar as informações prestadas pelo gestor da SFA-MA, bem como analisar os atos e fatos da gestão, com vistas a instruir o processo de prestação de contas que subsidiará o julgamento pelo Tribunal de Contas da União. As recomendações emanadas das auditorias dos órgãos de controle interno e externo atuam para que a SFA-MA corrija as inconsistências e aperfeiçoe seu controle interno.

A SFA-MA se faz valer do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto Federal nº 1.171, de 22/06/1994), para exercer seu controle interno.

Uma das dificuldades enfrentadas é o reduzido número de servidores, principalmente na área administrativa, o que faz tornar muito dificultosa a segregação de funções, o que de certo modo dificulta a implantação de controles internos mais eficazes.

3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Vide ANEXO C

3.3. Sistema de Correição

A SFA-MA, através da CGPAD/SE/MAPA, vinculada à Secretaria-Executiva, está inserida no Sistema Federal de Correição, previsto no Decreto Federal nº 5.480, de 30/06/2005, que



dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Essa Unidade Jurisdicionada não conta com uma estrutura organizacional de correição, sendo que tanto a estrutura como as atividades de correição estão sob a responsabilidade da CGPAD/SE/MAPA, a quem compete, além de supervisionar todos os sistemas de Correição do MAPA, coordenar, no âmbito do MAPA, os lançamentos no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD), em observância à Portaria CGU nº 1.043 de 24/07/2007, a qual contém toda a base legal que regulamenta tal atividade.

Os procedimentos disciplinares da SFA-MA são instados a partir do momento em que o gestor toma conhecimento de alguma irregularidade e instaura procedimento disciplinar para apuração dos fatos através de comissão de sindicância ou processo administrativo disciplinar, conforme o caso, designados por portaria. As comissões são compostas, invariavelmente, por servidores estáveis do quadro da SFA-MA. O acompanhamento dos trabalhos e conclusões dessas comissões sindicantes ou disciplinares são lançados no sistema CGU-PAD.

A base legal que regulamenta tal atividade é a Portaria CGU nº 1.043/2007.

3.4. Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A SFA-MA encontra-se em consonância com os preceitos contidos nos artigos 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da CGU.

A referida Portaria estabelece a obrigatoriedade de uso do CGU-PAD para o gerenciamento das informações sobre os processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Na SFA-MA existem dois servidores responsáveis pelo cadastramento no CGU-PAD dos procedimentos disciplinares instaurados e um servidor designado para interlocução com a CGPAD/SE/MAPA.

No exercício de não houve nenhuma instauração de procedimento disciplinar no âmbito da SFA-MA e houve um julgamento.



4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Os subitens abaixo relacionados do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA (Quadro 58):

Quadro 58- Subitens do item 4 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA.

Subitem	Título	Justificativa
4.1.1	Programação	Não foi aplicado, uma vez que as informações são de competência da Unidade Central, pois a SFA-MA não é UO.
4.1.3.1	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	Não foi aplicado, uma vez que as informações são de competência da Unidade Central, pois a SFA-MA não é uma unidade que é contemplada com recursos diretos da Lei Orçamentária da União (LOA), recebendo-os apenas por movimentação.
4.1.3.2	Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ	
4.1.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	
4.1.3.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ	
4.4.3	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	Porque não houve a prestação de contas de nenhum dos três convênios que estiveram vigentes em algum momento do exercício de 2013, assim como não houve prestação de contas nos exercícios de 2011 e 2012, e não há contas não prestadas referentes a qualquer exercício. Além do mais, a SFA-MA não é responsável pela análise das prestações de contas dos contratos de repasse, cabendo as mesmas à Caixa Econômica Federal.
4.5.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	A SFA-MA não efetua a concessão de suprimento de fundos por meio da utilização da conta corrente Tipo “B”.
4.6	Renúncias sob a Gestão da UJ	Essa situação não foi observada na SFA-MA.

Fonte: SFA-MA.

Para o seguinte subitem do item 4 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, apesar de se aplicável à natureza da Unidade, não foi registrada ocorrência durante o exercício (Quadro 59):

Quadro 59- Subitem do item 4 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não apresentou ocorrência durante o exercício na SFA-MA.

Subitem	Título	Justificativa
4.2	Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	Porque a SFA-MA não possuía quaisquer passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Fonte: SFA-MA.



4.1. Transferências de Recursos

4.1.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 60- Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão									
CNPJ: 00.396.895/0017-92					UG/GESTÃO: 130069/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	755.837	05.057.657/0001-09	18.139.075,05	1.843.005,00	0,00	5.992.809,15	15/09/11	31/12/15	6
1	771.221	05.057.657/0001-09	5.032.926,90	254.874,00	1.883.130,35	1.883.130,35	01/11/12	31/12/15	1
1	794.607	05.057.657/0001-09	1.260.000,00	63.000,00	0,00	0,00	20/12/13	30/12/20	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SEOF/SAD/SFA-MA; Siconv.

4.1.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 61- Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão				
CNPJ:		00.396.895/0017-92				
UG/GESTÃO:		130069/00001				
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	1	1	1	1.883.130,35	0,00	5.992.809,15
Contrato de Repasse	55	-	31	31.416.750,00	-	14.450.000,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	56	1	32	33.299.880,35	0,00	20.442.809,15

Fonte: SEOF/SAD/SFA-MA; Siconv.



4.1.3. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro 62- Visão geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Posição 31/12
em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão					
CNPJ: 00.396.895/0017-92			UG/GESTÃO: 130069/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse ¹
2013	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO Analisadas	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	3	-
			Montante Repassado (R\$)	9.072.939,50	-
			Contas NÃO Analisadas	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
Montante Repassado (R\$)			-	-	
Contas NÃO Analisadas	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
2012	Quantidade de contas prestadas			-	-
	Contas Analisadas	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
			Montante repassado	-	-
	Contas NÃO Analisadas	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
Montante repassado (R\$)			-	-	
2011	Quantidade de Contas Prestadas			-	-
	Contas analisadas	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
			Montante Repassado	-	-
	Contas NÃO Analisadas	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-	-
Montante Repassado			-	-	
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	-	
		Montante Repassado	0	-	

Fonte: SEOF/SAD/SFA-MA; Siconv.

¹ A SFA-MA não é responsável pela análise das prestações de contas dos contratos de repasse, cabendo as mesmas à Caixa Econômica Federal.

4.1.4. Análise Crítica

Atualmente há três instrumentos de repasse sob responsabilidade da SFA-MA, ambos pactuados pelo MAPA como entidade concedente, celebrados e/ou em vigência no exercício de



2013, e que têm a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão como entidade conveniente e o Governo do Estado do Maranhão como órgão interveniente.

Todo os convênios, devidamente registrados no Siconv e no Siafi, apresentam um caráter fundamental para o fortalecimento da estrutura de defesa agropecuária, pois através deles é possibilitada a execução de atividades que não estão mais delegadas à SFA-MA com a vigência do Decreto Federal nº 5.741, de 30/03/2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. Portanto, os recursos financeiros transferidos para à AGED-MA objetivaram a execução de ações fitossanitárias, com o intuito de garantir a defesa sanitária animal e vegetal no Estado do Maranhão.

Os convênios da área vegetal e animal funcionam para o Maranhão como um irradiador de avanços na defesa sanitária animal e vegetal, haja vista a estrutura capilar do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária, cujo qual está presente em todos os 217 municípios maranhenses, o que permite um acompanhamento e assessoramento das atividades de defesa agropecuária, tais como a fiscalização da entrada de produtos agropecuários nas barreiras que o Estado tem com outros Estados da Federação.

Os três convênios podem ser divididos em três partes, sendo um com o objetivo exclusivo de executar metas relativas à sanidade animal, um segundo com o objeto também exclusivo de executar ações na área de defesa de plantas e um terceiro que já inclui a nova visão da Secretaria de Defesa Agropecuária, que é a de abandonar a celebração de convênios exclusivos de áreas dentro da defesa agropecuária e de firmá-los com o conceito do SUASA, salvaguardando num único convênios a execução de metas de interesse da área vegetal e animal.

O convênio entre o MAPA e a AGED-MA que levava esse conceito de separação na defesa agropecuária para a execução de metas concernentes à área animal, identificado com o número 755.837, foi celebrado em 15/09/2011, tinha a sua vigência prevista para o dia 31/12/2015 e apresentava como objeto estruturar e manter o Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal no Estado do Maranhão, para controlar, erradicar e prevenir a ocorrência de doenças dos animais. Seu valor global era de R\$ 18.139.075,05, sendo R\$ 16.296.070,05 de repasse por parte do concedente e de R\$ 1.843.005,00 como contrapartida. No dia 20/11/2011 houve o primeiro repasse no valor de R\$ 5.992.809,15.

A partir de então, não houve mais repasses do MAPA relativos a esse Convênio.

No exercício de 2012 a parcela de responsabilidade do concedente de R\$ 2.572.217,95 não foi repassada em função da falta de recursos no final do exercício, e também em função do ajuste do plano de trabalho do exercício de 2011 que modificou o período para execução das metas pactuadas para aquele ano para o dia 31/05/2012. Com essa alteração no prazo de execução das metas previstas para 2011, a prestação de contas parcial, fator condicionante à transferência da parcela relativa ao ano de 2012, deveria ser prestada até o dia 30/06, o que ocorreu. No entanto, o analista técnico de acompanhamento do SISA/DDA/SFA-MA solicitou informações complementares por meio do Parecer Técnico sobre a Prestação de Contas nº 001/2012, de 03/07/2012. Após o atendimento das solicitações e de nova análise dos documentos apresentados, o analista técnico de acompanhamento manifestou-se favoravelmente pela aprovação no Parecer Técnico sobre a Prestação de Contas Parcial nº 002/2012, de 30/08/2012. Todos esses documentos encontram-se disponíveis no Siconv.

Como a prestação de contas havia sido aprovada em período inferior a 90 dias para realização das eleições municipais de 2012, o MAPA esteve impedido legalmente em repassar a parcela supracitada. Contudo, após a passagem do período impeditivo e de novo ajuste de Plano de Trabalho, os recursos não foram repassados à AGED-MA em função de ausência de fundos. Com isso, a parcela de novembro de 2012 não pôde ser repassada.

Esses problemas de repasses culminaram com a recomendação contida no Ofício Circular nº 04/2013/SDA-MAPA, de 29/07/2013, que, “considerando que não será possível a manutenção dos convênios celebrados entre 2011 e 2012, devido à redução drástica dos recursos



destinados ao cumprimento dos instrumentos pactuados, a Secretaria de Defesa Agropecuária decidiu por rescindi-los. Dessa forma, as Unidades Convenientes deverão antecipar a prestação de contas no SICONV (*sic*) e, assim, encerrar os instrumentos”.

Desde então, começaram-se a tomar as providências para a rescisão do convênio. Em 31/12, o processo nº 21022.000391/2011-45 encontrava-se em trânsito do Serviço de Protocolo e Expedição (SPROT/DCA/MAPA) para o SPR/SAD/SFA-MA. No processo, à folha 739, encontrava-se apensado a Nota Técnica nº 093/2013/CONJUR/MAPA/AGU, de 13/12/2013, no qual o Assessor Jurídico do MAPA manifestava-se favoravelmente à minuta do Termo de Rescisão ao Convênio nº 755.837/2011/MAPA/SFA/MA, acostada às folhas 731 e 732 do mesmo processo. O Termo de Rescisão foi assinado pelo Secretário de Defesa Agropecuária em 27/12/2013. A partir daí, a SFA-MA deveria providenciar a publicação do Extrato de Rescisão no Diário Oficial da União, o que será providenciado ao longo de 2014.

Esse convênio ainda previa repasses nos meses de abril e agosto de 2013, 2014 e 2015 nos respectivos valores de R\$ 2.541.537,95, R\$ 2.472.567,05 e R\$ 2.716.937,95, totalizando R\$ 7.731.042,95.

Em função da iminente rescisão dos convênios celebrados em 2011 e 2012, a SDA/MAPA no mesmo Ofício Circular nº 04/2013/SDA-MAPA, passou instruções para a formalização de convênios para o exercício de 2013. Esse convênio terá por objeto o apoio à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e o fortalecimento das ações de defesa agropecuária.

A AGED-MA apresentou a Proposta de Convênio nº 055405/2013, que recebeu parecer do analista de viabilidade técnica aprovando-a em 28/11/2013. A Proposta aprovada foi convertida no Convênio nº 794.607, assinada em 18/12/2013 pelo Secretário de Defesa Agropecuária, com início de vigência em 20/12/2013 e com término de vigência prevista para 30/12/2014. A publicação no Diário Oficial da União ocorreu em 24/12/2013. O valor a ser repassado, o que não tinha acontecido até 30/12, será de R\$ 1.197.000,00 e a parcela de contrapartida representará a quantia de R\$ 63.000,00, totalizando a execução de metas em R\$ 1.260.000,00.

O diferencial desse convênio deveria ser a execução de metas da área vegetal e animal em defesa agropecuária e na inspeção de produtos de origem animal e vegetal. Entretanto, nesse Convênio estão previstas apenas metas relativas à área animal tanto em defesa como inspeção. A parte vegetal foi deixada de lado em função ainda da execução do Convênio nº 771.221 em defesa de plantas prevista até 30/06/2014 e por incapacidade operacional para execução de metas na área de inspeção vegetal.

O convênio que tem como objeto estruturar e manter o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Vegetal no Estado do Maranhão para controlar, erradicar e prevenir a ocorrência de pragas dos vegetais, o qual inclui metas associadas a três Planos Orçamentários do Programa 2028-Defesa Agropecuária (antigas Ações 2134, 4738 e 8572, hoje Planos Orçamentários 0005-Eradicação da Mosca da Carambola, 0006- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais vinculados à Ação 20ZW- Promoção da Defesa Agropecuária e do Plano Orçamentário da Ação 000J- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos da Ação 20ZX- Fiscalização das Atividades Agropecuárias), está registrado no Siconv sob o nº 771.221 e foi consolidada a partir da Proposta de Plano de Trabalho nº 3.600/2012, registrada no mesmo Sistema em 20/03/2012. Esse Convênio tem como Conveniente a AGED-MA e como interveniente o Governo do Estado do Maranhão.

Esse convênio, cuja assinatura foi realizada em 29/10/2012, iniciou-se em 01/11/2012 e seria encerrado em 31/12/2015, pois sua vigência era plurianual. Acontece que esse Convênio também em função do já supra-mencionado Ofício Circular nº 04/2013/SDA-MAPA também será rescindido assim que as metas previstas no Plano de Trabalho do exercício de 2012 forem encerradas provavelmente em 30/06/2014.



A data de assinatura e entrada em vigência desse convênio muito se deveu ao respeito à legislação eleitoral que veda a transferência voluntária de recursos da União aos estados e municípios nos três meses que antecedem o pleito.

No plano de trabalho aprovado constava que as metas deveriam ser executadas, para o ano de 2012, no período de 01/03/2012 a 31/12/2012. Entretanto, em função de problemas no repasse dos recursos já empenhados, o que ainda não havia ocorrido até o dia 31/12/2012, e também provocados pelo período eleitoral, AGED-MA apresentou a proposta de Ajuste de Plano de Trabalho nº 01/2012, na qual propunha a alteração do período de execução das metas pactuadas para 2012 do período original de março a dezembro para o período compreendido entre os dias 01/12/2012 e 30/06/2013. Esse Ajuste de Plano de Trabalho foi aprovado pelo SISV/DDA/SFA-MA no dia 13/11/2012. Mas aconteceu que o repasse, que foi inscrito em restos a pagar em 2012, apenas ocorreu no dia 15/01/2013, e foi necessário o Ajuste do Plano de Trabalho nº 09/2013, aprovado em 28/11/2013, o qual alterou a vigência da execução das metas para 30/06/2014.

O valor global desse convênio seria de R\$ 5.032.926,90, sendo R\$ 4.778.142,90 seriam referentes ao somatório de parcelas de repasse do concedente e R\$ 254.784,00 como total das parcelas de responsabilidade do conveniente. No exercício de 2012 deveriam ter sido repassados, como consta no cronograma de desembolso, R\$ 1.883.130,35. Já a AGED-MA depositou a sua parcela de contrapartida no valor de R\$ 99.380,00 ainda em dezembro do mesmo ano.

Ainda para esse Convênio, estavam previstas para o triênio 2013-2015, no somatório das parcelas correspondentes aos meses de abril e julho, o repasse total anual de R\$ 1.125.780,85 para 2013, R\$ 1.095.884,85 para 2014 e R\$ 673.346,85 para 2015.

Esse convênio foi firmado após duas tentativas frustradas de se firmar um convênio nos moldes do celebrado em 2012, que foram registrados sob os nº 743.999 e 756.024, e que foram impedidos de serem executados por diversos motivos, como o não cumprimento do depósito da parcela total de contrapartida e pelo fato de o Governo do Estado constar como inadimplente no Cadastro Único de Convênio instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional, sendo que por essa razão o MAPA ficou impedido de repassar as respectivas parcelas à AGED-MA.

Com a execução desse convênio na área de defesa vegetal entre o MAPA e a AGED-MA, espera-se que as ações programadas no âmbito da prevenção, controle e erradicação de pragas das principais culturas de importância econômica ao Maranhão tenham um papel importante na reestruturação da sanidade vegetal no Estado, evitando prejuízos econômicos aos agricultores tanto pelas perdas diretas na produção como pelas perdas indiretas com as barreiras sanitárias impostas, além de que as ações estejam dentro do que legisla o SUASA.

Não há prestação de contas em atraso, sendo que a referente ao convênio nº 755.837, de cunho parcial, foi apresentada e aprovada. A sua prestação de contas final será realizada em 2014 com a sua rescisão. Quanto ao convênio nº 771.221, não houve necessidade de qualquer prestação de contas parcial, pois foram repassados os recursos apenas referentes ao Plano de Trabalho do exercício de 2012, além do que o mesmo será rescindido após o término da execução das metas previstas no mesmo Plano de Trabalho.

A variação no volume de repasses é explicado por problemas enfrentados tanto pelo concedente, no caso o MAPA, como pelo conveniente, que foi em todos os três convênios a AGED-MA. No caso da AGED-MA, ela deixou de receber recursos em 2011 por meio dos Convênios 743.999 e 756.024, pois ela não honrou com o depósito da parcela total de contrapartida e pelo fato de o Governo do Estado constar como inadimplente no Cadastro Único de Convênio. Nesse ano a AGED-MA recebeu repasse apenas do Convênio de defesa animal. Em 2012 não houve repasse nem para o Convênio nº 755.837, em função de atrasos na execução do Plano de Trabalho e na prestação de contas parcial, e nem do Convênio nº 771.221, em que o MAPA demorou a repassar os recursos, acabando entrando no período de vedação de repasses por causa de eleição. No exercício de 2013 houve apenas o repasse dos recursos do Convênio nº 771.221, os quais estavam inscritos em restos a pagar processados. Para o do Convênio nº 755.837, foi solicitada a sua rescisão pela



SDA/MAPA. E no Convênio nº 794.607, assinado em 18/12/2013, não houve repasse de recursos. Os recursos nos planos orçamentários Apoio à Reestruturação e Implantação do SUASA, código Siafi: PI ERSUASA, no valor de R\$ 645.324,00, e código Siafi: PI INSUASA13, no valor de R\$ 551.676,00, foram inscritos em restos a pagar processados.

Em relação aos convênios sob responsabilidade de fiscalização, tem-se a comentar que os recursos transferidos via convênio foram suficientes para realização das atividades estabelecidas pela AGED-MA.

No tocante à estrutura de controle, a SFA-MA designa, por portaria, analistas técnicos que serão responsáveis pelo acompanhamento de cada convênio. A Portaria nº 145, de 26/11/2013, determinou toda a estrutura de acompanhamento e fiscalização para os novos convênios que serão celebrados a partir de então.

Os convênios são fiscalizados e acompanhados, *in loco*, da execução das metas programadas conforme o Plano de Trabalho aprovado.

A metodologia de fiscalização e acompanhamento consiste em visitas pelo analista de acompanhamento e fiscalização e por pessoas designadas pelo mesmo para fiscalização e acompanhamento aos trabalhos nas unidades de produção pecuária e agrícola e escritórios (Unidades Locais e Unidades Regionais) da AGED-MA, por ser a mesma o único órgão conveniente nos convênios celebrados pelo MAPA no Estado do Maranhão.

A cada fiscalização são elaborados Termos de Fiscalização de Convênio, nos quais contêm os registros das informações obtidas, conferência de registro patrimonial de equipamentos adquiridos, estado de conservação, verificação da indicação de que o bem foi adquirido com recursos do convênio, comprovação de utilização destes para as ações objeto de convênio, registro com fotos de equipamentos e ações comprovando a execução das metas. Todas as informações obtidas objetivam a elaboração do relatório final de acompanhamento com parecer conclusivo sobre a execução das metas programadas.

O procedimento quanto à análise da prestação de contas inicia-se na checagem dos documentos e informações apresentados pelo conveniente, além da verificação no Siconv, observando-se a existência dos documentos obrigatórios exigidos de acordo com o art. 74 da Portaria Interministerial nº 507, de 24/11/2011.

Estando a documentação em ordem, procede-se a autuação dos documentos encaminhando ao analista técnico de acompanhamento e elaboração do referido relatório técnico conclusivo. Após a emissão do parecer técnico, sendo favorável, o processo é encaminhado à SEOF/SAD/SFA-MA para análise e emissão do parecer sobre a execução financeira do convênio em conformidade com o art. 43, inciso V da Portaria MAPA nº 428, de 09/06/2010.

Todos os três convênios estão em situação regular. Os convênios nº 771.221 e nº 794.607 estão em execução e o convênio nº 755.837 foi rescindido, tendo-se iniciado a prestação de contas por antecipação.

Em 2013, foram analisadas e aprovadas pelo DPDAG/SFA-MA 55 emendas parlamentares, que geraram o repasse de R\$ 31.416.750,00 a 37 prefeituras municipais, além de dois contratos de repasses à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Maranhão.

As emendas parlamentares priorizadas são indicadas, o MAPA cadastra as indicações no Siconv, os beneficiários enviam as propostas e planos de trabalho para análise, e a SeSAG/DPDAG/SFA-MA analisa os planos de trabalho no Siconv, aprovando-as ou colocando-as em complementação para os beneficiários corrigirem, para aí serem aprovadas.

As licitações, liberações de recursos, pagamentos, análise e aprovação das prestações de contas são de responsabilidade da Caixa Econômica Federal (CEF).

No que se refere ao acompanhamento e fiscalização da execução das obras e aquisições de bens e serviços produzidos com recursos de Projetos de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário (PRODESA), os contratos de prestação de serviços MAPA/CEF prevê a



obrigatoriedade daquela contratada na verificação da regularidade dos contratos de repasse durante toda a sua vigência até a prestação de contas final. O MAPA, por sua vez, conserva a prerrogativa de fiscalizar, a qualquer tempo, a execução dos serviços contratados junto à CEF. Essa fiscalização periódica já é executada pelo Departamento de Infraestrutura e Logística (DIEL/SDC/MAPA), que elaborou o Plano de Acompanhamento dos Contratos MAPA/CEF com o objetivo de verificar o cumprimento das cláusulas estabelecidas nos contratos de prestação de serviços MAPA/CEF pelas Gerências de Desenvolvimento Urbano (CAIXA/GIDUR) e de Representações de Desenvolvimento Urbano (CAIXA/REDUR) da CEF em todo o País.

A SFA-MA não analisa as prestação de contas dos contratos de repasse, devendo essa função à Caixa Econômica Federal, pois os mesmos constituem-se de transferências voluntárias de recursos federais para estados, municípios, instituições públicas e entidades não governamentais sem fins lucrativos por meio de programas e ações previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei do Orçamento Anual (LOA), aprovadas todos os anos pelo Congresso Nacional.

Os recursos são não-onerosos, ou seja, não exigem retorno, apenas contrapartida. A LOA autoriza a aplicação dos recursos nos estados e municípios e a seleção das propostas específicas é realizada pelo MAPA, sendo a Caixa Econômica Federal a mandatária, representando a União e relacionando-se com estados, municípios e entidades por meio de contratos de repasse.

Assim, a CEF acompanha todas as ações necessárias ao cumprimento dos contratos de repasse, verificando a sua regularidade conforme exigências normativas, legais e técnicas, e tem por atribuição:

- receber os Planos de Trabalho após cadastramento no Siconv e enquadrar as propostas às normas do concessor;
- analisar documentação técnica, institucional e jurídica dos estados, municípios e entidades tomadores dos recursos;
- celebrar contratos de repasse;
- analisar a viabilidade técnica dos projetos básicos descritivos da proposta;
- promover a execução orçamentário-financeira relativa aos contratos;
- acompanhar e atestar a execução física dos objetivos contratuais; e,
- receber, analisar e aprovar prestações de contas referentes aos repasses, verificando a regularidade de todas as ações necessárias ao cumprimento contratual.

4.2. Suprimento de Fundos

4.2.1. Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro 63- Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo (série histórica).

Valores em R\$
1,00

Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
	Quantidade de	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade de	(b) Valor	Quantidade de	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	03	1.440,00	96	43.438,66	44.878,66
2012	-	-	07	2.198,98	147	68.599,39	70.798,37
2011	-	-	04	624,00	143	58.304,16	58.928,16

Fonte: Siafi.



4.2.2. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro 64- Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador.

Valores em R\$
1,00

Portador		CPF	Valor do Limite Individual ¹	Valor		Total
Código da UG				Saque	Fatura	
130069		Limite de Utilização da UG				
Eduardo Negreiros Arruda		040.408.993-34	8.000,00	0	5.036,06	5.036,06
Alvaro Cardoso Paiva		042.078.073-49	8.000,00	0	1.805,26	1.805,26
Sebastião Pereira Ribeiro		044.745.203-78	8.000,00	0	1.134,71	1.134,71
Antônio Timóteo		051.006.314-49	8.000,00	0	1.289,28	1.289,28
Edmilson Carvalho Oliveira		055.202.233-00	8.000,00	0	1.443,76	1.443,76
José de Ribamar Medeiros Carvalho		081.036.743-20	8.000,00	0	426,56	426,56
José Carlos Matos Pereira		089.508.303-53	8.000,00	0	3.859,75	3.859,75
José Cláudio Araújo Ferreira		094.316.833-34	8.000,00	0	1.519,26	1.519,26
José Raimundo Bandeira Costa		095.512.983-49	8.000,00	0	2.288,50	2.288,50
Antonio Roberto Santos		104.520.603-20	8.000,00	0	1.108,54	1.108,54
Angelo Luiz Tadeu Ottati		119.876.758-86	8.000,00	0	385,33	385,33
Raimundo Constantino Ferreira Paiva Dias		124.277.133-68	8.000,00	1.280,00	3.021,68	4.301,68
José Alberto Alves Gomes Oliveira		129.221.884-34	8.000,00	0	424,17	424,17
Carlos Alberto Gomes Chaves		149.151.383-72	8.000,00	0	6.203,45	6.203,45
Raimundo Carlos Dutra Silva		162.706.571-71	8.000,00	0	178,00	178,00
Angela Maria Dourado Baquil		177.949.943-49	8.000,00	0	453,08	453,08
Augusto Serrão Filho		215.822.893-87	8.000,00	0	4.637,27	4.637,27
José Mendonça Fernandes		225.074.421-15	8.000,00	0	1.022,09	1.022,09
Genílson Ferreira Santana		353.849.723-00	8.000,00	0	632,39	632,39
Aurenice Lucena Pereira		468.130.123-04	8.000,00	0	935,55	935,55
Altamiro Souza de Lima Ferraz Junior		511.175.414-49	8.000,00	0	500,00	500,00
João Luiz Ramos Teixeira		551.015.347-49	8.000,00	0	2.068,84	2.068,84
Clúadia Sponholz Belmino		576.391.593-34	8.000,00	160,00	336,00	496,00
Bruno Raphael Ribeiro Guimarães		631.156.20306	8.000,00	0	115,02	115,02
Fábio Andrade Bessa de Lima		701.3731.53-68	8.000,00	0	931,70	931,70
Ronaldo Coutinho Rodrigues		742.2490.53-53	8.000,00	0	882,41	882,41
Monica Arouche Lima		823.4124.93-53	8.000,00	0	800,00	800,00
Total Utilizado pela UG				1.440,00	43.438,66	44.878,66
Total Utilizado pela UJ				1.440,00	43.438,66	44.878,66

Fonte: Siafi.

¹ O valor do limite individual por portador foi publicado na Portaria nº 101, de 11 de julho de 2013.



4.2.3. Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 65- Prestações de contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	99	44.878,66	154	70.798,37	147	58.928,16

Fonte: Siafi.



4.2.4. Análise Crítica

A utilização do CPGF pelos órgãos do Governo Federal é a melhor forma de aplicação dos recursos, facilitando o controle na execução das despesas.

A SFA-MA tem em sua rotina o respeito a todos os prazos e restrições para utilização de suprimento de fundos. A concessão de suprimentos de fundo obedeceu ao disposto no Decreto Federal nº 93.872, de 23/12/1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente, à Portaria nº 95, de 19/04/2002, do Ministério da Fazenda, e às disposições do manual do Siafi.

Na gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos, no exercício de 2013, a SFA-MA buscou estabelecer procedimentos de controle interno visando manter critérios rigorosos na utilização dos referidos recursos. Assim sendo, o montante dos recursos utilizados através da concessão de suprimentos de fundos, visou atender a uma demanda específica de necessidade urgente, ou de natureza emergencial em áreas técnicas e administrativas, em conformidade com a legislação em vigor.

Ressalta-se que, além da utilização de recursos em períodos de deslocamentos de servidores em viagens de serviço nesta Superintendência, também foram utilizados recursos na aquisição de materiais diversos, de pequeno vulto, visando suprir e atender a demandas que colocavam em risco a continuidade na execução das atividades diárias, dos servidores da SFA-MA, atentando para a excepcionalidade de utilização dos mesmos.

Salienta-se ainda que as concessões de valores solicitados através de suprimentos de fundos, materializados fisicamente em processos administrativos, passaram pela análise minuciosa da documentação específica, passando por verificação da regularidade em sua aplicação, pelo ordenador de despesas e pela SEOF/SAG/SAD/SFA-MA.

A utilização de suprimento de fundos na SFA-MA vem caindo paulatinamente ano a ano. Entre 2010 e 2013, a queda na utilização de suprimento de fundos com Cartão de Crédito Corporativo em valores foi da ordem de 31,06%. Nesse período, após um aumento na utilização do pagamento de faturas ter saltado para o nível mais alto, em 2013, antagonicamente, chegou-se a mais baixa utilização. E essa será a tendência se a Administração contratar em 2014 uma empresa administradora de cartões para pagamento de combustíveis e serviços de reparo e manutenção, o que fará com que o número de faturas caia drasticamente. Um dos motivos que provocou a queda da utilização do CPGF foram os contingenciamentos que impediram a realização de muitas viagens. Quando a comparação é feita em número de faturas, a queda chegou a 46,07% entre 2010 e 2013. A utilização de saques manteve-se em nível baixo no período.

Conforme ficou demonstrado, a cada exercício o valor dos recursos utilizados com CPGF está menor e o valor de saques estão sendo mantidos baixos, ressaltando o aprimoramento dos controles internos, objetivando, desta forma, assegurar a melhor aplicação dos recursos públicos em despesas realizadas com suprimentos de fundos.

As prestações de contas são analisadas criteriosamente e são lançadas no Sistema Comprasnet dentro do prazo previsto em lei.

Retornando à questão dos controles exercidos pelo OCI, a SFA-MA passou por auditoria em 2012 referente ao Processo de Contas Anuais de 2011, e o OCI fez algumas recomendações, prontamente atendidas visando o aperfeiçoamento do seu controle sobre concessão de suprimento de fundos.

São listadas abaixo as recomendações e as providências tomadas pela SFA-MA para saneamento das inconformidades:

Recomendação 1:

Incluir nos processos de suprimento juntando as faturas e indicar o número de ordem bancária na capa.



Providências tomadas:

A rotina foi implementada pela SEOF/SAG/SAD/SFA-MA.

Recomendação 2:

Justificar e fundamentar a excepcionalidade da concessão de suprimento de fundos com base em um dos incisos do art. 45 do Decreto Federal nº 93.872, de 23/12/1986.

Providências tomadas:

Os Serviços, Unidade, Seções e Divisões da SFA-MA foram orientados a justificarem com maiores detalhes as propostas de concessão de suprimento de fundos quanto à excepcionalidade da despesa conforme determina o artigo 45 do Decreto Federal nº 93.872, de 23/12/1986.

Recomendação 3:

Em caso de divergências entre os dados do relatório da transação efetuada (cupom do cartão) e as notas fiscais, justificar, no processo, e juntar documentos comprobatórios.

Providências tomadas:

Os Serviços, Unidades e Divisões da SFA-MA foram instruídos, no caso de haver divergência entre os dados do relatório da transação efetuada (cupom do cartão) e da nota fiscal, a apresentar uma justificativa, a ser anexada à prestação de contas do suprimento de fundo, sobre os motivos que levaram isso a acontecer, além, se necessário, de juntar documentos comprobatórios.

Recomendação 4:

Instituir rotinas para verificar a conformidade dos dados da fatura com os documentos fiscais, inclusive no que se refere a conferir o “atesto” de execução da despesa.

Providências tomadas:

A equipe da SEOF/SAD/SFA-MA incorporou à sua rotina a conferência dos “atestos” dos cupons de transação financeira e das notas fiscais de execução de despesas durante a análise da prestação de contas apresentada, bem como verifica com acuidade a conformidade dos dados da fatura com os dos documentos fiscais

Recomendação 5:

Editar portarias para fixar o limite de concessão de suprimento de fundos por suprido em cada exercício.

Providências tomadas:

O limite de concessão de suprimento de fundos por portador para o exercício de 2013 foram especificados na Portaria nº 101, de 11 de julho de 2013.



5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Os subitens abaixo relacionados do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA (Quadro 66):

Quadro 66- Subitens do item 5 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA.

Subitem	Título	Justificativa
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	Porque o controle com a finalidade de detectar possíveis acumulações indevidas é feita pelo Órgão Central. A SFA-MA não dispõe de meios de identificação eventual de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, a qual é vedada no artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal.
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	Porque o Órgão Central é o responsável pela detecção de casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos diretos. Ressalta-se que na SFA-MA nenhum servidor acumula cargo, função ou emprego público em discordância à Constituição Federal. Caso seja demandado pelo Órgão Central, a SFA-MA abre um processo administrativo para apuração da possível ilegalidade.
5.2.2	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	Porque a SFA-MA é uma unidade descentralizada do MAPA, que é o responsável pela realização dos concursos públicos autorizados pelo MPOG.

Fonte: SFA-MA.

Para os seguintes subitens do Anexo II da mesma Decisão Normativa, apesar de serem aplicáveis à natureza da Unidade, não foram registradas ocorrências durante o exercício (Quadro 67):

Quadro 67- Subitens do item 5 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não apresentaram ocorrência durante o exercício na SFA-MA.

Subitem	Título	Justificativa
5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico	Não houve a ocorrência de atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico.
5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	Porque todos os contratos em que havia o envolvimento de empregados terceirizados foram encerrados em exercícios anteriores.

Fonte: SFA-MA.



5.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1. Lotação

Quadro 68- Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	84	84	0	10
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	84	84	0	10
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	84	84	0	10
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	84	84	0	10

Fonte: Siape.



5.1.1.2. Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro 69- Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	3
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	6

Fonte: Siape.



5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1. Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro 70- Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	7	7	1	1
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	7	7	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	1	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	12	12	1	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	12	12	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	19	19	2	1

Fonte: Siape.

5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 71- Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	7	8	35	15
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	7	8	35	15
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	5	3	4	6
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	4	1	0	2
2.3. Funções Gratificadas	1	1	2	4	4
3. Totais (1+2)	1	12	11	39	21

Fonte: Siape.



5.1.2.3. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro 72- Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	3	3	19	39	0	1	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	3	3	19	39	0	1	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	8	8	0	0	3
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	5	0	0	2
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	8	3	0	0	1
3. Totais (1+2)	0	0	3	3	27	47	0	1	3

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Siape.



5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 73- Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	6.382.220,69	22.642,23	661.906,90	281.117,17	154.659,48	781.911,83	2.160.969,44	69.592,39	128.455,19	10.643.475,32
	2012	4.298.976,31	16.130,11	797.741,98	633.318,26	214.762,26	742.036,24	4.782.346,40	3.216,24	33.606,46	11.522.134,26
	2011	4.189.343,16	12.204,37	764.842,46	856.561,46	162.643,01	678.761,37	4.337.246,00	0,00	9.592,68	11.011.194,54
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	257.343,76	0,00	27.286,36	9.095,44	0,00	0,00	81.943,80	4.283,97	0,00	379.953,33
	2012	206.540,87	0,00	20.052,62	6.684,20	7,78	10.365,64	48.786,00	0,00	616,82	293.053,93
	2011	240.182,96	0,00	38.140,95	7.177,57	143,34	15.848,46	112.991,60	0,00	0,00	414.484,88
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	1.129.626,75	134.087,14	121.465,85	40.650,33	0,00	62.627,87	48.134,00	27.412,97	32.392,85	1.596.397,76
	2012	530.518,20	125.299,65	93.029,64	61.437,14	46,68	74.183,04	587.114,84	0,00	0,00	1.471.629,19
	2011	629.934,07	129.552,00	86.513,98	122.869,63	44.026,78	112.762,62	621.777,70	0,00	0,00	1.747.437,08
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	630.878,68	53.298,96	76.324,63	27.129,34	830,37	64.262,16	211.054,00	4.016,97	13.307,77	1.081.102,88
	2012	355.813,58	51.184,87	49.277,38	40.251,65	667,49	22.414,60	305.020,54	0,00	0,00	824.630,11
	2011	390.509,82	53.527,42	76.681,57	53.207,75	13.929,97	33.511,90	353.958,03	0,00	0,00	975.326,46

Fonte: Siape.



5.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 74- Composição do quadro de servidores inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	129	9
2.1. Voluntária	117	9
2.2. Compulsória	0	0
2.3. Invalidez Permanente	12	0
1.1. Outras	0	0
2. Proporcional	77	0
2.1. Voluntária	73	0
2.2. Compulsória	1	0
2.3. Invalidez Permanente	3	0
2.4. Outras	0	0
3. Totais (1+2)	206	9

Fonte: Siape.

5.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 75- Instituidores de pensão – Situação apurada em 31/12.

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	240	6
1.1. Integral	171	4
1.2. Proporcional	69	2
2. Em Atividade	82	0
3. Total (1+2)	322	6

Fonte: Siape.



5.1.5. Cadastramento no Sisac

5.1.5.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Quadro 76- Atos sujeitos ao registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	9	2	9	2
Concessão de pensão civil	6	7	6	7
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	2	0	2
Totais	15	11	15	11

Fonte: Siape.

5.1.5.2. Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU

Quadro 77- Atos sujeitos à comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	0	1	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	0	1	0	0

Fonte: Siape.

Obs: Os comunicados de desligamentos ficam a cargo do Órgão Central.



5.1.5.3. Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Quadro 78- Regularidade do cadastro dos atos no SISAC.

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	1	8	0	0
Concessão de pensão civil	0	6	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	1	14	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

Fonte: Siape.

5.1.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Seção de Gestão de Pessoas da SFA-MA não dispõe de indicadores para gerenciamento dos recursos humanos. Como Unidade Jurisdicionada do MAPA, opera com todos os instrumentos elaborados e disponibilizados pelo Órgão Central para que haja uniformização de procedimentos ao nível nacional. Relatórios anuais com informações a respeito de variáveis concernentes à Gestão de Pessoas são enviadas pela SePA/SFA-MA à Coordenação-Geral de Apoio às Superintendências (CGAS/SE/MAPA).

Alguns dos temas tratados são de competência da Coordenação-Geral de Administração de Pessoas (CGAP/SPOA/SE/MAPA), como reposição do quadro e rotatividade, e da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares (CGPAD/SE/MAPA), dos assuntos relativos aos atos disciplinares.



5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 79- Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão														
UG/Gestão: 130069/00001							CNPJ: 00.396.895/0017-92							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados ¹						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	V ²	P	01/2012/SFA-MA	11.029.232/0001-99	28/02/2013	27/02/2014	-	-	-	-	-	-	-	P
2013	L ³	O	16/2013/SFA-MA	13.909.561/0001-50	30/12/2013	29/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	A
<p>Observações:¹ Não existe nos contratos de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da SFA-MA exigência de nível de escolaridade para os trabalhadores contratados. ² No serviço de vigilância armada fora previsto no Termo de Referência e no Edital a contratação de quatro postos de escala 12h x 36h, sendo dois postos diurnos e dois noturnos, com dois vigilantes em cada posto, totalizando-se oito vigilantes, tendo sido todos contratados. ³ A Instrução Normativa nº 02/2008 do MPOG sugere que o quantitativo de terceirizados contratados para os serviços de limpeza deve ter seu cálculo baseado na área interna e externa do prédio. Dessa forma, o quantitativo pode ser previsto, mas não exigido no Termo de Referência ou Edital. O quantitativo contratado para os serviços de limpeza é de oito serventes.</p>														
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>														

Fonte: SCC/SAG/SAD/SFA-MA.



5.2.2. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão
Quadro 80- Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão													
UG/Gestão: 130069/00001							CNPJ: 00.396.895/0017-92						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados ¹						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	4 ²	O	16/2013/SFA-MA	13.909.561/0001-50	30/12/2013	29/12/2014	-	-	-	-	-	-	A
2013	12 ³	O	16/2013/SFA-MA	13.909.561/0001-50	30/12/2013	29/12/2014	-	-	-	-	-	-	A
2013	12 ⁴	O	16/2013/SFA-MA	13.909.561/0001-50	30/12/2013	29/12/2014	-	-	-	-	-	-	A
2013	12 ⁵	O	16/2013/SFA-MA	13.909.561/0001-50	30/12/2013	29/12/2014	-	-	-	-	-	-	A
<p>Observações:¹ Não há nos contratos de copeiragem, de serviços de secretariado, de eletricitista e de pedreiro exigência de nível de escolaridade para os trabalhadores contratados. ² No serviço de copeiragem fora previsto no Termo de Referência e no Edital a contratação de uma copeira, tendo sido contratada. ³ No serviço de secretariado fora previsto no Termo de Referência e no Edital a contratação de duas secretárias, tendo sido contratadas. ³ No serviço de eletricitista fora previsto no Termo de Referência e no Edital a contratação de um eletricitista, tendo sido contratado. ⁴ No serviço de pedreiro fora previsto no Termo de Referência e no Edital a contratação de um pedreiro, tendo sido contratado.</p>													
LEGENDA							<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>						
<p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> Segurança; Transportes; Informática; Copeiragem; Recepção; Reprografia; Telecomunicações; Manutenção de bens móveis Manutenção de bens imóveis Brigadistas Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes Outras 													

Fonte: SCC/SAG/SAD/SFA-MA.



5.2.3. Análise Crítica dos itens 5.2.2 e 5.2.3 (Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013)

O Setor de Compras e Contratos da SFA-MA desconhece qualquer fato que tenha dificultado a condução e o bom andamento dos contratos de serviços com locação de mão de obra. Desconhece-se quaisquer tipos de interrupções nos serviços (parcial ou total), ou a ausência de pagamentos referentes a verbas trabalhistas pelas empresas contratadas.

5.2.4. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 81- Composição do quadro de estagiários.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	4	0	0	2	7.363,87
1.1 Área Fim	2	0	0	1	4.226,53
1.2 Área Meio	2	0	0	1	3.137,34
2. Nível Médio	0	0	0	0	0,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0,00
3. Total (1+2)	4	0	0	2	7.363,87

Fonte: Siape.



6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Os subitens do item 6 abaixo relacionados do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA (Quadro 82):

Quadro 82- Subitens do item 6 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não foram aplicados à natureza jurídica da SFA-MA.

Subitem	Título	Justificativa
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional	Porque a SFA-MA não possui qualquer imóvel que não seja o qual onde está instalada.
6.3	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	Porque a SFA-MA não dispõe de imóvel locado de terceiros.

Fonte: SFA-MA.

6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é discriminada abaixo:

- Decreto Federal nº 6.403, de 17/03/2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa nº 03, de 15/05/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências;
- Portaria MAPA nº 428, de 09/06/2010: Dispõe sobre o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Portaria MAPA nº 191, de 23/10/2012, na qual normatizou-se a implantação e funcionamento do Sistema de Controle de Veículos Automotivos do MAPA (SCVA).

A importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da SFA-MA está no fato de que a STR/SAG/SAD/SFA-MA constitui-se em uma das principais áreas meio, a qual posiciona-se estrategicamente na consecução dos resultados da área fim, contribuindo dessa forma para que sejam prestadas com eficiência e eficácia as tarefas e atribuições emanadas dos diplomas legais (leis, decretos, instruções normativas, planos, projetos, programas).

O impacto da frota de veículos da SFA-MA está expresso nas características das operações relacionadas ao atendimento das demandas geradas pelo setor agropecuário, tanto no âmbito técnico para a realização de inspeções e averiguações de denúncias, como administrativo para apoio à área meio.

A frota da SFA-MA, toda própria, foi composta por 37 veículos no exercício 2013, dos quais 21 estão ociosos e 16 estão em operação. Os 21 veículos ociosos apresentaram problemas mecânicos, elétricos e/ou eletrônicos, e assim estão por falta de recursos para o reparo dos problemas (Vide ANEXO D). Houve uma diminuição no número de veículos utilizados de 25 para 16 em relação ao exercício de 2012.

Não há diferenciação entre veículos por grupos, pois todos, de acordo com as necessidades das Divisões/Seções/Serviços/Setores/Unidade, podem ser utilizados independentemente de quais serviços serão realizados.

A média anual de quilômetros rodados dos 16 veículos utilizados foi de 6.919,06 km e a idade média da frota em operação é de 4,12 anos. Quanto aos custos, estes foram de R\$ 74.098,21.



O que percebeu-se é que os custos com peças, acessórios, lubrificantes e serviços subiu de R\$ 18.729,58 em 2012 para R\$ 30.259,96, ou seja, um aumento de 61,56%. Com essa informação, deduz-se que a frota da SFA-MA está bastante desgastada, necessitando de reparos constantemente. Além dos custos, a necessidade de serviços de manutenção comprometem o cronograma de trabalhos da área técnica.

Com relação à aquisição de combustível, que é uma variável direta, verificou-se que foram gastos R\$ 39.191,47 em 2013, uma pequena queda de 1,63% em relação ao gasto executado em 2012, que fora de R\$ 39.829,90. Agora, quanto analisa-se a quantidade adquirida, o valor gasto não demonstra a diminuição na aquisição de combustíveis, que de 18.181,859 L em 2012 caiu para 15.857.576 L, uma queda de 14,66%. A importância desses dados está no fato de que o ritmo de atividades da SFA-MA caiu tanto pelo contingenciamento de recursos para a execução das atividades finalísticas como pela necessidade de manutenção dos veículos que ficaram por mais tempo parados.

A SFA-MA não possui um plano de substituição de frota próprio, sendo que os veículos são adquiridos conforme a disponibilidade de recursos financeiros por parte das Coordenações-Gerais da área técnica.

O controle da frota foi realizado através do Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA, o que, como todo sistema informatizado, proporciona usuário, no caso o STR/SAG/SAD/SFA-MA, um maior controle do uso e gastos sobre a frota de veículos da SFA-MA. Esse controle inclui a rotatividade de uso da frota, gastos com combustíveis e manutenção por veículo, controle das distâncias percorridas e consumo de combustível nos deslocamentos realizados.

6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 83- Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF: Maranhão	1	1
	São Luís	1	1
	Subtotal Brasil	1	1
EXTERIOR	PAÍS	-	-
	Subtotal Exterior	-	-
	Total (Brasil + Exterior)	1	1

Fonte: SMP/SAG/SAD/SFA-MA.



6.2.2. Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Quadro 84- Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ.

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados							
Sede da SFA-MA	0921.00537.500-2	5	3.369.968,53	13/03/2013	3.369.968,53	137.609,00	22.253,63
Vazios							
-	-	-	-	-	-	-	-
Total						137.609,00	22.253,63

Fonte: SMP/SAG/SAD/SFA-MA



Análise Crítica:

A gestão atual assumiu a SFA-MA, em outubro de 2010, com uma pendência a respeito da desatualização da Avaliação do Bem Imóvel sob sua responsabilidade, e desde então vem tomando providências para resolver esta questão.

Com isto, foi solicitada a avaliação do imóvel à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Maranhão (SPU-MA) através do Ofício nº 374/2012/GAB/SFA-MA, recebendo Nota de Informação nº 222/2012 da Coordenação de Destinação do SPU-MA, em que dizia que aquele Órgão não dispunha de meios para proceder tal avaliação, cabendo-se ao mesmo apenas a sua convalidação.

Após isto, requisitou-se uma proposta de avaliação do imóvel à Gerência de Desenvolvimento Urbano e Rural da Caixa Econômica Federal em São Luís (GIDUR/SL) através de Ofício nº 456/2012/GAB/SFA-MA, obtendo-se na resposta datada de 01/11/2012 um pedido de apresentação de documentos para análise. Até o dia 31/12/2012 a SFA-MA não havia recebido qualquer manifestação da GIDUR/SL.

A SFA-MA recebeu como resposta por meio do Ofício nº 50/2013/GIDUR/SL, de 25/01/2013, uma proposta onerosa da GIDUR/SL de R\$ 6.375,00 para a realização da avaliação. Entretanto, a SFA-MA não dispunha de recursos específicos para o pagamento do serviço, e, dessa forma, voltou-se, no ano de 2013, a se fazer tratativas junto à SPU-MA para que esse Órgão realizasse a avaliação do imóvel. O primeiro contato aconteceu através do Ofício nº 59/2013/GAB/SFA-MA, de 11/03/2013, obtendo da Superintendência do Patrimônio da União no Maranhão informação técnica de valor de imóvel (conforme a ON GEADE/SPU nº 004, de 25/02/2003) com o objetivo de atualização do cadastro no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Com isto, foi possível a SFA-MA realizar a atualização da Avaliação do Bem Imóvel sob sua responsabilidade, a qual terá validade até 13/03/2015.

No ano de 2013 foram investidos R\$ 137.609,00 com a reforma e incremento dos estacionamentos interno e externo, que passaram a integrar a estrutura do imóvel, aumentando o seu valor de mercado e trazendo aos servidores e usuários do serviço público maior segurança e conforto.

A SFA-MA teve um gasto de R\$ 22.253,63 com despesas de manutenção das instalações no exercício de referência. Pode-se destacar a conservação das instalações, tais como reparos de telhado, correção de infiltração e substituição dos sistemas elétricos e hidráulicos danificados.



7. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

7.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Vide ANEXO E.

7.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro 85- Consumo de papel, energia elétrica e água.

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
ECOCEMAR		2013		1- Doação de 225,95 Kg de material reciclável, com valor convertido em desconto na conta de energia elétrica da Fundação Antônio Jorge Dino. 2- Doação de 132,80 Kg de material reciclável, com valor convertido em desconto na conta de energia da Associação Beneficente Santa Clara (ABESAC) - Projeto “Sonho de Aline”.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	475 resmas	-	400 resmas	R\$ 5.415,45	-	R\$ 3.988,00
Água¹	117 m ³	-	-	R\$ 37.591,63	-	-
Energia Elétrica	253.453 Kwh	275.477 Kwh	290.575 Kwh	R\$ 90.906,75	R\$ 143.621,44	R\$ 148.620,96
			Total	R\$ 133.913,83	R\$ 143.621,44	R\$ 152.608,96

Fonte: SEOF/SAD/SFA-MA; SePA/SFA-MA.

¹ A SFA-MA é abastecida com água oriunda de poço artesiano.



8. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

O subitem abaixo relacionado do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, não foi aplicado à natureza jurídica da SFA-MA (Quadro 86):

Quadro 86- Subitem do item 9 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não foi aplicado à natureza jurídica da SFA-MA.

Subitem	Título	Justificativa
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	Porque a SFA-MA não possui "Unidade de Auditoria Interna", que é uma Estrutura, em regra, encontrada em Entidades da Administração Indireta.

Fonte: SFA-MA.

Para os seguintes subitens do item 9 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, apesar de serem aplicáveis à natureza da Unidade, não foi registrada ocorrência durante o exercício (Quadro 87):

Quadro 87- Subitens do item 9 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, que não apresentaram ocorrências durante o exercício na SFA-MA.

Subitem	Título	Justificativa
9.1	Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU	Porque não houveram novas deliberações do TCU no exercício de 2013 com vistas à SFA-MA, assim como não existiam deliberações do TCU pendentes de atendimento no final do mesmo exercício.
9.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	Porque todas as recomendações emanadas da OCI em exercícios anteriores foram atendidas pela SFA-MA.
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	Porque a SFA-MA não necessitou instaurar medidas administrativas internas para caracterização ou elisão de dano, bem como, de tomadas de contas especiais instauradas e remetidas ao TCU.

Fonte: SFA-MA.



8.1. Tratamento de Recomendações do OCI

8.1.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro 88- Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão			002792
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório nº 201203389	4.1.2	Ofício nº 194/2013/GAB/SFA-MA, de 29/05/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão			002792
Descrição da Recomendação			
Ultimar os procedimentos com vistas a concluir avaliação do bem imóvel sob sua responsabilidade (RIP nº 0921.005375002).			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Sector de Material e Patrimônio – SMP/SAG/SAD/SFA-MA			-
Síntese da Providência Adotada			
<p>A desatualização da avaliação de imóvel, vencida desde 04/07/2010, deu-se pela falta da planta da situação e localização do imóvel, a qual foi providenciada.</p> <p>A atualização da avaliação do imóvel foi solicitada à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Maranhão (SPU-MA), através do Ofício nº 374/2012/GAB/SFA-MA, de 10 de agosto de 2012. Foi informado através da Nota de Informação nº 222/2012, da Coordenação de Destinação da SPU-MA, que o órgão não dispunha de meios para proceder esta avaliação, cabendo-lhes apenas a sua convalidação. Solicitou-se a avaliação do imóvel à Gerência de Desenvolvimento Urbano e Rural da Caixa Econômica Federal em São Luís (GIDUR/SL) através de Ofício nº 456/2012/GAB/SFA-MA, de 19/10/2012, , obtendo resposta em 01/11/2012.</p> <p>Os documentos do imóvel foram separados para serem enviados à GIDUR/SL, para que fosse dada continuidade ao processo de atualização do valor do imóvel. Por meio do Ofício nº 50/2013/GIDUR/SL, de 25 de janeiro de 2013, foi encaminhada a proposta com valor dos serviços para avaliação do imóvel.</p> <p>Tendo em vista a não disponibilidade de recursos para a contratação dos serviços de avaliação do imóvel, a SFA-MA entrou em contato novamente com a SPU-MA, através do Ofício nº 59/2013/GAB/SFA-MA, de 11 de março de 2013, solicitando a viabilidade de um técnico para realizar tal avaliação do imóvel.</p> <p>O pleito foi aceito e comunicado à SFA-MA através do Ofício nº 350/2013-GAB/SPU-MA, de 14 de março de 2013.</p> <p>No Ofício nº 65/2013/GAB/SFA-MA, de 18 de março de 2013, foi solicitada à SPU-MA senha de acesso para os servidores competentes visando à atualização do valor do imóvel no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).</p> <p>Após problemas com o perfil no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) da Chefe do Sector de Material e Patrimônio (SMP/SAG/SAD/SFA-MA), em 28 de maio de 2013 realizou-se a atualização do valor do imóvel no SPIUnet, sendo que essa avaliação terá validade até 13 de março de 2015.</p> <p>Através do Ofício nº 194/2013/GAB/SFA-MA, de 29 de maio de 2013, foi comunicado à CGU/MA sobre a regularidade da situação.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Após as ações supracitadas, realizou-se a atualização do valor do imóvel da SFA-MA.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Conforme supracitadas providências, observou-se que a ausência da planta do prédio foi um fator crítico para o andamento da atualização da avaliação do imóvel da SFA-MA. Outro ponto negativo foi a ausência de recursos para contratação de uma empresa especializada para esse tipo de serviço para que pudesse ser realizada a convalidação pela SPU-MA. No exercício de 2013, foram tomadas providências complementares que permitiram a conclusão da atualização da avaliação do imóvel, sendo cumprida a recomendação da OCI.			



8.2. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

8.2.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

Quadro 89- Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	19	19	19
	Entregaram a DBR	19	19	19
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SGP/SAD/SFA/MA.

8.2.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

A SFA-MA, em 2013, recebeu e confirmou a entrega da Declaração de Bens e Rendas por todos servidores que se viam obrigados pela Lei nº 8.730/93 a cumprir tal exigência na SGP/SAD/SFA-MA, a Seção cuja qual é responsável pela recepção e gerenciamento das mesmas.

Os servidores são orientados a encaminharem uma cópia da Declaração do Imposto de Renda à SGP/SAD/SFA-MA em até quinze dias após o envio da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda à Receita Federal para ser arquivada em seus assentamentos funcionais.

Caso ocorra o não cumprimento da determinação, a Seção toma todas as providências necessárias no sentido de fazer cumprir a legislação, e, assim, solucionar a pendência.

A entrega das Declarações foi entregue em papel, pois não nem sistema informatizado para o seu recebimento e nem para a sua gerência.

A guarda das declarações é feita em local fechado e controlado, com a devida preservação do sigilo fiscal das informações. Da mesma forma para que seja preservado o caráter confidencial das informações, não se faz qualquer tipo de análise com a intenção de que sejam detectadas incompatibilidades nas Declarações de Bens e Renda entregues.

Quanto à quantidade de funções comissionadas nesta SFA-MA, essas se compõem em sete cargos de Direção e Assistência Superior e mais 12 Funções Gratificadas, totalizando 19 funções comissionadas.

A partir de 2011, os servidores, para fins de cumprimento da exigência contida no artigo 13 da Lei nº 8.429/1992 e no artigo 1º da Lei nº 8.730/1993, preenchem e assinam formulário específico à SGP/SAD/SFA-MA autorizando o controle interno daquela Seção e ao Tribunal de Contas da União a terem acesso às suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda, bem como às respectivas retificações.

Com relação à admissões, no ato da posse, o servidor é orientado a apresentar a sua Declaração de Bens, condição necessária à posse. No caso de egressos, se o desligamento se referir



à destituição de Cargo em Comissão de servidor que já tenha apresentado a Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda no mesmo exercício, não se solicita que a apresente novamente. Se o egresso se referir à exoneração de cargo efetivo ou aposentadoria, para formalização de processo, exige-se a apresentação da DBR.

8.3. Alimentação SIASG e SICONV

Vide ANEXOS F e G



9. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Conforme estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC/MAPA) é gerenciado pelo Órgão Central, e trata das questões relativas ao cumprimento da Lei nº 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso a Informação).

O SIC/MAPA foi inaugurado em 12 de abril de 2012 e abrange também todas as suas unidades descentralizadas, tal como a Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão.

As demandas são recebidas e gerenciadas pelo Órgão Central em uma estrutura, que conta, inclusive, com uma central de relacionamento para atendimento via telefone e digital (internet), assegurando ao usuário o pleno direito ao anonimato.

Neste modelo, coube à SFA-MA a nomeação de um servidor estável do quadro para atuar como interlocutor das demandas do SIC/MAPA frente à SFA-MA.

O SIC/MAPA atendeu mais de 24 mil solicitações de informação do cidadão no seu primeiro ano de funcionamento pelos seus diversos canais, como telefone 0800, fax, e-mail (sic.mapa@agricultura.gov.br), formulário, chat online, e-SIC (Sistema da Controladoria Geral da União - CGU), correspondências e atendimento presencial.

Conforme dados do MAPA de 2013, no primeiro ano de atendimento, o SIC do MAPA já se tornou referência, pois atendeu 100% das solicitações, tendo 96% de satisfação dos cidadãos demandantes de informação.

Desse modo, o cidadão demandante de informação pode solicitá-la pelos seguintes canais:

- ✓ 0800: Ligação gratuita para o número 0800 704 1995. Horário de funcionamento: das 8h às 20h, todos os dias da semana;
- ✓ Fax: (61) 3218-2401;
- ✓ E-mail: sic.mapa@agricultura.gov.br;
- ✓ Formulário Online de Requisição de Informação: pelo site www.agricultura.gov.br/sic;
- ✓ Chat Online: pelo site www.agricultura.gov.br/sic. Horários de funcionamento: das 08h às 20h, de segunda à sexta-feira;
- ✓ e-SIC: pelo sistema da CGU (Controladoria Geral da União), em seu portal de internet;
- ✓ Correspondência ou presencialmente: Esplanada dos Ministérios.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Bloco D, Anexo B, Sala 20, Térreo. CEP: 70.842-970
Brasília/DF. Caixa Postal 02432. Horários de funcionamento para atendimento pessoal: das 8h às 18h, de segunda à sexta-feira, exceto aos feriados.

As demandas de interesse e/ou relacionadas a esta SFA-MA são repassadas pela central do SIC/MAPA, sendo encaminhadas aos interlocutores locais. Contudo, o cidadão pode solicitar informação por meio dos seguintes canais da SFA-MA:

- ✓ Telefone: (98) 3131-3424 ou (98) 3131-3420;
- ✓ Fax: (98) 3131-3419;
- ✓ E-mail: gab-ma@agricultura.gov.br;
- ✓ Correspondência ou presencialmente: Praça da República, nº 147, Diamante, São Luís/MA, CEP: 65.020-500. Horários de funcionamento para atendimento pessoal: das 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda à sexta-feira, exceto aos feriados.



No exercício de 2013, a SFA-MA recebeu, via o SIC/MAPA, três demandas (Quadro 90). Ressalta-se que todas as demandas foram prontamente atendidas. No ano de 2013, não houve outras demandas (por telefone, presenciais ou por correspondências) na SFA-MA.

Quadro 90- Relação de demandas encaminhadas pelo Órgão Central à SFA-MA via Sistema de Informação ao Cidadão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Nº da demanda	Data de Criação	Data de envio à SFA-MA	Data de envio da resposta ao SIC/MAPA	Status
247.357	14/05/2013	16/05/2013	03/06/2013	Finalizada
259.495	23/09/2013	23/09/2013	01/10/2013	Finalizada
260.983	09/10/2013	09/10/2013	17/10/2013	Finalizada

Fonte: SFA-MA.

Na Ouvidoria, também fazendo parte do modelo centralizado de comunicação do MAPA, são recebidas as reclamações, denúncias, críticas, elogios e sugestões dos administrados, bem como as manifestações relativas ao Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20/07/2010). Do mesmo modo que para o SIC/MAPA, são recebidas e gerenciadas pelo Órgão Central e repassadas ao servidor da SFA-MA formalmente designado para atuar como interlocutor.

À Ouvidoria do MAPA podem ser utilizadas pelo cidadão as seguintes formas de contato:

- ✓ 0800: Ligação gratuita para 0800 704 1995. Horário de funcionamento: das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira;
- ✓ Fax: (61) 3218-2994;
- ✓ E-mail: ouvidoria@agricultura.gov.br;
- ✓ Formulário Online: pelo site <http://www.agricultura.gov.br/ouvidoria/contatos-com-a-ouvidoria/por-formulario-web/formulario>;
- ✓ Chat Online: pelo site www.agricultura.gov.br/sic. Horários de funcionamento: das 08h às 20h, de segunda à sexta-feira;
- ✓ e-SIC: pelo sistema da CGU (Controladoria Geral da União), em seu portal de internet;
- ✓ Correspondência ou presencialmente: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Esplanada dos Ministérios, Edifício Sede, Bloco D, 2º Andar, Sala 202. CEP 70.043-900 Brasília/DF. Horários de funcionamento para atendimento pessoal: das 8h às 18h, de segunda à sexta-feira, exceto aos feriados.

No exercício de 2013, a SFA-MA recebeu, via a Ouvidoria do MAPA, também três demandas (Quadro 91).

Quadro 91- Relação de demandas encaminhadas pelo Órgão Central à SFA-MA via Sistema de Ouvidoria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Nº da demanda	Data de Criação	Data de envio à SFA-MA	Data de envio da resposta ao SIC/MAPA	Status
59.216	05/02/2013	05/02/2013	14/02/2013	Finalizada
59.520	21/02/2013	21/02/2013	21/02/2013	Finalizada
64.072	10/07/2013	12/07/2013	17/07/2013	Finalizada

Fonte: SFA-MA.

No decorrer do exercício de 2013, percebeu-se que o cidadão usuário ainda não conhece os múltiplos canais de informação que estão disponíveis para o seu uso. Entretanto, é crescente o



número de demandas do SIC/MAPA e da Ouvidoria no âmbito da SFA-MA, sendo que 100% delas naquele ano base foram respondidas.

Quanto aos mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade e a demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade, a SFA-MA não reúne condições de leva-los a cabo, pois tanto o Sistema de Informação ao Cidadão como a Ouvidoria têm suas estruturas na Sede do MAPA.

Por fim, salienta-se a importância desse tipo de instrumento, possibilitando a prestação de serviço mais efetiva ao cidadão e sociedade de modo geral, permitindo também o conhecimento quanto à construção da imagem das instituições públicas por parte de seus usuários.



10. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

10.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

O texto apresentado como resposta a esse subitem teve a sua base elaborada pela Coordenação de Contabilidade (CCONT/SPOA/SE/MAPA), pois as demonstrações contábeis são elaboradas pelo Órgão Central, já que a SFA-MA configura-se como uma unidade descentralizada do MAPA, e pela SEOF/SAD/SFA-MA.

Os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T), em especial nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, foram observados pela Seção de Execução Orçamentária e Financeira da SFA-MA, que manteve contato permanente com a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais (CGSG/SPOA/SE/MAPA), que foi a responsável por implantar o software de gestão ASI - módulos Patrimônio, Mobiliário e Almoxarifado. A empresa Link Data foi contratada para implantar o módulo de Depreciação/Amortização. Porém, a empresa até 31/12/2013 não havia instalado a parte da Amortização, restando à CCONT/SPOA/SE/MAPA aplicar restrição contábil neste item.

A implantação parcial dos bens quanto à depreciação decorreu durante o exercício de 2013 em algumas unidades gestoras. Diante do exposto, esclarece-se:

- a) A SFA-MA está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 (somente depreciação dos bens a partir de 2010), porém não está aplicando os dispositivos da NBC T 16.10 quanto às reavaliações e/ou redução ao valor recuperável anteriores a 2010 e a partir de 2010;
- b) A CCONT/SPOA/SE/MAPA expediu à CGSG/SPOA/SE/MAPA a Mensagem Siafi nº 2013/1998142, em 27/11/2013, solicitando providências imediatas para o atendimento da NBC T 16.10, que refere-se a implantação da Amortização relativa às aquisições de bens intangíveis;
- c) A Macrofunção Siafi Web 02.03.30 orienta que a metodologia a ser adotada para estimar a vida útil econômica de um ativo deve ser:
 - 1- a capacidade de geração de benefícios futuros;
 - 2- o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;
 - 3- a obsolescência tecnológica;
 - 4- os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.

Nos casos de bens que passaram por reavaliação ou redução a valor recuperável durante a vida útil do bem, a depreciação, a amortização ou a exaustão devem ser calculadas e registradas sobre o novo valor.

Os procedimentos de reavaliação e redução ao valor recuperável não provocam alteração da capacidade de geração de benefícios futuros de um bem, por isso não causam modificação na tabela de vida útil.

Porém a CGSG/SPOA/SE/MAPA, que contratou a Link Data para implantar o módulo de Depreciação/Amortização, não providenciou e nem manifestou cronograma para a ação disposta na NBC T 16.10.

- d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão utilizado por toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o método das quotas constantes;



- e) As taxas de depreciação utilizadas para os cálculos são as estabelecidas na Macrofunção Siafi Web 02.03.30.

10.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

10.2.1. Declaração Plena

Vide ANEXO H.



11. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

11.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

A grande maioria das informações que seriam pertinentes a esse item foram diluídas ao longo das discussões empreendidas nos planos orçamentários das áreas técnica e administrativa correspondentes às mesmas, não havendo necessidade de reprisá-las nesse espaço.

Entretanto, valem destaque outras realizações em 2013:

- participação da SFA-MA na Feira Agrobalsas realizada em maio no município de Balsas/MA com a exposição e distribuição de material informativo ao público visitante em estande dividido com a Embrapa, em que era explicado o papel da SFA-MA no segmento agrícola maranhense;
- realização da oficina de Planejamento do Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Programa ABC) com elaboração de documento, cronograma de atividades, etc;
- participação nas câmaras temáticas do agronegócio organizadas pelo Sebrae;
- participação no lançamento das campanhas de vacinação contra a febre aftosa no Estado, com o objetivo de mostrar a importância de se manter o esforço para a consolidação do seu status sanitário;
- investigação de denúncias de leite clandestino;
- participação de dia de campo para o lançamento da cultivar de arroz BRSMA357 desenvolvida pela Embrapa e da Festa da Abertura da Colheita do Arroz Irrigado, realizada em dezembro em Arari/MA;
- orientações para a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão com vistas às supervisões técnicas e melhoria do serviço de defesa agropecuária do Estado.



12. Resultados e Conclusões

Com este Relatório procurou-se demonstrar as virtudes reunidas pela SFA-MA, com seus objetivos alcançados e seus macroprocessos finalísticos ofertados à sociedade com esmero esforço, bem como apontar os problemas e as dificuldades de modo a facilitar a solução destes por parte do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, tendo-se sempre como objetivo maior o de melhorar o desempenho e a imagem da instituição seja no âmbito externo ou interno.

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão, unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tem como finalidade principal garantir a qualidade dos alimentos, matérias e insumos agropecuários ofertados à sociedade por meio de ações de educação, padronização, inspeção e fiscalização dentro da cadeia agropecuária na sua área de responsabilidade com jurisdição no Estado do Maranhão.

No processo de implementação das diretrizes políticas e estratégias de ação, a gestão da SFA-MA está empreendendo com afincos as suas diretrizes organizacionais sempre em busca da maior eficiência nos processos internos e nos colocados a serviço dos seus clientes e vem desenvolvendo uma cultura organizacional e de integração do pessoal técnico e administrativo, possibilitando, sempre que há oportunidades, capacitação e treinamento com a incorporação de inovações metodológicas aos clientes e à sociedade em geral.

Como responsável pela aplicação, acompanhamento e fiscalização de três programas, seis ações e 28 planos orçamentários do PPA 2012-2015 de incumbência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão, a SFA-MA empenhou-se no aperfeiçoamento de seus processos no intuito de se projetar numa posição mais avançada na implementação de políticas e de prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

Como resultado, ao longo do exercício de 2013, houve direcionamento de foco na fiscalização dos estabelecimentos produtores e comerciais de produtos de uso veterinário, de fertilizantes, de sementes e mudas, de produtos de origem vegetal e destinados à alimentação animal, fiscalizações essas tão importantes à garantia da conformidade desses insumos para o produtor rural, minimizando os riscos para a produção e produtividade agrícola.

Não foram deixados de lado esforços na consolidação do plano traçado para que o Estado do Maranhão conseguisse ser reconhecido nacionalmente como área livre de febre aftosa com vacinação e que poderá ser estendido ao reconhecimento internacional em maio de 2014 com a aprovação do relatório apresentado pelo Brasil a OIE. Essa ampliação impulsionará o desenvolvimento da economia regional e oportunizará novos horizontes com a valorização do rebanho para os pecuaristas do Estado do Maranhão.

Ademais, também foi direcionado empenho na prevenção e no controle de pragas quarentenárias, com a manutenção de área livre da mosca da carambola, o que garante não apenas ao Maranhão, mas ao Brasil como um todo, as vias comerciais abertas de exportação de frutas frescas, e com as ações de controle da ferrugem asiática da soja; na classificação para garantir a qualidade vegetal de grãos, como feijão, arroz, amendoim e milho, e do óleo de soja; na fiscalização da produção, como também na aferição da qualidade, de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, como sucos e polpa de frutas; e na fiscalização exercida nas atividades de exportação e importação dos produtos de origem vegetal e animal no porto do Itaqui/Ponta da Madeira. Todas essas ações foram fundamentadas na legislação de defesa, fiscalização e inspeção animal e vegetal.

Agora o problema uma vez mais enfrentado em 2013 pela SFA-MA foi robusto contingenciamento de recursos sofridos pela SDA/MAPA. O que interferiu em cadeia nos trabalhos desenvolvidos pelas unidades descentralizadas. E não menos grave foram os resultados pela SFA-MA na execução dos macroprocessos finalísticos, pois a taxa de planos orçamentários que alcançaram a execução plena da meta física descentralizada pelas suas Coordenações-Gerais foi de apenas 31,58%.



Avanços na defesa sanitária vegetal do Estado do Maranhão serão sentidos nos próximos anos com a execução do convênio entre o MAPA e a AGED-MA no ano de 2013 e que será concluído em junho de 2014. Recursos que somaram mais de R\$ 1.800.000,00 estão sendo investidos na reestruturação do sistema de defesa vegetal tanto fisicamente, com a aquisição de automóveis e de mobiliário em geral, como na requalificação de profissionais envolvidos nas operações de sanidade vegetal. Os trabalhos de execução dos recursos financeiros repassados em janeiro de 2013 estão sendo acompanhados pelo analista de acompanhamento e fiscalização do convênio com visitas *in loco* e por meio dos relatórios bimestrais apresentados pela convenente.

Um resultado negativo para a agricultura maranhense foi a confirmação da ocorrência do patógeno *Mycosphaerella fijiensis* var. *difformis*, causador da sigatoka negra, com o primeiro foco no município de Vila Novas dos Martírios. Os trabalhos de levantamento das áreas com foco e de preparação para implantação de um sistema de mitigação de risco foram iniciados em 2013 e terão prosseguimento em 2014.

Pretende-se em 2014 retornar às ações do Centro Integrado de Monitoramento da Qualidade dos Alimentos, composto pela SFA-MA, pela AGED-MA e pela Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON-MA), com o apoio da Superintendência da Polícia Federal no Maranhão, no combate a fraudes econômicas pelo impedimento do comércio clandestino de queijo, ações que foram exitosas em 2012 com ações de combate ao comércio de queijo clandestino na região de Pedreiras.

Como principais dificuldades para a realização dos objetivos traçados para o exercício, destacaram-se o contingenciamento sofrido no orçamento do MAPA, o qual vem sendo cada vez mais agudo, pois, como exemplo, podem ser comparadas as metas financeiras para manutenção da SFA-MA de 2012, que foi de R\$ 936.131,18, e de 2013, no valor de R\$ 700.000,00. Essa forte redução deveu-se à publicação do Decreto Federal nº 7.995, de 02 de maio de 2013, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2013. O corte orçamentário que a SFA-MA enfrentou limitou ainda mais a consecução dos projetos previstos, obrigando um replanejamento.

Aliás, o corte orçamentário não afetou apenas a área administrativa. Limitou também a execução das atividades previstas nos Planos Operativos Anuais de cada plano orçamentário, bem como a organização e promoção de reuniões técnicas e simpósios.

Os problemas de descontinuidade na liberação de recursos financeiros em muitos planos orçamentários, os quais se repetem anualmente, prejudicaram de alguma maneira a execução das metas previstas. As programações inseridas no Sistema de Gestão Integrada do MAPA não foram respeitadas pelas Coordenações-Nacionais, e as parcas descentralizações em alguns casos as foram com atraso, prejudicando a realização de atividades, como as fiscalizações de campos de sementes, que não foram realizadas em 2013 pela não descentralização de recursos no período adequado.

Também foram sentidos o cancelamento de várias reuniões técnicas e simpósios, que sempre possibilitam o aperfeiçoamento do conhecimento técnico, alguns muito tradicionais, como o Encontro Nacional de Fitossanitaristas, que seria realizada em Florianópolis/SC, e foi cancelada pelo DSV/SDA/MAPA. Outra reunião cancelada foi a do grupo técnico da mosca negra dos citros, que teria o segundo encontro para discussão dos resultados dos levantamentos realizados em unidades da federação para determinação sobre a manutenção do status fitossanitário de praga quarentenária. Da mesma forma, os técnicos administrativos foram prejudicados pela não realização de vários cursos previstos no PAEC 2013.

Mesmo que em algumas das ações de cunho técnico tenha se alcançado a realização de 100% da meta estabelecida, não se pode desconsiderar que, independentemente da interferência que essa descontinuidade tenha proporcionado nas ações em que a meta pactuada não tenha sido atingida, ela também tenha prejudicado a execução das ações em que a meta física tenha sido cumprida integralmente, impedindo que resultados ainda mais promissores tenham sido atingidos.



Outra considerável dificuldade, de maneira geral na SFA-MA, é a escassez de recursos humanos, o que se torna um ponto crítico para o bom funcionamento dos trabalhos. Há de se ressaltar que o problema vem se agravando a ano a ano com a aposentadoria de servidores das áreas meio e fim. Apenas para demonstrar a situação crítica que poderá ser agravada num futuro não muito distante na SFA-MA, é que 38 dos atuais 84 servidores ativos estão fazendo jus ao abono de permanência. A realização do concurso em maio de 2014 trouxe esperanças à SFA-MA, mas as mesmas foram dissipadas ao ser divulgado o seu edital. Das mais de 700 vagas previstas para vários cargos, foram reservados à SFA-MA apenas duas vagas para agentes de inspeção de produtos de origem animal, o que agravará ainda mais a situação.

Considerando-se que por demanda de trabalho as metas das atividades finalísticas aumentam a cada ano, causa preocupação a não reposição da mão de obra perdida, tanto na área técnica como na administrativa, pois há perspectivas de aposentadorias a curto e médio prazo, pois, como citado acima, mais de 45% dos servidores da SFA-MA já recebem o abono de permanência.

A implantação de um programa institucional de constante qualificação e a atualização dos servidores é fundamental na visão da SFA-MA, o que poderá ser obtido a médio prazo com a implantação dos Planos Anuais de Educação Continuada do MAPA, valorizando tantos os servidores das áreas meio como das áreas técnicas. Todas as participações dos servidores em oficinas e treinamentos foram importantes à SFA-MA, pois motivaram e capacitaram os servidores a realizarem atividades e ações com maior competência e agilidade.

Entre outras dificuldades enfrentadas pela administração da SFA-MA para a realização dos objetivos traçados para o exercício, esteve o orçamento reduzido para cumprimento das despesas correntes da SFA-MA e dos planos orçamentários finalísticos, além da periodicidade das descentralizações, que provocaram problemas de planejamento, o que interferiram negativamente no desempenho operacional nos trabalhos da SFA-MA.

Também interferiram negativamente o limite de 40 diárias imposto pelo Decreto Federal nº 7.689/2012, pois a Secretaria-Executiva demorou muito para análise das notas técnicas encaminhadas pela SFA-MA para autorização da ampliação do número de diárias. Essa lentidão da SE/MAPA prejudicou o cronograma de fiscalizações das atividades e interferiu também na execução financeira.

Um fator que atrapalha há algum tempo a gestão da SFA-MA é o trâmite necessário para processos de licitação, que configura-se num forte obstáculo à realização das atividades finalísticas, agravada pela carência numérica de servidores administrativos, fato que tem levado à aquisição de materiais e contratação de serviços com atrasos.

Em 2013 a SFA-MA consolidou a utilização de dois novos sistemas gerenciais: o Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA (SCVA) passou a ser a ferramenta de controle da frota de veículos da SFA-MA, e no Sistema de Gestão Integrada (SGI) realiza-se a programação física e financeira dos planos orçamentários. Ambos os sistemas propiciam transparência, agilidade e padronização dos procedimentos operacionais aos servidores do MAPA.

As obras, iniciadas em 2012, de reforma do gabinete do superintendente, da reativação de uma ala no prédio anexo e do mirante do prédio principal e de adequação dos estacionamentos interno e externo foram concluídas ao longo de 2013. Como previsto, as obras propiciaram uma melhor utilização das instalações da SFA-MA com a redistribuição física de servidores e mais conforto para a realização das suas atividades.

A administração da SFA-MA pretende em 2014 executar seus projetos de melhoria da estrutura física do prédio, que é muito antigo e necessita de reformas, pois os recursos obtidos em 2013 foram apenas suficientes para a manutenção e pequenos reparos. A SFA-MA dispõe de um processo formalizado para a reforma do prédio, mas o mesmo encontra-se arquivado por recomendação da CJU/MA/CGU/AGU em atendimento ao artigo 3º da Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 268, de 31 de julho de 2013, que suspendeu novas contratações para reformas de bens imóveis. A administração da SFA-MA também espera a



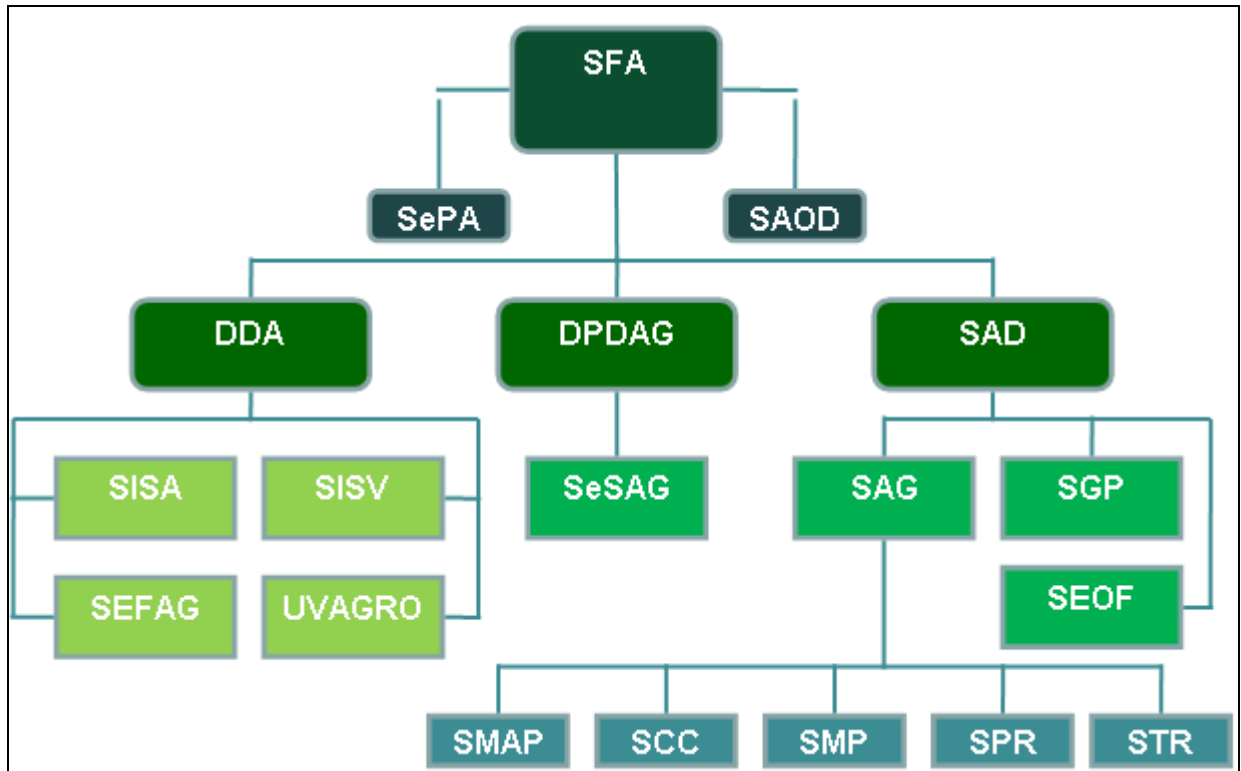
descentralização de recursos à área finalística conforme planejado no SGI e a continuação da capacitação dos técnicos administrativos de acordo com as oportunidades que forem disponibilizadas pelo MAPA através do Plano Anual de Educação Continuada, a fim que a sua equipe de apoio às atividades fim e às atividades meio sintam-se motivadas a sempre aperfeiçoar os seus processos.

Apesar das dificuldades elencadas, os resultados alcançados pela SFA-MA foram satisfatórios, o que permite dizer que cumpriu-se, dentro das limitações a ela impostas, o seu papel no desempenho das políticas públicas, contribuindo para o engrandecimento do Estado no setor agropecuário, assim como garantindo, direta ou indiretamente, à sociedade produtos agropecuários dentro das normas legais e com excelente padrão de qualidade.

Finalmente, com este relatório, a SFA-MA pretendeu prestar contas à sociedade dos resultados obtidos através dos recursos financeiros alocados no ano de 2013 e esperou ter contribuído para a geração de informações sobre a promoção da melhoria da qualidade da ação pública.



ANEXO A - Organograma funcional da SFA-MA.



Fonte: SFA-MA



ANEXO B – Plano Orçamentário vinculado à Ação 8593- Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - Plano Orçamentário 0001- Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.

Continua

Identificação do Plano Orçamentário	
Código	0001- Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
Descrição	<p>Apoio e fomento à implementação de planos, programas, projetos e ações, mediante o estabelecimento de parcerias público – privada, visando a diversificação das atividades econômicas na propriedade, bem com a capacitação e a difusão de práticas e sistemas produtivos sustentáveis, a exemplo do plantio direto na palha - SPD, da integração lavoura–pecuária–florestas - ILPF, de sistemas agroflorestais (SAF), entre outros. Serão também priorizadas ações para o estímulo à adoção de práticas conservacionistas de natureza preventiva e corretiva voltadas para a otimização do uso e manejo dos recursos naturais, principalmente do solo e da água, recuperação de áreas de cultivos e de pastagens degradadas, controle do processo de desertificação, tendo a microbacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento. Conforme abaixo especificado:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Promover a implementação, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC);2. Estimular a recuperação de áreas de produção e de pastagens degradadas e/ou em processo de degradação ou com baixa capacidade produtiva, áreas susceptíveis à desertificação mediante o uso de tecnologias adaptadas às especificidades locais e regionais;3. Apoiar a adequação de estradas vicinais no contexto de planos e projetos de manejo e conservação de solos e água para a redução do processo erosivo;4. Promover a diversificação das atividades econômicas e a melhoria da gestão no âmbito das propriedades e das comunidades rurais;5. Apoiar o desenvolvimento de estudos, e o mapeamento de áreas degradadas ou em processo de degradação para a identificação dos problemas e aplicação de tecnologias e sistemas produtivos sustentáveis, como também promover o zoneamento de pastagens, com foco no Bioma Amazônia, dentro das prioridades do Plano ABC.6. Apoiar e realizar cursos, seminários, dias de campo e outros eventos técnico-científicos, dentro do escopo do uso e manejo sustentável dos recursos naturais, com ênfase no manejo do solo e da água, no contexto das ações do Plano ABC principalmente no que tange ao controle da erosão, com vistas ao desenvolvimento de uma agricultura de baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE);7. Promover e apoiar a implantação de unidades pilotos de validação, de demonstração e de referência tecnológica em sistemas agropecuários sustentáveis, dentro do preconizado pelo Plano ABC;8. Apoiar a elaboração, produção e difusão de material técnico-científico e informativo sobre o uso e manejo dos recursos naturais, com foco na otimização do uso do solo e da água e de florestas plantadas, no contexto de uma agricultura de baixa emissão de carbono;9. Identificar tecnologias disponíveis e estabelecer linhas de financiamentos (crédito rural) que estimulem a utilização das boas práticas agrícolas, e sistemas sustentáveis de produção, inclusive de práticas conservacionistas de manejo do solo e da água, com vistas a melhoria da capacidade produtiva dos solos;10. Realizar e apoiar campanhas, mostras, exposições e outros eventos que tratem sobre o uso e manejo adequado do solo e da água e de uma agricultura de baixa emissão de GEE;11. Articular com instituições dos setores públicos e privados, nos âmbitos nacional, regional e local, para promoção e desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao desenvolvimento sustentável da agropecuária com ênfase na baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE);12. Promover articulação institucional com vistas a criação e implementação de instrumentos que viabilizem a adoção de técnicas sustentáveis, no sentido de estimular o setor agropecuário a participar do mercado de créditos de carbono, no contexto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), constituindo-se em alternativas de renda ao



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão – SFA-MA

Conclusão

		produtor, além dos benefícios sociais e ambientais correspondentes. 13. Apoiar, técnica e financeiramente, projetos e atividades que tenham como objetivo a regularização ambiental de propriedades rurais.				
Unidade Responsável		Coordenação de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos				
Execução Orçamentária e Financeira do Plano Orçamentário (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	13.269,81	13.269,81	1.897,06	0,00	11.372,75
Metas do Exercício para o Plano Orçamentário						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Produtor beneficiado	un	- ¹	-	8.500,00	13.269,81
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Produtor beneficiado		un	-

Fonte: MPOG; SFA-MA; SGI; Siafi.

¹ Não houve descentralização de meta física no SGI pela CMSP/DEPROS/SDC/MAPA.



ANEXO C - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.

Continua

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		



Continua

Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica: <p>À SFA-MA não cabe manter uma estrutura de Controle Interno por se tratar de uma unidade jurisdicionada da Administração Direta.</p> <p>Sob essa condição, a SFA-MA preocupa-se e direciona esforços para que os controles internos sejam enxergados pelos seus colaboradores como procedimentos a serem seguidos, sem os quais anuviam-se a transparência das atividades desenvolvidas nos processos finalísticos e de apoio.</p> <p>Com relação ao Ambiente de Controle, as principais carências recaem no envolvimento dos servidores sobre a importância dos instrumentos. Os servidores apresentam uma dificuldade em perceber os mecanismos gerais de controle, e isso precisa ser melhorado. Ainda em Ambiente de Controle, a SFA-MA não dispõe de um código de ética específico, sendo que a Superintendência acaba por utilizar os instrumentos do próprio MAPA.</p> <p>Apesar do número reduzido de servidores, a SFA-MA ainda consegue realizar a segregação de funções nos seus processos e atividades, o que ainda não dificulta a implantação de controles internos.</p> <p>Nos aspectos relativos à Avaliação de Risco, há pontos muito válidos, como os objetivos e metas que estão muito claros na SFA-MA, que a ocorrência de perdas e fraudes, se ocorrerem, não serão em função por fragilidades nos processos internos e que há normas para atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores da SFA-MA. Mas as questões relativas ao diagnóstico de riscos e sua implementação de mudanças no perfil de riscos não é incentivado na SFA-MA pelo MAPA. Portanto, não é possível avaliar esse conteúdo.</p> <p>No item Informação e Comunicação, a informação dentro da SFA-MA recebe um tratamento muito bem feito, sendo a mesma que é identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas, além de perpassar todos os níveis hierárquicos, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.</p> <p>Nos aspectos relativos aos Procedimentos de Controle e Monitoramento, a SFA-MA manteve-se neutra, pois não há condição de avaliar esses tópicos, haja vista que a SFA-MA não possui estrutura de controle interno própria não dispondo de um plano, políticas e ações próprias de controle, assim como de monitoramento.</p> <p>A SFA-MA entende que é primordial que sejam repassadas informações aos seus servidores que lhes possibilitem ser respondidas duas questões básicas sobre as estruturas de controle interno, “o que fazer?”, “como fazer?”, com as quais deverão estimular nos mesmos o “querer fazer”. Dessa forma, a cultura da execução de ações de controle interno por meio da prevenção é reforçada dentro da SFA-MA, o que implicará em menores riscos de má verbação de bens e recursos públicos.</p> <p>Em relação à forma em que as avaliações foram feitas, realizou-se uma reunião em que chegou-se ao consenso com os setores vinculados ao Serviço de Apoio Administrativo, à Divisão de Defesa Agropecuária e ao Gabinete.</p>					



Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: GAB/SFA-MA.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão – SFA-MA

ANEXO D - Relação da frota disponível da SFA-MA e custos associados à manutenção da mesma no exercício.

Continua

PERÍODO: Jan a Dez		PLANILHA DE CONSUMO MENSAL DOS VEÍCULOS								ANO: 2013	
PLACA	ANO	EMPLACAMENTO (R\$)	COMBUSTÍVEL		PEÇAS E ACESSÓRIOS (R\$)	SERVIÇOS (R\$)	LUBRIFICANTES		LAVAGEM (R\$)	KM ROD.	TOTAL (R\$)
			QUANT.	VALOR			QUANT.	VALOR			
HOO-0530 (D)	1995	246,48	-	-	-	-	-	-	-	-	246,48
HPA-4909 (A/G)	1997	105,25	-	-	-	-	-	-	-	-	105,25
HPD-6046 (G)	1998	105,25	-	-	-	-	-	-	-	-	105,25
HPR-6142 (D)	2003	109,96	-	-	-	-	-	-	-	-	109,96
HPS-9950 (A/G)	2004	105,25	-	-	-	-	-	-	-	-	105,25
HPS-7817 (A/G)	2004	105,25	-	-	-	-	-	-	-	-	105,25
HPS-8364 (A/G)	2004	105,25	-	-	-	-	-	-	-	-	105,25
HPS-8344 (A/G)	2004	105,25	-	-	-	-	-	-	-	-	105,25
HPS-7798 (A)	2004	105,25	-	-	-	-	-	-	-	-	105,25
HPS-7788 (A)	2004	105,25	-	-	-	-	-	-	-	-	105,25
HPX-4173 (A/G)	2004	105,25	-	-	-	-	-	-	-	-	105,25
HPX-3714 (A/G)	2004	105,25	-	-	-	-	-	-	-	-	105,25
HPX-3616 (A/G)	2005	105,25	-	-	-	-	-	-	-	-	105,25
HPX-3626 (A)	2005	105,25	-	-	-	-	-	-	-	-	105,25
HPX-4481 (D)	2005	109,96	-	-	-	-	-	-	-	-	109,96
HPX-7562 (D)	2005	109,96	-	-	2.694,63	830,00	22	387,00	-	115,00	4.021,59
HPX-8475 (D)	2005	109,96	-	-	-	-	-	-	-	-	109,96
NHC-3049 (A/G)	2007	105,25	150,840	424,34	-	-	-	-	-	906,00	529,59
NHC-5818 (A/G)	2007	105,25	-	-	-	-	-	-	-	-	105,25
NHC-5953 (A/G)	2007	105,25	490,591	1.376,11	1.542,00	1.124,00	06	111,00	-	4.216,00	4.258,36
NHC-5936 (A/G)	2007	105,25	-	-	-	-	-	-	-	-	105,25
NHC-2640 (A/G)	2007	105,25	617,699	1.782,37	1.641,00	855,00	06	121,50	35,00	6.139,00	4.540,12
NHD-1296 (D)	2007	109,96	10,000	23,99	-	-	-	-	-	-	133,95
NHD-2668 (D)	2007	109,96	-	-	-	-	-	-	-	-	109,96
INS-5372 (D)	2007	109,96	-	-	-	-	-	-	-	-	109,96
MNS-4206 (D)	2007	109,96	638,532	1.488,70	2.921,00	849,00	-	-	-	6.219,00	5.368,66
NHT-5699 (D)	2009	109,96	2.021,211	4.692,59	1.685,00	596,00	08	144,00	45,00	18.490,00	7.272,55
NHT-6328 (D)	2009	109,96	2.776,980	7.230,59	3.077,75	851,00	08	144,00	-	24.761,00	11.413,30
NMY-1843 (A/G)	2009	109,96	1.387,556	3.961,06	-	-	-	-	45,00	12.449,00	4.116,02



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão – SFA-MA

Conclusão

PLACA	ANO	EMPLACAMENTO (R\$)	COMBUSTÍVEIS		PEÇAS E ACESSÓRIOS (R\$)	SERVIÇOS (R\$)	LUBRIFICANTES		LAVAGEM (R\$)	KM ROD.	TOTAL (R\$)
			QUANT.	VALOR			QUANT.	VALOR			
NWT-6597 (D)	2010	109,96	1.807,706	4.164,80	3.813,26	739,00	07	105,00	90,00	3.015,13	9.022,02
NWT-7080 (D)	2010	109,96	1.461,882	3.359,06	3.798,82	898,00	15	348,00	45,00	1.012,80	8.558,84
NWT-5988 (A/G)	2010	105,25	557,013	1.559,75	285,00	30,00			-	5.511,00	1.980,00
NWV-8276 (D)	2010	109,96	2.105,795	4.818,84	285,00	234,00	-	-	130,00	20.844,00	5.607,80
NQJ-9686 (D)	2010	246,48	10,000	23,00	-	-	-	-	-	365,00	269,48
NQK-7345 (D)	2011	109,96	522,740	1.240,11	-	-	-	-	-	3.433,00	1.350,07
NQK-7365 (D)	2011	109,96	1005,744	2.356,26	-	-	-	-	-	1.007,99	2.466,22
NQK-7445 (D)	2011	109,96	293,287	689,90	50,00	100,00	-	-	-	2.221,00	949,86
TOTAL		4.256,78	15.857,576	39.191,47	21.793,46	7.106,00	72	1.360,50	390,00	110.704,92	74.098,21

Fonte: STR/SAG/SAD/SFA-MA.

Tipo de combustível: A: Álcool
D: Óleo Diesel
G: Gasolina
A/G: Álcool/Gasolina



ANEXO E - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.

Continua

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).					X
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			X		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X



Conclusão

Considerações Gerais:

A SFA-MA não participou de nenhum programa de gestão ligado à sustentabilidade ambiental.

Quanto à gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental durante o exercício de 2013, a SFA-MA buscou estabelecer procedimentos que garantissem o atendimento da legislação vigente nas licitações realizadas para aquisição de bens de consumo e na contratação de serviços ou obras, além de ter adotado medidas que garantissem a redução de consumo de energia elétrica.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: SCC/SAG/SAD/SFA-MA.



ANEXO F - Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG.

DECLARAÇÃO

Eu, **Ivo Leonardo Mesquita Siqueira**, CPF nº **961.418.163-04**, **Agente Administrativo**, exercido na **Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Luís/MA, 18 de março de 2014.

Ivo Leonardo Mesquita Siqueira

CPF nº 961.418.163-04

Agente Administrativo / SFA-MA



ANEXO G - Declaração de inserção e atualização de dados no Siconv.

DECLARAÇÃO

Eu, Antônio José dos Santos, CPF nº 064.272.943-34, Superintendente, exercido na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Luís/MA, 18 de março de 2014.

Antonio José dos Santos

CPF nº 064.272.943-34

Superintendente / SFA-MA



ANEXO H - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SEPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PEC E ABASTECIMENTO - SFA-MA			130069
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei nº 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASILIA/DF	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8